

LENICE SANTANA DE SOUZA

**O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS
TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM URBANA DE PORTO FIRME, MG (1953-
2020)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Patrícia Vargas Lopes de Araújo

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2023**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

S729p
2023
Souza, Lenice Santana de, 1978-
O processo de modernização do território e as transformações da paisagem urbana de Porto Firme, Minas Gerais (1953-2020) / Lenice Santana de Souza. – Viçosa, MG, 2023.

1 dissertação eletrônica (200 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de História, 2023.

Referências bibliográficas: f.183-189.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.545>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Planejamento urbano - Porto Firme (MG). 2. Paisagens - Porto Firme (MG). 3. Edifícios públicos - Porto Firme (MG).
I. Araújo, Patrícia Vargas Lopes de, 1972-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.
III. Título.

CDD 22. ed. 711.4098151


LENICE SANTANA DE SOUZA

**O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS
TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM URBANA DE PORTO FIRME, MG (1953-
2020)**


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 23 de agosto de 2023.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 **LENICE SANTANA DE SOUZA**
Data: 02/10/2023 16:02:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lenice Santana de Souza
Autora

Documento assinado digitalmente
 **PATRICIA VARGAS LOPES DE ARAUJO**
Data: 03/10/2023 11:20:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Patrícia Vargas Lopes de Araújo
Orientadora

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pelos desafios e vitórias.

Aos meus pais e familiares, pelo apoio de sempre.

À professora Dra. Patrícia Vargas Lopes Araújo, pela orientação, boa vontade, respeito, sensibilidade, atenção e cuidado durante todo este processo de orientação na dissertação e no curso do mestrado.

De maneira especial, aos integrantes da banca de avaliação do Seminário de Qualificação do Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, os professores Dr^a. Ana Paula Ribeiro Freitas e Dr. Leonardo Civale, pela leitura criteriosa e sugestões de melhoria no projeto.

Aos porto-firmenses que colaboraram com a pesquisa, concedendo longas entrevistas, com atenção e boa vontade. Além da cordialidade no acolhimento em suas residências, alguns ainda disponibilizaram registros fotográficos que enriqueceram este processo de pesquisa.

Agradeço aos servidores da Prefeitura e da Câmara Municipal de Porto Firme, por terem permitido o acesso a uma parte dos arquivos destes órgãos públicos.

Aos funcionários da Escola Municipal de Educação Infantil Sossego da Mamãe, sede da Secretaria de Educação da cidade e local de guarda dos documentos produzidos Conselho de Patrimônio do Município de Porto Firme.

Ao Nelson Avelar Guimarães, engenheiro agrimensor de Porto Firme, pela disponibilização de alguns mapas e pelas informações que enriqueceram este processo de pesquisa.

Ao Neuman Otávio Freitas Assis, pelo auxílio com alguns mapas da cidade de Porto Firme.

Ao Edivaldo da Silva Souza, pela colaboração e empenho na construção da identidade visual do site “Porto Firme/MG - História e Paisagem Urbana”.

À Cinthia Ferraz, pela compreensão, paciência e pela dedicação nas correções da dissertação.

Aos ex-alunos do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV – Ednir Damasceno Matias, Vanda do Carmo Lucas dos Santos e Kevin Lucas Campos Ferreira – pelas colaborações e incentivos antes mesmo do meu ingresso no curso.

Aos meus colegas de trabalho, Ciro José Tabet e Paulo Francisco de Araújo, pelo apoio.

À Universidade Federal de Viçosa, ao Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, ao Departamento de História e Geografia e aos seus professores, funcionários, colegas de curso, pela interação, pelo aprendizado acadêmico e pessoal.

Enfim, gratidão eterna a todos e todas que contribuíram na construção deste trabalho e nesta importante conquista.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“A cidade atual é uma cidade de contradições; ela abriga muitas etnias, muitas culturas e classes, muitas religiões. Essa cidade moderna é fragmentária demais, está cheia demais de contrastes e conflitos: conseqüentemente, ela tem muitas faces, não uma única apenas(...) Devemos partir do princípio de que nossas cidades são maleáveis e de que nós – cidadãos, administradores, arquitetos e urbanistas - podemos fazer algo para tornar clara nossas preferências e só podemos culpar a nós mesmos caso as coisas piorem em vez de melhorarem”.

(Joseph Rykwert)

RESUMO

SOUZA, Lenice Santana de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2023. **O processo de modernização do território e as transformações da paisagem urbana de Porto Firme, MG (1953-2020)**. Orientadora: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

Esta dissertação aborda o processo de modernização do território e as transformações da paisagem urbana de Porto Firme, Minas Gerais, na região central, à margem direita do rio Piranga, no período entre a década de 1950 a 2020. Os objetivos do estudo foram: compreender e discutir o referido processo, o planejamento urbano, as iniciativas e as regiões priorizadas pela administração municipal; identificar os elementos estruturantes desta paisagem urbana, os contextos sociais e políticos e construir um *site* com o conteúdo do trabalho produzido. Além do levantamento bibliográfico, os recursos metodológicos adotados foram: a história oral temática e a pesquisa documental, em materiais como: atas e legislações editadas pela Câmara e Prefeitura Municipal, literatura memorial, dados do IBGE, materiais iconográficos, jornal “Folha de Porto Firme”, *sites* e redes sociais, além dos dossiês produzidos pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Porto Firme etc. Conforme comprovações deste estudo, a paisagem desta cidade passou por significativas mudanças em virtude do contexto das políticas locais, regionais e nacionais. As transformações iniciais da sua região central foram influenciadas pelas características geográficas, tendo como referencial o rio Piranga e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a partir de onde é possível perceber um conjunto de elementos estruturantes desta paisagem. Algumas iniciativas da administração municipal impactaram significativamente nestas mudanças, como a canalização da água potável, a instalação da rede elétrica nos domicílios, as construções das instituições de ensino, do Paço Municipal, da Ponte José Antônio de Araújo Quintão, entre outras. Além disso, os maiores impactos nesta paisagem urbana ocorreram a partir da priorização dos investimentos públicos na região central, relacionados com a infraestrutura, mas principalmente, com a parte estética e o embelezamento, como reformas em praças, arborizações, asfaltamentos e substituições de edificações históricas por prédios de pequeno porte. Esses processos de intervenções urbanas concentradas nesta região são tentativas de modernizar a cidade, contudo, privilegiaram determinadas camadas sociais. A pesquisa demonstrou um planejamento municipal baseado em ações pontuais e a elaboração de legislações, focadas em determinadas áreas, sem incluir a totalidade urbana. Alguns aspectos da infraestrutura urbana de Porto Firme requerem maiores investimentos e melhorias, dentre os quais estão: gestão dos resíduos sólidos, canalização e tratamento da rede de esgoto,

sistema de drenagem de águas pluviais, especialmente nas regiões periféricas. O produto final desta dissertação foi a criação do *site* intitulado “Porto Firme/MG - História e paisagem urbana”, através do qual será possível publicizar o conhecimento produzido e ter um espaço virtual que permita a valorização da história local e o registro das transformações paisagísticas da cidade.

Palavras-chave: Porto Firme. Paisagem urbana. Edificações públicas. Planejamento urbano.

ABSTRACT

SOUZA, Lenice Santana de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2023. **The process of territorial modernization and the transformations of the urban landscape of Porto Firme, MG (1953-2020)**. Adviser: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

This dissertation addresses the process of modernization of the territory and the transformations of the urban landscape of Porto Firme, Minas Gerais, in the central region, on the right bank of the Piranga River, in the period between the 1950s and 2020. The objectives of the study were: to understand and discuss the referred process, the urban planning, the initiatives and the regions prioritized by the municipal administration; identify the structural elements of this urban landscape, the social and political contexts and build a website with the content of the work produced. In addition to the bibliographical survey, the methodological resources adopted were: thematic oral history and documentary research, in materials such as: minutes and legislation issued by the City Council and City Hall, memorial literature, IBGE data, iconographic materials, newspaper “Folha de Porto Firme”, websites and social networks, in addition to dossiers produced by the Municipal Conselho Municipal de Patrimônio Cultural of Porto Firme, etc. As evidenced by this study, the landscape of this city has undergone significant changes, due to the context of local, regional and national policies. The initial transformations of its central region were influenced by geographical characteristics, having as a reference the Piranga River and the Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, from where it is possible to perceive a set of structuring elements of this landscape. Some initiatives of the municipal administration had a significant impact on these changes, such as the channeling of drinking water, the installation of the electrical network in households, the construction of educational institutions, the Paço Municipal, the José Antônio de Araújo Quintão Bridge, among others. In addition, the greatest impacts on this urban landscape occurred from the prioritization of public investments in the central region, related to infrastructure, but mainly, with the aesthetic part and beautification, such as reforms in squares, afforestation, asphaltting and replacement of historic buildings for small buildings. These processes of urban interventions concentrated in this region are attempts to modernize the city, however, they privileged certain social strata. The research demonstrated a municipal planning based on punctual actions and the elaboration of legislation, focused on certain areas, without including the urban totality. Some aspects of Porto Firme’s urban infrastructure require greater investments and improvements, among them: solid waste management, channeling and treatment of the sewage network, rainwater drainage system,

especially in peripheral regions. The final product of this dissertation was the creation of the website entitled: “Porto Firme/MG-History and urban landscape”, through which it will be possible to publicize the knowledge produced and have a virtual space that allows the appreciation of local history and the record of transformations city landscapes.

Keywords: Porto Firme. Urban landscape. Planning. Public buildings.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CMPF	Câmara Municipal de Porto Firme
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
EICON	Escola Estadual Imaculada Conceição
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPAC	Inventário de Proteção ao Acervo Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PCL	Política de Proteção do Patrimônio
PMPF	Prefeitura Municipal de Porto Firme
SIAT	Serviço Integrado de Assistência Tributária e Fiscal

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das mesorregiões do Estado de Minas Gerais (IBGE).....	17
Figura 2 – Mapa de Porto Firme e os municípios limítrofes.....	19
Figura 3 – Mapa com a localização do conjunto dos elementos estruturantes da paisagem urbana de Porto Firme.....	30
Figura 4 – Igreja Matriz de N. S. da Conceição; ao lado direito, a casa paroquial e uma das primeiras casas desta região, em frente à Praça Padre Raimundo, 28/05/1960.....	57
Figura 5 – Mapa parcial da divisão territorial urbana, próxima da Igreja Matriz, (s/d)....	60
Figura 6 – Ruas Dom Silvério e Santo Antônio, Av. 18 de Agosto e as primeiras construções próximas da Igreja Matriz de N. S. da Conceição, década de 1960, aproximadamente.....	64
Figura 7 – Região da Igreja Matriz de N. S. da Conceição, 2011.....	67
Figura 8 – Região da Igreja Matriz N.S. da Conceição, com destaque no Bairro Josafat Sobreira - 1982 e 2013.....	69
Figura 9 – Localização do rio Piranga e da Ponte José Antônio de Araújo Quintão, na malha urbana da cidade.....	81
Figura 10 – Ponte “José Antônio de Araújo Quintão”, década de 1980.....	82
Figura 11 – Ponte “José Antônio de Araújo Quintão” sobre o rio Piranga em Porto Firme (até 2017).....	83
Figura 12 – Grupo escolar Imaculada Conceição, década de 1960.....	89
Figura 13 – Antiga cantina da EICON, década de 1970.....	92
Figura 14 – EICON até meados de 1970.....	92
Figura 15 – E. E. Imaculada Conceição, atual.....	96
Figura 16 – E.E. Solon Ildefonso, em 1966 e em 2014.....	101
Figura 17 – Antiga sede da prefeitura, década de 1950.....	105
Figura 18 – À esquerda, o início da construção da prefeitura e à direita, o prédio atual	107
Figura 19 – Prédio da prefeitura, antes da instalação da rampa, anterior ao ano de 2012	108
Figura 20 – Local onde atualmente é a Praça Central de Porto Firme, década de 1950...	130
Figura 21 - Inauguração do telefone público na Praça Central.....	132
Figura 22 – Inauguração da Rodoviária Gerônimo Gato, em 1969.....	134
Figura 23 – Rodoviária Gerônimo Gato, década de 70.....	134

Figura 24 – Transformações do transporte coletivo intermunicipal (entre as décadas de 1970 a 2010).....	136
Figura 25 – Jardim com piso elevado na Praça Juquinha Moreira.....	137
Figura 26 – Clube Beira Rio (s/d).....	138
Figura 27 – Projeto de reforma da Praça Juquinha executado e concluído em 2005.....	140
Figura 28 – À esquerda, antiga praça de esportes e, à direita, a “atual” praça de lazer, localizada na Praça Juquinha Moreira (s/d).....	141
Figura 29 – Praça Juquinha Moreira, décadas de 1980 e 2010.....	142
Figura 30 – Local onde foi construída a Praça Padre Raimundo, década de 1960.....	145
Figura 31 – Praça Padre Raimundo, década de 2010. Imagem anterior à última reforma	146
Figura 32 – Imagem aérea da Praça Padre Raimundo, 2018.....	147
Figura 33 – Avenida 18 de Agosto, década de 1970.....	149
Figura 34 – Avenida 18 de Agosto, década de 1990.....	151
Figura 35 – Avenida 18 de Agosto (com o Brasão), em frente à Prefeitura de Porto Firme, entre 2003 e 2004, aproximadamente.....	152
Figura 36 – Avenida 18 de Agosto, 2018.....	153
Figura 37 – Rua Dom Silvério, à esquerda, na década de 80 e, à direita, no ano 2012.....	155
Figura 38 – Enchente próximo à Praça Antônio Camargos, em 2020, aproximadamente	160
Figura 39 – Mapa da malha urbana de Porto Firme com os novos loteamentos.....	164
Figura 40 – Organograma do <i>site</i>	172
Figura 41 – Imagem ilustrativa - primeira página do <i>site</i>	173
Figura 42 – Imagem ilustrativa - apresentação inicial do <i>site</i>	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Leis promulgadas entre os anos de 1955 e 1961 e sua relação com elementos da paisagem urbana de Porto Firme.....	48
Quadro 2 – Detalhes sobre os novos loteamentos em Porto Firme, a partir de 2011.....	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 A CIDADE DE PORTO FIRME: CONTEXTO HISTÓRICO, PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E MUNICIPALIZAÇÃO.....	29
1.1 O processo inicial do ordenamento territorial e a formação da cidade de Porto Firme.....	31
1.2 A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a paisagem da região central de Porto Firme.....	53
2 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DA PAISAGEM URBANA DE PORTO FIRME.....	72
2.1 O abastecimento de água potável no perímetro urbano - desafios e conquistas.....	75
2.2 A importância do rio Piranga para Porto Firme e a Ponte José Antônio de Araújo Quintão.....	78
2.3 As Instituições de Educação Básica.....	86
2.3.1 A Escola Estadual Imaculada Conceição e o Ginásio <i>Mater Et Magistra</i>	87
2.3.2 A Escola Estadual Solon Ildefonso.....	97
2.4 A Prefeitura Municipal de Porto Firme.....	105
3 O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DE PORTO FIRME.....	112
3.1 O planejamento urbano e as transformações da paisagem local.....	114
3.2 A importância das praças públicas para a qualidade de vida urbana.....	127
3.2.1 Contexto histórico de quatro espaços públicos do <i>novo núcleo</i> urbano de Porto Firme.....	129
4 PRODUTO FINAL - CONSTRUÇÃO DO SITE - “PORTO FIRME/MG - HISTÓRIA E PAISAGEM URBANA”.....	165
4.1 Viabilidade do projeto de construção do <i>site</i>	168
4.2 Justificativa, recursos metodológicos, objetivos do <i>site</i>	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS.....	183
ANEXO A - SÍMBOLOS MUNICIPAIS DE PORTO FIRME - HINO, A BANDEIRA E O BRASÃO.....	190
ANEXO B - BIBLIOGRAFIA DO SENHOR JOSÉ MOREIRA DA SILVA (JUQUINHA MOREIRA).....	193

ANEXO C - BIBLIOGRAFIA DO MONSENHOR RAIMUNDO GONÇALO FERREIRA.....	194
ANEXO D - CONSTRUÇÃO DA IGREJA MATRIZ DE N.S. DA CONCEIÇÃO.....	195
ANEXO E - JOSÉ ANTÔNIO DE ARAÚJO QUINTÃO – UM GRANDE LÍDER.....	197
ANEXO F - ANTIGO TELEFONE PÚBLICO DE PORTO FIRME.....	199
ANEXO G - CONCLUINTES DO CURSO GINASIAL DO GINÁSIO <i>MATER ET MAGISTRA</i> , EM 1968.....	200

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é compreender o processo de ocupação do território e de modernização da cidade de Porto Firme, bem como as transformações de sua paisagem urbana. Nosso foco de análise se concentra nas mudanças ocorridas na região central da cidade, à margem direita do rio Piranga, a partir de um recorte temporal que compreende o período entre a emancipação do município, em começos da década de 1950, até o ano de 2020.

A cidade de Porto Firme está localizada no interior do estado de Minas Gerais, na Região Sudeste, Zona da Mata. Minas Gerais foi dividida pelo IBGE, em 2012, em doze mesorregiões geográficas (a Zona da Mata é uma delas) e possui sessenta e seis microrregiões. No caso da Zona da Mata há uma subdivisão: é composta por sete microrregiões geográficas (Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa), tendo um total de cento e quarenta e dois municípios. Mais de cem desses municípios apresentam população abaixo de dez mil habitantes. Nesse cenário, Porto Firme, apesar de possuir um pouco mais (dez mil e quatrocentos e dezessete, no total¹), também se enquadra neste perfil de pequenas cidades² e faz parte da microrregião de Viçosa, juntamente com outros dez municípios³. Estas divisões podem favorecer a construção de políticas públicas e o planejamento de ações em diversas áreas – econômicas, sociais, tributárias e espaciais⁴.

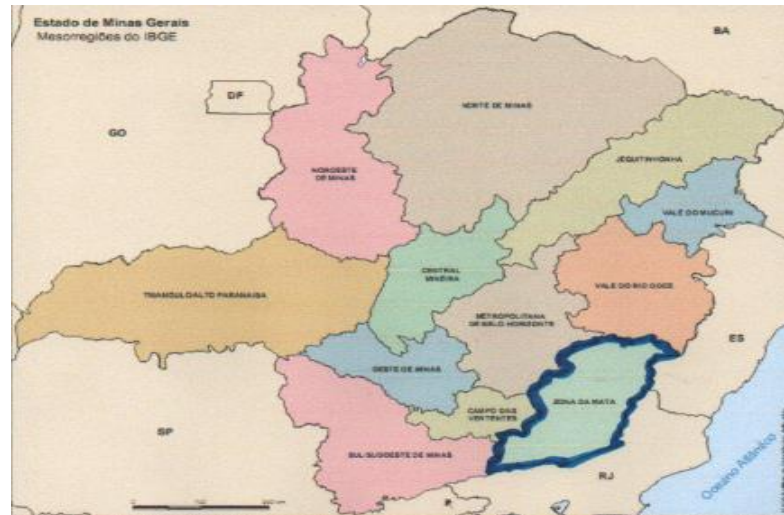
¹ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/porto-firme.html>. Acesso em: 6 nov. 2020.

² De acordo com Fernandes (2013, p. 29), para classificar como pequena cidade é preciso considerar duas abordagens: a quantitativa e a qualitativa. A primeira focaliza o número total de habitantes de uma cidade (bastante diferente entre as unidades da federação, oscilando entre oitocentos e cinco até cem mil habitantes (IBGE, 2000). Já a abordagem qualitativa considera “as relações e influências na rede urbana e a formação socioespacial das regiões” (FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças-MT. V 8, n.1, p. 13 - 31, 2018). Há outros autores que discutem esse tema, entre eles, SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, 148 p. Temos, ainda, o IBGE como fonte destas informações: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das Cidades (Regic, 2007)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 e IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>. Acesso em: 22 ago. de 2017.

³ SILVEIRA, Tamyres Virginia Lopes. **O papel das pequenas cidades na rede urbana: um estudo acerca da microrregião de Viçosa**. 2014. 98f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

⁴ Informações disponíveis em: <http://forumdeconselheirosmineiros.blogspot.com/p/blog-page.html>; e <https://www.brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Minas+Gerais®iao=Zona+da+Mata>; <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/porto-firme/panorama>; acesso em 14/01/2023

Figura 1– Mapa das Mesorregiões do Estado de Minas Gerais (IBGE)



Fonte: Adaptado de <http://forumdeconselheirosmineiros.blogspot.com/p/blog-page.html>.

De acordo com a pesquisadora Tamyres Virgínia Lopes Silveira, a definição da região da Zona da Mata mineira foi marcada historicamente ora pela expansão econômica da cafeicultura, ora por seu declínio, e “sua situação de estagnação econômica não é ressaltada no planejamento estadual, de modo que ela permanece como uma das menos desenvolvidas do Estado”⁵.

Na microrregião de Viçosa, a questão econômica é comprometida pela ausência de uma política efetiva voltada para a geração de emprego e renda, em que não são percebidas ações planejadas e executadas pelas administrações municipais que estimulem e promovam estas áreas. Esta deficiência é igualmente constatada em Porto Firme. Uma parte significativa dos empregos formais de municípios dessa região está nos serviços públicos (municipal e estadual), seja nos serviços administrativos, seja nos serviços de saúde e educação⁶. Outra importante fonte de renda no contexto aqui tratado são as aposentadorias e os pequenos comércios.

No tocante à educação formal, os jovens dessas localidades têm a possibilidade de estudar em suas cidades de origem apenas até o Ensino Médio. Aqueles que almejam dar continuidade aos estudos no Ensino Superior ou outros cursos de formação técnica ou de idiomas precisam se deslocar para outras cidades, como Viçosa, que em 2015 possuía quatro instituições de Educação Superior. Sobre essa situação, Silveira explica que “as prefeituras

⁵ SILVEIRA, Tamyres Virginia Lopes. **O papel das pequenas cidades na rede urbana: um estudo acerca da microrregião de Viçosa.** 2014. 98f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2014, p. 32.

⁶ Id.

locais fornecem transporte gratuito no período da noite para transportar este contingente de alunos que buscam em Viçosa cursos de graduação e cursinhos preparatórios para vestibular”⁷.

A dependência e o vínculo destas cidades em relação à Viçosa também se efetivam na área da saúde. A população se desloca para a realização de consultas com especialistas e exames, especialmente por meio do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa (CISMIV)⁸. Este Consórcio, sediado em Viçosa, atende aos habitantes dos municípios de Teixeira, Pedra do Anta, Araponga, Canaã, São Miguel do Anta, Cajuri, Coimbra, Paula Cândido e Porto Firme. Os pacientes são transportados normalmente por micro-ônibus.

Ainda de acordo com Tamyres Silveira, há algumas características similares e determinantes na formação de grande parte do território e da transformação da paisagem urbana dessas cidades da Zona da Mata mineira, dentre as quais estão: a existência de rodovias, linhas férreas e cursos d’água⁹. Além disso, a localização e o destaque dado aos equipamentos urbanos¹⁰, como, por exemplo, os edifícios da Igreja Católica, é uma situação bastante comum nestas cidades. Ao longo da história do Brasil, a Igreja é detentora de maior expressão e de maior número de fiéis na sociedade. Mesmo com o crescimento de templos protestantes, esta instituição continua sendo um importante símbolo dos locais onde outrora os tropeiros se instalaram e construíram capelas, estabelecendo os primeiros núcleos de povoamentos. Esta configuração inicial ainda pode ser observada na malha urbana nas cidades desta região mineira. Outro elemento que se destaca nestas paisagens urbanas são as praças nas áreas centrais, locais de encontros e de lazer da população.

Conforme destaques no mapa da Figura 2, adiante, a cidade de Porto Firme possui os seguintes municípios limítrofes: Presidente Bernardes, Piranga, Guaraciaba, Viçosa e Paula Cândido. O município possui uma área territorial de 284,777 km², sendo que, deste total, 14,2

⁷ SILVEIRA, Tamyres Virginia Lopes. **O papel das pequenas cidades na rede urbana: um estudo acerca da microrregião de Viçosa.** 2014. 98f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2014, p. 67-68.

⁸ Mais informações sobre o CISMIV disponível em <https://cismiv.mg.gov.br/>, acesso em 16/01/2023.

⁹ SILVEIRA, 2014. Op. cit.

¹⁰ A concepção sobre equipamento urbano adotada neste trabalho é a discutida por NOVAK, Hélio. **Grandes equipamentos urbanos.** Tese de Doutorado, COPOE/UFRJ, 2003. Disponível em: <https://www.ufjf.br/pauvi/files/2019/03/Novak.pdf>. Acesso em 17/05/2023. Neste artigo, o pesquisador ressalta que a expressão “equipamentos urbanos” pode ser definida como “o conjunto de artigos, dispositivos e máquinas necessárias ao desempenho” das atividades urbanas. Como por exemplo: “a rua, a sarjeta, o meio fio, o cano, o edifício, o ônibus e o metrô”. Inclui ainda as residências, as indústrias, “o comércio e as instalações físicas” das utilidades públicas, tais como água, esgoto, eletricidade, telefonia, radiodifusão,” bem como as instalações onde são desenvolvidas as “atividades institucionais de educação, saúde, assistência social, administração pública, etc.” Em síntese, equipamento urbano é tudo aquilo “serve para equipar” a cidade (NOVAK, 2003, p. 2).

km² correspondem à área urbanizada (6% do território municipal)¹¹. A sede do município é um importante local de passagem, sendo cortada por rodovias (estadual e federal) e pelo rio Piranga.

Figura 2 – Mapa de Porto Firme e os municípios limítrofes



Fonte: Elaborado por Neuman Otávio Freitas Assis.

O rio Piranga (antigamente chamado de Guarapiranga), principal formador do Rio Doce, e, portanto, de grande importância histórica, se destaca na paisagem local e divide a malha urbana de Porto Firme em dois lados: direito e esquerdo. O lado esquerdo é o mais antigo, onde estão localizados a Igreja Nossa Senhora do Rosário (existente desde 1753, aproximadamente)¹², o cemitério, o prédio do antigo Hospital Dom Silvério (desde a década de 1960)¹³, entre outras edificações. Já do lado direito, encontra-se a edificação da Matriz Nossa Senhora da Conceição (inaugurada em 1952), as Instituições de Ensino (iniciadas na década de 1950, aproximadamente) e o Paço Municipal (a obra iniciou-se entre 1971 e 1972) etc. Nesta região mais nova, na porção sul da cidade, o traçado é mais racionalizado, evidenciando uma expansão urbana mais recente. É neste novo núcleo urbano (região central) que nos debruçamos nesta pesquisa, especialmente na região mais próxima da Igreja Matriz.

¹¹ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/porto-firme.html>. Acesso em: 6 nov. 2020; IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/porto-firme/panorama>. Acesso em: 15/11/2022.

¹² Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Porto Firme, Inventário de Proteção ao Acervo Cultural (IPAC, 2011). Por volta do ano de 1753 já havia uma capela na cidade, a de Nossa Senhora da Conceição, que posteriormente tornou-se Igreja Nossa Senhora do Rosário.

¹³ Conforme registros fotográficos, na década de 1960 já existia uma sede, de um pavimento. Em 1988, já existia um pequeno prédio com dois pavimentos e que foi ampliado e reformado.

Esta é uma área bastante privilegiada por ter sido beneficiada com os maiores investimentos públicos ao longo da segunda metade do século XX, e, por consequência, é a região da cidade que mais se expandiu. Além da expansão da cidade de forma horizontal, Porto Firme tem apresentado também uma verticalização das edificações na área central. Ademais, as praças e vias públicas dessa região da cidade têm sido recorrentemente reformadas, revelando que as prioridades dos investimentos dos recursos públicos têm se concentrado com maior intensidade nesse local e nos equipamentos urbanos ali visualizados. Por outro lado, não se percebe a mesma postura da administração municipal nas ações relativas ao aperfeiçoamento da infraestrutura urbana subterrânea da referida área, especialmente nos serviços relacionados ao sistema de esgotamento sanitário (canalização, tratamento e destinação adequada do esgoto urbano), drenagem urbana das águas pluviais e manejos de resíduos sólidos.

O problema que se revela neste cenário é um planejamento urbano que privilegia determinada área ou determinado grupo social (elite dominante) em detrimento dos demais grupos, especialmente daqueles que moram nas áreas periféricas da cidade. Além disso, há uma oferta inadequada dos serviços acima mencionados pela administração municipal, cujas consequências se apresentam diversas, como enchentes em determinados locais da cidade e a poluição das águas do rio Piranga e do solo.

Diante desse contexto, temos os seguintes questionamentos: como foram os processos de estruturação e de transformações da paisagem urbana na região central de Porto Firme? Quais as motivações para a organização da cidade ter se dirigido para margem direita do rio Piranga e próxima à Igreja Matriz? Quais foram as prioridades dos gestores municipais no ordenamento urbano ao longo dos anos de 1954 a 2020 para este novo núcleo da cidade?

A partir dos dados iniciais sobre a cidade e das questões acima apontadas, a primeira hipótese que se levanta é a de que as transformações na paisagem urbana da região central de Porto Firme foram influenciadas pelas características geográficas da região, tendo como referencial a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, ponto por meio do qual é possível perceber um conjunto de elementos estruturantes da paisagem urbana e do desenvolvimento cidade. Uma segunda hipótese é a de que a organização da cidade à margem direita do rio Piranga e a partir da Igreja Matriz está relacionada às frequentes enchentes, que historicamente ocasionaram grandes problemas. Uma terceira hipótese é a de que os gestores municipais tiveram, ao longo dos anos de 1954 a 2020, maior preocupação com o embelezamento da região central da cidade em detrimento dos demais fatores do ordenamento urbano.

Nesse sentido, o objetivo principal deste estudo é investigar sobre as ações relacionadas às transformações da paisagem da cidade de Porto Firme, MG, a partir de sua municipalização, ocorrida em 1953, bem como sobre as mudanças acarretadas a partir desse processo político, tais como: o ordenamento urbano, as decisões administrativas, as primeiras edificações construídas e as obras públicas. Dessa maneira, nosso foco de análise se concentra nas mudanças ocorridas desde o período da emancipação do município, em começos dos anos da década de 1950 até o ano de 2020, na região central, margem direita do rio Piranga.

Neste exercício de tentar compreender a realidade através da escala local, procedendo-se, para isso, à elaboração de uma “micro-história”, como proposta por Barros¹⁴, poderemos contribuir com novas reflexões para outras realidades semelhantes e, também, com o poder público e com a comunidade.

Em termos teóricos, esta dissertação está fundamentada em estudos desenvolvidos, por exemplo, por pesquisadoras como Maria Ângela Faggin Pereira Leite¹⁵ e Maria Stella Martins Bresciani¹⁶, que apresentam importantes discussões sobre a história do desenvolvimento das paisagens urbanas e sobre a cidade. Em particular, Bresciani ressalta que a cidade deve ser compreendida como lugar simbólico e político, isto é, lugar de formação do cidadão, detentor de direitos, cuja interação gera formas de transformação, de apropriação e de representação – resultado das percepções desenvolvidas a partir das experiências dos sujeitos.

Reportamos, também, as discussões do historiador e geógrafo norte-americano David Lowenthal, que apresenta alguns caminhos para conhecermos o passado. Segundo ele, temos algumas alternativas possíveis em investigações relacionadas à “memória” (individual e coletiva), “histórias” narradas oralmente ou por meio da escrita; e “reliquias”, entendidas como artefatos, fragmentos ou concretudes existentes que comprovam o passado¹⁷. A cidade é resultado de um artefato humano e os elementos/equipamentos urbanos que a compõem são as concretudes que nos permite fazer leituras sobre seu passado.

Outro importante pesquisador sobre questões do passado e da memória para as nossas discussões é o sociólogo Maurice Halbwachs¹⁸. De acordo com ele, os testemunhos possuem

¹⁴ BARROS, José d' Assunção. A delimitação do tema na pesquisa em ciências humanas. **Akrópolis Umuarama**, v. 19, n. 3, p. 155-164, jul./set. 2011.

¹⁵ LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. Natureza e Participação Social: Uma nova estética para o desenho urbano. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) **Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p. 239-247.

¹⁶ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

¹⁷ LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 63-201, nov., 1998.

¹⁸ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

importantes funções, como a de fortalecer, debilitar e completar o que sabemos de um evento do qual já estamos "informados", mesmo que superficialmente. O autor defende o uso da memória, porque mesmo quando há divergências entre depoimentos, ela possibilita a identificação da informação essencial e a reconstrução de um conjunto de lembranças do passado. Para este teórico, não existe uma memória individual, pois estamos imersos por diferentes influências externas.

Percursos Metodológicos

Para atingir nossos propósitos, um dos recursos metodológicos adotados neste trabalho é a metodologia de história oral, entendida como um processo dialógico que utiliza como fonte os depoimentos de colaboradores com rigor científico. Isto exige uma análise das informações convergentes ou contraditórias das diferentes fontes orais ou escritas.

As pesquisas envolvendo memórias de tempos passados são passíveis de verificações ou questionamentos, pois são marcadas por esquecimentos, conflitos e distorções. Por isso, faz-se necessário o uso do confronto de informações para percebermos as diferenciações e similaridades das informações prestadas, manifestadas de forma distorcida, de forma intencional ou não, uma vez que pode haver neste processo de rememoração um esquecimento involuntário ou intencional. Esta perspectiva é defendida por Halbwachs, em seus estudos sobre a memória coletiva. Para esse autor, as análises das representações das memórias significam entender esta memória subjetiva, o porquê ela se constituiu dessa forma e as suas entrelinhas.

A partir de uma reflexão sobre fatos (que muitos consideram como algo objetivo e sujeito a comprovações) e representações (algo mais ligado às subjetividades humanas), Alberti defende a utilização de ambos (fatos e representações) conjuntamente, nas pesquisas envolvendo os eventos históricos/memórias. Segundo esta pesquisadora, a especificidade da história oral está justamente na sua grande riqueza, que é uma abertura para investigações “da subjetividade e das representações do passado tomados como dados objetivos, capazes de incidir (de agir, portanto) sobre a realidade e sobre nosso entendimento do passado”¹⁹.

Além dos teóricos acima mencionados, nos apoiamos também nos princípios defendidos por Meihy e Holanda²⁰, dentre os quais está o uso da história oral temática, que

¹⁹ ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2004, p. 42.

²⁰ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. O prof. José Carlos Sebe B. Meihy é do Departamento de História da USP e

envolve a construção do projeto de pesquisa, coleta de dados por meio de entrevistas, presididas por um roteiro prévio (flexível) com questões relacionadas aos objetivos do trabalho. As perguntas e as respostas fazem parte do processo investigativo.

Desta forma, realizamos entrevistas com os porto-firmenses numa perspectiva dialógica, defendida por Portelli, pautadas no cuidado da interação entre entrevistador e entrevistado, numa “dedicação do historiador e do narrador, uma vez que o historiador precisa ter a disponibilidade para escutar a narrativa do seu depoente. E, naturalmente, é a disponibilidade do narrador de falar que permite ao historiador fazer seu trabalho”²¹. Isto exige uma cautela durante a realização das entrevistas de história oral, não só na questão de dar voz, mas também de ter uma escuta sensível, reelaborando os problemas, as questões postas e analisando os novos apontamentos.

Nesta perspectiva, os estudos defendidos por Leite, Silva e Lima reforçam estas questões:

Ao relatar suas experiências, os sujeitos pesquisados interpretam e expressam os valores, sentimentos, concepções, relações sociais e padrões pertencentes ao seu próprio universo, o que interfere no processo de seleção do que é considerado importante a ser ressaltado naquele momento e o que não deve ser mencionado²².

Partindo dos pressupostos desta metodologia de história oral temática, elaboramos um roteiro prévio das entrevistas com as questões fundamentais envolvendo o tema investigado. A tentativa foi de obter um conjunto de informações/percepções sobre o processo de urbanização e da formação da paisagem da cidade, principalmente nas questões envolvendo as edificações/obras públicas municipais, com relatos orais dos participantes registrados por meio de gravador de voz digital (áudio) e câmera (áudio e vídeo). A gravação se deu mediante autorização dos entrevistados, formalizada por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que é um documento exigido e aprovado pelo Comitê de Ética da UFV, apresentado antes do início das entrevistas.

O uso das tecnologias modernas de gravações em áudio e vídeo ampliam as

coordenador do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP), um dos pioneiros da moderna história oral no Brasil e a prof^a. Fabíola Holanda, do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia, é pesquisadora associada do NEHO/USP.

²¹ PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. Tradução Lila Cristina Xavier Luz. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 7, n. 13, jul-dez, 2017, p. 186.

²² LEITE, Valéria de J.; SILVA, Rosane M. da; LIMA, Cíntia F. Experiências de pesquisa com trabalhadoras e trabalhadores por meio de fontes orais na História Social: caminhos e possibilidades. **História Oral**, v. 23, n. 2, p. 243-258, jul./dez. 2020, p. 245

possibilidades de análises para além do texto, das palavras, evidenciando que há outros campos de observação, além da fala disponível na transcrição da entrevista, como os movimentos corporais e os gestos. Porém, em alguns casos, os usos destas tecnologias podem deixar o entrevistado inicialmente um pouco inibido. Isto exige do entrevistador a criação de estratégias que permitam ao depoente ficar o mais à vontade possível durante a entrevista. E foi neste sentido que procuramos desenvolver nossas entrevistas em Porto Firme.

As entrevistas de história oral foram realizadas no período entre março e maio de 2022, dentro dos protocolos de prevenção ao Covid -19 e respeitando as demais normas vigentes. Os critérios utilizados para a definição dos participantes da pesquisa estão relacionados às suas vivências, bem como suas disponibilidades em manifestarem sobre lembranças, ações e percepções relacionadas à paisagem local e ao processo de urbanização. Eles relataram questões que vão desde os períodos mais recuados até a atualidade e suas participações nas intervenções realizadas na paisagem local²³. A maioria dos entrevistados tinha idades acima de 65 anos, exceto dois senhores. Um deles foi identificado nesta pesquisa como F.M.B.W 9, tinha cinquenta e cinco anos, e o outro G.B.R 4, cinquenta anos. Foram realizadas dezesseis entrevistas presenciais, das quais quatorze com o uso de filmadora (*hand cam*) e, apenas em dois casos, utilizamos o gravador de voz, respeitando a preferência do entrevistado. Dez entrevistados são moradores de Porto Firme e os outros seis foram ocupantes de cargos administrativos municipais - quatro ex-prefeitos, um ex-vice-prefeito e um ex-secretário municipal (obras; meio ambiente e agricultura; educação).

Dentre os entrevistados, e lembrando que a maior parte já é idosa, alguns participaram do processo de emancipação e dos primeiros momentos da urbanização de Porto Firme. Contudo, entre os membros da Comissão pró-emancipação, apenas um permanece vivo, com 102 anos de idade na data da entrevista. Devido à fragilidade da idade, este colaborador testemunhou com a participação de uma de suas filhas.

Outro entrevistado, também idoso, com mais de 90 anos, contou com a colaboração de uma neta durante o nosso diálogo. A maioria das entrevistas foi realizada nas residências dos colaboradores da pesquisa, exceto uma, em que o participante preferiu colaborar com suas memórias no seu sítio (local de passeios, num local próximo da cidade).

Durante a realização das entrevistas houve uma atenção quanto aos testemunhos sobre os eventos ocorridos (os mais significativos), às relações simbólicas pessoais, às preferências

²³ Como a pesquisadora Lenice já morou nesta cidade e possui vínculos afetivos com pessoas de lá, tem um conhecimento prévio sobre alguns moradores e ex-administradores. Logo, esse fator foi fundamental na escolha dos potenciais colaboradores da pesquisa.

estéticas, às vivências, às recordações, às opiniões e às percepções recorrentes, contrastantes e complementares acerca do tema da pesquisa. A utilização das fontes orais numa pesquisa histórica pode possibilitar ou despertar diversas questões, leituras e olhares sobre fatos ou representações que os seres humanos têm sobre questões passadas. É dentro desta perspectiva que procuramos desenvolver todo este trabalho de investigação e de reconstrução histórica e paisagística de Porto Firme.

Conforme metodologia indicada por Juliana Ramos Luiz e Marco Antônio dos Santos Teixeira²⁴, não identificamos os depoentes. Assim, a pesquisa foi pautada no respeito à preservação do anonimato das pessoas envolvidas nos relatos e, para isso, utilizamos códigos alfanuméricos em substituição à identificação nominal dos participantes. Evidentemente, isto não causará prejuízos ao andamento do trabalho, uma vez que o foco deste processo dialógico foram as narrativas e as representações dos sujeitos no conjunto das questões da pesquisa.

Cada entrevista é única, já que o contexto da sua realização e produção são irrepetíveis. As circunstâncias e a realidade estão em constante mudança e o próprio depoente está sujeito a modificações em suas narrativas. E isto requer do pesquisador o máximo de cautela na execução da entrevista. Nesse sentido, tivemos cuidado nos seguintes aspectos durante o planejamento e a execução do projeto de pesquisa: contexto de produção; carta de cessão (inclusa no TCLE) e as formas de gravação. Enquanto pesquisadores decididos a utilizar como metodologia a história oral, nos empenhamos para que as entrevistas fossem realizadas da melhor forma possível.

Além da metodologia de história oral, adotamos também os seguintes recursos metodológicos: levantamento bibliográfico e pesquisa documental. Partimos do levantamento bibliográfico referendando os autores que se destacaram nesta temática sobre as paisagens urbanas, o planejamento urbano e as cidades.

A metodologia utilizada nesta pesquisa partiu de uma perspectiva qualitativa, interdisciplinar, incluindo o processo de análise dos dados sobre os fatores que impactaram a produção e a transformação da paisagem da cidade de Porto Firme, MG, ocorridas entre o período de 1953 e 2020. Nesse sentido, houve uma interação com outras áreas do conhecimento, entre elas: Geografia, Meio Ambiente, Literatura, Arquitetura e Urbanismo, Ciência Política, Direito e Administração Pública. O diálogo com outros campos científicos contribuiu para uma melhor compreensão e aprofundamento deste estudo.

²⁴ LUIZ, Juliana Ramos; TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. Alguns desafios na organização de acervos de fontes orais: o caso do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (CPDA/UFRRJ). *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 73–99, 2013.

Dentre as fontes documentais utilizadas estão: livros de Tombo da Paróquia local, um livro sobre a historiografia local (literatura memorial), atas e legislações editadas pela Câmara e pela Prefeitura Municipal, entre elas a Lei Orgânica Municipal e outras legislações. Também foram consultados dados do IBGE, placas metálicas fixadas em edificações públicas de obras executadas na cidade (inauguração ou reformas), materiais iconográficos e jornal da cidade, o *Folha de Porto Firme*. Foram pesquisadas, ainda, publicações de *sites* contendo informações e vídeos relacionados ao assunto. Ademais, foram consultados para esta dissertação os dossiês produzidos pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Porto Firme, cujos integrantes (membros da comunidade, servidores municipais, professores, historiadora, artesão e outros) nomeados pelos decretos municipais 44/2010 de 23/12/2010; 30/2011 de 21/12/2011. Este último decreto foi uma recomposição do referido Conselho.

Com relação às fotografias, conscientes de que elas se configuram um fragmento da realidade, espacial e temporal, entendemos que tais recursos tratam-se de uma criação e recorte de um testemunho geralmente intencional do fotógrafo ou de quem solicitou o registro dentro de um contexto social de uma época. Assim como as fontes textuais, o trabalho de pesquisa por meio do uso de fotografias permite diversas leituras para além do que está evidenciado na imagem. De acordo com Sandra Mara Dantas, “ao congelar um fragmento da realidade, nele estão expressas as percepções de uma época, os discursos de seus autores e dos grupos envolvidos”²⁵. Nas “entrelinhas da imagem” registrada há o contexto sócio-histórico, que inclui questões estéticas e ideológicas. Portanto, as imagens utilizadas neste trabalho foram analisadas a partir desta perspectiva.

Essas estratégias de coleta de dados por meio da história oral, das fontes escritas e iconográficas foram utilizadas com o intuito de atingir os objetivos propostos, aprofundando nossos conhecimentos sobre ações, eventos, fatos relacionados ao processo de urbanização e a formação da paisagem de Porto Firme, MG, bem como de outras pessoas interessadas no tema. Os dados coletados foram sendo analisados e interpretados de modo a contribuir para a elaboração da dissertação e do *site* (Produto Final).

Estrutura e organização do texto da dissertação

Para alcançar o propósito desta dissertação e melhor organizá-la, o texto foi dividido em quatro capítulos. Os três primeiros constituem-se uma análise teórica a partir do objeto de

²⁵ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008, p. 157- 158.

pesquisa, das fontes e metodologias utilizadas. O quarto capítulo é dedicado ao “Produto Final”, intervenção prática e parte necessária aos mestrados profissionais que optam pela apresentação de um trabalho no formato dissertação, cuja proposta é a construção de um *site* intitulado “Porto Firme/MG: História e Paisagem Urbana”.

No primeiro, intitulado “A Cidade de Porto Firme: contexto histórico, processo de urbanização e de municipalização”, abordamos sobre o processo inicial do ordenamento territorial, a formação da cidade de Porto Firme, a edificação da nova Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a paisagem desta região.

No segundo capítulo, “O processo de constituição da infraestrutura e da paisagem urbana de Porto Firme”, discutimos as principais iniciativas dos ex-administradores municipais da referida cidade relacionadas à infraestrutura urbana, a saber: o abastecimento de água potável no perímetro urbano, seus desafios e conquistas; a importância do rio Piranga; a ponte José Antônio de Araújo Quintão; as instituições de Educação Básica; e a sede do governo municipal de Porto Firme.

No terceiro capítulo, “O projeto de modernização de Porto Firme”, as discussões versam sobre as transformações da paisagem urbana de Porto Firme relacionadas ao planejamento urbano, bem como sobre o contexto histórico e algumas ações realizadas pelo poder municipal na promoção do que consideram modernização, através de intervenções nos seguintes espaços públicos: Praça Juquinha Moreira (Praça Central), Praça Padre Raimundo (Praça da Matriz), Avenida 18 de Agosto e Rua Dom Silvério. Além disso, abordamos ainda questões relativas ao *marketing* municipal e à realidade local.

O quarto capítulo é voltado para a realização de um Produto Final. A proposta consistiu então em construir uma página eletrônica intitulada “Porto Firme-MG: História e Paisagem Urbana”, cuja finalidade principal é disponibilizar e compartilhar com o público, por meio de um *site* público e gratuito, o conhecimento produzido durante a pesquisa sobre o processo histórico da formação, da modernização da referida cidade e as transformações na paisagem urbana, ocorridas na área central, na margem direita do rio Piranga, desde o final da década de 1940 até 2020. O conteúdo da pesquisa do mestrado foi adaptado para uma linguagem acessível ao público em geral. Esta é, portanto, uma oportunidade de publicizar as discussões e os resultados do conhecimento histórico produzido sobre a cidade. Além disso, será um espaço colaborativo, permitindo a troca de conhecimento entre pesquisadores e a sociedade. Assim, aqueles que tiverem alguma produção acadêmica (tese, dissertação, monografia, TCC, iniciação científica, artigos publicados, cartilhas, capítulos de livros, projetos e relatórios de extensão, dentre outros), bem como registros históricos

contextualizados relacionados ao processo de urbanização e à formação da paisagem de Porto Firme, poderão compartilhar com a sociedade tais conhecimentos por meio deste sítio eletrônico. Outrossim, os porto-firmenses também poderão opinar e compartilhar informações.

Dentre os elementos e conteúdos sobre a cidade de Porto Firme a serem disponibilizados gratuitamente, estão: imagens fotográficas, discussões e partes de alguns relatos de moradores e ex-administradores municipais relativos a esta temática da pesquisa. Outras informações relevantes sobre a historiografia e paisagem urbana de Porto Firme que surgiram durante a elaboração do *site* também foram incluídas neste Produto Final. O *site* está arquivado temporariamente num servidor local. Sua disponibilização ao público está prevista para o mês de setembro de 2023, no seguinte domínio eletrônico: www.pfhistoriaepaisagem.com.br. As despesas com a elaboração e o domínio do *site* serão custeadas, inicialmente, com recursos próprios da autora da pesquisa, durante doze meses. A proposta de continuidade do *site* será apresentada ao poder público municipal de Porto Firme no segundo semestre de 2023, de quem esperamos interesse e colaboração para o custeio das despesas e a continuidade desta proposta.

1 A CIDADE DE PORTO FIRME: CONTEXTO HISTÓRICO, PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E MUNICIPALIZAÇÃO

No primeiro momento deste capítulo dedicamo-nos aos fatores iniciais que motivaram a formação do território urbano de Porto Firme, seu processo de urbanização e de emancipação política e administrativa/desmembramento do município de Piranga, o ordenamento urbano resultante deste processo político, as dificuldades, as conquistas, bem como o percurso histórico e paisagístico urbano. Abordamos, ainda, sobre as construções e intervenções realizadas pela administração municipal nos espaços públicos da área central, desde o final da década de 40. Finalizamos esta parte da dissertação contextualizando a edificação da Igreja Matriz de N. S. da Conceição e a formação da paisagem da região próxima a ela.

Objetivando demonstrar a localização do conjunto dos elementos estruturantes da paisagem urbana de Porto Firme enfatizados ao longo deste trabalho, apresentamos, a seguir, o mapa territorial da cidade com destaques para os referidos elementos: Rua Dom Silvério, Avenida 18 de Agosto, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Escola Estadual Solon Ildfonso, Praça Padre Raimundo, Prefeitura Municipal de Porto Firme, Escola Estadual Imaculada Conceição, Praça Juquinha Moreira, Ponte José Antônio de Araújo Quintão e o rio Piranga. Todos eles estão localizados no novo núcleo urbano, à margem direita do rio Piranga.

Figura 3 – Mapa com a localização do conjunto dos elementos estruturantes da paisagem urbana de Porto Firme



Fonte: Elaborado por Neuman Otávio Freitas Assis.

1.1 O processo inicial do ordenamento territorial e a formação da cidade de Porto Firme

De acordo com a pesquisadora Danielly Meireles Dias²⁶ e com o líder indígena, Ailton Alves Lacerda Krenak²⁷, os primeiros povos a habitarem a região da Zona Mata, onde se localiza Porto Firme, foram nativos das etnias Botocudo e Puri. No século XVIII, com a descoberta do ouro nesta região das matas, a dinâmica do povoamento foi alterada pela chegada de bandeirantes paulistas. Eles estabeleceram-se nesta parte da região da Zona da Mata, nas margens do antigo rio Guarapiranga.

Em consonância com estes apontamentos, Silveira acrescenta que neste mesmo período a área de passagem construída entre a região aurífera da Zona da Mata e a capital brasileira (Rio de Janeiro) foi nomeada como Caminho Novo²⁸. Ao longo do percurso foram criados espaços de pousos para as tropas e, durante o auge da exploração mineral, especialmente no seu declínio, os povoadores passaram a se dedicar também à produção agrícola (café, milho, feijão, arroz, bananeiras etc.) e à pecuária. Como a região possuía um solo fértil, cultivaram inicialmente para a subsistência e, num segundo momento, como fonte de riqueza.

Outro fator que também impulsionou o crescimento local foi a inauguração da Estrada de Ferro Leopoldina em 1874. Sua construção estava ligada, inicialmente, à economia do café, e ela atravessava a cidade de Viçosa, vizinha da antiga Tapera. Este nome vigorou até até meados dos anos de 1876 (atual Porto Firme).

Com as alterações na dinâmica do povoamento da região, que teve líderes como João Siqueira Afonso²⁹, muitos colonizadores estabeleceram-se às margens do antigo rio Guarapiranga, dedicando-se às atividades ligadas à agricultura e à pecuária após a queda da exploração do ouro. Entretanto, Dias ressalta que não foram só os paulistas que se instalaram

²⁶ DIAS, Danielly Meireles. **Patrimônio cultural e identidade:** os processos de patrimonialização dos bens piranguenses e os desafios da preservação e da conscientização. 2022. 206f. (Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022.

²⁷ KRENAK, Ailton. Genocídio e resgate dos “Botocudo”. Entrevista concedida a Marco Antônio Tavares Coelho. **Temas indígenas, estudos avançados**, Belo Horizonte, v. 23, n. 65, p. 193-204, 2009. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000100014>, Acesso em: 12/01/2023. Trecho da entrevista: “Durante trezentos anos, a região leste do Estado de Minas Gerais não podia ser devassada. A Coroa portuguesa impedia a passagem direta da região das minas até o litoral, para evitar o contrabando de ouro e diamantes. Criou-se, assim, o chamado “sertão do leste”. Com o esgotamento das minas, no fim do século XVIII, tornou-se indispensável derrubar e explorar a Mata Atlântica e exterminar os chamados índios “botocudos”, que enfrentavam os colonizadores. Houve, portanto, o genocídio dos índios (...)”.

²⁸ SILVEIRA, Tamyres Virginia Lopes. **O papel das pequenas cidades na rede urbana:** um estudo acerca da microrregião de Viçosa. 2014. 98f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2014.

²⁹ OLIVEIRA, Joaquim Quintão de. **Historiografia de Porto Firme**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.

nestas terras de minas, povoadas primeiro pelos indígenas: vieram também os portugueses, os negros escravizados do continente africano e outros. As divergências pelo controle do território acarretaram diversos conflitos, como a chamada Guerra dos Emboabas³⁰, na região da Freguesia de Guarapiranga, no início do século XVIII³¹.

A pesquisadora acima mencionada aponta ainda que, além das disputas entre forasteiros (emboabas) e paulistas, havia também os confrontos com os povos nativos, os indígenas. Muitos desses nativos foram escravizados nas fazendas agrícolas da região, mortos ou catequizados na doutrina católica. A religiosidade vinculada ao catolicismo sempre foi determinante na formação da nação brasileira como um todo, não só nesta região de Minas Gerais. E só mais recentemente é que esta configuração vem se alterando, com os adeptos a outras doutrinas religiosas e os ateístas.

As documentações e narrativas produzidas naquele período pelos povos brancos e letrados conduziram a um entendimento distorcido, a uma “cultura equivocada”³² sobre a ocupação do território, colocando os indígenas como os intrusos, e negando ou omitindo informações sobre os mesmos. Tais narrativas defendiam o direito de propriedade da terra pelos brancos, já que estavam instalados nela, praticavam a agricultura para a subsistência e para comercialização. Nesta perspectiva parcial, eram apresentados e enaltecidos apenas o heroísmo e o pioneirismo dos bandeirantes paulistas, ao passo que as percepções dos povos nativos foram ignoradas. Isto ainda repercute até a atualidade.

Os indígenas Puris e Botocudos e os quilombolas foram vítimas de um processo de invasão do seu território e ainda sofreram as consequências trágicas impostas pelos povos brancos. Estes fatos marcaram a formação do povoamento da antiga Guarapiranga (atual Piranga), à qual a atual cidade de Porto Firme já pertencera enquanto povoado, até se emancipar-se política e administrativamente. Entre os anos de 1753 e 1864, o pequeno

³⁰ A Guerra dos “emboabas” foi um conflito ocorrido entre “dois grupos – paulistas e forasteiros – que disputavam o controle político, econômico e social da região de Minas Gerais, entre os anos de 1707 a 1709. A expressão “emboabas”, em tupi, quer dizer “galinha de pernas emplumadas” e era uma forma pejorativa de identificar os forasteiros, vindos das capitanias do Brasil e de Portugal. FIGUEIREDO, Luciano *et al.* **Impressões Rebeldes. Revoltas - Guerra dos Emboabas.** Instituto de História. Universidade Federal Fluminense (UFF). S. d. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/guerras-dos-emboabas/> Acesso em 18/05/2023.

³¹ DIAS, Danielly Meireles. **Patrimônio cultural e identidade:** os processos de patrimonialização dos bens piranguenses e os desafios da preservação e da conscientização. 2022. 206f. (Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022.

³² Neste contexto, esta expressão baseia-se na concepção de cultura apontada por Cosgrove, na qual ele afirma que cultura é “um conjunto de práticas compartilhadas comuns a um grupo humano em particular, práticas que foram aprendidas e transmitidas através de gerações”. COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In:* CORRÊA, Roberto Lobato Corrêa (Org.) **Geografia cultural:** uma antologia. Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 224

povoado de Tapera era parte do território da Freguesia de Guarapiranga e pertencia a Ponte Nova. Entre as possíveis justificativas levantadas por Dias para o topônimo Guarapiranga está a questão de que é um termo ligado à cultura indígena – Guará (vermelho) + *Pirangá* (piranha de queixo vermelho) e também a existência na região de um número significativo de pássaros vermelhos e pequenos³³.

De acordo com a citada pesquisadora, os dados do censo de 1831 demonstram a existência do povoado chamado de capela da Tapera, pertencente a Ponte Nova, com um mil, setecentos e vinte e três pessoas livres e cento e sessenta e nove cativos, totalizando um mil e oitocentos e noventa e dois habitantes. Depois de trinta e três anos, em 1864 Tapera foi desmembrada de Ponte Nova, tornando-se distrito integrado à Piranga³⁴ (anteriormente chamado Guarapiranga). Seus habitantes construíram suas casas, um pouco precárias, de acordo com as condições e com a cultura da época, e isto é uma das justificativas para a origem do topônimo deste povoado – Tapera. Segundo a pesquisadora Patrícia de Cássia Gomes Pimentel, este vocábulo possui origem indígena Tupi e quer dizer “Habitação ou aldeia abandonada, extinta”³⁵.

Este topônimo foi alterado em 1877, quando o distrito de Tapera foi elevado à Paróquia de N. S. do Porto Seguro. Já em 1923, na divisão administrativa do Estado de Minas Gerais estabelecida pela Lei 843/1923, o distrito aparece apenas como Porto Seguro e pertencente ao município de Piranga³⁶. Segundo Oliveira, naquela época havia muitos viajantes, vendedores e tropeiros que transitavam neste povoado. Eles passavam pela Fazenda do Porto, pertencente ao Capitão João Batista de Araújo Silva e atravessavam o rio por meio de canoas. Era um local considerado seguro e isso acabou influenciando na substituição do nome Tapera para Porto Seguro³⁷.

A alteração do nome Tapera, que remetia aos povos indígenas, para Porto Seguro levanta alguns questionamentos sobre suas motivações e idealizações: Será que passou a ser considerado um nome que desqualificava o distrito? Não condizia com a cidade ideal que essa elite queria erguer? A escolha do novo nome seria mais compatível com a constituição da nova cidade? Considerando os aspectos históricos e a mudança do nome, é provável que neste local tenha havido uma antiga aldeia indígena e que os povos nativos tenham sido expulsos ou

³³ DIAS, Danielly Meireles. **Patrimônio cultural e identidade: os processos de patrimonialização dos bens piranguenses e os desafios da preservação e da conscientização**. 2022. 206f. (Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagem e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022.

³⁴ Idem.

³⁵ PIMENTEL, Patrícia de Cássia Gomes. **A toponímia da Região Central Mineira** / [manuscrito] 2015.

³⁶ MINAS GERAIS. **LEI 843 DE 07/09/1923** - Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado.

³⁷ OLIVEIRA, Joaquim Quintão de. **Historiografia de Porto Firme**, Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.

dizimados. No entanto, não é possível afirmar isso categoricamente porque houve um apagamento das memórias destes acontecimentos. Os relatos dos entrevistados nesta pesquisa, inclusive, não fizeram qualquer menção a estas origens do povoado.

Pelos registros históricos e arquitetônicos, o núcleo inicial do Distrito de Porto Seguro formou-se nas proximidades do rio Guarapiranga e também da antiga Paróquia Porto Seguro (posteriormente chamada de Igreja Matriz do Rosário, até 1951)³⁸, localizada em um lugar alto do povoado e em direção à cidade de Guaraciaba. Outro elemento que compunha este primeiro núcleo de povoamento era o cemitério e sua construção na parte dos fundos desta Igreja se deu no mesmo período do templo religioso, por volta do ano de 1753.

Esta região da igreja possui grande declividade, ruas estreitas e curvas sinuosas. Até recentemente, no entorno deste templo religioso havia alguns casarões, um deles pertencentes à família Vidigal. Tal imóvel, além de ser residência desta família, também foi sede do cartório da cidade por muitos anos. Tais características demonstram que o povoamento deste território teve sua formação inicial num período bastante remoto.

A alteração do nome do Distrito de Porto Seguro para Porto Firme ocorreu por meio do Decreto-Lei Estadual nº1058, de 31/12/1943³⁹. Segundo Oliveira, esta renomeação deveu-se à existência de uma cidade com o mesmo nome, localizada no Estado da Bahia. A duplicidade dos nomes ocasionava o desvio das correspondências para lá⁴⁰. Esta escolha dos nomes anteriores e do atual Porto Firme nos remete a uma afirmação da pesquisadora Dantas:

As palavras são signos que nomeiam, identificam, qualificam o mundo, dando sentido ao real e às práticas sociais; (...). Os nomes das cidades querem produzir uma identificação da cidade consigo mesma, é um espaço de identificação de seus moradores. Fazer parte da cidade não é somente nela nascer, é identificar-se com seu processo histórico, colaborar para que seja transformada. Os sentidos dos nomes expressam o poder das palavras, que se remetem a um misto de intenções (racionais e emocionais) de afirmação e/ou de esperança⁴¹.

³⁸ Segundo Oliveira (2001, p. 37; 41), inicialmente, ela foi uma capela filial de Santo Antônio de Calambau (atual Presidente Bernardes), “a ela agregada em vinte e dois de julho de 1868 pelo decreto 1.572”. Tal igreja deixou de ser matriz, mas continua existindo, sem muitas alterações físicas, com celebrações religiosas semanais. OLIVEIRA, Joaquim Quintão de. **Historiografia de Porto Firme**, Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.

³⁹ MINAS GERAIS. **Decreto-Lei nº 1058, de 31 de dezembro de 1943**. Fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado de Minas Gerais, que vigorará, sem alteração, de 1º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEL/1058/1943/>, Acesso em 06/04/2023

⁴⁰ idem

⁴¹ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008, p. 144-145.

Neste sentido, podemos ressaltar alguns aspectos importantes nessa formação do povoado. A escolha desses dois nomes (Tapera e Porto Seguro) diz muito sobre Porto Firme. Inicialmente, consideramos que os primeiros habitantes deste lugar foram indígenas das etnias Puri e Botocudo, e quilombolas, os quais deixaram suas marcas. As riquezas geradas e a satisfação das necessidades básicas retiradas das águas do antigo rio Guarapiranga são apontadas como fatores fundamentais para a formação inicial do povoamento e para a chegada dos novos habitantes, em meados do século XVIII. Isto evidencia a importância deste rio, que hoje se chama rio Piranga, desde o começo do povoado até os dias atuais desta cidade para a sobrevivência dos habitantes, para plantações e na criação de animais. A exploração mineral impulsionou a ampliação do povoamento, bem como as demais transformações desta paisagem.

Estes fatos e ações iniciais, bem como as alterações deste povoamento despertam interrogações sobre os motivos da sua realização, uma vez que os fatos geralmente não ocorrem de forma aleatória na história humana. Como é sabido, houve e ainda há tentativas de apagamento de memórias e dos acontecimentos passados, incluindo as questões relativas aos conflitos e disputas com os primeiros habitantes. Houve, por exemplo, a alteração do nome da rua, que no passado chamava-se 13 de Maio, e atualmente chama-se Rua Coração de Jesus. Tal data é comemorativa ao Dia da Abolição da Escravatura no Brasil, uma grande conquista social. Sobre esse fato, porém, os entrevistados nesta pesquisa não fizeram qualquer menção, não abordando as motivações e o contexto histórico sobre esta mudança do nome da rua.

Outro exemplo sobre apagamentos de memórias do passado da cidade é a ausência de relatos sobre a substituição da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (tradicionalmente cultuada por negros) pela Igreja N. S. da Conceição, transformada na Nova Matriz. As escolhas e as alterações como estas são narradas e justificadas por seus idealizadores de forma a transmitir à população fatos que nem sempre correspondem aos verdadeiros objetivos. Estas mudanças são simbólicas e representam uma ideologia dominante nessa transformação local da atual cidade de Porto Firme. Contudo, estudá-las é tarefa complicada, visto que algumas informações deste período mais recuado da nossa história são de difíceis comprovações. Um dos motivos é a ausência de registros escritos. Além disso, historicamente, a elite dominante tem uma tendência ao apagamento deste tipo de memória.

O processo de formação da identidade de comunidade pode ser aprendido ou introjetado por suas lideranças. É uma construção social e um exercício de pertencimento. Nesse sentido, dada a sua influência, um dos líderes locais que influenciou nesta formação da

identidade dos porto-firmenses foi o Cônego Joaquim Quintão de Oliveira⁴², criador de todos os símbolos municipais de Porto Firme – o Brasão, a Bandeira e o Hino da cidade⁴³. Esse padre nasceu em cinco de junho de 1922, foi criado na Fazenda da Vitória, localizada na rodovia entre Porto Firme e Viçosa. É filho de Manuel Alves de Oliveira e Clarinda de Santana Quintão, e ordenou-se sacerdote em 1949, em Mariana, Minas Gerais.

No caso da letra do Hino, ele contou com a participação de Mozart Bicalho. Nessa ode, percebe-se um enaltecimento do rio Piranga, da religião católica e da sua população considerada caridosa, esperançosa, alegre, e que cultiva a terra com amor. Há uma narrativa que defende alguns valores desde os tempos de outrora. Logo, aqueles que não se enquadram neste perfil ou não partilham desses princípios, estão sujeitos a se sentirem rejeitados ou não integrantes da comunidade porto-firmense. Esta representação foi idealizada por membros de uma classe dominante, num determinado contexto histórico e que nem todos os grupos sociais se enquadram neste perfil. Este foi só um exemplo dos diversos mecanismos utilizados como forma de construção identitária dos porto-firmenses, ao longo da sua história.

Relativo à trajetória político-administrativa de Porto Firme, cumpre lembrar que o processo de emancipação de uma cidade geralmente não ocorre de forma rápida ou aleatória. É um processo intencional que demanda tempo, ações e um conjunto de fatores (a nível local e estadual) para a sua efetivação, e normalmente é promovido por lideranças políticas, com diferentes interesses, mas, ao mesmo tempo, unidos em prol de um objetivo comum: tornar o espaço autônomo, independente, urbanizado, enfim, melhor para se viver.

Dentro de um contexto estadual, regional e municipal, a emancipação de um distrito é um tema conflituoso, inclusive por exigir uma reorganização territorial, bem como a arrecadação de impostos. No caso do município de Piranga, ao qual Porto Firme pertencia, estes dois aspectos, e outros, provavelmente devem ter desencadeado resistências e conflitos, especialmente por parte da Câmara Municipal de Piranga. As divergências partidárias existentes, bem como a busca por satisfazer os interesses de determinados grupos sociais, entre os aliados dos dois partidos políticos – Partido Republicano (PR) e Partido Social Democrático (PSD) – comandados pelos principais representantes locais, estaduais e

⁴² OLIVEIRA, Joaquim Quintão de. **Historiografia de Porto Firme**, Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.

⁴³ Todos estes símbolos encontram-se anexados a este trabalho. Além dessas obras, o referido Cônego foi autor dos livros "Historiografia de Porto Firme" (2001) e "Esboço biográfico - Monsenhor Raimundo Gonçalo Ferreira" (2007), além de outras obras relacionadas ao catolicismo.

nacionais⁴⁴, foram encobertas/amenizadas por meio de uma aliança em prol da emancipação municipal, o que levou ao sucesso da empreitada.

Além destes aspectos mencionados, a Constituição Federal de 1946⁴⁵, com sua tendência descentralizadora (considerada municipalista) e a política estadual mineira da década de 1950 (voltada para a reforma na divisão administrativa municipal) também favoreceram a criação de muitos municípios brasileiros. As ações estratégicas das lideranças políticas porto-firmenses, somadas a esta circunstância jurídica favorável, facilitaram o êxito no processo emancipatório de Porto Firme e o seu desmembramento de Piranga. Silveira aponta o grande aumento na repartição do território mineiro e, conseqüentemente, de municípios. Segundo esta autora, “de 288 [municípios] em 1940, aumentaram para 722, em 1980; 723 em 1993; e com os últimos 97 criados em dezembro de 1995, completaram os atuais 853 municípios distribuídos no estado”⁴⁶.

Em termos de organização local em prol da emancipação, de acordo com Oliveira, houve a composição de uma Comissão Pró-emancipação, tendo os seguintes membros/líderes locais: Josefino Sena Campos, Octacílio Maciel, Francisco Xavier Chaves Paes, Dr. Cyro de Aguiar Maciel e José de Castro Vidigal (Juquinha Totó). Um dos colaboradores desta pesquisa, o entrevistado M.F.O 6⁴⁷, relatou que as reuniões desta Comissão Pró-emancipação ocorreram muitas vezes informalmente, por meio de encontros não programados. Eles foram assessorados pelo Dr. Cyro Aguiar Maciel⁴⁸, deputado estadual pelo Partido Republicano entre 1951 a 1963, formado em Direito, o qual os orientava sobre as providências necessárias, tendo o próprio também realizado alguns encaminhamentos para a formalização do processo emancipatório de Porto Firme. Segundo o entrevistado, a formalização do processo ocorreu em Belo Horizonte, sendo a Comissão bem recebida pelas autoridades políticas da capital mineira. M.F.O 6 não lembrou, no entanto, quem foram as autoridades que os receberam.

De acordo com Oliveira, fica evidenciado que um dos grandes marcos da expansão territorial do distrito de Porto Seguro (atual Porto Firme) se iniciou na década de 1940, com a

⁴⁴ Ex-presidente da República, Partido Republicano (PR), Arthur Bernardes, e o Partido Social Democrático (PSD), de Juscelino Kubitschek.

⁴⁵ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm, acesso em 06/04/2023.

⁴⁶ SILVEIRA, Tamyres Virginia Lopes. **O papel das pequenas cidades na rede urbana: um estudo acerca da microrregião de Viçosa**. 2014. 98f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2014, p. 45.

⁴⁷ Declarações do entrevistado M.F.O 6, um ex-vice-prefeito de Porto Firme, concedida a esta autora no mês de março de 2022.

⁴⁸ “Deputado(a) Estadual, Partido: PR, Período: 1951 a 1963; Partido: ARENA, Período: 1967 a 1971; Período: 1973 a 1983; Partido: PDS, Período: 1983 a 1987.” E como Deputado(a) Federal - 1965-1966, MG, PR Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/130935/biografia>. Acesso em 18/05/2023

construção da Nova Matriz, e que culminou com a emancipação municipal, em 1953, um ano depois da inauguração do templo religioso. A partir desse ano, Porto Firme passou a ter mais de 200 moradias, renda superior a 100 mil, e número de habitantes (rural e urbano) aproximado de 10.400, além de cemitério municipal. Estes dados demonstravam que as exigências legais, estabelecidas pela Comissão de Estudos da Divisão Administrativa e Jurídica de MG - CIDADE, já estavam atendidas e, portanto, o distrito já estava apto a se desmembrar de Piranga e a se emancipar⁴⁹.

Em 1953, durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira⁵⁰, havia uma política estadual de reforma da divisão administrativa mineira, efetivada por meio da Lei n.º 1039 de 12/12/1953, que estabeleceu a divisão administrativa e judiciária de Minas Gerais, que passaria a vigorar a partir do ano seguinte⁵¹. Com a promulgação desta Lei, vários municípios em Minas Gerais foram emancipados, dentre eles: Porto Firme, Brás Pires, Bambuí, Capela Nova, Descoberto, São Miguel do Anta, Dolores do Turvo e outros. A partir da formalização deste processo emancipatório, os líderes políticos adquiriram mais poderes e tiveram a oportunidade de contribuir com o desenvolvimento local ou se auto beneficiarem.

Oliveira⁵² explica que, entre os anos de 1951 a 1954, o prefeito municipal de Piranga era o Senhor Sebastião Vidigal Fernandes (conhecido como Tatão de Deco)⁵³, morador de Porto Firme e amigo do governador de Minas Gerais. Ambos desejavam tal emancipação. Desta forma, as lideranças políticas, incluindo o referido prefeito de Piranga, realizaram as ações necessárias para efetivação da emancipação⁵⁴, oficializada pela Lei N.º 1039 de 12/12/1953.

A instalação do município de Porto Firme foi comemorada em primeiro de janeiro de 1954, com festas e discursos de lideranças políticas e outros. Dentre eles, estavam: Dr Amauri

⁴⁹ OLIVEIRA, Joaquim Quintão de. **Historiografia de Porto Firme**, Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.

⁵⁰ Foi governador de MG, entre os anos de 31/01/1951 até 31/03/1955; pertencia ao partido PSD.
<https://www.mg.gov.br/governador/juscelino-kubitschek-de-oliveira>

⁵¹ MINAS GERAIS. **Lei N.º 1039 de 12 de dezembro de 1953. Estabelece a divisão administrativa e judiciária do estado**, a vigorar de 1º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958 e dá outras providências. Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 12/12/1953. Disponível em: <https://bityli.com/XQEZTHXT>. Acesso em: 16/11/2022

⁵² OLIVEIRA, 2001. Op. Cit. Durante o processo de pesquisa não foi possível um maior aprofundamento sobre os trabalhos da comissão e do processo em si.

⁵³ Segundo consta, ele foi assassinado, relativamente jovem, por um homem que tinha problemas mentais. Posteriormente, o sujeito que praticou tal ato também foi assassinado.

⁵⁴ Podemos inferir que as ações do Sr. Tatão de Deco devem ter sido em torno de convencer a Câmara de Vereadores de Piranga a aprovar tal desmembramento, bem como em ações iniciais de infraestrutura local. Neste aspecto, os testemunhos dos moradores ressaltaram esta participação ativa deste líder político. Devido às limitações do tempo desta pesquisa e outros fatores, não foi possível aprofundar sobre este aspecto na cidade de Piranga.

de Carvalho, Dr. Cyro Maciel Aguiar, Adelaide Campos, Gastão Maciel Vidigal e Orlando Sobreira. O artigo 9 da referida Lei determinou a nomeação de um intendente municipal com a missão de providenciar a organização inicial do município, dos serviços públicos, a arrecadação dos impostos e administrá-lo até a eleição municipal. Assim, foi nomeado o intendente Dr. Oscar Soares de Souza Lima Filho. No final do ano de 1954, houve as eleições municipais e foi eleito o prefeito Francisco Xavier Chaves Paes.

Assim, estes aspectos supramencionados provavelmente foram decisivos para efetivação do processo de emancipação política administrativa de Porto Firme. No entanto, conforme mencionado por um colaborador da pesquisa, M.F.O 6, durante um certo tempo o resultado da eleição municipal em Porto Firme continuou a ser influenciado pelos representantes do poder da cidade de Piranga. Além do mais, esta emancipação foi apenas política administrativa, pois Porto Firme continua sendo vinculada a Piranga na parte judiciária.

Uma das colaboradoras deste trabalho, R.M.C.R 4, nos relatou durante as entrevistas que

(...) até 1953 Porto Firme não tinha ainda o número suficiente de moradias para ser emancipada. Então na época o prefeito de Piranga, que Porto Firme pertencia a Piranga, Tatão de Deco (...) tinha interesse por ser porto-firmense de emancipar a cidade. Então na época foi criada uma política aqui para aumentar o número de casas, inclusive, uma parte da Rua Coração de Jesus era feita de casas, todas iguais, que seria casas populares na época, mas bem construídas, de taco, janelas de madeira, tipo meio colonial, com alpendre, eram umas casas bonitas que formavam grande parte da Rua Coração de Jesus. Isto foi uma das medidas que foi tomada para emancipar. E o nosso padre também, Padre Raimundo Gonçalo Ferreira, também trabalhou muito por Porto Firme, e ele ajudava muito na administração e tudo⁵⁵.

Durante a entrevista, a colaboradora disse que, em relação ao número de habitantes ser de mais de dez mil habitantes, esse é um dado questionável e que pode ser uma informação histórica inexata. Entretanto, ela não soube informar qual era o número de habitantes estimados, mas apontou que alguns proprietários de imóveis urbanos no passado residiam na zona rural e tinham casa na cidade para eventualidades. É possível que, para alcançar o intento da emancipação político-administrativa de Porto Firme, os elaboradores do documento formalizado junto ao governo estadual possam ter usado algumas estratégias e recursos, dentre eles a superestimação de dados reais. Apesar disso, os idealizadores do projeto objetivaram e conseguiram convencer as autoridades sobre a viabilidade e que a localidade

⁵⁵ Trecho da entrevista da R.M.C.R 4, concedida a esta pesquisadora no mês de março/2022.

estava apta a tornar-se autônoma. Além disso, demonstraram que o distrito e as exigências legais cabíveis já estavam contemplados.

Mesmo não havendo uma grande densidade populacional urbana, a conquista da emancipação gerou a expectativa de haver um melhor desenvolvimento local. A respeito desse aspecto, assim como ocorreu em outras cidades, as mudanças e as conquistas efetivadas em Porto Firme foram graduais, promovidas pela administração municipal, pelos habitantes, proprietários de terras, lideranças, especialmente os líderes religiosos locais e da arquidiocese de Mariana.

Conforme apontado por Dantas, “o processo histórico não é construído sob a tônica da harmonia”⁵⁶, como muitos relatam. É provável que a emancipação de Porto Firme também tenha sido permeada por embates e conflitos. Esse aspecto, porém, não é explicitado na documentação consultada, bem como não foi manifestado pelos entrevistados neste trabalho. A pesquisadora supracitada faz ainda uma importante consideração sobre uma aparente brevidade e naturalidade do processo emancipatório. Segundo ela, tal processo

(...) escamoteia uma representação de poder, que foi o de buscar fazê-la dominante, ao passo que outras são ocultadas. O processo foi vencedor e trouxe, para frações dos grupos sociais, esperanças de crescimento e melhoria, provavelmente à revelia de outros projetos e possibilidades⁵⁷.

Conforme registros no Livro de Posse da Câmara Municipal de Porto Firme (CMPF), desde as cerimônias das primeiras posses, o ritual e os discursos dos representantes públicos eleitos, e dos poderes legislativo e executivo enalteciam seus compromissos regimentais em respeitar as leis vigentes e afirmavam que trabalhariam em prol do engrandecimento do município. É interessante notarmos esta ênfase dos eleitos para administrar e legislar, a verbalização de uma obediência às leis e a Constituição e a promessa de trabalhar pelo “engrandecimento do Município”. Para efetivar tal compromisso seria preciso uma maior dedicação ao cargo assumido que, na maioria das vezes, resume-se aos momentos de reuniões, ordinárias ou extraordinárias, ou das comissões.

Para ter um verdadeiro compromisso social, os vereadores e os prefeitos eleitos precisariam se dedicar à compreensão das leis vigentes relacionadas à administração municipal, o que exigiria um grau de conhecimento na área da gestão pública e do direito. E isto não corresponde à realidade atual e nem do passado, conduzindo há uma grande

⁵⁶ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008, p. 42.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 44.

dependência do trabalho e do suporte jurídico. Além disso, seria necessária a dedicação de uma carga horária semanal ao cargo assumido. Enfim, esses discursos de posse e outros desses representantes políticos fazem parte de um ritual e não necessariamente correspondem a um comprometimento com o cargo para o qual foram eleitos.

Numa discussão sobre a constituição dos saberes históricos e a formação de uma cidade, Dantas nos lembra de que o urbanismo não é uma ciência neutra e a idealização na construção de uma cidade é algo inatingível, pois “os habitantes dela se apropriam diferentemente, de acordo com seus projetos, seus interesses e seus anseios; o que acarreta não apenas uma série de conflitos, como também uma nova paisagem e modos específicos de vivência”⁵⁸.

Nesta perspectiva, a pesquisadora ressalta que o perfil, as experiências e os objetivos individuais e coletivos dos habitantes de uma cidade interferem diretamente na sua paisagem. Portanto, a identidade de um município é construída paulatinamente pelos seus atores sociais e cada cidade terá um perfil específico moldado pelos atores e suas ações no ambiente construído.

Em termos de concepção sobre paisagem urbana, um dos estudiosos que se destaca nesta temática é o geógrafo Denis Cosgrove, segundo o qual, o termo paisagem surgiu durante o Renascimento “para indicar uma nova relação entre os seres humanos e seu ambiente”. A concepção de paisagem defendida por este geógrafo é a de que ela é “uma maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e cujo mecanismo são acessíveis à mente humana”, sujeita a alterações e aperfeiçoamentos. Além das formas tradicionais de representação da paisagem – a pintura, a poesia, a música, o teatro e a fotografia – há temas que se destacam nesta representação, dentre os quais estão: “a vida humana, amor e sentimento e os invariáveis do mundo natural: a passagem das estações, o ciclo de nascimento, o crescimento, a reprodução, o envelhecimento, a morte, a deterioração, o renascimento” etc⁵⁹.

Cosgrove ressalta ainda três aspectos sobre o conceito de paisagem. O primeiro é relativo ao “foco nas formas visíveis de nosso mundo, sua composição e estrutura espacial”; o segundo trata-se da “unidade, coerência e ordem ou concepção racional do meio ambiente”; e o terceiro e último aspecto apontado por ele, é a “ideia de intervenção humana e controle das

⁵⁸ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008, p. 122.

⁵⁹ COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato Corrêa (Org.) **Geografia cultural: uma antologia**. Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 223 e 254.

forças que modelam e remodelam nosso mundo. Tal intervenção é relativa a “uma relação que harmonizaria a vida humana com a ordem ou o modelo inerente da própria natureza”⁶⁰.

Outra fundamentação teórica que embasa a concepção de paisagem adotada neste trabalho é a defendida pelo historiador Ulpiano T. Bezerra de Meneses. Diferentemente dos estudos mais clássicos que consideram a paisagem como sinônimo de natureza, de ambiente rural ou ainda como espaço, Meneses defende uma concepção de paisagem enquanto processo cultural, iniciado e institucionalizado entre os séculos XVIII e XIX. Neste período, havia a predominância de dois perfis, um nos Estados Unidos, de valorização de uma “natureza virgem”, e outro na Europa, de valorização de uma “paisagem bucólica”⁶¹. Estes modelos americanos e europeus influenciaram na concepção de paisagem de outros países, como o Brasil.

A definição do termo paisagem cultural passou por um longo processo histórico. Somente em 1992, no Encontro Técnico do Comitê do Patrimônio Mundial em Lapetite, França, é que foi introduzida a expressão “paisagem cultural”, se referindo à “obra combinada da natureza e do homem”. Nesse cenário, no entanto, ainda permaneceu a insuficiência na definição da paisagem cultural. De acordo com o geógrafo Carl O. Sauer, como explica Meneses, a paisagem geográfica é “o resultado da ação da cultura, ao longo do tempo, sobre a paisagem natural”⁶².

Meneses ressalta o duplo papel da paisagem, primeiramente como substantivo, um objeto que pode ser “visto, lido, decodificado, interpretado”, e, enquanto verbo, a paisagem é “um processo pelo qual se formam as identidades sociais e subjetivas”. Assim é importante “entender a paisagem como *prática cultural*, procurando identificar seus efeitos e o alcance dessa prática no interior da sociedade”⁶³.

No decorrer do desenvolvimento histórico e com a introdução de novas pesquisas, a questão urbana também passou a ser incluída nos estudos sobre a paisagem. Na contemporaneidade, a expressão paisagem aparece acompanhada com adjetivos ou categorizações, como: “paisagem natural, paisagem representada e paisagem construída, a expressão *paisagem urbana*, muitas vezes, simplesmente se superpôs a morfologia urbana” (...). “a cidade constituiu um dos principais lugares de paisagem”⁶⁴.

⁶⁰ Ibid, p. 224.

⁶¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 49.

⁶² Ibid., p. 51 e 52.

⁶³ Ibid., p. 33-34; expressão destacada pelo autor.

⁶⁴ Ibid, p. 30; expressão destacada pelo autor.

Meneses também explica que, para Milton Santos, a paisagem refere-se ao “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. O espaço são essas formas, mais a vida que as anima”⁶⁵. Neste sentido, a paisagem urbana é construída a partir da ação humana, que define as formas e as interações materiais e simbólicas num determinado espaço e tempo, sendo conseqüentemente influenciada por questões históricas, culturais, políticas, econômicas e sociais.

Outro aspecto fundamental da definição de uma paisagem é sua relação intrínseca com a percepção visual e a representação. Meneses afirma que “a paisagem é um modo de ver” as formas projetadas que compõem a superfície terrestre. Nesta perspectiva, a paisagem é um “objeto de apropriação estética, sensorial” é algo concreto, perceptível pela observação, que permite representá-la por meios visuais, verbais, de forma “simultânea e simbioticamente”⁶⁶. Assim, a paisagem percebida é também construída, pois envolve a subjetividade humana, ou seja, a paisagem existe a partir das diferentes percepções sobre ela. O olhar, a percepção e a representação da paisagem (por meio de palavras, imagens ou outras formas) variam de acordo com o período histórico. Essas assimilações são influenciadas ainda pela cognição, pelos valores e pelas experiências do próprio sujeito, bem como pelo contexto histórico vivido, pelo recorte espacial e pelos objetivos específicos do observador. Como consequência, esses fatores impactam nas ações efetivadas nas paisagens.

Desde o século XVIII já eram evidenciadas as implicações de diferenciação social da forma de olhar a paisagem. Na Inglaterra, por exemplo, o bom gosto das classes sociais mais altas implicava no culto ao pitoresco. “Os termos, *pitresco*, *belo e sublime* foram então utilizados quase como se equivalendo, no propósito de caracterizar qualquer paisagem com rochedo, montanhas e cursos d'água, que não pudesse ser apreciada por referência às simetrias de um código estilístico, o neo-classicismo”. Durante a Revolução Industrial, a “progressiva extensão das vias férreas” passou a ter “uma nova visão da paisagem”, ou seja, um novo padrão de observar a paisagem se estabeleceu, passando a adotar uma forma de ver “por meio de caleidoscópicos ou panorâmicos”⁶⁷. Esta forma de olhar a paisagem de forma distanciada levou a leituras superficiais da realidade.

⁶⁵ Ibid., p. 30;

⁶⁶ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 32.

⁶⁷ Ibid, p. 46. Expressão destacada pelo autor.

A partir do final do século XIX, por influências do capitalismo industrial, houve uma redução da valorização dos aspectos artísticos da paisagem. Com o advento da fotografia surgiu a possibilidade de quaisquer indivíduos exercerem esse “controle visual sobre a realidade externa” (...), “disseminado a apropriação visual da natureza como mercadoria de acesso imediato”. Na Inglaterra, por exemplo, a fotografia passou a cumprir um papel de “fixar uma realidade em transformação acentuada”, tendo uma “função de registro e refúgio de visões nostálgicas, modelares ou mesmo quintessenciais, arquetípicas: os bosques, a aura mágica, o espírito profundamente rural carregam sensações sempre tranquilizantes, pacíficas, harmoniosas, condensadoras de um espírito britânico”⁶⁸. Nesse sentido, podemos perceber o papel revolucionário das paisagens no mundo das representações, o qual é proporcionado com os registros fotográficos.

Na contemporaneidade, por exemplo, este olhar sobre a paisagem urbana, por uma parte significativa da população é um “olhar adestrado” ou direcionado pela publicidade e pela lógica capitalista do consumismo. Segundo Meneses, a consequência disso é a desmaterialização da cidade e da paisagem, “reduzindo-a meros símbolos abstratos, que podem ser selecionados e re combinados infinitamente, segundo interesses imediatos ou predominantes”⁶⁹. Felizmente, ainda é possível que este olhar sobre a paisagem urbana seja crítico ou passivo, diante das diversidades existentes e das representações impostas. Assim, por exemplo, uma fotografia tirada de uma praça pública de uma cidade é um recorte espacial, histórico e social que possibilita diferentes interpretações e ações.

A beleza e a estética são termos que permeiam o conceito de paisagem. De acordo com o referido autor, “a apropriação estética é fundamental na construção da paisagem. Entenda-se o estético como se referindo não à beleza, mas ao universo mais amplo, complexo e rico da percepção”. Logo, a apropriação estética da paisagem envolve: “legibilidade”, “imaginabilidade” e a “capacidade de preencher uma expectativa formal”. A forma de considerar algo belo pode variar “ao longo do tempo e do espaço. Não é imanente à coisa, mas obrigatoriamente atribuída”⁷⁰. Ou seja, cada nação ou comunidade tem seu próprio jeito de considerar algo belo ou não, sendo influenciada pelos contextos históricos, políticos e culturais.

⁶⁸ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. *In*: YÁZIGI, Eduardo (org.) **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 35 e 36.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 54.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 31 e 32.

Outrossim, há pistas materiais na paisagem “que permitem perceber seu caráter histórico”, ressalta o Meneses, explicando que a paisagem “é como nossa pele, condenada a conservar cicatrizes de feridas antigas”⁷¹. Assim, quando observamos algumas realidades urbanas, como o caso de algumas áreas mais antigas de Porto Firme, as marcas do seu ordenamento no passado permanecem bastante evidenciadas, por exemplo, na formação das ruas estreitas e curvas acentuadas, as quais foram construídas de acordo com as necessidades e o contexto histórico, num período anterior à década de 1950.

Para Meneses, “a paisagem é um organismo vivo, orgânico, dinâmico, ainda que possa incluir objetos inorgânicos (naturais ou antrópicos) de maior estabilidade”⁷². Nesse sentido, alguns elementos paisagísticos devem ser preservados considerando seus valores funcionais em vez dos formais, dentro da gestão territorial. Ademais, as paisagens ordinárias ou do cotidiano devem também ser valorizadas.

Nesta abordagem, o autor afirma que “os significados mais profundos da paisagem” encontram-se nos seus usos e nas relações estabelecidas entre os seres humanos e os espaços. Para ele, “a capacidade de mobilização cognitiva, estética e afetiva da paisagem faz com que ela possa ser explorada nas mais variadas direções, nas quais sempre se introduz a dimensão do poder. Ela serve de vetor para tornar concretos conceitos abstratos”⁷³. Historicamente, os representantes do poder político ou da classe dominante, cientes das possibilidades de exploração da paisagem, costumam utilizá-la de acordo com seus interesses. As posturas adotadas pelos mesmos diante das paisagens, sejam elas físicas ou representadas, tendem a ser de exploração. No caso das paisagens urbanas, as ações são realizadas de forma sutil e/ou estratégica, mascarando-se as contradições e fragilidades existentes.

Nesse âmbito, cumpre esclarecer que as representações de paisagens (por meio da pintura, cartão-postal ou da fotografia, por exemplo) não são necessariamente equivalentes à paisagem em si, como muitos acreditam. De acordo com Meneses, esta é uma crença equivocada, uma vez que “a relevância da representação paisagística muitas vezes chega a inverter os termos, restringindo ou anulando o próprio objeto da representação”. Desde o século XVIII, uma das representações das paisagens urbanas muito utilizadas foi o cartão postal. Ele passou a “disciplinar os modos de ver a paisagem urbana, os pontos de vista, as angulações adequadas, os componentes (espaços, estruturas, mobiliário urbano, veículos,

⁷¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. *In*: YÁZIGI, Eduardo (org.) **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 37.

⁷² *Ibid.*, p. 53.

⁷³ *Ibid.*, p. 40.

circunstantes - ou sua ausência”. No caso brasileiro, na atualidade, qualificamos como “cartão-postal as paisagens que parecem excessivamente compostas, isto é, designar como imagem o fotogênico”. Esta forma de representar a paisagem é considerada, pelo mesmo autor, como “um catalisador poderoso de marcos paisagísticos, predominantemente urbanos”⁷⁴. Tal tipo de representação é parcial, não engloba o todo da cidade, suas fragilidades e as diferenciações existentes. Desta forma, uma área urbana e alguns equipamentos urbanos, criados, enaltecidos e representados em imagens consideradas esteticamente belas também são chamados pela população como cartão-postal. Em Porto Firme, por exemplo, é comum as pessoas afirmarem que o cartão-postal local é o conjunto da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Praça Padre Raimundo, pois consideram belos estes elementos dessa paisagem urbana.

De acordo com Meneses, a paisagem é fundamental para o “equilíbrio da vida”. Além disso, ela responde

(...) aos imperativos da territorialidade e da pertença, isto é, às necessidades de inserirmos nossa trajetória biográfica não apenas num eixo temporal, mas também espacial. (...) Esta necessidade é cultural, isto é, ela atende a requisitos de produção e reprodução material da vida, mas tal resposta a necessidades vem impregnada de sentidos, de valores, de expectativas⁷⁵.

Ao longo das discussões deste mesmo autor, percebemos que a concepção de paisagem defendida por ele perpassa por alguns aspectos essenciais, dentre eles: a existência de diversos tipos de paisagem e suas qualificações; a percepção visual, os diferentes tipos de representação paisagística, o recorte espacial, temporal e histórico, a preservação e os usos que fazem da paisagem. Nesta perspectiva, percebemos que a paisagem é um processo cultural e sua existência é essencial para a qualidade de vida, para o bem-estar social e mental da população.

Desta forma, consideramos que a paisagem urbana se constitui por elementos naturais e por elementos/ambientes produzidos por ações antrópicas, como parques, praças, jardins – edificações projetadas e construídas pelo próprio ser humano. Além da ação humana, a paisagem urbana está sujeita a transformações por ações naturais ou condições climáticas, como o vento, a chuva, a seca, o calor, a neblina etc. No espaço urbano, as intervenções são bastante intensas e apresentam diversas consequências imediatas ou a longo prazo ao ser

⁷⁴ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. *In*: YÁZIGI, Eduardo (org.) **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002p. 46-47; 34; p. 36.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 59.

humano e ao meio ambiente como um todo. Esta paisagem, portanto, é resultado de um processo histórico e cultural, permeado por narrativas, conflitos, disputas, negociações, ações individuais e coletivas.

De acordo com Bresciani, em termos do cotidiano na cidade, ainda na primeira metade do século XIX prevalecia uma visão de que para “viver nas cidades seria necessário desenvolver uma nova sensibilidade: educar o olhar, a audição, o olfato, esses sentidos que nos orientam em meio a selva urbana e sua fauna”⁷⁶. Com o passar do tempo, uma das características das grandes cidades é a de que as pessoas passaram a viver de forma mais isolada e se reconhecerem pela aparência. A partir do século XX, a preocupação principal acerca da cidade era com relação à questão sanitária. Nesse contexto, também a articulação dos conhecimentos médicos e de engenharia contribuiu para os avanços dos saberes sobre a cidade e o urbanismo. A cidade e sua paisagem já eram consideradas como o resultado de um processo histórico, lugar do exercício de poder, exercido por meios contratuais e jurídicos, isto é, um lugar de direitos, regida pelo pacto social.

Em se tratando da realidade de Porto Firme e em consonância com o que afirma Dantas⁷⁷, o perfil urbano que prevaleceu por muitas décadas a partir do processo de emancipação foi de uma relação muito próxima com o meio rural, bem como a existência de traços em comum, como a questão do ritmo ditado pelas estações do ano. No período chuvoso, havia muito barro, pontes destruídas pelas enchentes (como uma das mais trágicas, ocorrida em 1951), mercadorias e pessoas impedidas de circularem. Já no período das secas, as pessoas eram obrigadas a conviver com a poeira e a dificuldade de manter suas casas limpas. Assim, os primeiros administradores municipais realizaram algumas obras estruturais de alto custo, como o caso da canalização da água da comunidade rural do Laranjal para a cidade. Tais escolhas e decisões políticas demonstram um perfil de gestão municipal da cidade neste período e foram determinantes no ordenamento inicial da cidade, bem como no seu desenvolvimento posterior.

A elite dominante local uniu esforços com a administração municipal, movidos por interesses diversos, como a satisfação de seus próprios anseios de manutenção no poder, e, utilizando um discurso de engrandecimento da cidade ou da sua modernidade e civilidade, trabalharam em prol das implantações dos serviços públicos de infraestrutura urbana, como a energia elétrica, canalização da água potável, telefonia, educação básica e da ordenação

⁷⁶ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

⁷⁷ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008.

espacial. Para tais realizações e disciplinamento da população local, foram pautadas a elaboração e a implementação de leis e regulamentos municipais, bem como a colaboração da população. Contraditoriamente, mesmo dentro desta lógica capitalista e elitista, configurada em um projeto social excludente e desigual, a população também foi beneficiada por estes investimentos públicos.

Uma parte significativa do Livro n.º 1 das Leis Municipais de Porto Firme, elaboradas entre os anos de 1955 a 1961 (Leis 001/55 a 195/61), versou sobre os impostos e as taxações urbanas. Ou seja, para promover a urbanização inicial foram instituídas algumas leis estabelecendo as principais fontes de recursos necessários para as primeiras ações do ordenamento urbano.

A primeira lei municipal promulgada no dia 21/02/1955, por exemplo, foi uma autorização do aumento de impostos em vinte por cento. Este reajuste do imposto, por meio de uma nova lei, estava amparado pela Lei n.º 1039 de 12/12/1953⁷⁸, Artigo 11, que autorizava tal regulamentação tributária, ancorada nos antigos municípios aos quais as novas cidades pertenciam anteriormente. Conforme previsto no artigo da referida Lei, durante certo tempo, a cidade foi conduzida por regulamentações existentes antes do desmembramento de Piranga e, gradualmente, o poder público municipal foi instituindo sua própria legislação.

A partir da leitura das regulamentações criadas e estabelecidas entre os anos de 1955 e 1961, logo após a efetivação do processo emancipatório, percebemos a existência de alguns elementos presentes na paisagem urbana de Porto Firme desse período, bem como de algumas características que marcaram esta localidade, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Leis promulgadas entre os anos de 1955 e 1961 e sua relação com elementos da paisagem urbana de Porto Firme

LEI	TEMA	DETALHES
Lei 05 de 21/02/1955	Plano Diretor da cidade de Porto Firme	Esta lei tratou sobre o pagamento dos trabalhos realizados pelo topógrafo na construção do referido plano (Livro 1, p. 12).
Lei 07 de 21/02/1955	Formigas saúvas	Existência de formigas saúvas no espaço tornado urbano e adjacências e ações do poder municipal voltadas para a sua

⁷⁸ MINAS GERAIS. **Lei Nº 1039 de 12 de dezembro de 1953**. Estabelece a divisão administrativa e judiciária do estado, a vigorar de 1º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958 e dá outras providências. Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 12/12/1953. Disponível em: <https://bityli.com/XQEZHXT>. Acesso em: 16/11/2022.

		extinção.
Lei 11 de 21/02/1955	Animais vagando pelas ruas da cidade (caprinos, suínos, cavalos, mulas)	Criação de multas para tentar coibir tal fato.
Lei 15 de 21/02/1955	Clandestinidade comercial	Tentativa de impedir a existência de estabelecimentos comerciais clandestinos e sonegadores de impostos.
Lei 22 de 09/05/1955	Rua Coração de Jesus	Foi esta lei que a renomeou. Anteriormente ela era chamada Rua 13 de Maio.
Lei 33 em 27/10/1955	Planta topográfica e cadastral ⁷⁹	Realização do levantamento da planta topográfica e cadastral da sede do Município.
Lei 16 de 21/02/1955; Lei 90 de 1º/01/1958; Lei 115 de 1º/01/1959 e outras	Serviço de limpeza pública	Leis criadas para regulamentar este serviço, como a coleta e remoção de lixo realizado por meio de animais e veículos.
Lei 51 de 14/03/1956 e Lei 144 de 09/05/1959.	Clube de futebol	Criação do Porto Firme Futebol Clube e do vestiário interno.
Lei 52 em 20/06/1956; Lei 65 de 21/02/1957, Lei 80 de 1º/01/1957; Lei 100 de 17/03/1958; Lei 109 de 07/07/1958; Leis 164 de 19/02/1960 e outras	Iluminação pública/domiciliar	Criação da cobrança de taxas pelo uso da iluminação e de aparelhos elétricos (rádio e passador de roupa), instalação da rede elétrica dos domicílios à rede pública. Foi construída a “Usina Elétrica de Sete Curvas”, posteriormente renomeada para “Usina Elétrica de Santo Antônio”. Foram utilizados, por várias vezes, os recursos de crédito especial para tal investimento, manutenção na rede e para levantamento da planta geral da Usina (regularização da Usina) junto ao Ministério da Agricultura do RJ.
Lei 54 em 20/06/1956 e Lei 72 de 10/05/1957	Cemitério	Neste período ele pertencia a Igreja Católica, mas a prefeitura contribuía financeiramente com algumas despesas (reparos, aquisições de materiais etc.).
Lei 82 de	Lepra (hanseníase)	Construção do pavilhão do Serviço

⁷⁹ Esta planta não foi encontrada nos arquivos municipais durante a pesquisa.

17/07/1957		Nacional da Lepra, ou seja, havia leprosos na cidade.
Lei 88 de 29/10/1957	Serviço de água	Além desta lei, outras também foram promulgadas em prol deste serviço e de obras para abastecimento de água da sede do município.
Lei 111 de 17/07/1958.	Templos religiosos	A prefeitura auxiliava financeiramente nas obras de reconstrução e reformas dos templos religiosos, como o ocorrido na reconstrução da Igreja do Rosário.
Lei 119 de 06/12/1958	Açougue	Construção de açougue - suínos/bovinos, destinado a abastecer a população da cidade, mediante concorrência pública.
Lei 124 de 06/12/1958	Reforço policial	Reforço do policiamento na cidade no período de 20/09 à 06/11/1958. Abertura de crédito especial para pagamento de hospedagens deste ato ⁸⁰ .
Lei 127- em 23/02/1959	Isenção de taxas e impostos	Os beneficiários desta lei foram: o Hospital Dom Silvério, a Igreja Matriz e a casa paroquial.
Lei 157 de 16/10/1959	Cadastro imobiliário	Revisão dos valores básicos dos lançamentos dos IPTU ⁸¹ .
Lei 172 de 23/09/1960	Serviço de telefonia	Instalação de linha telefônica de Porto Firme à Viçosa e do serviço telefônico na sede do Município.
Lei 175 de 23/09/1960	Grupo Escolar “Imaculada Conceição” (atual E. E. Imaculada Conceição)	Obras de reparo nesta instituição e ajustes entre a PMPF e a Campanha de Reparo e Recuperação de Prédios Escolares do Estado (CARRPE).
Lei 184 de	Remoção de	Remoção (amigável) de uma casa na Praça

⁸⁰ Considerando a data, percebe-se que este reforço policial ocorreu no período eleitoral na cidade. Tal fato nos induz a pensar na existência de comportamentos violentos ou inadequados por alguns porto-firmenses no período da campanha política e na eleição dos representantes do poder local. Esta realidade ainda é muito marcante em Porto Firme. Inclusive, não há debates públicos durante a campanha eleitoral entre os candidatos por preocupação com questões de segurança pública, conforme testemunho de um dos entrevistados durante a pesquisa de campo, F.M.B.W 9, em abril de 2022.

⁸¹ Mediante declaração escrita do proprietário, a partir de modelos pré-estabelecidos pela PMPF (tentativa de regularizar os dados cadastrais dos imóveis e uma atualização da cobrança dos impostos). Houve uma comissão responsável pelo levantamento do cadastro e pela revisão dos valores, constituída pelo prefeito, funcionários municipais e um representante de classes (não houve maiores detalhamentos sobre esta comissão). Porém, sobre as normas para as novas cobranças, houve vários artigos regulamentando o assunto, bem como o estabelecimento de multas para os contribuintes infratores.

10/11/1960	casa/alinhamento de rua	Getúlio Vargas, do Senhor José Josafá Sobreira ⁸² , para retificar o alinhamento da Rua Dom Silvério, por meio de indenização ou auxílio.
Leis 186 de 04/04/1961; 189 de 28/11/1961, 190 de 28/11/1961	Empréstimos e aberturas de créditos	Versou sobre empréstimo por antecipação de receita junto aos bancos públicos, como à Caixa Econômica, abertura de crédito especial e/ou suplementar.
Lei 187 de 04/04/1961	Delegacia	Instalação da Delegacia de Recrutamento Militar e do Tiro de Guerra

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das legislações municipais, entre os anos de 1955 a 1961.

Estas regulamentações deste período foram estabelecidas pelos dois primeiros prefeitos de Porto Firme, Francisco Xavier Chaves Paes e João José de Barros, conhecidos como “Neném Paes” e “João de Barros”, respectivamente. Muitas obras, projetos e realizações dos serviços públicos da cidade foram executados a partir destas regulamentações lideradas por essas lideranças à época. É interessante perceber que as ações supracitadas impactaram significativamente nos delineamentos e nas transformações desta paisagem urbana. Elas demonstram a existência, em Porto Firme, desde a década de 1950, de várias edificações, como o Hospital Dom Silvério, reconstruído e ampliado em anos posteriores, assim como a casa paroquial. Por um longo período, a cidade permaneceu com fortes características rurais, como, por exemplo, a presença e a utilização de animais como principal meio de transporte, além da existência de formigas. Este perfil foi sendo modificado por ações e legislações dos ex-administradores municipais, que objetivavam modificar comportamentos considerados inadequados por estes agentes públicos, como no caso da sonegação de impostos, bem como promover o ordenamento urbano.

Algumas leis também foram elaboradas no sentido de obrigarem os consumidores a pagar as taxas de impostos e serviços públicos, por meio de estabelecimento de punições aos habitantes inadimplentes, sob pena, inclusive, de ficarem sem os serviços (a exemplo da Lei 162 de 10/11/1960). Por outro lado, os referidos ex-prefeitos de Porto Firme criaram várias leis de perdão de multas (desobrigando do pagamento de taxas) a pessoas específicas ou não. Isto demonstra as posturas contraditórias dos ex-prefeitos e também um exercício contínuo

⁸² Este senhor foi um dos maiores donatários de terras na região da Nova Matriz, na segunda metade do século XX (aproximadamente), conforme Figura 2 - Mapa parcial da divisão territorial urbana.

dos mesmos no sentido de tentar fazer com que os habitantes cumprissem estas obrigações, embora a existência dos infratores fosse recorrente.

Depreende-se que a tentativa de planejar a cidade, de organizá-la e a preocupação com sua imagem se fez presente desde as ações do primeiro prefeito de Porto Firme. Por exemplo, nas ações do Senhor Francisco Xavier, como a criação da Lei 05 de 21/02/1955, que dizia respeito da contratação de um topógrafo para elaborar o plano diretor da cidade, e da Lei 33 em 27/10/1955 para realização de levantamento da planta topográfica e cadastral da sede do Município. Como veremos adiante com mais detalhamento, na parte da região próxima a Escola Estadual Imaculada Conceição (EICON), e no local onde foi construído, posteriormente, o Paço Municipal na década de 1960, já havia uma preocupação da administração municipal com o embelezamento da cidade. Desde sua formação inicial, em meados dos anos de 1940, essa área tornou-se mais privilegiada/valorizada em detrimento de outros espaços urbanos.

A pesquisadora Dantas⁸³ ressaltou o papel das legislações urbanas enquanto um mecanismo de regular e controlar o espaço urbano e as relações dos seus moradores, que na maioria das vezes possuem práticas e comportamentos bastante divergentes. No caso de Porto Firme, as leis municipais promulgadas entre os anos 1955 e 1961 demonstraram, ainda, a intenção de iniciar as primeiras providências para promover um melhor bem-estar e qualidade de vida da população urbana. Dentre elas, a limpeza e a saúde pública, especialmente nesta nova região próxima da Igreja Matriz, com maior concentração de propriedades da elite dominante.

Além das leis municipais promulgadas de forma isolada, um importante instrumento normativo de uma administração municipal e de ordenamento do espaço urbano é o Código de Posturas. Ele tem um caráter preventivo, com medidas voltadas para assegurar a ordem e a segurança da vida urbana. Dantas considera-o como uma “espécie de manual de civilidade, para adequar os comportamentos e difundir formas de sociabilidade e sensibilidade (...) dentro da cidade”. Também nesta mesma perspectiva, a professora Patrícia Vargas L. de Araújo sintetiza-o como sendo um “padrão básico de ordem urbana”, a orientar a organização do espaço público. Tal Código de Posturas, a exemplo do município de Porto Firme⁸⁴, é constituído de conteúdos relacionados a: logradouro público, trânsito, calçadas, arborizações, mobiliários urbanos, comércio, manifestações populares, eventos públicos; construções,

⁸³ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008.

⁸⁴ Prefeitura Municipal De Porto Firme. **Lei 900/2005**. Código de Posturas do Município de Porto Firme.

conservações e manutenções de propriedades; ordem, decoro e sossego público; infrações e penalidades etc. Assim, o referido código procura uniformizar e conter comportamentos, organizar as práticas no espaço público e privado, direcionar o crescimento e o desenvolvimento da cidade. Nele está implícito o anseio por um tipo de cidadão (e de cidade) ideal, assim figurando o governo das próprias vontades em prol de um bem comum e/ou segurança pública.

Dessa forma, percebemos a importância de a população estar atenta e avaliar continuamente o conteúdo do Código de Posturas, e, quando for necessário, cobrar da administração municipal sua reformulação. Esta padronização no ordenamento urbano deve ser representativa de todos os grupos sociais existentes na cidade, e, quando não o for, cabe à comunidade reivindicá-la. É preciso que a elaboração destas regulamentações (Código de Postura, Lei Orgânica e outras leis relacionadas ao ordenamento do espaço urbano) seja mais inclusiva e democrática, prezando por um ambiente em que prevaleça o respeito aos direitos e os deveres do cidadão.

Ter um olhar crítico, distanciado do passado, contribui para uma melhor compreensão do presente. Os acontecimentos e as ações não só marcaram a história local como também impactaram no ordenamento territorial e nos demais direcionamentos administrativos de Porto Firme. Nessa seara, é preciso entender que o processo de desenvolvimento de uma cidade não é necessariamente evolutivo e linear. A paisagem urbana é resultado das escolhas, das ações dos administradores municipais e da população e estão sujeitas a acertos e desacertos. O que se espera dos mesmos é que se empenhem ao máximo para que suas decisões sejam bem-sucedidas. Nesta perspectiva, entendemos que, quando se almeja transformar e melhorar a qualidade de vida coletiva, as decisões devem pautar-se no conhecimento científico sobre as cidades, produzido por diversas áreas, bem como nas experiências políticas administrativas passadas e nas perspectivas futuras.

No processo histórico de transformação das cidades é perceptível um vínculo, um entrelaçamento entre lideranças religiosas e políticas. Junto com a edificação de um grande templo religioso católico, muitas transformações na paisagem acompanham esta construção. Assim, a pesquisa de campo sobre Porto Firme evidenciou uma relação estreita nas ações envolvendo a edificação da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, a urbanização e a modernização da região próxima a ela.

1.2 A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a paisagem da região central de Porto Firme

Alguns fatos ocorridos na década de 1940, como a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (conhecida como Nova Matriz), e demais providências que culminaram com sua inauguração, ocorrida em 1952, são fundamentais para a compreensão do processo de municipalização e da transformação da paisagem de Porto Firme.

A edificação de um templo religioso, desde os períodos mais remotos da humanidade, funcionava como um ímã que reunia os indivíduos e consolidava uma aliança. Assim, a decisão e a ação de construir uma Nova Igreja Matriz em outro local tiveram uma importância fundamental no processo da transformação do povoado de Porto Firme. Segundo Rolnik, “a cidade dos deuses e dos mortos precede a cidade dos vivos, anunciando a sedentarização”⁸⁵. Nos primórdios da civilização, os homens se reuniam para cultuar os deuses e para produzirem seu próprio alimento, gerando um excedente para além das necessidades de consumo imediato. A autora explica, ainda, que neste processo de construção de templos religiosos, também “fabricavam um habitat sobre a natureza primeira, se organizavam enquanto organização política, lançando-se conjuntamente em um projeto de dominação da natureza”. Desta forma, a cidade é um espaço atrativo e capaz de reunir e concentrar homens como se fosse um ímã. É também um lugar de trabalho, moradia e cerimonial. E para sobreviver coletivamente e produzir seu sustento, houve a necessidade de as pessoas criarem normas e regulações para se relacionarem e se respeitarem.

Segundo informações do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Porto Firme, Inventário de Proteção ao Acervo Cultural (IPAC)⁸⁶, desde o ano de 1753 já havia uma capela na cidade, a de “Nossa Senhora da Conceição” (atual Igreja Nossa Senhora do Rosário). Esta tinha como responsável à época o padre Jerônimo José de Oliveira. Por volta de 1900, com o crescimento da comunidade e o aumento do número de fiéis, o referido templo religioso foi ampliado sob os cuidados do padre “Chiquinho”. Naquele período, quem respondia por esta comunidade católica eram os padres de cidades vizinhas, como Calambau (atual Presidente Bernardes).

Em 1935, chegou ao Distrito de Porto Seguro o padre Raimundo Gonçalo Ferreira, tendo permanecido até 1955, quando a cidade já havia se desmembrado do município de Piranga. Durante sua atuação como pároco e liderança espiritual, este líder deixou importantes obras e foi/continua sendo muito valorizado pela comunidade. No referido período, a então

⁸⁵ ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 12.

⁸⁶ Dossiês do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, IPAC, 2011, p. 79. Mais detalhes sobre as nomeações deste Conselho, na parte dos anexos deste trabalho.

capela de “Nossa Senhora da Conceição” se tornou paróquia, e a Igreja se tornou Matriz “Nossa Senhora do Rosário”⁸⁷, tendo para si conferida, a partir disso, alguns direitos e privilégios específicos de igrejas paroquiais⁸⁸. O núcleo urbano situava-se próximo desta Igreja, num lugar mais alto do povoado, em direção à saída para a cidade de Guaraciaba.

Com o crescimento do povoado, o referido padre e a comunidade decidiram construir uma Nova Matriz. Assim, entre os anos de 1945 e 1952, sob a liderança do Padre Raimundo, com empenho e muita colaboração dos fiéis católicos porto-firmenses a obra da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição foi efetivada do lado direito do rio Piranga. Por outro lado, a Igreja do Rosário tornou-se preterida neste processo: ela continuou existindo, com missas uma vez por semana, mas perdeu seu destaque na cidade. Em outubro, entretanto, durante a Festa do Rosário, há grandes comemorações, celebrações, procissão e apresentação de congado, em que os fiéis se vestem de reis e rainhas etc. As entrevistas demonstraram grande apreço por parte desta comunidade em participar desta tradicional manifestação cultural-religiosa, que mistura espiritualidades católica e de matriz africana.

O projeto de construção inicial da Igreja previa a sua edificação no local onde é a EICON, segundo relatos durante a pesquisa de campo. Entretanto, conforme os mesmos participantes, foi decidido construí-la num lugar mais elevado, com isso tornando o templo religioso um elemento da paisagem urbana mais evidenciado. Na ocasião, fizeram um templo impactante, imponente, em termos de estrutura física.

Para a conclusão desta edificação religiosa muitos esforços, campanhas, leilões, doações de materiais, de mão de obra e recursos foram empregados – tudo isso sem perder de vista que se tratava de um período em que as estradas e os maquinários eram muito precários. Naquela época, o tijolo era um dos materiais mais usados nas edificações, e a força animal e humana era a que prevalecia.

Mediante tais esforços, observamos o poder de liderança que o Padre Raimundo tinha nesta comunidade. As duas estratégias planejadas por ele no sentido de embelezar este grande templo religioso foram as pinturas no teto, paredes e a aquisição e instalação dos vitrais. Desde a idade média, estes elementos arquitetônicos são usados enquanto recurso estético, de embelezamento e também como recurso visual de evangelização dos fiéis católicos. Nesta

⁸⁷ A igreja católica e a figura do padre sempre foram consideradas de extrema importância, não só no aspecto religioso, mas em outros aspectos da vida social e política brasileira. Para os porto-firmenses, a Igreja N.S. do Rosário é um importante patrimônio cultural e faz parte da identidade desta comunidade. Está localizada do lado esquerdo do rio Piranga, deixou de ser a Matriz, mas continua cumprindo sua função inicial de ser um templo religioso, local de celebrações, missas etc.

⁸⁸ Dossiês do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, IPAC, 2011, p.79 e Livros de Tombo 1, p. 39.

Nova Matriz são seis vitrais no altar-mor que representam, em ordem cronológica, os acontecimentos e narrações bíblicas ou da vida de Jesus. Há outros vitrais com representações religiosas instalados nas fachadas laterais deste templo, os quais foram recebidos por doações de famílias porto-firmenses⁸⁹.

Ao longo do tempo, houve também diversas obras no entorno desta Igreja e aquisições, como a de uma imagem de Nossa Senhora das Graças, em Juiz de Fora, instalada no Adro (situado no entorno da Matriz), ao lado direito dela; e a colocação de três sinos na sua torre, adquiridos do Rio Grande do Sul. Estas obras, em um período de muita precariedade e dificuldades, relativas a estradas, meios de transportes e de comunicação, demonstram a capacidade de articulação e a disposição de trabalhar para alcançar os objetivos propostos pelos líderes locais e seus apoiadores. Estas posturas não os tornam heróis, mas homens que souberam agir dentro das circunstâncias daquele tempo e que deixaram suas marcas e contribuições.

⁸⁹ Segundo os relatos do IPAC (2011, p. 82), no ano de 1951, o padre Raimundo contratou um pintor de Ubá (cidade próxima), chamado Senhor Geraldo Secchi, que juntamente com o construtor Rafael Juliano e os membros da comissão, planejaram os detalhes da pintura interna e externa da Nova Matriz. O pintor contou com a colaboração de Jorge Júlio e Francisco Antônio nos trabalhos. Algumas de suas pinturas retratadas foram: São Marcos, São Lucas e São João, entre outras. Devido a algumas divergências da comissão na avaliação no trabalho de pintura da igreja realizado pelo Sr. Geraldo Secchi, a continuidade dela, em suas paredes, se deu por outro pintor, o professor Ângelo Bigi, que fez os murais e quadros, entre eles o batismo de Jesus e os evangelistas. O pintor Sr. Geraldo Secchi, depois de terminar este trabalho, ao se preparar para retornar à sua terra natal, foi assassinado em 11/07/1952, por um senhor, pai da moça com quem ele pretendia se casar, mesmo sem a permissão.

Figura 4 – Igreja Matriz de N. S. da Conceição; ao lado direito, a casa paroquial e uma das primeiras casas desta região, em frente à Praça Padre Raimundo, 28/05/1960⁹⁰



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9.

Em termos de caracterização interna e externa deste templo religioso, temos uma descrição minuciosa, realizada pelo conselho patrimonial (2010)⁹¹ e por uma empresa especializada. Além de sua beleza (este aspecto na parte interna deste templo foi comprometido por uma reforma inadequada realizada em 2004) e imponência, destacamos alguns elementos desta edificação: seu formato é de cruz latina, tem dimensões com maior profundidade e menor largura, ocupa um “quarteirão de larga extensão”, com “afastamentos laterais e posterior” e construída em estilo eclético e neoclássico.

⁹⁰ Trata-se de um evento envolvendo uma visitação e apresentações culturais de, aproximadamente, 2.000 alunos (uniformizados) e professores das escolas rurais que vieram à cidade, lancharam na EICON e foram para a missa. As apresentações contaram com a presença de autoridades políticas locais e estaduais, como Dr. Cyro Maciel, Deputado estadual.

⁹¹ Conforme apostila do Conselho Patrimonial de Porto Firme, IPAC, 2011, p. 29 a 38: (...) “A igreja está implantada no alinhamento da via” e sua calçada tem, aproximadamente, 110 metros em concreto, formando o adro. Seu estilo é eclético, possuindo elementos neogóticos - “como arcos ogivais (...) ornamentos nas extremidades dos pilares” (...) e “neoclássicos - arco pleno, utilização menos carregadas de adornos e emprego de mármore e bronze”; (...) a “edificação possui volumetria predominantemente vertical reforçada pela presença da torre sineira na fachada frontal”, em formato de torreão, e estrutura em madeira. Nesta torre, encontra-se instalada uma imagem de N.S. da Conceição (a padroeira), e “o relógio e duas janelas com um sino cada uma, coroados por um pequeno frontão”. No topo da torre há uma cruz latina de metal com lâmpadas luminosas. A cobertura em laje curva é apresentada naquela data com um problema de infiltração. Possui uma área total de, aproximadamente, 870 m². A cor da pintura externa, em 2010, era no tom amarelado-claro, com alguns detalhes na cor branca. O acesso frontal é por escadaria de sete degraus, na cor vermelha, e há duas entradas laterais, com rampa e escadas de cimento, com guarda-corpo em grades metálicas. Na sua parte interior, destacamos a existência de uma “nave central, abside (altar-mor), sacristia ladeadas por duas salas laterais”, sendo uma delas uma “Capela do Santíssimo, dois altares laterais - lado evangelho e lado epístola; o nártex, e sobre este último o coro” (p. 32). A igreja tem sistema de som, ventilação e iluminação instalados no seu interior. Há dois lustres na nave central e um lustre em cada lateral, além de luminárias nos demais espaços.

As transformações na paisagem nas proximidades da Igreja Matriz iniciaram-se na década de 1950 e foram sendo executadas ao longo do tempo. Houve a construção do Adro da Igreja, localizado no entorno deste templo religioso, pavimentação em bloquetes retangulares de cimento, com passagens para veículos e pedestres. Ao lado direito está a casa paroquial, o Monumento Nossa Senhora das Graças e a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Firme. Ao seu lado esquerdo, anexo ao templo, foram construídos banheiros (masculino e feminino). E à frente da entrada principal da igreja, há a Praça Padre Raimundo, num nível mais baixo que o Adro, tendo uma escadaria de acesso entre ambos. Esta área próxima da Igreja possui um pouco de árvores, de tamanhos variados.

A “Nova Matriz”, como qualquer outra edificação, também necessitou passar por intervenções ao longo do tempo, de ordem preventiva e corretiva, em danos causados especialmente por ação de intempéries. Esses cuidados são necessários para a conservação da integridade física e estética do patrimônio. De forma geral, estas reformas e restaurações sempre estiveram sob a coordenação dos párocos desta igreja, com colaboração da mesma comunidade. No entanto, a experiência de reformar esta igreja, ocorrida em 2004, demonstrou que trabalhos de restauração e de reforma num templo religioso como este, ou em outro patrimônio histórico, especialmente na parte da arquitetura e da pintura, exige a contratação de profissionais especializados tanto na avaliação dos problemas quanto na execução das ações, evitando assim maiores prejuízos ou danos irreversíveis.

Todas as paisagens estão sujeitas a modificações e acompanham o desenvolvimento social, inclusive a paisagem urbana. De acordo com Scifoni⁹², as mudanças promovidas nos espaços urbanos ou as políticas desenvolvimentistas destes espaços, assim como os projetos paisagísticos, devem conciliar a legislação vigente e as intervenções com vistas às melhorias ou embelezamento das cidades com a responsabilidade socioambiental.

O processo de urbanização e a transformação da paisagem urbana de Porto firme foram se efetivando gradativamente, por meio de intervenções/reformas e de introdução de novos elementos, numa perspectiva de satisfazer as necessidades humanas, bem como os diferentes interesses. A construção desta Nova Matriz, as demais edificações e o novo ordenamento territorial realizado a partir desta iniciativa promoveram uma mudança da centralidade do núcleo urbano para a margem direita do rio Piranga. Dessa forma, alterou-se totalmente a paisagem da região central desta localidade. Em consequência, houve o

⁹² SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. *Diálogos*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

deslocamento de determinados grupos sociais, bem como a atração de novos moradores e comerciantes para esta nova região.

Ao longo do tempo, algumas lembranças históricas sobre a formação de uma cidade se dissipam de nossas memórias, restando apenas alguns vestígios. Bresciani afirma que “a questão urbana se estrutura no e pelo debate político, indicando o solo tenso e conflituoso de sua formação”⁹³. A escolha do local para a construção da Nova Matriz, iniciada na década de 1940, pode ser um exemplo de uma decisão permeada por diferentes interesses e conflitos, tendo favorecido alguns habitantes em detrimento de outros. A região onde ocorreu o primeiro nucleamento do distrito se estagnou, os imóveis se desvalorizaram, e os investimentos em equipamentos e infraestrutura urbana se concentraram também na nova região etc. Apesar desse histórico, não há narrativas sobre as percepções das pessoas que se sentiram prejudicadas com essa alteração da centralidade urbana e com o abandono do antigo centro.

A infraestrutura do antigo núcleo urbano evidencia sua formação espontânea e não planejada. Os fatos de esta antiga região ser bastante alta, ter ruas estreitas e com muitos morros podem ter contribuído com seu “abandono”. Os visionários da época provavelmente viram a possibilidade de edificar em uma nova região, mais plana, de forma planejada e obter recompensas. Este novo núcleo urbano construído é marcado por um traçado retilíneo, em linhas simétricas, ruas e avenidas com maior espaçamento/largura, introdução de elementos de embelezamento, arborização, ampliação das áreas construídas etc. Além do mais, optaram por realizar o novo núcleo num lugar com uma distância e altura considerável em relação às margens do rio Piranga. Os loteamentos na região da Nova Matriz possibilitaram, ainda, o deslocamento dos moradores interessados em sair da atual Praça Juquinha Moreira, devido às tragédias causadas pelas enchentes do rio. Porém, neste quesito, as ações não foram bem-sucedidas, já que a povoação na referida praça persistiu, mesmo depois de recorrentes inundações e prejuízos.

No mapa parcial da divisão territorial urbana (Figura 5, adiante) temos uma representação da região próxima da “Nova Matriz,” num período bastante remoto. Podemos observar o ordenamento inicial, com muitos lotes já definidos, numerados e outros não. Nesse registro já havia, também, a identificação de algumas ruas: Dom Silvério, Coração de Jesus, Avenida 18 de Agosto e a Praça Coração de Jesus (atual Praça Antônio Camargos). Temos ainda a identificação de algumas glebas (terrenos) com seus respectivos tamanhos e

⁹³ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002, p. 19.

proprietários. Já havia o campo de futebol, pertencente à Igreja Nossa Senhora da Conceição de Porto Firme, e também o terreno onde foi construída a referida Igreja. As duas propriedades (1ª e 2ª glebas) do Senhor José Josafat Sobreira se destacam na imagem devido às suas dimensões maiores que as demais, e ainda não divididas ou loteadas.

Figura 5 – Mapa parcial da divisão territorial urbana, próxima da Igreja Matriz, (s/d)⁹⁴



Fonte: Acervo pessoal de Nelson Avelar Guimarães.

Nesta produção do território urbano de Porto Firme, em sua administração política e administrativa, algumas famílias foram bastante evidenciadas desde os tempos de outrora, entre as quais estão: Quintão, Barros, Santana Maia, Brandão, Maciel, Vidigal Fernandes,

⁹⁴ Nelson Avelar Guimarães (Engenheiro agrimensor residente em Porto Firme). Este mapa antigo foi encontrado por ele num cartório da cidade de Piranga. O restante da imagem não foi localizado.

Moreira, Barbosa Gonçalves, Valente, Josafat Sobreira, Marota e outros. Uma parte significativa destas famílias foi (e muitas continuam sendo) dona das maiores propriedades desta localidade, bem como participou da comissão de construção da Igreja Matriz e de outros grandes empreendimentos da cidade. Nesse sentido, o ordenamento e a paisagem urbana desta cidade refletem fortemente os anseios e projetos idealizados por esta camada social dominante.

Segundo Rolnik, “na história das cidades os dois fenômenos – escrita e cidade – ocorrem quase que simultaneamente, impulsionados pela necessidade de memorização, medida e gestão do trabalho coletivo”. A autora acrescenta, ainda, “as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto habitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto”. Podemos inferir que é possível haver a fixação de uma compreensão sobre a memória urbana por meio dos registros documentais e pela própria arquitetura urbana. Tais modalidades de escrita garantem uma certa permanência das informações históricas da cidade e permitem algumas leituras do contexto urbano, a partir dos vestígios do passado. Nesse sentido, “o desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota seu mundo”⁹⁵.

Ao analisarmos os contextos das alterações nas edificações e espaços (ruas, avenidas, praças) da região da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, percebemos que a formação desta paisagem é marcada por uma projeção do uso dos espaços, a longo prazo. Isto foi decisivo para termos, nesta região, vias públicas mais alargadas, de forma geral, e voltadas principalmente para a circulação de veículos e de mercadorias.

Rolnik aponta a existência dos muros visíveis e invisíveis que dividem as cidades. Eles “são essenciais na organização do espaço urbano contemporâneo”⁹⁶, tendo o poder de separar pessoas e grupos sociais. Outra pesquisadora que também discute esta questão das muralhas urbanas de outrora (visíveis) e atuais (invisíveis) é Bresciani. Ela nomeia como portas conceituais os mecanismos de controle indiretos e os considera como sendo concepções idealizadas ou utópicas das cidades contemporâneas, constituindo-se

(...) de grande eficácia na ordenação racional do espaço - bairros especializados, zoneamento, lugares públicos e de acesso ao público, edifícios especializados, organizados e ordenados pelas normas disciplinares,

⁹⁵ ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 16 e 17.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 43.

transporte coletivo e regras de deslocamento para o transporte individual - que permitiriam vigiar todos os movimentos dos habitantes da cidade⁹⁷.

O valor do imóvel ou do terreno restringe o perfil do comprador e do usuário. As posturas adotadas nesta formação de um novo espaço urbano partiram de uma maior racionalidade e planejamento dos seus dirigentes e executores, bem diferente da região mais antiga da cidade de Porto Firme. Esta nova região, próxima da Nova Matriz, se tornou cada vez mais valorizada devido ao recebimento dos maiores investimentos públicos e privados. O fato de ter uma topografia mais plana favoreceu as novas construções e uma maior expansão territorial, bem como a segregação espacial e social nesta área urbana. O perfil dos proprietários destes terrenos era, naturalmente, de pessoas com maior poder aquisitivo, que adquiriram tanto para moradia como para comércio ou outro investimento. Além disso, essa elite dominante tem maiores possibilidades de se enquadrar no padrão paisagístico e na cidade idealizada.

Conseqüentemente, os trabalhadores assalariados e os que possuem pouca renda passaram a habitar as regiões periféricas da cidade. Estas características são bem típicas de nossas cidades brasileiras, desde os tempos mais recuados até os dias atuais. Logo, esta região da Matriz foi construída dentro de um planejamento prévio, tornando-se a região prioritária no recebimento dos primeiros e dos melhores investimentos de infraestrutura. Ademais, as principais edificações públicas também se concentraram nesta área da cidade.

Uma evidência deste fato é a grande concentração de pobres numa rua chamada “Bom Destino”, uma região de encosta, próxima de um córrego (atualmente canalizado), que possui casas ou barracos bastante simples ou precários. Poucas pessoas têm conhecimento de que, na verdade, este nome não se refere a um bairro e, sim, a uma rua. Outra região desta cidade com este perfil fica próxima do prédio do antigo Hospital Dom Silvério (atualmente funciona com outras funções na área da saúde) e do prédio conhecido como “Delegacia”, numa área de alta declividade. Nestas regiões, os investimentos públicos em infraestrutura sempre foram mais precários ou negligenciados pela administração municipal, ou seja, os benefícios da modernização do território não chegavam como nos demais espaços de circulação, moradia e de trabalho da elite dominante.

A realidade destas áreas periféricas era bastante precária, pois não havia, inclusive, rede de esgoto em algumas casas. Alguns tinham fossas improvisadas (funcionava como banheiro externo à casa). Alguns moradores, mesmo residindo no espaço urbano, criavam

⁹⁷ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002, p. 32.

animais, como porcos e galinhas (hábitos típicos de moradores de áreas rurais). Estas práticas foram paulatinamente modificadas, principalmente pelas legislações municipais, que as tornaram proibidas, principalmente pelo incômodo aos vizinhos do odor fétido e insetos⁹⁸. Este perfil urbano é convergente com a afirmação de Dantas, que argumenta que “a modernidade tinha um aspecto sertanejo, em que o arcaico sobrevivia, principalmente pelas práticas herdadas do mundo rural”⁹⁹.

Alguns habitantes da cidade desprezavam as condutas impostas/exigidas por força da lei ou por convenções sociais e não se enquadram nos projetos e convenções dos grupos dominantes, que almejam uma paisagem da cidade esteticamente bela, segundo seus parâmetros. Ao longo do tempo, as pessoas foram estimuladas a adquirirem novos hábitos de higiene e limpeza, tanto no espaço público quanto no privado. No caso de Porto Firme, esta expectativa nem sempre foi atendida pela população, como por exemplo, a recorrência de jogar entulho nas vias públicas, inclusive nas regiões centrais, e colocar lixo fora dos horários da coleta.

Bresciani ressalta que os administradores do espaço urbano perceberam que seria preciso educar os sentidos (visão, audição, tato, paladar, olfato) e a sensibilidade para vivermos na cidade. Nesse âmbito, a educação escolar se mostrou, desde os primórdios, como um importante meio de atingir este objetivo, bem como o de moldar e transformar alguns comportamentos, costumes e hábitos considerados necessários para viver no espaço urbano, coletivo, e com maior densidade populacional. Historicamente, estas questões estiveram relacionadas às concepções de modernização, progresso e civilidade.

A relação campo e cidade continua muito presente nesta realidade urbana. Muitos moradores, tanto os que têm melhores condições financeiras quanto os que não as têm, possuem vínculos ou propriedades rurais. A principal diferença está no perfil destas propriedades, nas vias públicas de acesso a elas, na distância da cidade e se é proprietário ou prestador de serviços. Mas, como esses aspectos não constituem o foco deste trabalho, os deixaremos para outras investigações sobre o assunto.

Por volta dos anos de 1960, a região da “Nova Matriz” tinha uma paisagem composta por construções simples de telhado colonial, próprias daquele contexto histórico e tendo muitos espaços vazios, evidenciando uma realidade de espaço em construção. Já havia algumas ruas e avenidas largas e bairros pré-definidos, conforme Figura 6, a seguir, a

⁹⁸ Estas informações são da vivência da autora desta pesquisa nesta cidade, entre os anos de 1989 e 1997.

⁹⁹ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008, p. 59-60.

exemplo das Ruas Dom Silvério e Santo Antônio, Avenida 18 de Agosto e das primeiras construções. O local onde hoje é a Praça Padre Raimundo ainda era um espaço vazio, assim como em outros pontos da cidade, registrados neste e em outras imagens. Segundo o depoimento de R.M.C.R 4, uma parte significativa dos terrenos e lotes próximos da Nova Matriz eram de propriedade da Igreja e, aos poucos, foram sendo vendidos ou doados para construção de instituições públicas, como, por exemplo, para a APAE. A imagem evidencia ainda o lado mais antigo da cidade (lado esquerdo do rio Piranga), tendo uma maior concentração de construções, em meados da década de 1960.

Figura 6 – Ruas Dom Silvério e Santo Antônio, Av. 18 de Agosto e as primeiras construções próximas da Igreja Matriz de N. S. da Conceição, década de 1960, aproximadamente



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9.

Além da questão topográfica favorável e da elaboração de um planejamento estrutural da região próxima da Nova Matriz, com as principais vias públicas largas e retilíneas, outros fatores certamente colaboraram para o desenvolvimento desta e de outras áreas da cidade. Podemos apontar, principalmente, a construção da ponte de concreto sob o rio Piranga, que corta o centro da cidade, inaugurada em 1959, bem como a construção de estradas e outras pontes nas áreas rurais e o asfaltamento da rodovia que liga Porto Firme a Viçosa, inaugurado em 1988.

Estas medidas impactaram diretamente na produção e na circulação dos produtos, beneficiando o comércio interno e externo da cidade. As mercadorias até então tinham que ser transportadas por força animal, principalmente em carros de boi e cavalos, já que o acesso a algumas comunidades, até a construção das pontes, envolvia a travessia de córregos e rios. A

partir disso, tornou-se possível o transporte por meio de veículos automotores.

Desde a inauguração da Igreja Matriz, a área onde está localizada passou a ser o novo centro do poder político-administrativo municipal, tendo a maior concentração de edificações públicas, a saber: Sindicato Rural de Porto Firme, APAE, a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, E.E. Solon Ildefonso, E.E. Imaculada Conceição, Unidade Básica de Saúde Prefeito José Maciel, Corporação Musical São Pedro. Outros elementos dessa paisagem da região da matriz são as praças Praça Padre Raimundo, Praça Antônio Camargos, Praça Alfredo Quintas, Praça Juquinha Moreira, entre outras. A maioria das vias públicas é pavimentada com asfaltamento, exceto o Adro da Igreja, que é pavimentado com pedras retangulares. Além de ser uma área relativamente plana (exceto na parte de trás da Igreja), a região é valorizada pela infraestrutura existente, conforme dados Conselho Patrimonial de Porto Firme: água encanada, rede de esgoto, energia elétrica e limpeza urbana¹⁰⁰. Todos estes aspectos impulsionaram a existência de uma maior circulação de veículos, mercadorias e pedestres, impactando nesta paisagem.

Segundo informações do Conselho Patrimonial de Porto Firme sobre a concentração populacional e as construções desta região, “a densidade demográfica é reduzida, havendo afastamento laterais e de fundo, sendo o frontal em sua maioria no alinhamento da calçada. Estas características atribuem à paisagem volumetria horizontal”¹⁰¹. Aproximadamente até a década de 1990, prevaleciam edificações de altimetria de um pavimento apenas, construídas no alinhamento da via, como na Avenida 18 de Agosto. Em 2011, a paisagem próxima da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição ainda era marcada por edificações de uso misto, ou seja, residenciais e comerciais, tendo em média um ou dois pavimentos, com um certo distanciamento entre elas. Na atualidade, o comércio existente, em pequena escala, está concentrado no primeiro piso de edificações e os demais pavimentos são utilizados como residências. Há pequenas lojas de roupas, açougue, papelaria, clínica odontológica, salão de beleza, entre outros.

Como a maioria das cidades, Porto Firme também apresenta traços de diferentes períodos históricos e espaciais. A grande edificação religiosa e sua torre se destacam nesta paisagem. Esta é uma das características das cidades antigas, que vem desde a Idade Média, e que se tornou também um importante marco na história e no processo de urbanização inicial de Porto Firme. Certamente continua impactando nas ações administrativas municipais, principalmente nas áreas próximas.

¹⁰⁰ Apostila do Conselho Patrimonial de Porto Firme, IPAC, 2011, p. 310.

¹⁰¹ Ibid., p. 25.

Assim, concordamos com Dantas quando afirma que “a transitoriedade é uma das marcas mais relevantes da cidade moderna, onde a vida e as experiências acontecem em ritmo frenético”¹⁰². Por outro lado, as posturas, as estratégias, a forma tradicional do jogo político e o perfil dos representantes do povo mantiveram-se quase inalterados, isto é, tem havido a permanência, por meio de reeleição, de determinados grupos políticos e familiares no poder de decisão e comando da cidade.

Motivados por interesses diversos, estes grupos sociais dominantes de Porto Firme foram bastante incisivos na realização das primeiras ações, especialmente na construção deste novo templo religioso. Eles souberam mobilizar a população local a contribuir com a construção da igreja e com outras obras desta localidade. Principalmente, alguns anos antes e logo após a emancipação da cidade, num período em que os recursos tecnológicos ainda eram bastante escassos, prevalecia o uso de ferramentas mais rudimentares ou básicas (enxada, foice, machado), bem como o uso da força humana e dos animais nos trabalhos, nas construções e nos transportes.

Segundo alguns entrevistados, na década de 1950 e, por algumas décadas posteriores, a realidade local era muito precária e com inúmeras dificuldades na área de transportes, circulação, comunicação etc. Uma parte significativa das lideranças locais, bem como a maior parte da população, vivia ou tinha propriedade (fazendas) na zona rural. A presença e a circulação no espaço urbano desses moradores das áreas rurais ocorriam por motivos de participações nas celebrações religiosas, cívicas e aquisições de mercadorias e outras. Era muito recorrente haver uma concentração de charretes com cavalos, amarrados em árvores próximas da Igreja Matriz, pertencentes estes fiéis que vinham às celebrações dominicais. Por um longo período, estes foram os principais meios de transporte desses moradores.

Esta realidade e esta paisagem urbana vêm se alterando significativamente, não só pelo uso cada vez maior de veículos automotores, mas também pela questão do perfil das novas edificações. Elas estão sendo construídas com um maior número de pavimentos, entre três e quatro. Além disso, as casas e os casarões mais antigos têm sido substituídos por edificações com este perfil. Esta alteração no espaço urbano implica não só na alteração da paisagem, mas também em outros contextos, principalmente de infraestrutura, que precisa acompanhar estas transformações. Por isso, a política e o planejamento urbano precisam estar claramente definidos, convergentes com a legislação vigente, especialmente com a

¹⁰² DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008, p. 190.

Constituição Federal de 1988¹⁰³ e o Estatuto das Cidades para evitar maiores transtornos futuros.

Figura 7 – Região da Igreja Matriz de N. S. da Conceição, 2011



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9.

A Figura 7 é uma imagem aérea da região da Igreja Matriz referente a 2011, a qual demonstra uma cidade típica do interior de Minas, tendo como destaque a Igreja Matriz e a existência de edificações com telhados coloniais, sustentados por pilares de alvenaria, como também coberturas feitas por uma estrutura metálica, conhecida como telhado paulista. O delineamento das ruas e avenidas, muito compatível, inclusive, com parte do mapa inicial da cidade (Figura 5 - Mapa parcial da divisão territorial urbana) em termos de ordenamento urbano e dos loteamentos realizados desde os tempos mais recuados; as vias públicas retas e com pavimentação asfáltica ou de pedras. Ao longo do tempo ela permaneceu sendo relativamente bem cuidada pela administração municipal, pelos habitantes e transeuntes.

Percebemos a existência de um processo de tratamento paisagístico diferenciado nesta região da Igreja Matriz, com arborização variada, especialmente nos canteiros centrais da Avenida 18 de Agosto e da Rua Dom Silvério, bem como na Praça Padre Raimundo, em frente à Igreja. Em uma das esquinas da escola, entre a Travessa Joaquim Custódio e a Avenida 18 de Agosto, há uma rotatória com uma *bougainville* que embeleza com suas lindas flores, ou seja, a arborização nesta região é bastante significativa, predominando palmeiras e

¹⁰³ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13/09/2022.

outras espécies de árvores de médio e grande porte e arbustos¹⁰⁴.

Algumas cidades históricas possuem uma política de valorização da memória coletiva, por meio da conservação de edificações antigas, como o caso dos casarões, construídos em tempos mais remotos. Para Rolnik, “trata-se de impedir que estes textos sejam apagados, mesmo que, muitas vezes, acabam por servir apenas à contemplação, morrendo assim para a cidade que pulsa viva, ao redor”¹⁰⁵. Manter uma edificação apenas para contemplação é uma decisão política e que requer investimentos significativos, os quais nem sempre o poder público dispõe.

É importante ressaltar que, na maioria das vezes, as edificações das camadas mais pobres da população urbana dificilmente conseguem resistir por períodos mais extensos, pelo próprio fato da qualidade dos materiais usados nas construções e pela forma de edificar. Além disso, geralmente são construções menos elaboradas, mais simples. Desta forma, muitas das edificações são impostas como sendo representativas de uma memória coletiva, mas não necessariamente representativas de uma coletividade maior e, sim, de uma elite dominante.

Segundo Bresciani, “na cidade, a história se constrói no espaço e no edifício público; nesses espaços, instauram-se possibilidades de ação pela presença coletiva dos atores sociais e pelo registro dessa presença dramatizada em espetáculo”¹⁰⁶. A autora ressalta que a leitura dessa história por meio dos monumentos, dos espaços públicos e das edificações pode ser dificultada pelas destruições sucessivas. E isto é uma ação recorrente em nossas cidades contemporâneas.

Neste aspecto, no caso de Porto Firme, o que as pesquisas e as imagens constantes neste trabalho demonstram é uma recorrência nas substituições de casas ou casarões antigos por novas edificações. A elite dominante e a administração municipal desta cidade adotam uma postura contrária à valorização da história desta cidade, inclusive em termos da conservação de uma memória inscrita na sua arquitetura e nos monumentos.

Por outro lado, temos uma relativa conservação de um espaço público coletivo, que é a Praça Padre Raimundo: mesmo tendo passado por diversas intervenções, suas características essenciais têm sido mantidas. Uma explicação plausível para isso talvez seja em decorrência da proximidade física com a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, bem como o possível poder exercido pela Igreja católica nas decisões administrativas municipais desta cidade.

¹⁰⁴ Dossiê do Conselho de patrimônio de Porto Firme, IPAC, 2011, p. 26.

¹⁰⁵ ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 18.

¹⁰⁶ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002, p. 30; destaque feito pela autora.

Segundo os depoimentos colhidos durante a pesquisa de campo, as administrações municipais de Porto Firme têm mantido uma relação bem próxima com os líderes religiosos católicos. As opiniões dos padres e bispos têm sido bastante consideradas nas tomadas de decisões, especialmente na região próxima da Igreja Matriz. Tradicionalmente, as lideranças católicas têm demonstrado valorizar a conservação de uma memória urbana escrita, não só do templo religioso, mas também do espaço em seu entorno, como da referida praça.

A Figura 8, a seguir, apresenta um recorte da região da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, com destaque no Bairro Josafat Sobreira, entre 1982 e 2013, como resultado de decisões políticas do passado da cidade de Porto Firme. Este bairro está localizado acima da Rua Dom Silvério, onde está a Igreja. Em termos de ocupação do solo e edificações, seu crescimento em três décadas foi significativo. A referida imagem evidencia que a construção da Nova Matriz em Porto Firme impactou na transformação da paisagem desta região, sobre a qual é possível perceber uma tendência de povoamento e de crescimento nas proximidades do templo religioso. Provavelmente, isto se deve ao fato desta área ser levemente mais elevada, distante das margens do rio Piranga e por ser uma região com melhor infraestrutura do que a mais antiga.

Figura 8 – Região da Igreja Matriz N.S. da Conceição, com destaque no Bairro Josafat Sobreira - 1982 e 2013



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9.

Em 2017, a prefeitura realizou obras de infraestrutura neste bairro, em uma rua identificada como “Rua Projetada (calçamento, sarjeta, meio fio, passeio e rede de

esgoto)”¹⁰⁷. Nas divulgações públicas sobre estas obras não houve menção sobre construção ou adequação da rede pluvial. É sabido, no entanto, que intervenções pontuais, desvinculadas de um projeto mais amplo de infraestrutura urbana, podem colocar em risco os habitantes desta e de outras regiões mais baixas da cidade, especialmente nos períodos com maior volume de chuvas.

A região central de Porto Firme, além de conter algumas praças, foi ocupada ao longo do tempo por construções comerciais e residenciais, com um padrão estético diferenciado (visualmente com um melhor acabamento externo). Os altos investimentos públicos nesta localidade a tornaram mais valorizada “em termos imobiliários” e, conseqüentemente, promoveram a exclusão de alguns grupos sociais, especialmente os mais pobres. A esse respeito, segundo Dantas, “é preciso considerar que, na ocupação do espaço urbano, estão presentes relações de poder”¹⁰⁸. Podemos acrescentar, também, que esta ocupação física, por meio das construções, circulação e usos dos espaços públicos, é permeada por relações de poder e isto não se restringe apenas à questão do poder aquisitivo, mas também ao sentimento de pertencimento a uma classe, pois, conforme explicitado por um entrevistado durante a pesquisa de campo, V.O.P 1, temos que considerar também a classe “dos influentes”¹⁰⁹. O relato deste senhor evidenciou a existência de habitantes da cidade que não pertencem à elite dominante, em termos financeiros ou não ocupam nenhum cargo político, mas exercem uma grande influência nas tomadas de decisões e nas políticas urbanas implementadas.

A paisagem de Porto Firme foi sendo transformada paulatinamente a partir deste ordenamento urbano relacionado às construções, obras públicas, arborizações etc. A pavimentação das vias públicas foi uma das demandas mais desejadas, porém, demorada. As vias principais da cidade só foram pavimentadas entre as décadas de 1970 e 1980. Antes disso, os transtornos cotidianos advindos da poeira ou do barro eram um grande problema. Durante a pesquisa de campo, a colaboradora R.M.C.R 4¹¹⁰, que reside em Porto Firme desde antes desse período, mencionou o constrangimento de ter os seus calçados totalmente empoeirados antes do embarque para outra cidade, nas viagens para estudar.

No lado direito do rio Piranga, nas áreas próximas à Igreja Matriz, as construções melhor elaboradas e de maiores dimensões foram sendo erguidas aos poucos, assim como as

¹⁰⁷ Segundo notícia divulgada em 25 de agosto de 2017 pela prefeitura, no seu site oficial: <https://www.portofirme.mg.gov.br/noticias/pavimentacao-e-infraestrutura-em-varias-ruas-da-nossa-cidade>. Acesso em 11/10/2022.

¹⁰⁸ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008, p. 164.

¹⁰⁹ Declarações da entrevista com V.O.P 1, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

¹¹⁰ Declarações da entrevistada de R.M.C.R 4, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

implementações das obras públicas e de melhoramentos urbanos. O perfil das construções localizadas um pouco mais distante desta nova região central continuou sendo mais simples e as áreas públicas carecem de investimentos e obras de infraestrutura, como rede de água pluvial, espaços de convivência, praças, postos de saúde etc.

Neste primeiro capítulo nos dedicamos às reflexões sobre as concepções de paisagem urbana, os fatores iniciais que motivaram a formação do território urbano de Porto Firme, seu processo de urbanização, de emancipação política e administrativa/desmembramento do município de Piranga, bem como tratamos do ordenamento urbano resultante deste processo político, das dificuldades, conquistas e percurso histórico e paisagístico urbano. Ainda, abordamos as legislações, as primeiras intervenções nos espaços públicos realizados pela administração municipal e pela comunidade. Discutimos também sobre a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a formação da paisagem da região próxima a ela. Muitas disputas, interesses divergentes e negociações certamente permearam este processo. São as escolhas políticas e administrativas que determinam a paisagem urbana e a qualidade de vida ao longo do tempo. Desse modo, a paisagem existente em Porto Firme foi construída nesta lógica, especialmente na região próxima da Matriz.

No capítulo seguinte, abordaremos as principais iniciativas das lideranças políticas e dos administradores municipais desta cidade relacionadas à infraestrutura e à paisagem urbana, além de algumas das principais edificações públicas locais.

2 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DA PAISAGEM URBANA DE PORTO FIRME

Neste capítulo abordaremos os aspectos relativos à infraestrutura urbana e às edificações realizadas por lideranças políticas e pelos administradores municipais de Porto Firme a partir da segunda metade do século XX, a saber: o abastecimento de água potável no perímetro urbano - desafios e conquistas; cuidados com o rio Piranga; a ponte José Antônio de Araújo Quintão; as instituições de Educação Básica; e a sede do governo municipal de Porto Firme. Os relatos orais e os dossiês do Conselho de Patrimônio de Porto Firme demonstraram que estes elementos dessa paisagem urbana foram determinantes na formação inicial desta cidade, bem como para seu desenvolvimento.

Neste trabalho, a expressão “infraestrutura urbana” está sendo considerada como serviços ou obras públicas num “ambiente urbano, como, por exemplo: rede de energia elétrica, rede de saneamento básico, (...), edifícios utilizados para fins públicos etc.”¹¹¹. Consideramos ainda uma definição mais ampla, apresentada pelos professores da UFJF, Aline A. Cruz e Klaus Chaves Alberto. De acordo com eles, a infraestrutura urbana se refere a um “conjunto de instalações e meios prévios para o funcionamento de uma atividade (econômica, desportiva etc.)”, bem como “elemento de associação entre forma, função e estrutura da cidade”¹¹². Nesse sentido, a infraestrutura urbana está relacionada aos seguintes elementos/sistemas:

- ❖ Sistema viário: redes de circulação e rede de drenagem pluvial
- ❖ Sistema sanitário: rede de abastecimento de água potável e rede de esgoto
- ❖ Sistema energético: rede de energia elétrica
- ❖ Sistema de comunicações: telefone, televisão etc.

Dentre os sistemas e redes existentes, a rede viária é uma das mais importantes na infraestrutura urbana. Existem variações das instalações desses sistemas nas cidades. As redes de energia elétrica e de telefonia, por exemplo, costumam ser instaladas de forma aérea, na superfície do terreno, ou no subsolo, em galerias com tubulações. Tais elementos, além de representar um perfil urbano, fazem parte da história da cidade e impactam diretamente na sua

¹¹¹ DICIONÁRIO, Dicionário Online de Português. **Infraestrutura**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.significados.com.br/infraestrutura/>. Acesso em: 14/11/2022.

¹¹² CRUZ, Aline A.; ALBERTO, Klaus Chaves. Informações retiradas dos slides produzidos por estes professores da UFJF, 2009. Disponível em: https://www.ufjf.br/pa8/files/2011/04/Infra-estrutura-urbana_INTRODU%C3%87%C3%83O.pdf. Acesso em: 21/02/2023.

paisagem. Com o tempo, estes sistemas foram se aperfeiçoando *pari passu* ao desenvolvimento tecnológico e social.

De acordo com a pesquisadora Rolnik, a cidade se forma a partir de um conjunto, uma “aglomeração densa de indivíduos, cujos movimentos e percursos são permanentemente dirigidos”. As legislações, normatizações ou outros mecanismos são criados com o objetivo de estruturar, regular e ordenar fluxos da cidade, permitindo ou bloqueando as ações dos cidadãos. Além disso, o contexto urbano demanda uma administração da vida coletiva no espaço em construção, organizando-o e promovendo ajustes. Desta “necessidade de organização da vida pública na cidade, emerge um poder urbano, autoridade político administrativa encarregada de sua gestão”¹¹³, cuja competência é do poder executivo e legislativo municipal.

A mesma autora acima citada defende ainda que a origem da cidade está relacionada ao “binômio diferenciação social/centralização do poder”. Esta formação da cidade se efetiva tanto internamente por meio dos diversos grupos sociais “quanto externamente, na conquista e ordenação dos territórios sob seu poder”¹¹⁴. Isto implica numa relação de organização do território e da política da cidade.

Nossas cidades contemporâneas são marcadas por um processo de urbanização contínuo. Nesse âmbito, há uma primazia da cidade sobre o campo, numa tendência de transformar toda a sociedade em urbana. Assim, há uma crescente expansão territorial da área urbana, aumento da circulação de mercadorias, de pessoas e de capital. A história da cidade fica registrada em suas materialidades, podendo ser lida por meio da sua arquitetura (natureza fabricada pelo homem), dos materiais utilizados e das formas das construções. Nesse sentido, o próprio espaço e as edificações da cidade contam sua história.

A efetivação da emancipação político-administrativa por meio da Lei Nº 1039, de 12 de dezembro de 1953¹¹⁵, não seria suficiente para proporcionar benefícios e melhorias para a cidade de Porto Firme. Para haver o desenvolvimento local, foram necessárias ações que despertassem o interesse de investidores. Neste caso, a maior incidência de investimentos privados no município, ao longo do tempo, foi de pequenos comércios e serviços. Este perfil urbano, que inicialmente tinha muitas características do mundo rural, impactou e influenciou as ações dos administradores municipais, os quais passaram a se preocupar com a formação

¹¹³ ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 19 e 20.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 21.

¹¹⁵ MINAS GERAIS. **Lei Nº 1039 de 12 de dezembro de 1953**. Estabelece a divisão administrativa e judiciária do estado, a vigorar de 1º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958 e dá outras providências. Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 12/12/1953. Disponível em: <https://bitly.com/XQEZTHXT>. Acesso em: 16/11/2022.

de uma nova paisagem, na perspectiva de ser este um elemento atrativo para os investidores e para as pessoas em geral.

Até pouco tempo atrás havia muitas fazendas localizadas em regiões próximas da cidade, responsáveis pela maior parte da geração de trabalho e renda, conduzidas pelos fazendeiros e coronéis. Estes atores sociais, detentores de poderes simbólicos e econômicos, impactaram fortemente nas decisões políticas e no ordenamento urbano delineado entre as décadas de 1940 e 1950. Assim, paulatinamente, este cenário foi sendo alterado e o poder econômico foi se deslocando para os comerciantes.

Apesar do período histórico de formação do município de Uberlândia ter sido muito anterior ao de Porto Firme, muitos aspectos apontados por Dantas são similares entre estas cidades. Dentre eles, a “ênfase em determinados sujeitos como construtores privilegiados da história”, como se a cidade de Porto Firme tivesse sido um processo de fundação e não de formação. E como afirma a pesquisadora supracitada, “enquanto a formação considera o processo histórico em sua (des)continuidade, a fundação rompe com o tempo histórico, em uma emanção ou transcendência que irrompe e instaura um presente contínuo e ignora a diferença temporal entre passado e presente”. Este destaque a determinados personagens, vistos como heróis, segundo ela, é uma tentativa de manter vivos na memória e de valorizar tais atores neste processo de construção da cidade, bem como de “reafirmar a trajetória perseguida como vencedora”¹¹⁶. O que podemos depreender disso é que há uma tendência neste processo histórico de formação da cidade, qual seja, a de tentar um apagamento das lembranças referentes aos percalços não bem-sucedidos (ações fracassadas), aos tropeços e aos insucessos.

É importante reconhecer as ações de muitos líderes/gestores que fazem a diferença e contribuem significativamente para as melhorias no espaço urbano, ao longo do tempo. Porém, é preciso ressaltar que, na maioria das vezes, eles não trabalham sozinhos e agem de acordo com as condições de cada contexto histórico. Assim, muitos anônimos certamente trabalharam tanto quanto ou até mais que seus líderes nesta construção da cidade de Porto Firme e não tiveram seus nomes enaltecidos na história. O registro historiográfico e a própria memória histórica são seletivos, de forma intencional ou não. Além disso, a construção de um município é processo que requer tempo, além de avanços estão sujeitos a retrocessos promovidos principalmente por ações antrópicas.

¹¹⁶ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008, p. 50.

Em Porto Firme havia, inicialmente, dois partidos políticos PR e PSD, logo, eram inevitáveis as disputas pelo poder, as tentativas de impor seus anseios, suas representações e seus valores. Ou seja, com intuito de atingir seus propósitos partidários, individuais ou de seus aliados, os detentores do poder local foram utilizando estratégias diversas, semelhantes ao antigo “voto de cabresto”¹¹⁷, à exploração da falta de conhecimento e da mão de obra dos trabalhadores, assim como recorreram à criação de leis, de normas de ocupação urbana, do uso do solo e das regras de convivência social.

Dessa forma, a elite dominante de Porto Firme foi satisfazendo seus anseios, narrados como sendo para o bem da coletividade (ou do povo, como gostavam muito de verbalizar) e construindo a cidade desejada. Na realidade, foi “esse povo” ou os porto-firmenses, como um todo, que foram conduzidos a uma tentativa de enquadramento de projeto urbano almejado pela elite, a qual se dizia trabalhar em prol do engrandecimento da cidade. Conforme já mencionado, esta tentativa de padronizar e construir uma cidade idealizada acabou por não se efetivar integralmente na prática, pois as diferenças individuais e comportamentais se sobrepuseram às imposições e normatização legais.

Nesse contexto, cabe ressaltar que, diante das precariedades locais, nas primeiras décadas após a emancipação, entre os anos de 1950 a 1980, alguns habitantes optaram por migrar para outras cidades mais desenvolvidas. Entretanto, as conquistas efetivadas em Porto Firme seguiram ocorrendo gradualmente, graças à persistência, à determinação e ao trabalho daqueles que permaneceram na cidade.

2.1 O abastecimento de água potável no perímetro urbano - desafios e conquistas

A conquista da população porto-firmense, em termos de ter água potável e canalizada em suas residências foi sendo obtida ao longo de muitas décadas. Conforme relatos dos

¹¹⁷ Entre os anos de 1889 a 1930 (período conhecido como Primeira República ou República das Oligarquias), havia os “coronéis” e, de acordo com Carlos Alberto Ungaretti Dias, os mesmos “se beneficiaram do voto aberto, o que lhes permitia o pleno controle sobre os eleitores no momento da eleição e a formação dos “currais eleitorais”. Esses detentores de poder valiam-se de todo tipo de coação, inclusive da força, para impor o chamado “voto de cabresto” e assegurar a vitória de seus candidatos. “Assim, estabeleciam uma ampla rede de alianças, por meio da troca de votos por favores, bens, nomeações para cargos públicos, obras, total impunidade e outros privilégios, que aumentavam seu poder local”. DIAS, Carlos Alberto Ungaretti. **Política dos Governadores**. S. d. Disponível em: <https://shre.ink/QwKV>, Acesso em: 20/05/2023. Segundo Beatriz Coelho Silva, “as eleições eram controladas pelos chefes políticos regionais, geralmente fazendeiros ou comerciantes chamados de ‘coronéis’ em alusão à patente da Guarda Nacional que compravam ou recebiam do governo central. No dia da eleição, os coronéis traziam os eleitores para os locais de votação e os deixavam nos ‘currais eleitorais’, vigiados por jagunços. Os eleitores raramente sabiam o nome do candidato em que votariam, o que deu origem à expressão ‘voto de cabresto’”. SILVA, Beatriz Coelho. **Eleição a Bico de Pena**. S.d. Disponível em: <https://shre.ink/QwKq>. Acesso em 20/05/2023. E até hoje os políticos ainda utilizam estratégias similares ao antigo “voto de cabresto” para se elegerem ou se manterem no poder, porém, de forma mais discreta.

moradores e registros documentais, a partir da emancipação da cidade, muitos políticos e moradores se empenharam em prol deste abastecimento na área urbana.

Até por volta da década de 1980, a população ainda convivia com um abastecimento de água precário, de má qualidade e uma parte dos moradores não tinha água encanada em suas residências, sendo necessário, então, buscar água em determinados pontos da cidade, onde havia caixa d'água (por exemplo, na Rua João Pinheiro) e em minas (pequenas nascentes), como a que existe até hoje na Rua Bom Destino, num lugar chamado Abrigo das Lavadeiras¹¹⁸. Segundo os entrevistados R.A.C 3 e R.M.C.R 4¹¹⁹, havia também outra mina chamada “Mina da Lavra”, localizada onde hoje é a Loja Arte Porto, próximo do espaço de eventos, a qual não existe mais. As águas destas minas eram consideradas mais límpidas, mais adequadas para lavar roupas claras ou brancas e para o consumo humano.

Do lado esquerdo do rio Piranga, que é o lado mais antigo e mais elevado da cidade, havia uma caixa d'água próxima do comércio do Senhor “Carlito Neves”. Além disso, existiam duas cisternas, uma na Praça Juquinha Moreira e outra no “Beco Sá Cota” (uma travessa que liga as ruas Dom Silvério e Santo Antônio), mas que, segundo depoimento de R.M.C.R 4, não eram suficientes para a demanda da população.

Esse cenário demonstra que, nas primeiras décadas após a emancipação, a cidade já estava bastante povoada e a infraestrutura urbana básica ainda era precária, não acompanhando o crescimento urbano. As pessoas tiveram que lutar para conseguir estes benefícios tão essenciais para a sua sobrevivência. Dentro de uma lógica de desenvolvimento e expansão urbana, as conquistas relacionadas à canalização da água do Laranjal (área rural, próxima à cidade de Porto Firme) foram marcos importantes para este município. A afirmação de R.M.C R 4 reforça esta percepção:

(...) A partir daí as pessoas sentiam mais liberdade para produzir, eu acredito que isso tenha acontecido, passaram a preocupar mais com as melhorias da cidade, da infraestrutura urbana, da rede de água e da energia elétrica. Tudo, a partir da emancipação, parece que a população sentiu mais gosto em fazer crescer, eu acredito¹²⁰.

Conforme relatado pelo mesmo depoente, em meados da década de 70,

¹¹⁸ Mais informações sobre este abrigo encontram-se disponíveis nos dossiês do Conselho de Patrimônio de Porto Firme.

¹¹⁹ Declarações dos entrevistados R.A.C 3 e R.M.C.R 4, concedidas a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

¹²⁰ Parte do testemunho de R.M.C R 4, concedido a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

Então na época eles fizeram um projeto da chamada água do Laranjal. Então veio para Porto Firme uns canos de ferros dessa grossura assim [demonstrando com gesto a dimensão dos canos] que era para fazer o encanamento da água do laranjal, ficou ali onde é o posto de saúde da prefeitura, empilhado ali, muitos e muitos anos, para água do laranjal. (...) eles conseguiram encanar e trazer a água do laranjal para Porto Firme. Laranjal é próximo da Tiririca e Estiva. (...). Era muita água, só que a água era muito escura, não tinha tratamento nenhum e era da cor de laranja. Você dava uma descarga, parecia que não tinha dado por causa da cor da água. Isto aí ficou bastante tempo, mas o povo estava satisfeito porque tinha água encanada para uma descarga ou coisa assim. Naquele tempo a gente lavava as fraldas das crianças e não era descartável, você lavava, mas tinha que arrumar uma água de cisterna para torcer ou ir a uma mina para lavar as roupas clarinhas¹²¹.

Outros colaboradores da pesquisa (P.C.M 5 e R.M.C R 4,) explicaram que, a respeito desta água vinda do Laranjal, parte do trajeto não era canalizado. Assim, quando chovia, a água ficava extremamente suja. Esta questão foi aperfeiçoada com a assinatura de um convênio junto à Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), na década de 1990. A partir destas ações, os porto-firmenses finalmente passaram a ter uma água tratada e canalizada em suas residências na área urbana.

No entanto, segundo o Instituto Água e Saneamento, Porto Firme não possui uma política ou fundo municipal de saneamento e não apresenta ações relevantes voltadas para a proteção dos seus recursos hídricos. Grande parte da rede de esgoto é direcionada para o rio Piranga, que corta a cidade. De acordo com informações do Instituto, em 2013 apenas “1,43% de seu esgoto era manejado de forma adequada, por meio de sistemas centralizados de coleta e tratamento ou de soluções individuais. Do restante, 88,9% era coletado, mas não era tratado e 9,67% não era tratado nem coletado”¹²².

Sobre isso, o município não forneceu informações na última coleta de dados realizada em 2020 pelo Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS). É provável que estes “9,67% do esgoto que não era tratado nem coletado” sejam de domicílios com fossas poluidoras do lençol freático. Ainda em 2020 houve também ausência de outras informações desta cidade ao SNIS, referentes aos resíduos sólidos, prática coleta seletiva, domicílios sujeitos a inundações e drenagem e águas pluviais. Segundo informações contidas no *site* do citado Instituto, na mesma consulta já mencionada, o índice de perdas na distribuição de água

¹²¹ Parte do testemunho de R.M.C R 4, concedido a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

¹²² Instituto Água e Saneamento. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/mg/porto-firme>. Acesso em: 09/02/2023. Trata-se de uma “organização civil sem fins lucrativos com a missão de somar esforços para garantir a universalização do saneamento no Brasil, especialmente para ampliação do acesso ao esgotamento sanitário”.

na cidade era de 31,82%, ou seja, uma parte significativa da água captada era perdida na rede antes de chegar às economias. Tal índice municipal era superior ao do estado (30,89%) e do país (29,1%).

Os depoimentos dos participantes durante as entrevistas demonstraram os desafios e a importância de um abastecimento de água adequada (envolvendo canalização, tratamento e distribuição) e o quanto isso impacta positivamente na vida dos habitantes da área urbana. Já os dados do Instituto Água e Saneamento demonstram que a administração municipal ainda precisa investir em melhorias nos aspectos relativos ao saneamento básico.

Além de compor a paisagem local, é inegável a importância do rio Piranga dos pontos de vista cultural e econômico para a cidade. Os dados acima evidenciaram, ainda, a necessidade da criação de uma política municipal voltada para a preservação do referido rio. Assim, a partir de agora trataremos sobre o rio Piranga e a Ponte José Antônio de Araújo Quintão, elementos de extrema importância na composição desta paisagem urbana.

2.2 A importância do rio Piranga para Porto Firme e a Ponte José Antônio de Araújo Quintão

O rio Piranga – anteriormente denominado rio Guarapiranga – corta a cidade de Porto Firme e se configura um elemento importante na pesquisa sobre a Zona da Mata. De acordo com Patrício Aureliano S. Carneiro, ele

Nasce na Serra da Mantiqueira, município de Ressaquinha (mesorregião Campo das Vertentes). (...) após sua nascente passa pelos municípios de Itaverava, Catas Altas da Noruega e Piranga, recebendo o rio Xopotó em Presidente Bernardes pela margem direita. Denomina-se rio Doce a partir de Ponte Nova quando, então, recebe o rio do Carmo pela margem esquerda. Mais à frente, pela margem direita, deságua o rio Casca, na altura dos municípios de São Pedro dos Ferros e Rio Casca. Em alguns documentos históricos aparece com o nome Guarapiranga, por banhar o arraial de mesmo nome, que hoje corresponde à cidade de Piranga¹²³.

A antiga freguesia de Guarapiranga (atual município de Piranga) foi, entre os séculos XVIII e XIX, uma região possuidora de veios auríferos e de terras férteis, propícias às atividades agropecuárias. Assim, além destas atividades econômicas, os povoados dos vales do rio Guarapiranga e do rio Doce tinham uma articulação com a área mineradora da região

¹²³ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. 2008. 295f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, UFMG, 2008, p. 114.

central. Isto foi fundamental para o crescimento da ocupação pela população branca nestes antigos arraiais. Dentre eles estavam os povoados de Tapera (atual cidade de Porto Firme) e Calambau (atual Presidente Bernardes), identificados a partir de edificações de capelas, registros dos dízimos e concessões de sesmarias, principalmente entre as décadas de 1730 e 1750¹²⁴.

Segundo Carneiro, no mesmo período supracitado, a região da freguesia de Guarapiranga era instável, marcada por tensões e conflitos, devido ao fato dela estar situada entre a região central da mineração aurífera e ser uma “área propícia à expansão de novos projetos econômicos”¹²⁵. Naquela ocasião, havia colonos/fazendeiros que praticavam atividades agropastoris, auríferas ou até mesmo conjugavam a atividade minerária com a agropecuária, utilizando mão de obra escrava de negros e indígenas. Assim, a ocupação/invasão territorial pelos colonos e o uso da força militar marcaram este território.

As invasões realizadas por homens brancos, especialmente os bandeirantes paulistas, das áreas onde viviam os povos nativos, principalmente os indígenas Botocudos e Puris, visavam às atividades econômicas e foram marcadas por avanços e retrocessos. Entretanto, as resistências dos nativos, mesmo diante das tentativas brutais de “ocupação de suas terras, à sua escravização ou à tentativa de sua redução por meio da prática do aldeamento”, tentaram impedir tais invasões¹²⁶. Com a diminuição do metal precioso ao longo do tempo, o leito do rio também passou a ser fonte de outras atividades econômicas, então relacionadas à agropecuária ou à extração de areia, cascalho ou pedregulho (atualmente em área um pouco afastada do perímetro urbano) etc. Vemos, portanto, que desde o começo do povoado até os dias atuais, o rio Piranga é essencial para a sobrevivência dos habitantes. A partir da década de 1990, a maior parte da água que abastece Porto Firme é oriunda deste recurso natural, por meio dos serviços prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).

As iniciativas e decisões da elite dominante local foram direcionadas para a formação de uma nova região do lado direito do rio, onde construíram as principais edificações públicas atuais, o Paço Municipal, Instituições de Ensino, a Câmara Municipal de Porto Firme, os postos de saúde e escolas, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o centro comercial etc. É nesta região que estão as principais praças da cidade, sendo uma delas a Praça Juquinha

¹²⁴ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. 2008. 295f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, UFMG, 2008, p. 123;127.

¹²⁵ Ibid., p. 127.

¹²⁶ Ibid., p. 129.

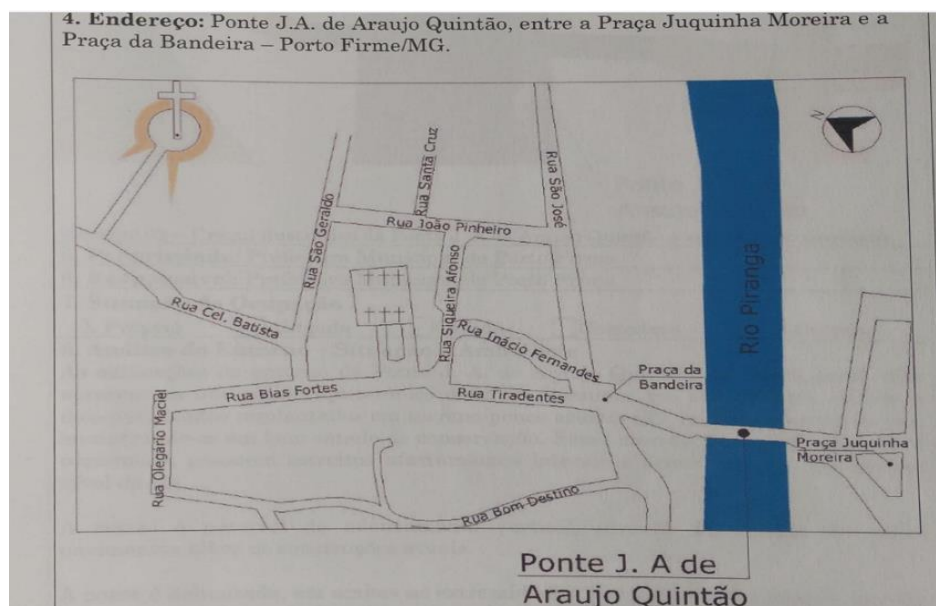
Moreira, localizada a poucos metros das margens do rio, e também a Praça Padre Raimundo. Nesta área, o traçado é mais racionalizado, evidenciando uma expansão urbana mais recente.

Na margem esquerda do rio Piranga ainda restam vestígios da formação inicial da cidade de Porto Firme, na sua parte mais elevada, dentre os quais podemos citar a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o cemitério. Algumas características evidenciam uma formação espontânea, como a ausência de planejamento urbano nesta primeira região povoada, principalmente na questão do formato das ruas e dos passeios estreitos.

Um outro aspecto recorrente da formação das cidades é a existência de casarões antigos de dois pavimentos. Conforme visita *in loco* da pesquisadora a Porto Firme, e pelas imagens da cidade, é possível observar que estes casarões têm sido substituídos por novas construções, transformando significativamente a paisagem urbana local. Nesta margem do rio havia, ainda, a Rodoviária Tatão de Deco, o Hospital Dom Silvério, entre outras edificações. Tais construções ainda existem, mas foram reformadas e adaptadas para serem utilizadas com outras funções.

A importância do rio Piranga que atravessa a cidade no conjunto paisagístico, cultural e econômico de Porto Firme é algo inquestionável. Sua existência, enquanto um divisor natural da cidade em dois lados (entre as duas margens do rio), e a construção da Ponte José Antônio de Araújo Quintão sobre ele foram fatores decisivos para a transferência do antigo núcleo urbano e a transformação da paisagem da cidade. Além do impacto na vida dos habitantes locais e na paisagem, o rio Piranga e a referida ponte impactaram diretamente nas atividades econômicas das cidades de Porto Firme, Piranga, Presidente Bernardes, Conselheiro Lafaiete etc.

Figura 9 – Localização do rio Piranga e da Ponte José Antônio de Araújo Quintão, na malha urbana da cidade



Fonte: Dossiê do Conselho Patrimônio de Porto Firme, 2009, p. 128.

De acordo com João José Lopes¹²⁷, o nome dado à ponte foi uma homenagem ao Senhor José Antônio de Araújo Quintão (Juca Quintão), considerado um grande líder na época em que o Distrito ainda se chamava Porto Seguro. Ele foi o construtor da ponte de braúna, com materiais trazidos do Espírito Santo por meio de carretões e carros de bois, tendo sido concluída em 1922. Segundo dados constantes no sítio eletrônico do Centro de Produções Técnicas (CPT)¹²⁸, esta obra foi dinamitada em 1930, por aliados do ex-presidente Arthur da Silva Bernardes. O ocorrido foi durante a Revolução de 30, no governo de Getúlio Vargas, numa tentativa de dificultar o acesso do décimo batalhão de Ouro Preto a Viçosa, MG, o qual objetivava aprisionar o ex-presidente. Foram os porto-firmenses que sofreram com as consequências dessa destruição.

Segundo Oliveira¹²⁹ e outros relatos históricos, antes da versão da ponte de cimento armado existente na atualidade, houve outras quatro. Todas foram construídas no mesmo local. Esta obra foi iniciada quando Sebastião Vidigal Fernandes (Tatão de Deco) era prefeito de Piranga, continuada na gestão municipal do primeiro prefeito da cidade, Francisco Xavier

¹²⁷ LOPES, João José, “José Antônio de Araújo Quintão – Um Grande Líder da Antiga Porto Seguro”. Texto sobre a história desta ponte e de seu construtor, produzido por seu trineto, disponibilizado a esta pesquisadora, em 1º/02/2022, em anexo a esta dissertação.

¹²⁸ Centro de Produções Técnicas (CPT), **A Noite D.** Viçosa, MG. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/beirada-de-fogao/a-noite-d> - Acesso em 27/08/21

¹²⁹ OLIVEIRA, Joaquim Quintão de. **Historiografia de Porto Firme**, Viçosa: Aprenda Fácil, 2001, p. 26.

Chaves Paes (Neném Paes) e inaugurada em 1959, pelo então prefeito de Porto Firme, João José de Barros (neto do Juca Quintão). Tal construção contou também com o apoio do Dr. Cyro Maciel Aguiar, deputado estadual. Os nomes destes líderes políticos estão sempre mencionados neste processo inicial do ordenamento urbano de Porto Firme.

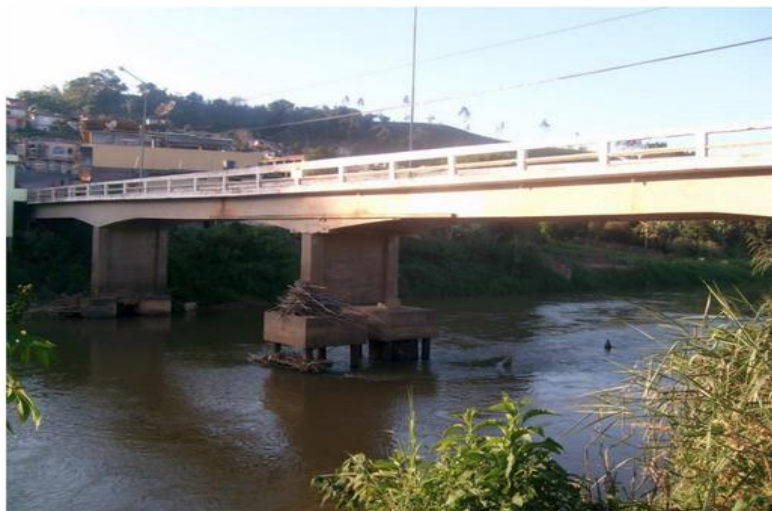
As Figuras 10 e 11, a seguir, apresentam a Ponte José Antônio de Araújo Quintão e uma parte da margem esquerda do rio Piranga. No interstício de 1980 a 2017 não houve alteração significativa neste patrimônio. Por outro lado, as imagens evidenciam uma grande transformação da paisagem, especialmente na margem esquerda. Na primeira imagem, a paisagem desta área no passado possuía uma maior cobertura arbórea e um menor número de construções, sendo, portanto, um pouco mais rústica. Dentre as construções mencionadas estão duas edificações, de dois pavimentos: uma que pertenceu ao ex-prefeito de Piranga, “Tatão de Deco” (já falecido) e a outra de um ex-vice-prefeito, Geraldo Soares. Ambas ainda existem, o que demonstra a qualidade dos materiais utilizados, bem como a capacidade construtiva e o poder aquisitivo dos seus proprietários, demonstrados por meio de uma edificação robusta e duradoura. Já a segunda imagem evidencia a estrutura lateral da ponte, uma parte do rio Piranga e uma parte da margem esquerda dele, evidenciado um bom número de construções.

Figura 10 – Ponte “José Antônio de Araújo Quintão”, década de 1980



Fonte: Acervo pessoal de V.O.P 1.

Figura 11 – Ponte “José Antônio de Araújo Quintão” sobre o rio Piranga em Porto Firme (até 2017)



Fonte: Disponível em <https://mapio.net/pic/p-35609677/>; Acesso em 27/08/2021.

Esta ponte é um imóvel público, um patrimônio inventariado em 2009 pelo Conselho de Patrimônio de Porto Firme. Segundo uma avaliação da equipe técnica especializada e do referido Conselho¹³⁰, ela apresentava as seguintes características: estava a dez metros acima do rio Piranga, medindo setenta e oito metros de comprimento e cinco metros de largura, com direção dupla. Comportava até dois veículos ao mesmo tempo, com guarda-corpo de cento e dezoito centímetros de altura, vazado nas duas laterais, construído de concreto armado e pintado na cor branca. A laje do tabuleiro também era do mesmo material e a pista de rolamento, revestida em asfalto. Entre ela e os guarda-corpos havia dois passeios estreitos (52 cm de largura) de argamassa, um em cada lado da via. Nela também havia postes de iluminação elétrica.

De acordo com o dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, esta ponte possuía uma estrutura relativamente adequada até o início do século XXI. Os únicos atributos negativos eram a sua largura e dos dois passeios (os quais levavam a riscos de acidentes entre veículos e pedestres). Nesta avaliação, a equipe apontou que o estado de conservação e de integridade estrutural do imóvel era bom. Apenas sugeriram algumas pequenas intervenções, entre elas, reparos nos guarda-corpos, no piso dos passeios, pintura e na fiação elétrica. Tais necessidades de reparos foram apontadas como oriundas do desgaste natural ao longo do tempo e da falta de manutenção periódica.

Entre os anos de 2017 e 2020, o poder público municipal realizou uma importante

¹³⁰ Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, em 2009.

intervenção nesta ponte. Foi construída uma passarela para pedestre em uma das suas laterais e também instalada uma estrutura metálica que impedia o trânsito dos veículos maiores e mais pesados sobre ela. O argumento da administração municipal para realização desta obra foi de que, após análise técnica dos engenheiros, esta seria a melhor alternativa de manter a integridade da ponte por um período longo.

Do ponto de vista estético, a maioria dos participantes desta pesquisa aprovou as escolhas e intervenções realizadas. Uma crítica feita por alguns moradores foi de que, com a construção da passarela, houve redução na largura da ponte. Com isso, a via, que é de mão-dupla, deixa os motoristas de veículos de médio porte em situações um pouco delicadas. Entretanto, segundo um ex-prefeito de Porto Firme, G.B.R 4¹³¹, a construção da passarela era realmente necessária para a segurança dos transeuntes e dos veículos.

A restrição imposta na travessia da ponte trouxe uma melhor conservação, não só da ponte, mas também da pavimentação das ruas, que normalmente são bastante afetadas por veículos pesados (como os de minérios, com fluxo intenso nos últimos anos). Conseqüentemente, os outros transtornos causados pelo trânsito destes veículos dentro da cidade também diminuíram. Atualmente, há uma segunda ponte, localizada no trevo na entrada de Porto Firme, em direção à Piranga, que permite a circulação das pessoas, de mercadorias e de veículos entre as demais cidades e áreas próximas. Os viajantes não necessitam adentrar o centro de Porto Firme. Por outro, o comércio deixa de vender para estes consumidores. Isso demonstra que as escolhas, as decisões e as obras públicas afetam diretamente o cotidiano das cidades. Em geral, estas posturas incidem em favorecimentos (ganhos) para uns e perdas para outros. Logo, os conflitos e as disputas são inevitáveis neste processo administrativo do espaço urbano.

Por outro lado, a restrição de veículos pesados e grandes afetou a circulação e a entrega de mercadorias nos comércios localizados do lado esquerdo do rio Piranga, uma vez que o acesso a eles por tais veículos exige que façam um trajeto muito maior. Além disso, o transporte público coletivo deixou de circular nos dois lados da cidade. Desta forma, esta restrição foi uma decisão político-administrativa que pode ter resolvido parcialmente um problema – a dificuldade de conservação da estrutura da ponte (“solução paliativa”).

Alguns entrevistados, durante a pesquisa de campo, entre eles R.A.C 3¹³², criticaram a postura municipal dos anos anteriores a 2010, relativa à ação de uma moradora de interligar

¹³¹ Declaração realizada durante a entrevista do G.B.R 4, ex-prefeito, concedida a esta pesquisadora no mês de abril de 2022.

¹³² Declaração realizada durante a entrevista do R.A.C 3, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

sua residência a esta ponte, assim invadindo o espaço público. Ela não foi impedida pela administração municipal e isto comprometeu, por exemplo, a construção da passarela nos dois lados da ponte.

Em 2002, o padre Antônio de Pádua (“Padre Tonito”) fez uma reflexão no jornal local, *Folha de Porto Firme*, sobre um problema nesta ponte, que estava com sua estrutura abalada. A possível causa apontada foi o modo de retirada de um resto da madeira da antiga ponte no fundo do rio. O padre fez o seguinte questionamento:

Não seria falta de ponderação a causa danificadora da ponte sobre o Piranga? Ela é meio culminante de ligação entre as duas partes componentes da cidade. Mas não somente aqui no centro, mas de uma extensão de vários quilômetros, rio acima, rio abaixo, preocupando o povo. Veja-se os cuidados com as coisas!¹³³.

No artigo não houve identificação e nem menção sobre punição aos sujeitos infratores. Apesar desta manifestação pertinente do “Padre Tonito”, não se sabe se o poder municipal moveu alguma ação no sentido de responsabilização dos responsáveis pelo ato. Pelo que consta, quem arcou com as consequências foram novamente os habitantes, por meio dos impostos, cujo recurso poderia ter sido investido em outras necessidades da população. Apesar deste problema estrutural na ponte mencionado pelo Padre em 2002, na avaliação da equipe técnica do Conselho Patrimonial, feita em 2009, isto não foi apontado. E, como não houve nenhuma intervenção significativa neste interstício, é possível que a análise da equipe tenha sido deficiente. Entre os anos de 2017-2020, a administração municipal realizou uma grande intervenção, justificada pela necessidade de correções estruturais e por uma tentativa de melhor conservação a longo prazo.

Este exemplo da ponte demonstra o quanto os habitantes da cidade estão sujeitos à manipulação de narrativas e à dificuldade de perceber os objetivos reais das ações pretendidas e realizadas por parte dos detentores do poder público. Este é um exercício complexo para a maioria da população, já que os objetivos pretendidos nem sempre são claros e que muitos buscam atender aos seus próprios interesses ou de determinados grupos políticos e não necessariamente o da população. Além disso, as restrições orçamentárias e outras questões da administração municipal podem limitar determinadas ações. Nesse jogo de poder, a paisagem urbana vai se transformando ao longo do tempo.

¹³³ Fonte: *Jornal Folha de Porto Firme*, nº 80, mês de maio, ano 2002.

2.3 As instituições de Educação Básica

O foco de análise nesta seção são as escolas, que aqui são consideradas elementos estruturantes do espaço central de Porto Firme. Dessa forma, nos debruçaremos sobre elas considerando que são componentes da paisagem urbana, e não adentraremos o debate educacional. Os mesmos foram construídos, naturalmente, a partir de decisões políticas (pela administração municipal e pelas lideranças religiosas), durante e após o processo emancipatório da cidade, e carregam consigo expressões importantes para este estudo.

Com o auxílio dos pressupostos defendidos por Bernard Lepetit¹³⁴, sobre o jogo de escalas nos estudos urbanos, ressaltamos a existência de diferentes pontos de vista e que o conhecimento historiográfico produzido possui limitações pela própria condição humana (por parte dos atores sociais, bem como do pesquisador/observador) e pela complexidade da realidade. O conhecimento sobre o passado é sempre uma reconstrução a partir do tempo presente. Assim, nas interações entre os aspectos locais e os processos globais, consideramos que as singularidades locais da paisagem urbana envolvendo a educação pública e privada estão interrelacionadas com os jogos sociais e com as questões políticas nos níveis local, estadual e nacional.

É nesta perspectiva que abordaremos as ações relativas à construção das três primeiras escolas criadas em Porto Firme, a partir da década de 1950, quais sejam, o antigo “Grupo escolar Imaculada Conceição” (atual Escola Estadual Imaculada Conceição), o Ginásio *Mater Et Magistra* e a Escola Estadual Solon Ildefonso. As decisões e as escolhas do poder público municipal efetuadas localmente não são isoladas: elas integram um contexto, um projeto social, político do estado e do país.

Segundo Dantas, desde a primeira república, a elite nacional e os governos tiveram uma preocupação em investir e ampliar a educação escolar, como forma de tornar a população mais civilizada, superar/melhorar o atraso cultural, modernizar a economia e promover o progresso. De acordo com esta pesquisadora, havia uma crença de que o “trinômio civilidade, modernidade e progresso seria alcançado pela educação, que adequaria os indivíduos, promovendo a aceleração do projeto de modernização da cidade e dos hábitos de seus moradores”¹³⁵.

¹³⁴ LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques. (Org.) **O jogo de Escalas: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

¹³⁵ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008, p. 135.

A construção e a organização das instituições de ensino de Porto Firme na área urbana, como a Escola Estadual Imaculada Conceição, o Ginásio *Mater Et Magistra* (este fazia parte de um sistema privado de ensino) e a Escola Estadual Solon Ildefonso, só se tornaram realidade a partir de uma conjuntura política nacional, das ações da elite dominante, da administração municipal, das lideranças religiosas e da comunidade porto-firmense. É interessante perceber que estas três instituições educativas (duas eram públicas e uma privada) foram construídas nas proximidades da Nova Matriz e que não há nenhuma escola na margem esquerda do rio Piranga (primeira área povoada da cidade, desde meados do século XVIII). As construções destas instituições escolares foram extremamente importantes na configuração da paisagem urbana.

2.3.1 A Escola Estadual Imaculada Conceição e o Ginásio *Mater Et Magistra*

A atual Escola Estadual Imaculada Conceição (EICON) chamava-se, no passado, “Grupo Escolar Imaculada Conceição”. De acordo com Rosa Fátima de Souza¹³⁶, a constituição e a estruturação dos grupos escolares se tornaram uma representação da nova organização da escola primária, além de influenciar muitos intelectuais na maneira de compreender a escola durante o século XX. O processo educacional envolve diversos aspectos, inclusive a construção do edifício. Além desta ação, outras também são indispensáveis, como as questões relativas ao currículo, materiais didáticos, metodologias, ordenações dos tempos, das classes, formação dos professores etc.

Souza afirma que o primeiro estado brasileiro a se destacar em termos de modernização do seu sistema de ensino primário foi São Paulo, entre o final do século XIX e o início do XX. A autora explica que o seu destaque em termos arquetípicos do ensino público primário se deu a partir da criação dos grupos escolares, estruturação organizacional e material, baseado em experiências educacionais de países europeus e dos Estados Unidos (escolas graduadas) do século XIX. Tal organização incentivava o agrupamento em classes supostamente homogêneas, de acordo como o nível de conhecimento e com a localização nos centros urbanos¹³⁷. Outras características desse modelo apontadas pela autora, foram:

(...) ensino simultâneo, racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo, (...) sistema de avaliação, divisão do

¹³⁶ SOUZA, Rosa Fátima. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

¹³⁷ Id.

trabalho docente, (...) distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica - em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe um professor. (...) monumentalidade, suntuosidade, beleza e comodidade de suas instalações, revelando, além do prestígio e da importância da escola primária para os republicanos, a visibilidade da atuação do poder público no campo da educação popular¹³⁸.

De acordo com Souza, neste modelo educacional de escola primária havia um cuidado com perfil da edificação escolar, possuindo estilos arquitetônicos neoclássicos e ecléticos, que se destacavam na paisagem, bem como o fato de simbolizarem a “modernização do ensino, em sintonia com expectativas em relação ao desenvolvimento social e econômico”¹³⁹. A adesão a este modelo escolar paulista acompanhou o “processo de urbanização e democratização do ensino público”¹⁴⁰ brasileiro no decorrer do século XX. Além disso, esse modelo estava associado aos ideais de modernização da sociedade brasileira e foi adotado pelos poderes públicos estaduais, em vários estados (Pará, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Mato Grosso, Santa Catarina, Paraíba, Piauí etc.). Porém, a administração pública instalou e investiu em poucas unidades escolares modelares, apresentando significativas imperfeições, dentre elas, a falta de vagas, a precariedade dos edifícios e mobiliários escolares, a evasão e repetência escolares etc. No caso do estado de Minas Gerais, este modelo dos grupos escolares paulistas foi introduzido “a partir de 1906, sob o signo da modernidade republicana, seguindo as trilhas da cidade (...) adotando a linguagem arquitetônica como instrumento de visibilidade da iniciativa do poder público e como marca do processo civilizatório”¹⁴¹.

Diante deste contexto, é possível inferirmos que a construção do “Grupo Escolar Imaculada Conceição”, realizada entre o final da década de 1940 e início da década de 1950 tenha sido influenciada por esta política nacional e estadual. No entendimento de um dos entrevistados, R.M.C.R 4¹⁴², a construção de uma escola era uma das exigências para a efetivação da emancipação da cidade e o seu desmembramento de Piranga. Pelo depoimento desta entrevistada e de outros, é possível induzir que esta construção se efetivou porque havia fortes lideranças políticas interessadas e empenhadas neste investimento, como o então prefeito de Piranga, “Tatão de Deco”, o Deputado Cyro Maciel e outros líderes locais. Cientes

¹³⁸ SOUZA, Rosa Fátima. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p.114.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 118.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 120.

¹⁴¹ *Id.*

¹⁴² A entrevista da R.M.C.R 4 foi concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

das exigências legais sobre a oferta de uma educação primária, pública e gratuita, perceberam a necessidade e os possíveis benefícios para o processo emancipatório de Porto Firme.

Nesse sentido, de acordo com os depoimentos abaixo e com registros fotográficos, as lideranças locais e estaduais mobilizaram-se e construíram a referida instituição escolar estadual. Assim, movidos por interesses diversos e convergentes, ao mesmo tempo, empenharam-se e conseguiram inaugurar o Grupo Escolar antes de 1953. Um dos colaboradores da pesquisa, V.O.P 1, nos relatou que

Já ouvi contar que esse colégio já foi inaugurado duas vezes. [Apontando para a EICON]. Primeiro, o PSD inaugurou e, no domingo seguinte, veio o pessoal do PR para inaugurar também. Aí a diretora, apoiadora do PSD, tinha sumido com as chaves. (...) Juntou-se uma turma, “picou o pé na porta” e abriu e inaugurou também. (...) Eu não sei se isso é folclore ou se é real, isso eu não tenho certeza, eu já vi o pessoal contar isso. O povo era bem decidido¹⁴³.

O referido Grupo Escolar foi edificado num terreno doado pela Igreja, de topografia plana, espaçoso e equivalente a um extenso “quarteirão”. Foi construída uma edificação robusta e impactante, com traços típicos da cultura e do contexto social daquele período, localizada próxima à Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, numa parte um pouco mais baixa.

Figura 12 – Grupo Escolar Imaculada Conceição, década de 1960



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9.

Consta nos registros históricos locais que o engenheiro Silvestre, de Belo Horizonte,

¹⁴³ Trecho da entrevista com V.O.P 1, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

foi o responsável pela construção desta instituição escolar, e que a primeira diretora foi Otília Maciel Vidigal¹⁴⁴. Segundo R.M.C.R 4 :

A Escola Estadual Imaculada Conceição foi inaugurada em 1952/1953. Ela foi construída antes da emancipação porque era necessário ter um prédio escolar do estado. Eu tenho bastante para contar porque eu estudei nela. (...) ela tinha seis salas de aula, três de um lado e três do outro, e tinha o gabinete da diretora com mais banheiro e tinha uma sala que era chamada sala das professoras. Só tinha um banheiro lá e só tinha professoras. Não tinha professor. Só mulher que dava aula, então, por isso eles nem sentiram necessidade de fazer banheiro masculino e feminino depois que construiu a escola. Nessa época aqui, isso aqui era um quatinho que tinha de guardar material, os cartazes, livros, álbum seriado, era tudo guardado ali do professor trabalhar¹⁴⁵.

Ainda sobre a construção desta Escola, segundo R.A.C 3:

A Escola Estadual Imaculada Conceição foi conseguida parece com o prefeito de Piranga – se não me engano, na época, era Tatão de Deco, filho de Deco Vidigal. Parece que o Josefino Sena, que fez parte da Comissão pró-emancipação de Porto Firme, era um primo/parente muito próximo dele (...). Este Colégio teve algumas intervenções, mas não alterou sua estrutura. O desenho dele sempre foi este aqui [observando uma foto do colégio]. Foi mantido, com exceção do muro, porque este muro aqui não estava dando segurança nenhuma (...) O Tatão de Deco teve muita interferência na aquisição do terreno, na necessidade desse colégio, por isso não sei se ele iniciou, mas o pontapé inicial foi dele¹⁴⁶.

O excerto do depoimento de R.M.C.R 4 demonstra que, na década de 1950, havia uma prevalência do sexo feminino nas escolas, inscritas no ensino primário. Apesar de não ser o foco deste trabalho, é interessante observar neste relato a evidência da questão de gênero no magistério, muito comum naquela época. Na segunda metade do século XX prevalecia, no Brasil, um direcionamento do magistério às mulheres e, conseqüentemente, a docência ficava ao encargo delas. Isso impactava, inclusive, na estrutura física das instituições escolares. No caso do “Grupo Escolar Imaculada Conceição”, por exemplo, havia apenas um banheiro feminino para as professoras, já que não havia homens trabalhando naquela escola.

¹⁴⁴ Esposa do primeiro presidente da Câmara Municipal de Porto Firme - Gastão Maciel Vidigal, entre 1954 a 1958.

¹⁴⁵ Trecho da entrevista da R.M.C.R 4, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

¹⁴⁶ Trechos da entrevista do R.A.C 3, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

Este relato confirma as reflexões da pesquisadora Jane Soares de Almeida¹⁴⁷, sobre a realidade do magistério desde o final do século XIX, na qual havia uma feminização desta profissão, que foi fortalecida após a República. A sociedade mantinha a crença em uma escola que domesticasse, cuidasse, amparasse e educasse. Acreditava-se e defendia-se que as mulheres cumpririam melhor essa missão. Nesse ínterim, também a religião católica colaborava com o aprofundamento dessa crença, dessa representação simbólica e imagética, bem como influenciava na manutenção das relações de poder estabelecidas pela classe dominante.

Neste sentido, o fato de o processo de modernização e de urbanização da margem direita do rio Piranga da cidade de Porto Firme ter se expandido com a construção da nova matriz e de uma instituição escolar, tendo somente mulheres sendo professoras, evidencia a existência desses pressupostos apontados pela pesquisadora. É interessante perceber como esse contexto cultural e político na década de 1950 influenciou, inclusive, na definição da estrutura física da edificação escolar.

A iniciativa de construção de uma edificação escolar, como o caso do Grupo Escolar Imaculada Conceição, integra um projeto civilizador mais amplo, idealizado pelos liberais republicanos para a nação brasileira do século XX. De acordo com Almeida, esses liberais pautavam-se numa “educação como salvação dos males sociais e equalizadora de oportunidades”¹⁴⁸. Na concepção deles, as mulheres deveriam ser educadas para se tornarem esposas, mães, donas de casas e, em caso de necessidade, serem professoras. Estas recebiam uma formação profissional em nível médio, nas escolas normais. Neste contexto, a educação feminina passou a ser uma necessidade da sociedade urbanizada e, com isso, foram inauguradas algumas escolas católicas, protestantes e públicas. Tais iniciativas pretendiam manter a ordem social vigente, considerando a educação e a instrução como caminho para o progresso da nação. Felizmente, o último século também foi marcado por protestos, reivindicações e o alcance de algumas conquistas femininas.

É importante ressaltar o papel da educação enquanto instrumento utilizado pela classe dominante para a manutenção do poder e da ordem social. Dessa forma, tornam-se mais evidenciadas as motivações e o empenho dos líderes políticos e aliados porto-firmenses na edificação da primeira instituição pública de ensino de primário, o “Grupo Escolar Imaculada

¹⁴⁷ ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 75-76.

Conceição”, inaugurado antes da emancipação de Porto Firme por dois momentos e por dois grupos políticos rivais, conforme depoimento do senhor V.O.P 1¹⁴⁹.

Este entrevistado relatou um comportamento desrespeitoso e violento numa tentativa de inaugurar uma segunda vez o Grupo Escolar, que já havia sido apresentado à sociedade. No entendimento dele, esta atitude foi movida por uma rivalidade político-partidária. Posturas como esta demonstram como as lideranças locais se comportam diante de questões/decisões das quais discordam e representam a forma autoritária com que foi marcado, inicialmente, o processo de urbanização de Porto Firme, bem como evidenciam as divergências e as posturas políticas existentes naquele período.

Conforme demonstra a Figura 13, abaixo, na década de 1970 havia uma cantina localizada dentro do quarteirão da EICON, mas que não era unificada em termos de paredes junto ao prédio. O acesso a ela se dava por meio externo à edificação principal e o seu entorno era descoberto, não possuindo piso. As pessoas circulavam sobre o mato ou a terra do chão. Ao longo do tempo, isso foi alterado e a cantina foi incorporada ao prédio interno da escola. Assim, é interessante perceber que a estrutura física da EICON não era compatível com a da sua cantina, construída de uma forma bem precária e simples.

Figura 13 – Antiga cantina da EICON, década de 1970



Fonte: Acervo pessoal de V.O.P 1.

¹⁴⁹ Entrevista com V.O.P 1, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

Figura 14 – EICON até meados de 1970



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9

Os depoimentos e registros demonstram uma parte do contexto histórico desta edificação escolar. Segundo informações constantes nas placas desta escola, ela passou pelas seguintes reformas e ampliações: em 1981, “ampliada para o ensino de 5ª a 8ª série do 1º e do 2º graus”¹⁵⁰ e, em 2002, passou por uma nova reforma, promovida pelo governo do estado de Minas Gerais¹⁵¹. Alguns dos entrevistados enaltecem alguns nomes de professores que fizeram a diferença na vida e na formação de muitas gerações que passaram e passam por lá. Para evitarmos injustiças, optamos por não apontar esses nomes. A partir da perspectiva apontada por Almeida, de que o poder visa “à normatização e ao regramento de hábitos e costumes, higienização e moralização de comportamentos, induzindo ao pleno acatamento dos preceitos legais, sociais, religiosos, levando inevitavelmente ao ideal positivista da ordem e do progresso”¹⁵², observamos que a construção desta instituição escolar se deu dentro de um contexto histórico e foi permeada por conflitos, atendendo diferentes (mas convergentes) interesses dos líderes locais.

Conforme apontamentos de Almeida, na década de 1950 houve um aumento do número de estabelecimentos de ensino privado, contrariando os ideais dos liberais republicanos em manter o ensino público e gratuito para a população. Porém, a abertura de

¹⁵⁰ Autoridades que participaram deste processo: Dr. Cyro Aguiar Maciel, deputado; Ciro Santana Maia, prefeito de Porto Firme; Maria José Sena Maia, inspetora escolar.

¹⁵¹ Itamar Franco, governador, Murílio Hingel, Secretário de Educação. Provavelmente foram realizadas outras reformas nesta escola, mas, devido ao limite do tempo, não foi possível investigar sobre isso e sobre outros detalhes históricos dela.

¹⁵² ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 98.

“escolas particulares obtinha o apoio de amplos setores e mesmo do próprio governo, numa forma de restringir gastos com educação”¹⁵³. Diante deste contexto da política educacional brasileira, na década de 1960, houve a criação do Ginásio *Mater Et Magistra*. Esta expressão latina também foi o nome da carta encíclica do papa João XXIII, publicada em 1961, abordando o desenvolvimento social dentro dos princípios da doutrina cristã.

Tratava-se de um colégio privado, pertencente à igreja católica, e oferecia o que atualmente consideramos a segunda etapa do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano escolar). Sua administração ficava a cargo do pároco local e ele era custeado pelas famílias dos estudantes. Funcionava numa edificação¹⁵⁴ ao lado da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e, segundo relatos de R.A.C 3, o “engenheiro” Luís Cristo (um autodidata) foi quem o construiu.

Segundo registro, num convite de formatura dos vinte concluintes do Curso Ginásial de 1968¹⁵⁵, o fundador deste Ginásio particular foi o Padre Antônio Guisoli Rubim e o seu diretor era, naquele ano, o Padre Dr. Antonio Mendes. Neste evento, quatorze professores foram homenageados, dentre eles: Adelaide Campos Santana, Dinorah Santana, Dirceu Jorge da Silva, Lourdes Santana e Neire Maciel Noé. Por meio deste e de outros registros, ficou evidenciado que, dez anos depois da emancipação da cidade, o acesso ao ensino secundário (antigo curso ginásial) ainda era de acesso restrito aos que podiam pagar.

Um dos depoimentos mais significativos sobre este Ginásio *Mater Et Magistra* foi o de B.M.E 6. Segundo ela,

Era muito difícil porque a gente não tinha emprego, (...) então papai lutava com muita dificuldade. Mas toda vida ele teve aquele entusiasmo de ver a gente estudada. Então, a gente trabalhava na roça... largava serviço às 15 horas (...) e vinha para casa tomar banho, para vir para o colégio. E para evitar que papai tivesse que pagar alguém para trabalhar na roça, a gente trabalhava para sobrar dinheiro para ele pagar para nós. Aí, a gente pagava (...) eles apertavam a gente mais era com prova, porque se não tivesse pago a prestação, a gente não fazia a prova. Então, às vezes, a gente pegava o dinheiro emprestado. Às vezes, o papai trabalhava para os outros e não recebia (...) e quando era hora de pagar as mensalidades, não tinha dinheiro para pagar. Ele tinha que sair pedindo dinheiro emprestado para os outros, para pagar a mensalidade do colégio, para a gente não perder a vaga¹⁵⁶.

¹⁵³ ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 89.

¹⁵⁴ Esta edificação não existe mais; só uma pequena parte dela.

¹⁵⁵ Arquivo pessoal do colaborador da pesquisa, identificado neste trabalho como V.O.P 1.

¹⁵⁶ Trechos da entrevista da B.M.E 6, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

Este excerto demonstra vários aspectos da realidade de muitas famílias porto-firmenses há algumas décadas, relativos a trabalho, emprego, renda, educação privada etc. Por meio dele percebemos que algumas famílias mais conscientes sobre a importância da educação formal na vida de uma pessoa se sacrificavam para sustentar os filhos/filhas numa escola particular, pois percebiam que naquele período era a única alternativa viável para as crianças e os adolescentes concluírem a segunda etapa do Ensino Fundamental. Somente as quatro primeiras séries desta etapa eram oferecidas gratuitamente pelo poder público.

Pelo depoimento acima e pelo contexto histórico, vimos que algumas crianças e adolescentes pobres eram submetidos ao trabalho infantil (na produção agrícola de café, milho, feijão etc.), por necessidade de auxílio no sustento da família e como forma de obter recurso financeiro para custear as despesas da mensalidade escolar. Esta realidade das crianças pobres acabava por, muitas vezes, inviabilizar a permanência delas na escola, com raras exceções. Naquele tempo, o ensino possuía uma oferta excludente, voltado para aqueles que tinham condições financeiras de arcar com as despesas. Na circunstância da entrevista, felizmente, o testemunho da participante B.M.E 6 demonstrou que sua família tinha consciência sobre a importância da educação escolar e ela conseguiu superar as dificuldades financeiras, obtendo êxito nos estudos.

Ao longo do tempo, algumas conquistas sociais foram ocorrendo, conforme relatos dos entrevistados e registro em um dos livros de Tombo da paróquia. Dentre elas foi a instalação do Ginásio Estadual, em 1977, ou seja, houve uma transferência do “Ginásio *Mater Et Magistra*” (que até então era privado) para a Escola Estadual Imaculada Conceição (EICON). Esta escola só oferecia os primeiros anos do ensino primário. Portanto, foi ampliada e passou a oferecer também da 5ª à 8ª série (atual 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental), de forma pública e gratuita. Porém, a continuidade dos estudos (atual Ensino Médio e o Ensino Superior) só era possível, em outras cidades, já que em Porto Firme só era oferecido até o “ginásial”. Desta forma, percebemos que o cumprimento das determinações legais (Constituição Federal de 1967 e a Lei 5692/1971), anteriormente já mencionadas, na área da educação em Porto Firme demorou mais de cinco anos para se adequar minimamente em termos da oferta obrigatória e gratuita do ensino de primeiro grau (os primeiros oito anos de escolaridade) à população.

Retomando as questões de infraestrutura da EICON, desde a sua construção inicial, ela já possuía um corredor em seu entorno, com uns detalhes em “arcos”, cercado por um muro de pequena altura. Naquela época, este muro era suficiente para atender às necessidades de delimitação do espaço, de proteção e de respeito. O edifício escolar foi construído com

afastamento e num nível mais elevado do que as vias públicas com as quais faz divisa: Travessa Joaquim Custódio (frente/ entrada da escola), Rua Coração de Jesus e Avenida 18 de Agosto.

Figura 15 – E. E. Imaculada Conceição, atual



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1148332175989742&set=a.120703318752638>

Conforme a Figura 15, a E.E Imaculada Conceição, pintada recentemente na cor azul, permanece tendo um único pavimento, com várias salas de aula, refeitório, laboratório de informática, biblioteca, pátio descoberto, internet banda larga, e seu telhado é do tipo colonial. O funcionamento desta escola é nos dois turnos, manhã e tarde, com várias turmas do Ensino Fundamental, anos finais (6º ao 9º ano), Ensino Médio (3 anos de duração, final da Educação Básica)¹⁵⁷. Nesse âmbito, a escolha da cor, bem como as definições dos espaços, dos materiais, horários de funcionamento, tudo isso corresponde às demandas, à cultura, às tecnologias e aos recursos (materiais e humanos) disponíveis em cada contexto histórico. Assim como apontado por Santos sobre as características de uma cidade, as intervenções em um componente da paisagem urbana, como no caso desta escola, também estão relacionadas “às necessidades e possibilidades da época”¹⁵⁸. Elementos como este são transformados e constituídos pela materialidade, pelos recursos técnicos utilizados em determinado tempo da evolução humana e pelas relações sociais. Além disso, essas transformações são influenciadas e determinadas, ainda, pelas forças dominantes, a nível local, estadual e nacional.

¹⁵⁷ Dados do Censo/2020 e do site <https://www.escol.as/151414-ee-imaculada-conceicao>. Acesso em 24/07/2022.

¹⁵⁸ SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 21, 2002. Disponível em: http://bit.ly/Santos_tempo_cidades e em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v54n2/14803.pdf>. Acesso em: 15/11/2022.

Ao compararmos estas duas imagens da EICON, no passado e no presente (Figuras 14 e 15), percebemos que a estrutura física básica desta edificação quase não foi alterada. As intervenções executadas foram mais no sentido de ampliação, construindo novas salas de aula, banheiros, reparos nos telhados, cor da pintura e aumento da altura do muro. Esta última questão (altura do muro) evidencia um problema cada vez mais intenso em nossas cidades: a questão da segurança. O desenvolvimento urbano e as mudanças sociais influenciaram nesta necessidade de maiores investimentos em mecanismos de segurança, sendo uma delas a elevação/instalação de barreiras físicas ou do aperfeiçoamento de outras medidas de segurança, cada vez mais sofisticadas, para evitar invasões, roubos e danos ao patrimônio público.

Assim, a Escola Estadual Imaculada Conceição também é um importante elemento da paisagem urbana de Porto Firme e se destaca dentre as demais construções próximas: residências e pequenos comércios, concentrados principalmente no primeiro pavimento, como lojas de roupas, salão de beleza, papelaria, clínica odontológica etc. Há, ainda, pequenos prédios e espaços públicos: CPMF, Praça Padre Raimundo, Unidade Básica de Saúde Prefeito José Maciel. As edificações do entorno da EICON são, na sua maioria, de dois pavimentos, a cobertura delas é de estruturas metálicas (conhecidas como cobertura paulista), não possuem um estilo arquitetônico definido e foram construídas no alinhamento da via.

2.3.2 A Escola Estadual Solon Ildfonso

A E.E. Solon Ildfonso foi a segunda escola estadual a ser construída na área urbana da cidade, na Rua Dom Silvério, na década de 1960, aproximadamente, por meio das autarquias mineiras – Campanha de Reparo e Restauração dos Prédios Escolares do Estado (CARRPE, entre 1958-1967) e Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares do Estado (CARPE, criada pela Lei nº 4817/1968¹⁵⁹, que vigorou até 1987). De acordo com Geraldo Ângelo A. Silva e Roberto E. dos Santos (2016), a CARRPE e a CARPE “foram órgãos públicos que mais projetaram e construíram edifícios escolares em Minas Gerais”¹⁶⁰.

¹⁵⁹ MINAS GERAIS, **Lei Ordinária 4817/1968**. Dispõe sobre a construção, ampliação, reparo e conservação dos prédios escolares do estado e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-4817-1968-minas-gerais-dispoe-sobre-a>. Acesso em: 15/03/2023.

¹⁶⁰ SILVA, Geraldo Ângelo A.; SANTOS, Roberto E. dos. Um Capítulo na História da Arquitetura e da Construção Escolar Pública no Brasil: A Experiência da CARPE. **Culturas Partilhadas**. 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, UFMG, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/42092>. Acesso em: 15/03/2023.

Durante a realização das entrevistas, tivemos muitos depoimentos importantes relacionados a esta escola, como o de M.D 02¹⁶¹. Segundo ela, a escolha do nome desta instituição foi uma homenagem a um médico e ex-prefeito da cidade de Piranga, conhecido como “Doutor Solon”. Ele vinha de Piranga a cavalo (meio de transporte mais usado num período mais recuado do passado) para atender os pacientes de Porto Firme nas suas próprias casas. Quanto à definição do local onde a E. E. Solon Ildefonso seria edificada, o depoimento de V.O.P 1 evidencia a existência de divergências neste processo decisório envolvendo a urbanização de Porto Firme. Segundo esse colaborador, houve divergências na definição sobre “o local para construir, porque uns queriam que ele fosse onde ele está hoje, outros queriam que ele fosse próximo ao hospital lá, para atender o pessoal do outro lado lá, para os meninos não precisarem atravessar. Mas a ideia dele lá não vingou”¹⁶². O terreno onde foi edificada esta escola, na década de 1960, inicialmente foi cedido pela Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Porto Firme e formalmente doado à prefeitura de Porto Firme em 1981.

Os pesquisadores Marta dos Santos Camisassa, Josélia Godoy Portugal, Gabriela Toledo Rodrigues e Marcelo André Ferreira Leite também abordam a política pública mineira na área educacional, analisando criticamente a opção governamental de tentar padronizar os edifícios escolares, entre as décadas de 1960 e 1980. Eles demonstraram que a prioridade dos governos nesta área era a racionalidade, a agilidade e o baixo custo no empreendimento. Estas edificações foram realizadas num período em que os índices de acesso à educação eram muito baixos e necessitavam de melhorias. Apontaram, ainda, que em 1950, por exemplo, “apenas 36,2% das crianças de 7 a 14 anos tinham acesso à escola”¹⁶³.

De acordo com Camisassa e seus colaboradores, durante a gestão do governador José Magalhães Pinto (1961-1966), a Secretaria da Viação e Obras Públicas elaborou um plano de construção de quatrocentas novas unidades escolares em todo o estado, o qual deveria ser executado em menos de um ano, até janeiro de 1962. Esse plano previa a construção de prédios escolares de forma padronizada. Na perspectiva do governo estadual de Minas Gerais, a padronização construtiva propiciou a racionalização, a flexibilização (poderia ser adaptados a diferentes demandas), baixo custo e possibilidade de construção em muitos municípios mineiros. Nas edificações foram utilizados “pilares e vigas de aço, com vedação, cobertura e

¹⁶¹ Trecho da entrevista da M.D 02, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

¹⁶² Trecho da entrevista do V.O.P 1, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

¹⁶³ CAMISSASSA, Maria Marta dos Santos *et al.* A opção governamental em Minas Gerais por uma padronização de edifícios escolares nos anos 1960-70, **X Seminário Docomomo Brasil Arquitetura Moderna e Internacional: conexões brutalistas 1955-1975**. Curitiba. PUCPR, 15-18 de outubro de 2013. Disponível em: https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/08/CON_42.pdf. Acesso em: 15/03/2023, p. 7.

paredes – em chapas e telhas metálicas, caracterizado por uma impactante austeridade estética”¹⁶⁴.

Assim, várias cidades da Zona da Mata Mineira (Porto Firme, Brás Pires, Ubá, Guiricema e Itaverava) e de outros estados brasileiros, como São Paulo, também receberam as “Escolas de Lata”. No caso de Porto Firme, a sede provisória “de latas” da E.E. Solon Ildefonso funcionou até 1982, aproximadamente. Segundo os autores, estas escolas de latas foram construídas seguindo o projeto padrão modulares da Campanha CARRPE¹⁶⁵.

Este histórico da política pública na área da educação de Minas Gerais demonstra a forma pela qual os gestores pensavam e as opções que fizeram ao longo do tempo. Especialmente, entre as décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura militar, as deliberações dos governos na área educacional pautavam-se em provisoriedade e a educação pública de qualidade não era priorizada. Os relatos dos senhores R.A.C 3 e da B.M.E 6 sobre a E.E. Solon Ildefonso ilustram tais posturas:

(...) pré-fabricada em zinco, trouxeram e erigiram ela aqui (...) a parte térmica, acústica (...) as pessoas jogavam pedra e faziam aquela zoeira (...) era tudo ondulado assim (...). Foi terrível, mas era o que tinha e o que tinha serviu, valeu enquanto durou. Durou bastante¹⁶⁶

Eu só trabalhei um ano no Solon. Quando ele ainda era de lata (...). Naquela época, a gente não tinha tanta opção, tanta exigência igual tem hoje. Às vezes, a gente reclama, mas não está valorizando o que a gente tem também. A grande dificuldade que nós estamos enfrentando hoje, antigamente não tinha as coisas direito, mas aproveitava tudo que a gente tinha, porque a gente sabia o quanto era difícil¹⁶⁷.

De acordo com Camisassa e seus colaboradores¹⁶⁸, pelo que observamos também na Figura 16, adiante, e pelos depoimentos dos senhores R.A.C 3 e B.M.E 6, a estrutura dessas escolas de latas eram precárias, especialmente nos aspectos térmicos e acústicos. Estas edificações escolares estavam previstas para funcionar provisoriamente, até que a construção

¹⁶⁴ CAMISASSA, Maria Marta dos Santos *et al.* A opção governamental em Minas Gerais por uma padronização de edifícios escolares nos anos 1960-70, **X Seminário Docomomo Brasil Arquitetura Moderna e Internacional: conexões brutalistas 1955-1975**. Curitiba. PUCPR, 15-18 de outubro de 2013. Disponível em: https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/08/CON_42.pdf. Acesso em: 15/03/2023, p. 2; 7- 8.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 15;18.

¹⁶⁶ Trecho da entrevista do R.A.C 3, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

¹⁶⁷ Trecho da entrevista da B.M.E 6, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

¹⁶⁸ CAMISASSA, Maria Marta dos Santos *et al.* A opção governamental em Minas Gerais por uma padronização de edifícios escolares nos anos 1960-70, **X Seminário Docomomo Brasil Arquitetura Moderna e Internacional: conexões brutalistas 1955-1975**. Curitiba. PUCPR, 15-18 de outubro de 2013. Disponível em: https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/08/CON_42.pdf. Acesso em: 15/03/2023.

de prédios definitivos fosse realizada, mas, na realidade, muitas funcionaram em condições precárias por aproximadamente vinte anos ou mais. Tais imóveis apresentavam condições inadequadas, eram alugados e não pertenciam, inicialmente, ao governo estadual, entre outros aspectos negativos.

O depoimento de B.M.E 6 demonstra uma certa conformidade com as precariedades do sistema educacional vivenciadas no passado. No caso da E.E Solon Ildfonso, a entrevistada argumenta que, apesar da escola ter sido construída com um material de lata, ela considera ter sido válida a iniciativa dos governantes da época. No entendimento desta colaboradora, a sociedade atual é bem mais exigente do que a do passado e há uma certa dificuldade por parte das pessoas em valorizar as conquistas. Neste processo de pesquisa, respeitamos a manifestação dos entrevistados e, neste caso, concordamos apenas com a primeira parte deste depoimento. Reconhecemos que houve algumas conquistas na área da educação, mas ainda há grandes desafios a serem superados.

Em Porto Firme, no final da década de 1970 e início de 1980, houve algumas iniciativas no sentido de construir uma nova edificação escolar ou de reformar a existente, que ainda era de lata. De acordo com o registro na Ata da CMPF (em 24/10/1977)¹⁶⁹, foi aprovado pelos vereadores a realização de um convênio entre o poder executivo municipal de Porto Firme com a CARPE. Em outubro de 1980, também foi aprovado pelos edis uma solicitação ao Deputado Estadual Fábio Vasconcelos, para que o mesmo interviesse junto às autoridades competentes da Secretaria de Estado da Educação e da CARPE, em prol da realização da obra de reparos na E. E. Solon Ildfonso (Ata da CMPF, reunião em 23/10/1980)¹⁷⁰. O terreno onde havia sido edificada a escola de lata, na década de 1960, foi doado da Paróquia à prefeitura de Porto Firme. Em 1981, houve uma ampliação da área ocupada pela escola, por meio da desapropriação 300m² da propriedade do Senhor João José de Barros (Lei 470 de 24/01/1981). A partir de então, o poder executivo municipal repassou estes terrenos ao governo do estado de Minas Gerais (Lei 472 e lei 473 de 24/01/1981).

Conforme dados constantes numa placa afixada nesta escola, a nova edificação foi concluída em 1982 (Figura 16, à direita), durante o Governo Francelino Pereira dos Santos, por meio do Sistema Operacional de Educação, CARPE (Comissão de Construção, Ampliação, Reparo e Conservação dos Prédios Escolares). De acordo com Camisassa e seus

¹⁶⁹ Câmara Municipal de Porto Firme. Ata da reunião de 24/10/1977, p. 60.

¹⁷⁰ Câmara Municipal de Porto Firme. Ata da reunião de 23/10/1980, p. 87.

colaboradores¹⁷¹, o formato de edificação das escolas demonstrava a adoção de um projeto padrão de construção do governo estadual mineiro, evidenciado pelas placas de inauguração instaladas nesses prédios, contendo a indicação da CARPE.

Nesta nova obra mantiveram o endereço, mas substituíram os materiais metálicos por de alvenaria, como tijolos de barro, concreto armado e outros. Da edificação de latas, só foi possível reaproveitar o material metálico na cobertura do telhado do edifício sede da Prefeitura de Porto Firme.

Figura 16 – E.E. Solon Ildefonso, em 1966 e em 2014



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9.

Esta edificação escolar e outras realizadas pela Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares do Estado (CARPE) caracterizam-se por apresentar os seguintes aspectos: arquitetura moderna, utilização da chamada técnica brutalista ou brutalismo, dimensões significativamente maiores que os demais lotes das cidades, exceto ao das Igrejas Matrizes; possuir um ou dois pavimentos, boa ventilação, conforto térmico, baixo custo e uma boa aceitação dos usuários. Ademais, de acordo com Camisassa e seus colaboradores, estas edificações apresentam

(...) estrutura aparente, composta por vigas e pilares pré-fabricados em concreto armado, e laje pré-fabricada, (...) tudo dentro de uma bem articulada coordenação modular. A vedação era em alvenaria de tijolo

¹⁷¹ CAMISSASSA, Maria Marta dos Santos *et al.* A opção governamental em Minas Gerais por uma padronização de edifícios escolares nos anos 1960-70, **X Seminário Docomomo Brasil Arquitetura Moderna e Internacional: conexões brutalistas 1955-1975**. Curitiba. PUCPR, 15-18 de outubro de 2013. Disponível em: https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/08/CON_42.pdf. Acesso em: 15/03/2023,

cerâmico maciço, também aparente, e a cobertura feita com amplas águas de telhas capa-e-canal¹⁷².

Além de Porto Firme, que possui a Escola Estadual Solon Ildefonso, outras cidades mineiras também receberam o projeto padrão CARPE de edifícios escolares, dentre elas, Belo Horizonte, Ponte Nova, Itaverava, Senador Firmino, Guidoal, Tocantins e Brás Pires. Estas edificações destacam-se nestas paisagens urbanas pelas suas singularidades. A referida escola porto-firmense continua tendo esse perfil diferenciado até a atualidade, conforme se pode observar na Figura 16, à direita. Porém, diferentemente de algumas outras escolas, suas paredes receberam revestimento de reboco e pintura.

Dentre as intervenções realizadas pelo governo do Estado de Minas Gerais nesta escola porto-firmense, algumas estão expostas em suas placas internas:

- Setembro/1982 - conclusão da nova edificação de alvenaria
- Junho/2005 - conclusão da ampliação da edificação
- Abril/2008 - reforma

De acordo com outro entrevistado, R.A.C 3, e a partir da Figura 16, percebemos que a transformação ocorrida no início da década de 1980 foi radical e necessária, já que o material era impróprio para seu bom funcionamento. A escola deixou de ser de lata para ser de alvenaria, e o telhado passou a ser de telha colonial.

Os dados do censo escolar do ano de 2020 demonstraram que E. E. Solon Ildefonso possui várias salas de aula, internet banda larga, refeitório, laboratório de informática, biblioteca, pátio descoberto, área verde e outras. É uma escola pública estadual com funcionamento nos dois turnos, manhã e tarde, com várias turmas, dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e também atendimento educacional especializado (AEE)¹⁷³. Esses dados demonstram uma tentativa de adequação às demandas sociais vigentes, realizadas pela comunidade escolar e pelo governo do estado.

Historicamente, a política educacional brasileira, destinada à maioria da população, muitas vezes não foi administrada com o devido compromisso social, inclusive na questão da qualidade da estrutura física das escolas públicas. Conforme apontamentos de Souza¹⁷⁴, ao longo do século XX, algumas iniciativas adotadas pelos poderes públicos para amenizar os

¹⁷² CAMISSASSA, Maria Marta dos Santos *et al.* A opção governamental em Minas Gerais por uma padronização de edifícios escolares nos anos 1960-70, **X Seminário Docomomo Brasil Arquitetura Moderna e Internacional: conexões brutalistas 1955-1975**. Curitiba. PUCPR, 15-18 de outubro de 2013. Disponível em: https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/08/CON_42.pdf. Acesso em: 15/03/2023,

¹⁷³ Dados do Censo/2020 e do site <https://www.escol.as/151415-ee-solon-ildefonso>. Acesso em: 24/07/2022.

¹⁷⁴ SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p 126.

problemas da democratização do ensino, relativas à falta de vagas e de escolas, foram de improvisações de prédios e a construção de escolas de emergência, além de outras. No caso de Minas Gerais, estes problemas não foram superados integralmente por estas medidas, mas, mesmo assim, o governo do estado permaneceu utilizando estratégias como mencionadas. A construção improvisada da E.E. Solon Ildefonso com materiais metálicos (“escola de lata”) na década de 1960 demonstra este fato.

Esta edificação também é um importante elemento da paisagem urbana de Porto Firme, construída com um maior afastamento da margem da Rua Dom Silvério do que as casas. Um detalhe que a destaca é a existência de hibiscos na maior parte do seu entorno. Estes detalhes deixam esta escola com uma beleza diferenciada entre as demais construções próximas.

As intervenções efetuadas nestas escolas estaduais de Porto Firme (Imaculada Conceição e Solon Ildefonso) foram possíveis ao longo do tempo por intermédio de parcerias entre estado, comunidade e prefeitura. Esta última, por sua vez, disponibilizava a mão de obra dos seus funcionários. Ficaram evidenciadas algumas dificuldades/desafios e o empenho dos administradores escolares na efetivação das reformas ao longo dos anos. Os depoimentos demonstraram, ainda, a importância da educação e das escolas estaduais no desenvolvimento social e urbano.

(...) educação é tudo. E essas escolas tiveram uma gestão muito boa, tanto a Imaculada Conceição quanto a Solon Ildefonso (...) havia até uma rivalidade entre os gestores, cada um querendo fazer uma gestão melhor do que a outra. Foi uma rivalidade sadia. Essa concorrência contribuiu muito e agora, recentemente, essas duas escolas foram reformadas, melhoradas pelo governo do estado e estão assim com uma infraestrutura melhor. Mas, isso foi fundamental não só para mim, como aluno, depois, posteriormente, como professor. Mas também para toda a sociedade de Porto Firme¹⁷⁵.

A pesquisa de campo evidenciou que estas escolas estaduais supracitadas e o Ginásio *Mater Et Magistra* certamente marcaram a vida dos moradores desde o início da década de 1950 e contribuíram diretamente não só na instrução formal das crianças e adolescentes, mas também impactaram na formação desta paisagem urbana. Mais recentemente, a prefeitura construiu também a Escola Municipal de Educação Infantil Sossego da Mamãe, no Bairro

¹⁷⁵ Trecho da entrevista do P.C.M 5, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

Chiquinho da Ilha¹⁷⁶. Desta forma, além desta escola municipal, a cidade hoje possui na sua área urbana duas escolas estaduais (Imaculada Conceição e Solon Ildefonso).

Os dados do IBGE (2010 e 2021)¹⁷⁷ apresentam o seguinte panorama educacional em Porto Firme: a “taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade” em 2010 era de 98,8%. Em 2021, havia onze estabelecimentos de Ensino Fundamental e uma de Ensino Médio. Mesmo considerando a existência de outros fatores que impactam no processo educacional, estes números revelam que a taxa de escolarização no Ensino Fundamental deste município está num patamar bastante positivo, ou seja, ocupa a 12ª posição na região geográfica imediata. Isto significa que o poder público e a sociedade ainda precisam investir em recursos e ações relacionadas ao processo educativo como um todo, objetivando a inclusão da totalidade das crianças e adolescentes no sistema educacional. Além disso, é preciso prezar sempre pelo bom rendimento escolar, por um processo educativo verdadeiramente voltado para desenvolvimento integral de todas as potencialidades dos educandos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988¹⁷⁸ e na LDB/9394/1996¹⁷⁹.

Conforme apontamentos de Almeida¹⁸⁰, ao longo do século XX o país foi governado por regimes autoritários e marcado por tentativas de redemocratização, de transformações e de reivindicações sociais, especialmente no campo educacional. Este processo não foi linear; houve avanços e retrocessos. A promulgação da Constituição de 1988 foi uma grande conquista social, especialmente na área educacional. Porém, o sistema de ensino brasileiro, mesmo sendo público, ainda permanecia notadamente elitista e seletivo. Embora a sociedade acreditasse que a educação escolarizada era um caminho de ascensão social, a população mais pobre tinha enormes barreiras para se matricular e frequentar a escola pública. Havia pouca oferta de vagas, e o próprio sistema não era adequado para esta camada social, gerando altos índices de repetência e de evasão escolar. Outro fato apontado pela pesquisadora ora mencionada é a recorrência de ações objetivando adaptar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico.

¹⁷⁶ Devido às delimitações desta pesquisa, optamos por deixar para outras investigações o histórico desta escola municipal de Educação Infantil.

¹⁷⁷ IBGE, 2010 e 2021. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/porto-firme/panorama>. Acesso em: 24/03/2023.

¹⁷⁸ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

¹⁷⁹ BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

¹⁸⁰ ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino? A Feminização do Magistério ao Longo do Século XX. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

O último século também foi marcado por extremas desigualdades sociais e uma sociedade dividida em classes (classe alta – oligarquia agrária comercial e burguesia industrial; classe média – profissionais liberais e funcionários públicos; e classe trabalhadora). Este sistema capitalista e estes contextos sociais influenciavam as políticas adotadas nas cidades brasileiras, bem como em suas transformações, inclusive nas de porte menor, como no caso de Porto Firme. Cientes da existência ainda de muitos desafios a serem enfrentados pelo nosso sistema educacional brasileiro, concordamos com a mesma autora de que educação escolarizada continua sendo um dos principais mecanismos de participação efetiva dos cidadãos na sociedade.

Além das instituições de ensino, a edificação da sede do poder municipal é um dos elementos da paisagem urbana presentes desde a sua emancipação política-administrativa, ocorrida em dezembro de 1953. Este é o tema que abordaremos a partir de agora.

2.4 A Prefeitura Municipal de Porto Firme

O Paço Municipal é um dos elementos da paisagem urbana que está presente desde a sua municipalização e seu desmembramento da cidade de Piranga, entre dezembro de 1953 e janeiro de 1954. Assim, em Porto Firme, inicialmente esta sede funcionou numa casa alugada (Figura 16) do lado mais antigo da cidade (lado esquerdo do rio Piranga), bem próximo da atual Ponte José Antônio de Araújo Quintão. Ela permaneceu neste local até o início dos anos 80. Hoje, no local funciona um pequeno mercado.

Figura 17 – Antiga sede da prefeitura, década de 1950



Fonte: Acervo pessoal de V.O.P 1.

Segundo R.M.C.R 4, a construção de um novo prédio foi iniciada em 1971, pelo Prefeito Ciro Maia, que

(...) governou dois anos, depois teve o mandato tampão (...) o outro governou seis (anos). Foi uma mudança de tipo de eleição (...). Então na época ele começou a construir a prefeitura atual. (...) na outra eleição, o prefeito que foi eleito, parou com a obra. Aí ficou quatro anos com a obra paralisada. Ali nasceu mamona, assa peixe, essas plantas mais espertas e passou os quatro anos (...) ele foi eleito novamente e retomou a construção da prefeitura ¹⁸¹.

De acordo com outro entrevistado, o responsável pela construção desta edificação foi o “engenheiro” Luís Cristo, um autodidata residente na cidade.

O próprio Luiz Cristo se preocupou com aquela construção porque não usaram *muito colunas*. (...) E antigamente não usava muito colunas. Começou a dar umas trincas, por isso ele e outros construtores tiveram que inserir umas colunas externas, umas molduras em volta do prédio, para dar uma estrutura ao prédio (...) porque o prédio já tinha sido construído ¹⁸².

Pelos depoimentos acima e registros fotográficos, depreendemos que esta edificação foi iniciada entre 1971 e 1972, interrompida pela nova administração municipal entre os anos de 1973 a 1976, reiniciada em 1977 e inaugurada em 18 de agosto de 1981 (dia em que se comemora o aniversário da cidade) pelo mesmo prefeito que havia iniciado a obra (ele se candidatou e foi novamente eleito, para um novo mandato, de 1977 a 1981). Na placa de inauguração, fixada na parede externa da edificação, consideraram o ano de 1977 como sendo o início da obra, o que não corresponde aos registros.

Segundo declarações dos entrevistados R.M.C.R 4 e R.A.C 3 ¹⁸³, o objetivo da construção deste Paço Municipal era reunir todos os órgãos da administração municipal em um único local. O prédio já foi sede também do cartório, da agência dos correios (até 1993) e da EMATER. No ano de 2012, todos os setores da administração municipal funcionavam lá, no primeiro pavimento: saúde, farmácia, SIAT, assistência social, agricultura, transporte e obras, tributação/arrecadação, além de banheiros. No segundo pavimento: gabinete do prefeito, recursos humanos, educação, cultura, licitação, setor de compras, contabilidade, arquivo, cozinha e banheiros.

¹⁸¹ Trechos de entrevista de R.M.C.R 4, concedida a esta pesquisadora no mês de abril de 2022.

¹⁸² Trechos de entrevista de R.A.C 3, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

¹⁸³ Segundo declarações dos entrevistados R.M.C.R 4 e R.A.C 3, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

Este prédio tem dois pavimentos, um *hall* central, com uma escada que dá acesso ao andar superior e um subsolo. Segundo descrições constantes nos documentos do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, “possui um estilo que se aproxima de construções modernas, com traços mais retilíneos e o telhado não totalmente aparente”¹⁸⁴. Na parte da pintura externa, a edificação já foi de uma cor meio rosada e, posteriormente, de cor alaranjada, com detalhes em amarelo. A pintura interna das paredes era em verde claro. O teto é de laje, coberto por telhas de barro. As portas internas são de madeira, ao passo que a porta principal e as janelas são de ferro e vidro. Há salas no subsolo, onde são guardados diversos materiais e, na lateral do prédio, há um portão que dá acesso à garagem. A prefeitura mede 516m² de área construída. Naturalmente, esta edificação passou por várias intervenções ao longo do tempo, entre elas, a pintura e o acesso ao prédio, que além de escadas passou a ter rampas.

Segue uma avaliação de um dos entrevistados, um ex-prefeito, G.B.R 4, sobre o Paço Municipal de Porto Firme:

A gente chegou a colocar acessibilidade até chegar no primeiro piso, tem a dificuldade do segundo piso hoje, nós vamos ter que trabalhar no futuro para melhorar essas condições. Mas, para época, um grande prédio, uma grande estrutura. Ajuda muito o município, funciona praticamente a estrutura da prefeitura tudo ali dentro. Hoje a gente procurou também muitas vezes tirar da prefeitura, por exemplo, a secretaria de agricultura e meio ambiente não funciona lá dentro mais, a educação também não funciona lá dentro mais. (...) E também, com o decorrer, você vê as necessidades também de espaço, as secretarias vão crescendo, vai mudando a maneira de trabalhar, os objetivos são diferentes são maiores. Então, isso aí já diminuiu as secretarias lá dentro. (...) A partir da minha época passou a funcionar lá a saúde, a administração, transporte e planejamento, as demais passaram a funcionar externamente. (...) Mas eu não vejo que precisaria de uma estrutura maior, o município tem prédios que comportam estas outras secretarias também. O único espaço alugado da prefeitura, falando por mim (...) foi um local que funcionou uma biblioteca municipal, mas adaptei uma área no estádio, debaixo das arquibancadas, fiz salas, e levamos para lá a biblioteca (...). Hoje ainda tem a questão da epidemiologia, que isso aí já é uma questão governamental, do estado, o próprio estado que tem o recurso próprio para estar alocando dentro do município nessas estruturas¹⁸⁵.

¹⁸⁴ Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, livro “**ICMS Patrimônio Cultural, Quadro V, educ. Patrimonial Municipal, ano de preservação: 2012-2013, ano do exercício 2015**”, p. 98.

¹⁸⁵ Trecho da entrevista de G.B.R 4, um ex-prefeito, concedida a esta pesquisadora no mês de abril de 2022.

Figura 18 – À esquerda, o início da construção da prefeitura e à direita, o prédio atual



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9: 1ª foto, à esquerda, início da construção da prefeitura, paralisada por alguns anos; 2ª foto, à direita, atual, após a colocação de rampa na lateral do prédio.

Figura 19 – Prédio da prefeitura, antes da instalação da rampa, anterior ao ano de 2012



Fonte: desconhecida, s/d.

Os depoimentos e as imagens acima demonstram que, ao longo do tempo, a administração municipal de Porto Firme fez alguns ajustes – pequenas intervenções que não modificaram a estrutura física básica do edifício sede da prefeitura. Alguns setores, secretarias e serviços que funcionavam internamente foram para outros espaços. A justificativa para esta ação é de que as demandas vão se alterando ao longo do tempo. Evidentemente, estas alterações são oriundas não só desta motivação explicitada, mas especialmente pelas decisões e interesses dos gestores. Em termos de otimização do atendimento à população, quanto mais próximo ou concentrado estiverem os setores/secretarias municipais em um único prédio da prefeitura, melhor será, pois facilita em termos de deslocamento, comunicação e economia de

tempo nas resoluções das questões. Muitas vezes, o atendimento ao cidadão realizado em um setor está relacionado ao outro, como no caso da secretaria de saúde e de transporte (as quais permanecem no mesmo prédio).

Duas das intervenções na parte física no prédio da Prefeitura foram a construção de uma rampa de acesso ao primeiro piso, entre os anos de 2005 e 2011, e a retirada de uma das escadas de acesso ao prédio. No entanto, as pessoas com algum comprometimento de mobilidade e cadeirantes permanecem com dificuldades de acessar os serviços localizados nos dois pavimentos, pois, no primeiro, o acesso às salas ainda permanece tendo um degrau e, no segundo, o único acesso ainda é pela escada. Na parte externa foram instalados toldos nas janelas laterais do prédio (2º pavimento), o que esteticamente prejudicou a aparência do edifício. Por fim, algumas janelas do primeiro pavimento possuem grades de proteção.

Segundo informações constantes no Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, a edificação estava “em bom estado de conservação”¹⁸⁶. Porém, foi constatado desgaste da pintura interna e de descolamento do piso do segundo pavimento em vários locais; corrimão de ferro com ferrugem; instalações elétricas com algumas emendas; e infiltração no teto. E no próprio documento foram sugeridas providências quanto aos reparos dos problemas detectados.

Esta edificação também é um importante elemento da paisagem urbana de Porto Firme. Ela se destaca dentre as demais construções próximas: residências e pequenos comércios, pequenos prédios e espaços públicos: CPMF, EICON, Praça Padre Raimundo, Unidade Básica de Saúde Prefeito José Maciel, Igreja Matriz N. S. da Conceição, entre outras. Tais edificações são, na sua maioria, de dois pavimentos, não possuem um estilo arquitetônico definido, foram construídas no alinhamento da via e a cobertura de muitas delas são metálicas.

Atualmente o prédio da Prefeitura Municipal de Porto Firme, localizado na Avenida 18 de Agosto, no centro da cidade, possui um pequeno jardim com gramíneas em frente, uma faixa de circulação larga e via de mão dupla, com um canteiro central arborizado. A maior parte desta via e do entorno do prédio é pavimentada com asfaltamento, numa região bastante plana. Há um estacionamento junto à Praça Padre Raimundo, na lateral do prédio, que atende principalmente aos funcionários da prefeitura e ao público em geral.

O prefeito que havia iniciado a construção do prédio da prefeitura, na década de 1970 (Figura 18), teve um mandato de apenas dois anos e o seu sucessor, que provavelmente era

¹⁸⁶ Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, 2012, p.108.

seu adversário político, não deu sequência. Felizmente, o prefeito que havia iniciado a obra foi reeleito quatro anos depois, retomou e inaugurou a edificação. Esta ou qualquer outra descontinuidade de uma obra pública por longo período causam prejuízos aos cofres públicos e à população, principalmente pela sua deterioração. Nesses casos, os investimentos feitos até determinada etapa de uma obra, quando não é dada continuidade, correm risco de perda.

Em se tratando de obras/edificações públicas, torna-se essencial haver um planejamento municipal, em forma de lei, construído democraticamente, a fim de que independente de quem esteja no poder, não haja interrupção por questões meramente político-partidárias e eleitorais.

Em face do exposto, neste capítulo abordamos algumas ações essenciais para a sobrevivência dos habitantes na cidade, bem como as primeiras iniciativas relativas à infraestrutura urbana e algumas edificações realizadas pela administração pública na sede do município (canalização de água, construção de instituições de ensino, da ponte José Antônio de Araújo Quintão e do Paço Municipal), bem como algumas alterações delas ao longo do tempo. Foram abordadas, ainda, a questão da construção da nova Igreja Matriz. Esses elementos se tornaram componentes centrais desta paisagem urbana e na memória da população. Ademais, as primeiras ações e edificações foram fundamentais para o ordenamento urbano relativo à circulação, educação, religiosidade e administração pública na nova região constituída, do lado direito do rio Piranga. O contexto histórico desses elementos, as transformações e as edificações são essenciais para compreendermos a paisagem urbana atual de Porto Firme.

Alguns desses aspectos discutidos são apontados também pelos estudiosos sobre a temática das cidades como essenciais na formação de um município. De acordo com Milton Santos, cada cidade “nasce com características próprias, ligadas às necessidades e possibilidades da época”, e esse espaço é formado pela materialidade e relações sociais. As paisagens urbanas foram criadas com elementos que existiam em um tempo passado e que não estão mais presentes de forma isolada, somente nos edifícios existentes. O autor afirma, ainda, que a paisagem “é toda ela passado, porque o presente que escapa de nossas mãos, já é passado também”¹⁸⁷. Para compreensão histórica do espaço, é fundamental partirmos de sua materialidade e dos recursos técnicos utilizados em determinado tempo da evolução humana, perceptível através das formas e dos objetos existentes.

¹⁸⁷ SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 2, p.21, 2002. Disponível em: http://bit.ly/Santos_tempo_cidades e <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v54n2/14803.pdf>. Acesso em: 15/11/2022.

No capítulo a seguir, o foco será as ações administrativas municipais de maior amplitude, que transformaram a paisagem urbana de Porto Firme na região central da cidade, próxima da Igreja Matriz, entre os anos de 1953 e 2020.

3 O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DE PORTO FIRME

O objetivo deste capítulo é discutir sobre as ações realizadas pelo poder municipal de Porto Firme a partir do início da década de 1950 até ano de 2020, bem como sobre as estratégias utilizadas para promover a modernização do espaço urbano, através de intervenções nos seguintes espaços públicos: Praça Juquinha Moreira (Praça Central) e Praça Padre Raimundo (Praça da Matriz), Avenida 18 de Agosto e Rua Dom Silvério. Além disso, discutimos sobre as questões do planejamento urbano, as transformações da paisagem local e o *marketing* municipal.

Neste trabalho, a expressão “*marketing* municipal” está sendo discutida no sentido de como a cidade é tratada pelos seus administradores públicos. Uma das posturas recorrentes é considerá-la como mercadoria ou objeto a ser vendido aos seus investidores. Para tanto, eles enfatizam a imagem positiva/perfeita da cidade, buscando mascarar as precariedades existentes. Esta estratégia administrativa pauta-se, também, em narrativas incompatíveis com a realidade e na realização de obras públicas em algumas regiões urbanas, privilegiando determinados grupos sociais e o capital imobiliário. É uma política pautada nas aparências e na teatralidade.

O processo de modernização do território urbano de Porto Firme ocorreu gradualmente, com aperfeiçoamento dos equipamentos urbanos e das relações socioculturais. Por meio de algumas estratégias e por intermédio de instituições, como a Igreja e as escolas, a população foi adquirindo novos comportamentos, considerados mais adequados ao espaço urbano, o que propiciou uma nova paisagem, dentro dos moldes desejados pela elite dominante.

A concepção de modernização adotada neste trabalho é convergente com os pressupostos defendidos pelo filósofo norte-americano Marshall Berman¹⁸⁸, relacionados às mudanças na infraestrutura econômica e política, às inúmeras descobertas e à incorporação dos conhecimentos produzidos por meio das ciências e das tecnologias, das lutas de classes, pela explosão demográfica e movimentos sociais que desafiam seus governantes. Nesta perspectiva, consideramos como modernização urbana as transformações materiais realizadas numa cidade, bem como os processos sociais que se efetivam no cotidiano, impactados por esse turbilhão de mudanças.

¹⁸⁸ MARSHALL, Berman. **Tudo que é sólido desmancha no ar, a aventura da modernidade**, Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Porto Firme é considerada uma cidade de pequeno porte pelo fato de apresentar algumas características, como, por exemplo: povoamento reduzido, precariedade dos recursos financeiros disponíveis, marcas do mundo rural, predominância de paisagens naturais, entre outras. Além deste perfil urbano, segundo a pesquisadora Silveira, as cidades de pequeno porte apresentam ainda outras peculiaridades/atributos:

A urbanização nessas pequenas cidades não se caracteriza como um processo estrutural de mudança mas, apenas, como um aumento de população urbana, decorrente da mudança de local de moradia para a cidade, embora as relações econômicas predominantes se façam com o espaço rural. A industrialização é incipiente e o campo não se modernizou, de modo que as pequenas cidades permanecem como “cidades no campo” e *não como “cidades do campo”*, como ocorre em outras regiões mais desenvolvidas do Estado de Minas Gerais¹⁸⁹.

Estes aspectos são perceptíveis na cidade de Porto Firme, principalmente na questão da predominância das relações econômicas junto ao espaço rural. Percebe-se, porém, um comportamento equivocado por parte de uma parcela da população, quanto ao tratamento de superioridade do urbano sobre o rural, numa relação preconceituosa, que desconsidera as diferenças entre os dois mundos e a importância de cada um para a sociedade.

Este é um tema também abordado pela pesquisadora e historiadora Dantas sobre a existência da cultura de “superioridade” urbana sobre a rural, como se o ambiente urbano fosse sinônimo de maior civilidade e o rural, não. Esta cultura equivocada rejeita a concepção de que tanto o campo quanto a cidade são realidades distintas e em transformações antrópicas. O próprio ser humano também se modifica na medida em que o meio onde vive é transformado. De acordo com a pesquisadora, “sendo representação, a cidade também gera representações pelas quais os homens materializam suas abstrações e seu universo cultural. (...) à proporção que suas práticas se transformam, suas sensibilidades também se alteram”¹⁹⁰. Ou seja, nas relações sociais tanto o espaço urbano é transformado, quanto o próprio ser humano também se transforma.

Segundo os entrevistados nesta pesquisa, como os senhores G.B.R 4 e M.E.S 7¹⁹¹, desde os tempos de outrora há moradores da cidade de Porto Firme cuja fonte de renda e de

¹⁸⁹ SILVEIRA, Tamyres Virginia Lopes. **O papel das pequenas cidades na rede urbana:** um estudo acerca da microrregião de Viçosa. 2014. 98f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014, p. 90.

¹⁹⁰ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG** (1888-1929). Franca: UNESP, 2008, p. 99.

¹⁹¹ Informações obtidas a partir das entrevistas com os senhores G.B.R 4 e M.E.S 7, concedidas a esta autora nos meses de março e abril de 2022.

subsistência é oriunda da zona rural, por meio de plantações e comercialização de grãos, como café, milho, feijão, arroz etc. Este perfil urbano é convergente com a afirmação de Dantas, que argumenta que “a modernidade tinha um aspecto sertanejo, em que o arcaico sobrevivia, principalmente pelas práticas herdadas do mundo rural”¹⁹². Ou seja, o vínculo dos habitantes desta cidade com o ambiente rural continua bastante intenso, devido às questões econômicas, de subsistência, de lazer ou outras. Em 2010, o que prevalecia era uma maior concentração de residentes na zona rural (54%), em detrimento da urbana (46%)¹⁹³. Hoje, a tendência deste perfil é se modificar, ampliando a população residente na zona urbana.

3.1 O planejamento urbano e as transformações da paisagem local

Tradicionalmente, o anseio pela emancipação política e administrativa de uma cidade costuma estar vinculado ao desejo de ter autonomia local para determinar as direções do seu crescimento. Segundo os colaboradores entrevistados nesta pesquisa, isso também foi o que ocorreu em Porto Firme. Para efetivar este objetivo, a elite dominante foi delineando um planejamento urbano, e um dos principais mecanismos utilizados para efetivá-lo foi por meio do estabelecimento dos decretos e leis a serem cumpridas pelos habitantes.

Nesta abordagem sobre a formação do município de Porto Firme, nos fundamentamos em alguns pressupostos do arquiteto-urbanista, historiador e professor da Universidade de Brasília (UnB), Rodrigo S. Faria. Segundo ele:

A descentralização da administração completaria o processo de desenvolvimento, em razão de nela estar contida a autonomia municipal em relação à elaboração das normas locais, sobretudo quando não substituíveis e não substituídas de seus conteúdos pelas normas centrais. Isto demarcaria ou revelaria se, além disso, a criação de tais normas se daria por um único órgão (...)¹⁹⁴.

¹⁹² DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008, p. 59-60.

¹⁹³ Fonte: *Site Meu Município*. Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/perfil-municipio/3152303-porto-firme-mg>. Acesso em: 11/05/2023.

¹⁹⁴ FARIA, Rodrigo S. O município em face do planejamento regional: ideias interamericanas na década de 1950. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Brasília, DF, v. 22, p. 13-14, 2020. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6406>. Acesso em: 16/11/2022.

A autonomia municipal no plano político e na esfera administrativa foi legitimada pela Constituição de 1946¹⁹⁵, art. 28, permitindo a eleição do prefeito e dos vereadores, a arrecadação e administração dos tributos e dos serviços públicos locais. Esta normatização nacional possibilitou aos administradores municipais a priorização dos investimentos a serem realizados. Neste período, a renda de uma parte significativa da população urbana ainda era escassa. Assim, o estabelecimento de tributos e sua arrecadação era um dos desafios para o desenvolvimento local, bem como a capacidade administrativa na aplicação destes recursos. Portanto, a efetivação da autonomia municipal foi mais no plano político do que no administrativo.

A história de transformações das cidades tem demonstrado que uma das principais estratégias administrativas e organizacionais dos gestores públicos tem sido a formulação de leis em todas as esferas governamentais. Na perspectiva de Faria, a crença de que “falta planejamento” nas cidades é equivocada, pois elas são cotidianamente modificadas por regulamentações visando atender os anseios das “elites do crescimento”, ou seja, ela é planejada e moldada por meios jurídicos no intuito de observar os interesses das elites dominantes¹⁹⁶. Apesar de serem necessárias e importantes, essas regulamentações, por si só, são insuficientes para promover o desenvolvimento municipal. O mesmo autor supracitado, em outra obra, afirma ainda que, para alcançar este objetivo, é necessário a “revisão dos métodos de gestão dos municípios” considerados “pobres e atrasados” e um melhor aproveitamento dos recursos existentes¹⁹⁷. Ou seja, em sua avaliação, as legislações municipais e métodos administrativos adotados estão inadequados e deveriam ser aperfeiçoados.

Na percepção de um entrevistado desta pesquisa, M.F.O 6¹⁹⁸, o processo de desenvolvimento de Porto Firme era “lento” no início da década de 1950 e a cidade era um lugar “pobre e atrasado”. Estes termos constituem-se uma referência não apenas ao espaço físico local, mas também aos recursos disponíveis e às dificuldades enfrentadas pelos

¹⁹⁵ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 06/04/2023

¹⁹⁶ FARIA, R. S. de. O debate regional no Municipalismo brasileiro - (im) possibilidade da cooperação intermunicipal como instrumento de desenvolvimento. In: FARIA, Rodrigo de; SCHVARBERG, Benny (Org.). **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2011.

¹⁹⁷ FARIA, Rodrigo S. O município em face do planejamento regional: ideias interamericanas na década de 1950. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Brasília, DF, v. 22, p. 13-14;15, 2020. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6406>. Acesso em: 16/11/2022.

¹⁹⁸ Informações obtidas a partir da entrevista com o senhor M.F.O 6, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

moradores e gestores públicos. Uma das estratégias de gestão municipal (planejamento urbano) deste município, adotadas desde a sua instalação, em janeiro de 1954, foi o estabelecimento de leis, dentre elas as que regulamentavam a arrecadação de impostos e a abertura de créditos bancários. Desde então, algumas melhorias urbanas foram realizadas por meio de empréstimos junto a bancos, como a Caixa Econômica.

Na década de 1950 já havia discussões teóricas sobre a importância do planejamento como a melhor forma de evitar a desordem orçamentária dos municípios. Na prática, além das questões relacionadas à arrecadação de impostos, outro grande desafio da administração municipal era – e continua sendo – a questão da capacidade técnica administrativa da equipe que a compõe, principalmente dos cargos comissionados. Mesmo porque, para tal composição do governo local, não há nenhuma exigência legal que determine a escolha dos sujeitos a partir deste critério para compô-lo por quatro anos. Ela é determinada pelo jogo político e pelo desempenho mínimo dos nomeados. As transformações urbanas estão sujeitas a avanços e retrocessos, determinados principalmente por estas questões, bem como pelas disputas políticas dos grupos dominantes.

De acordo com Faria, desde a década de 1950 a questão do planejamento estava presente nos debates da Associação Brasileira dos Municípios (ABM), como mecanismo de assegurar uma estabilidade social, além de ser um elemento de modernização e aperfeiçoamento da administração local, pois a maioria dos municípios ou povoados se encontravam com muita precariedade¹⁹⁹.

O planejamento urbano, articulado a níveis nacional, regional e local, além da formulação de acordos e convênios são apontados por Faria²⁰⁰ como importantes mecanismos para amenizar ou solucionar os problemas sociais existentes. Ele defende que este planejamento seja algo articulado, de forma intermunicipal, indo além das questões jurídicas e espaciais, sendo direcionado para a “construção de sistemas administrativos de gestão regional”, voltados para atender os interesses municipais, independentemente de suas dimensões. Esta cooperação (gestão articulada) é possível e desejável, desde que haja o respeito às “particularidades, sejam elas sociais, culturais, urbanísticas, políticas, econômicas e administrativas”²⁰¹.

¹⁹⁹ FARIA, Rodrigo S. O município em face do planejamento regional: ideias interamericanas na década de 1950. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Brasília, DF, v. 22, 2020. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6406>. Acesso em: 16/11/2022.

²⁰⁰ Ibid., p. 24.

²⁰¹ FARIA, R. S. de. O debate regional no Municipalismo brasileiro - (im) possibilidade da cooperação intermunicipal como instrumento de desenvolvimento. In: FARIA, Rodrigo de; SCHVARSBURG, Benny

Outra pesquisadora que também discute sobre a importância de ações conjuntas entre as municipalidades é Silveira. De acordo com ela, o “associativismo municipal” é uma estratégia de gestão e de ação coletiva na qual há uma articulação entre os administradores dos municípios de uma região ou área socioeconômica, objetivando a realização de serviços comuns. Sua execução pode ser por meio de convênios, consórcios intermunicipais, “convênios de cooperação municípios-estado ou municípios-nação”, ou ainda como “mecanismo intermediário de planejamento, categoria onde se encontra o associativismo mineiro”²⁰². Em Porto Firme, desde o final do século XX e início do XXI, há o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa (CISMIV), já mencionado anteriormente.

Embora tenha sido emancipado política e administrativamente do município de Piranga, e ainda pertença a esta comarca, desde os tempos mais recuados Porto Firme tem estabelecido maiores vínculos e relações em diversas áreas (como saúde, comércio e educação) com o município de Viçosa. Isto se justifica, a princípio, pelas proximidades geográficas e, também, pelo fato de Viçosa possuir a Universidade Federal de Viçosa²⁰³.

Em termos regionais, Silveira²⁰⁴ aponta que entre as décadas de 1970 e 1990, vários planos e programas foram criados em nosso estado. Dentre eles, estão: o Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (I PMDES, II PMDES, III PMDES); Programa de Desenvolvimento Microrregional (PRODEMI); Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pequenos Municípios (PADEM); Programa Permanente de Desenvolvimento Municipal (PRODEMU). O objetivo central deles era promover o desenvolvimento econômico das cidades mineiras, por meio de planejamentos estratégicos.

Segundo a mesma autora, além dessas ações estratégicas, em 1999 houve a criação do I Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2000-2003), com diretrizes voltadas para “a participação popular, através de uma nova relação Estado-Sociedade; a retomada do papel do Estado, tornando-se o promotor do crescimento econômico e, por fim, a inclusão social de grupos marginalizados”²⁰⁵. Outros planos (PMDI) foram propostos para os

(Org.). **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2011, p. 217.

²⁰² SILVEIRA, Tamyres Virginia Lopes. **O papel das pequenas cidades na rede urbana: um estudo acerca da microrregião de Viçosa**. 2014. 98f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014, p. 25; 31.

²⁰³ A partir do ano de 1926, Viçosa tornou-se a sede da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV). Em 1948, foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) e, em 1969, foi federalizada e tornou-se a atual Universidade Federal de Viçosa. Esse acontecimento impactou em um maior desenvolvimento de Viçosa em relação às demais cidades da região.

²⁰⁴ SILVEIRA, 2014. Op. Cit.

²⁰⁵ Ibid, p.20.

interstícios entre 2003-2020; 2007-2023 e 2011-2030. Porém, até o ano de 2015, estes planos mineiros de desenvolvimento integrado não beneficiaram a nossa região da Zona da Mata. A autora destaca que estes projetos estratégicos apresentaram

(...) um discurso enfático, comprometido com questões pertinentes como condição social e economia, no entanto, sua aplicação, está sempre condicionada a planos específicos, uma vez que traz apenas diretrizes gerais para o Estado e não se atém a aspectos específicos de cada região ²⁰⁶.

Conforme podemos perceber pelos apontamentos acima, das ações estratégicas adotadas a nível estadual, algumas não atingiram os propósitos e outras só beneficiaram algumas regiões específicas. Além disso, uma deficiência nas suas elaborações foi a questão de não serem consideradas as especificidades de cada região. Em nossa região da Zona da Mata estas experiências de planejamento estratégico não alcançaram os objetivos propostos, pois entre os anos 1999 e 2008 tivemos “a segunda pior taxa de crescimento entre as 12 mesorregiões de Minas Gerais (32%)”²⁰⁷.

Nas primeiras décadas após a emancipação da cidade de Porto Firme a realidade local era bastante precária, pois não havia, inclusive, rede de esgoto em algumas residências. A alternativa adotada por estes habitantes era a construção de fossas (funcionava como banheiro externo à casa), em condições insalubres. Outra prática comum naquele período era a criação de animais no espaço urbano, como porcos e galinhas, tanto para fins comerciais quanto para a subsistência.

Nesse cenário, é preciso entender que o processo de transformação da paisagem urbana ocorre de forma muito sutil, quase imperceptível pelos cidadãos. Em geral, os grupos sociais dominantes de uma cidade costumam utilizar diversos mecanismos de persuasão e ações para estimular a coletividade a trabalhar em prol das mudanças pretendidas, como se todos fossem se beneficiar igualmente. E, neste processo, aqueles que lideram também impõem seus valores como sendo representativos de todos os habitantes. É típico da elite dominante o interesse em manter as estruturas, o poder e o *status quo*, mesmo que isso promova a exclusão dos demais grupos sociais.

²⁰⁶ SILVEIRA, Tamyres Virginia Lopes. **O papel das pequenas cidades na rede urbana: um estudo acerca da microrregião de Viçosa**. 2014. 98f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014, p. 91.

²⁰⁷ Ibid., p. 29.

Em Porto Firme, as décadas de 1970 e 1980 foram apontadas pelos entrevistados nesta pesquisa como sendo um dos períodos de maior transformação urbana, especialmente na parte de pavimentação das ruas. Segundo R.M.C.R 4:

Em 1971, Porto Firme não tinha nenhuma rua com calçamento; era só terra batida. E a primeira rua que recebeu o calçamento com pedras paralelepípedos foi a Rua São José, a partir de 1971, que é a Rua do Hospital (...). Eu saía de Porto Firme para estudar fora e morria de vergonha, as cidades que eu ia eram calçadas, mas Porto Firme não tinha nem um calçamento²⁰⁸.

Na construção e no ordenamento do espaço urbano de Porto Firme, muitas iniciativas foram realizadas pelo poder público para promover uma melhoria na qualidade de vida dos moradores, apesar de tardias. Por outro lado, fica evidente a existência de muita tolerância por parte dos habitantes em suportar as precariedades existentes. Neste excerto acima, por exemplo, temos a exposição de quem vivenciou esses momentos de grandes deficiências na infraestrutura urbana, relativa à ausência da pavimentação das vias públicas desta cidade.

Mesmo após cinquenta e sete anos após a promulgação da Lei nº 1.039 de 1953 da emancipação de Porto Firme, alguns aspectos da sua infraestrutura urbana ainda permaneciam precários, conforme levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010:

A população total do município de Porto Firme: 10.417; densidade demográfica: 36,58 hab./km²; domicílios com esgotamento sanitário adequado: 42.9%; domicílios urbanos em vias públicas com arborização: 36.5%; domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada: 44.6%²⁰⁹.

Esses dados apontam que, em 2010, o município de Porto Firme ainda possuía algumas fragilidades urbanas, especialmente na parte de infraestrutura. Outrossim, demonstram que mais de 50% dos porto-firmenses não possuíam esgoto sanitário adequado e nem vias públicas com urbanização adequada. Hoje, ao observarmos de forma distanciada a paisagem desta cidade, é comum notarmos um certo encantamento com o embelezamento visualizado, como, por exemplo, a limpeza urbana e ruas asfaltadas. Assim, essas informações demonstram que, após mais de meio século, a paisagem urbana desta cidade requer um olhar crítico a fim de evitar conclusões superficiais ou irreais. Somente uma pesquisa mais

²⁰⁸ Trechos da entrevista de R.M.C.R 4, concedida a esta pesquisadora no mês de abril de 2022:

²⁰⁹ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/porto-firme.html>. Acesso em: 6/11/2020.

critérioria pode evidenciar uma realidade urbana desconhecida, obscurecida e com algumas precariedades existentes.

Nesse sentido, é preciso que a administração municipal admita a existência destas e de outras deficiências e trabalhe em prol de investimentos relacionados à infraestrutura urbana, não desconsiderando os aspectos estéticos, pois ambos são importantes para a qualidade de vida da população. Para isso, é preciso estabelecer critérios de prioridades das ações.

Mesmo no século XXI, esta realidade local ainda tem muito a avançar e a se beneficiar com os conhecimentos já produzidos pelos estudiosos que se dedicam à ciência das cidades – o urbanismo. Além da arte da criação (projeções estéticas), o urbanismo envolve um planejamento social, visando ao desenvolvimento das cidades, envolvendo o aperfeiçoamento e a melhoria das condições de circulação, da saúde, das condições de trabalho e segurança etc. Segundo Faria, estes pressupostos já eram defendidos desde a década de 1950 por estudiosos/urbanistas como José de Oliveira Reis²¹⁰.

De acordo com este pesquisador, a primeira fase do urbanismo foi a questão da “a arte de projetar as cidades”, com foco nos aspectos físicos, principalmente as questões artística, paisagística e arquitetônica. Para alcançar tal resultado estético, em alguns casos, como em Belo Horizonte (Avenida Afonso Pena), os urbanistas projetaram traçados com perspectivas deslumbrantes e, para esta realização, sacrificaram as condições topográficas do local²¹¹. No decorrer das transformações sociais, tecnológicas e científicas, o planejamento urbano também passou a ter uma maior abrangência, sendo considerado uma organização prévia dos espaços da cidade, incluindo os aspectos físicos, econômicos, sociais e culturais, objetivando uma vida melhor aos seus habitantes.

Além disso, os principais elementos necessários à urbanização da cidade evidenciados por Faria foram: “planta topográfica e cadastral, plano diretor, zoneamento, código de obras, parques, jardins e recreação”²¹². Estes princípios, elaborados desde os tempos mais recuados, continuam sendo elementos fundamentais e norteadores do planejamento e do desenvolvimento da cidade. Destes elementos fundamentais no ordenamento urbano, destacamos o zoneamento e o plano diretor. De acordo com Faria, o zoneamento é definido por “um conjunto de leis, regulamentos e disposições técnicas ao uso, ocupação, área,

²¹⁰ FARIA, R. S. de. O município como unidade política primária entre o planejamento urbano e o planejamento regional – o pensamento urbanístico do eng. José de Oliveira Reis na década de 50. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 9., 2006, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: PPGAU-FAU-USP, PPGAU-EESC-USP, PPGU-PUC-Campinas, PPGAU-Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.

²¹¹ *Ibid.*, p. 4 e 14.

²¹² *Ibid.*, p. 9.

volume, altura e localização das edificações”. Na esfera do planejamento, o zoneamento tem a função de organização, demarcação do espaço urbano e seus usos/ocupações. Um exemplo disso é o estabelecimento de “espaços verdes, seguindo critérios de quantidade de área verde em função do número de habitantes, ou ainda, da distância média entre praças, jardins e parques”²¹³.

O poder público municipal de Porto Firme, além das leis criadas e implementadas ao longo do tempo para a regulação e o ordenamento da cidade, estabeleceu as seguintes legislações de maior amplitude nas últimas décadas: Código de Posturas²¹⁴, a Lei Orgânica²¹⁵, e Normas para o parcelamento do solo²¹⁶. Nessas tentativas de aperfeiçoamento do ordenamento urbano através da normatização do parcelamento do solo no município, destacamos a criação da Lei 1.189/2020, de 23 de junho de 2020²¹⁷. Por meio dos seus Artigos 27, 28 e 33 tornou-se obrigatória a execução dos serviços de infraestrutura básica pelo loteador, especificamente em se tratando dos “equipamentos urbanos destinados ao escoamento das águas pluviais, a iluminação pública, as redes de esgotamento sanitário e de abastecimento de água potável, de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas”. Ela normatizou as questões relativas aos espaços livres para uso público, as áreas verdes, as praças e similares, e estabeleceu área mínima de 35% da gleba a ser destinada às áreas públicas. Além disso, trata do condomínio horizontal fechado, das sanções administrativas, da regularização de imóveis de ocupação consolidada etc.

Esta lei é bastante completa e para que esta iniciativa do poder público municipal

²¹³ FARIA, R. S. de. O município como unidade política primária entre o planejamento urbano e o planejamento regional – o pensamento urbanístico do eng. José de Oliveira Reis na década de 50. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 9, 2006, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: PPGAU-FAU-USP, PPGAU-EESC-USP, PPGU-PUC-Campinas, PPGAU-Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006, p. 12.

²¹⁴ Prefeitura Municipal de Porto Firme. **Lei 900/2005- Instituiu o Código de Posturas do Município de Porto Firme**. Em seu art. 105, menciona a obrigatoriedade do cumprimento do Código de Obras, pelo responsável por uma obra no município, sendo que até o ano de 2020 tal código ainda não tinha sido promulgado.

²¹⁵ Prefeitura Municipal de Porto Firme. **Lei Orgânica do Município de Porto Firme**, 2010. Disponível em: <https://portofirme.mg.gov.br/a-prefeitura/lei-organica>. Acesso em 16/10/2022. Até este momento da pesquisa, as fontes da pesquisa demonstraram a existência de duas Leis Orgânicas (1993 e a de 2010). Porém, só tivemos acesso a esta última. Em 2011 foi elaborado um projeto de lei chamado “Código de Obras e Edificações do Município de Porto Firme- MG”, porém, ele não se efetivou em lei. Cabe-nos refletir sobre as consequências da ausência desta normatização. Isto impede, por exemplo, qualquer ação mais imediata de fiscalização do poder público municipal diante de construções feitas à revelia do bem-estar da segurança coletiva ou dos futuros usuários dessas edificações, bem como para o próprio meio ambiente. Outra reflexão é quem são os beneficiários ou a quem interessa a não efetivação desta lei e o seu engavetamento?

²¹⁶ Prefeitura Municipal de Porto Firme. **Lei nº 1.189/2020** - Institui normas para o parcelamento do solo no Município de Porto Firme e dá outras providências.

²¹⁷ Prefeitura Municipal de Porto Firme. **Lei nº 1.189/2020**. Institui normas para o parcelamento do solo no Município de Porto Firme e dá outras providências. Consta no capítulo IX, Artigo 41, item III, que trata das sanções administrativas, (...) “abrir vias, construir casas (...) sem projetos aprovado pela Prefeitura Municipal de Viçosa”. Se a Lei normatiza o espaço urbano de Porto Firme, como pode estar sendo mencionado outro poder municipal?

tenha resultados positivos para a cidade, é necessário um rigor do seu cumprimento pelas partes envolvidas – loteadores, construtores, investidores e administração municipal. Compete a cada um fazer a sua parte dentro do que está estabelecido, não se omitindo de suas responsabilidades, agindo de forma justa, imparcial e ética. As apreciações e as fiscalizações dos projetos de loteamentos elaborados, bem como em suas execuções, precisam ser rigorosas, exigindo o cumprimento desta e das demais normatizações vigentes. No caso de Porto Firme, o município precisa, ainda, criar um código de obras e edificação para a cidade, já que o projeto elaborado em 2011 (já mencionado em outro capítulo desta dissertação), não se efetivou em lei.

É importante ressaltar que tais leis, antes de serem promulgadas, foram apreciadas pela Câmara Municipal que deveria representar a vontade da maioria da população. Mas, infelizmente, nas disputas pelo poder, o resultado das decisões relacionadas às questões urbanas está sujeito a representar a vontade e os anseios da elite dominante e não da coletividade. Uma população desmobilizada, desinformada (ou sem discernimento para escolher seus representantes), “refém dos medos” e acomodada contribui fortemente para manutenção deste jogo político/administrativo.

Os habitantes de uma cidade precisam ter um olhar vigilante e a capacidade de exigir o cumprimento da legislação existente, especialmente, da Constituição Federal de 1988, artigos 29, 30 e 31. O poder legislativo tem a missão de fiscalizar a coerência das práticas cotidianas dos detentores dos poderes municipais, pois, conforme o art. 30:

Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; (...) VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual²¹⁸.

As forças políticas e a elite dominante procuram atingir seus objetivos de construir uma cidade idealizada, dentro dos seus valores por meio da imposição de leis, numa tentativa de padronizar comportamentos e espaços. Porém, isto não se efetiva plenamente devido a vários fatores, como o modo de ser, de comportar, de viver e de habitar das pessoas de formas diferentes. Estes aspectos impactam e definem o resultado da paisagem urbana. Diante destas identidades diferenciadas, somadas aos interesses individuais, a existência de conflitos e

²¹⁸ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13/09/2022.

disputas é inevitável entre as pessoas ou grupos sociais, num esforço de impor seus valores e objetivos.

É inegável a importância das regulamentações neste processo de ordenamento urbano. Porém, é preciso que elas representem os interesses de todos os grupos sociais da cidade, que ela realmente seja impessoal e que todos sejam obrigados a cumpri-las. Não basta criar leis municipais, como código de postura ou de obras: é preciso definir os mecanismos de viabilizá-las. Isto requer investimentos permanentes em infraestrutura física, equipamentos e em pessoal qualificado. A população precisa ser convidada/mobilizada para participar desta construção das regulamentações. Além disso, é indispensável a existência de uma fiscalização rigorosa, ética e justa, bem como a punição aos infratores.

Todos os aspectos acima mencionados representam um cenário desafiador para o prefeito municipal de uma cidade. Pois, no caso do cometimento das infrações, ele estará sujeito a se indispor com seu eleitor e com probabilidade de criar inimizades políticas. Por outro lado, mesmo tendo uma lei pré-estabelecida e elaborada pelo poder legislativo, e sancionada pelo poder executivo, para a maioria da população, o representante maior é o poder executivo. Não estamos desconsiderando as atribuições do poder legislativo neste ordenamento, apenas ressaltando a percepção da comunidade local. Dessa forma, a ausência de uma política efetiva da administração municipal na fiscalização urbana, bem como a falta de conscientização dos habitantes, pode contribuir com o descumprimento das regulamentações e causar grandes transtornos individuais e coletivos. Um exemplo disso, foi a efetivação de um desaterro irregular entre proprietários de lotes urbanos, situado na região do trevo da cidade, num lugar super evidenciado, na principal entrada da cidade. O ato resultou num processo judicial nº 5000029-24.2021.8.13.0508 de longa duração, com desfecho determinando a construção de um muro de arrimo no local por aqueles que desaterraram, o acompanhamento e a fiscalização da obra pela administração municipal. Omissões na fiscalização, como neste caso, incidem em consequências negativas para os envolvidos, para a coletividade e poderiam ser evitadas. Outra situação local de descumprimento de regulamentações foi a ação de uma moradora, que interligou sua residência à ponte José Antônio de Araújo Quintão e não foi impedida pela administração municipal.

No início do século XXI, com o advento do Estatuto das cidades²¹⁹, a elaboração de um plano diretor se tornou obrigatória para os municípios com mais de 20 mil habitantes.

²¹⁹ BRASIL, Lei 10257/2001. **Estatuto da Cidade**. Presidente da República em 10 de julho de 2001.

Juntamente com a Constituição de 1988, este estatuto foi importante conquista social, dado o fato de ambos trazerem os princípios e as diretrizes essenciais para o desenvolvimento, o ordenamento do espaço e da propriedade urbana em prol da coletividade. No entanto, consideramos que hoje a determinação do Estatuto relativa ao total de habitantes deveria ser revisada, tornando-se obrigatória para todos os municípios, pois, à medida que uma cidade se expande dentro de um planejamento sistematizado, aumenta também a probabilidade de se ter um ambiente melhor de se viver. Assim, a cidade de Porto Firme, que tem menos de quinze mil habitantes, encontra-se fora desta exigência legal. Independente desta normatização, mesmo nos municípios menores, os “gestores mais comprometidos” procuram respeitar e adotar diversas medidas que contribuam para um melhor ordenamento e desenvolvimento da cidade, incluindo o plano diretor.

Todos esses fatores relacionados ao ordenamento e às transformações urbanas têm tornado cada vez mais necessária a contratação de profissionais especializados, como engenheiros, arquitetos, urbanistas e outros que atuam nesta área. Porém, a realidade de nossas cidades de pequeno porte demonstra que as prefeituras nem sempre têm em seus cargos efetivos estes profissionais especializados para elaborar e acompanhar a execução dos projetos de urbanização e da regularização da expansão local, algo defendido desde a década de 1940²²⁰. Os planos e as obras de uma cidade, ao serem elaborados e aprovados, requerem acompanhamento durante todo o processo de execução até a sua conclusão. Em face disto, é desejável que haja uma certa flexibilidade em alguns procedimentos, desde que mantenha as principais diretrizes, seguindo sempre as determinações legais e técnicas. Caso contrário, há risco de prejuízos ao conjunto da municipalidade e ao desenvolvimento local. A opção de muitos prefeitos, como no caso de Porto Firme, tem sido por contratações específicas para a prestação de um serviço ou na elaboração de projetos e obras, com uma carga horária semanal ínfima²²¹.

Outro pressuposto defendido pelo mesmo autor²²² é a coordenação e a adaptação dos cinco tipos de planejamentos (físico, econômico, social, cultural e de área) para toda a unidade municipal. Assim, as questões do planejamento local, como os loteamentos urbanos, devem ser planejadas não só dentro de um contexto local, mas também numa visão mais

²²⁰ FARIA, R. S. de. O município como unidade política primária entre o planejamento urbano e o planejamento regional – o pensamento urbanístico do eng. José de Oliveira Reis na década de 50. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 9., 2006, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: PPGAU-FAU-USP, PPGAU-EESC-USP, PPGU-PUC-Campinas, PPGAU-Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006, p. 11.

²²¹ Tal fato ficou evidenciado durante a minha pesquisa de campo em Porto Firme, no início de 2022, por meio de observações indiretas e declarações informais por um destes profissionais contratados.

²²² *Ibid.*

abrangente, envolvendo as condições físicas, geográficas, sociais, agrícolas, a nível regional e nacional.

Em outra obra, Rodrigo Faria demonstra a importância da existência de uma política de cooperação intermunicipal e inter-regional como forma de desenvolvimento pleno, na qual a autonomia local permanece sendo respeitada dentro das ações e do planejamento. Além disso, o autor defende ainda a elaboração de planos locais vinculados ao planejamento macroeconômico do governo federal. Esta política foi defendida especialmente entre os anos de 1946 (ano de criação da Constituição Municipalista e da ABM - Associação Brasileira dos Municípios) e 1960, período em que movimento municipalista brasileiro se firmou dentro de uma lógica de implementação do planejamento como instrumento para o desenvolvimento, incluindo a cooperação intermunicipal. Esta postura continua sendo defendida até a atualidade, inclusive pelo próprio autor supramencionado.

A segunda metade do século XX, por sua vez, foi marcada pelo fortalecimento substantivo das instâncias municipais no Brasil. Segundo Faria, deveria existir

(...) uma condição urbana que deve ser problematizada no contexto metropolitano, regional, de articulação e cooperação entre as municipalidades para as soluções dos problemas urbanos comuns, mas que no caso brasileiro está delineado pela ineficiência e inexistências de processos de cooperação intermunicipal²²³.

Neste excerto, fica evidenciada a defesa que o autor faz, com a qual compartilhamos em relação ao planejamento; a cooperação intermunicipal, regional, assim como é preciso levar em conta a cultura local para o planejamento urbano e que este processo é compatível com a construção de uma autonomia local. Porém, o autor ressalta que, no contexto da “guerra fiscal” em que Estado e Municípios brasileiros estão inseridos, é extremamente difícil a realização deste planejamento e a execução de um trabalho cooperativo.

Outros pesquisadores, como Miragaya e Signori²²⁴, também defendem a criação de uma política nacional de ordenamento territorial que permita a articulação entre os instrumentos e mecanismos já existentes, como o Zoneamento Ecológico - Econômico,

²²³ FARIA, R. S. de. O debate regional no Municipalismo brasileiro - (im) possibilidade da cooperação intermunicipal como instrumento de desenvolvimento. *In*: FARIA, Rodrigo de; SCHVARBERG, Benny (Org.). **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2011, p. 237.

²²⁴ MIRAYA, Júlio; SIGNORI, Leandro. A importância da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) para o Desenvolvimento Sustentável Brasileiro, *In*: FARIA, Rodrigo de; SCHVARBERG, Benny (Org.). **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2011.

Zoneamento Industrial, Planos Diretores Municipais etc. Esta postura é convergente com os termos do artigo 21 da Constituição Federal de 1988, inciso IX, onde consta que compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social²²⁵.

Há um certo consenso teórico chancelado na nossa Constituição de 1988 sobre a criação de uma política nacional norteadora do ordenamento territorial, bem como do desenvolvimento do país de uma forma mais equilibrada, articulada e justa socialmente. Na prática, este é um dos grandes desafios dos nossos governantes, diante de tantas disputas de interesses e das especificidades locais e regionais. Ademais, existem dificuldades por parte dos gestores municipais em adotar estratégias adequadas na solução de problemas urbanísticos, como saneamento básico, geração de emprego/renda, habitação digna, combate à pobreza, ações preventivas contra as enchentes, política de proteção das águas dos rios e das nascentes etc. O crescimento de um município deve pautar-se num equilíbrio socioambiental, numa aplicação dos impostos e taxas arrecadadas de forma justa e democrática. É preciso haver uma política adequada à circulação de mercadorias, das pessoas e do conhecimento, num trabalho colaborativo em prol da redução das desigualdades sociais.

A postura de administrar a partir de um planejamento faz parte dos modos civilizados de nossa sociedade. Logo, uma administração municipal necessita pautar-se nele, devidamente formalizado, estruturado e explicitado, construído e aprovado pela coletividade. Desta forma, o ordenamento territorial, em si, envolve um tipo de planejamento, podendo ser inclusivo ou não, dependendo do jogo político vigente. No caso das cidades idealizadas e “bem administradas”, o planejamento é necessariamente elaborado como uma estratégia de gestão democrática.

Os complexos problemas urbanos e alguns dos princípios defendidos por estudiosos como Faria²²⁶, relacionados a uma tentativa de propiciar uma vida melhor aos habitantes da cidade (chamado de urbanismo moderno), demandam maiores responsabilidades dos administradores municipais no exercício de seus mandatos. Alguns desses problemas, ainda existentes e debatidos desde os tempos mais remotos da humanidade, foram superados ou amenizados (por exemplo, a diminuição das doenças letais). Porém, outros desafios

²²⁵ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

²²⁶ FÁRIA, R. S. de. O debate regional no Municipalismo brasileiro - (im) possibilidade da cooperação intermunicipal como instrumento de desenvolvimento. *In*: FÁRIA, Rodrigo de; SCHVARSBERG, Benny (Org.). **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2011.

continuam presentes em nossas cidades, a exemplo da necessidade de uma fiscalização eficiente de obras/construções, gestão dos recursos públicos de forma adequada e justa nas administrações municipais, estaduais e federais.

Conforme apontado também por outros estudiosos/urbanistas, como Raquel Rolnik, a autonomia municipal, a articulação das políticas governamentais envolvendo essas três escalas mencionadas e a gestão urbana democratizada são consideradas como alternativas/princípios mais viáveis e seguros nas resoluções dos problemas urbanísticos brasileiros. Este processo de melhorias na cidade deve ser permeado/analísado pelos conhecimentos produzidos pelos estudiosos de diversas áreas, como urbanistas e outros profissionais, bem como, pela própria sociedade²²⁷.

Assim como as pavimentações urbanas, em nossa cultura ocidental, as construções, reformas, manutenções das praças e jardins também são importantes para a qualidade de vida dos habitantes da cidade. Eles estão presentes mesmo nos menores municípios brasileiros e devem fazer parte do planejamento urbano. Este é um dos aspectos que abordaremos a seguir.

3.2 A importância das praças públicas para a qualidade de vida urbana

Historicamente, as praças das cidades são locais usados pelas pessoas com as funções de:

- Estar e de encontrar amigos e conhecidos;
- Descanso, prevalecendo uma maior concentração de pessoas em determinados horários e nos finais de semana;
- Lazer ou diversão;
- Praticar de esportes;
- Realizar festas ou celebrações populares e religiosas;
- Contemplar e desfrutar a paisagem.

As praças e jardins possuem, ainda, outras finalidades que estão relacionadas diretamente à qualidade de vida na cidade: ecológicas, estéticas, educativas e psicológicas. Diante de tantas possibilidades de uso e dos benefícios que estas modalidades de espaço públicos podem proporcionar, torna-se evidente a importância de ter um planejamento voltado para a construção e para a manutenção dos mesmos em todas as regiões das cidades. Os

²²⁷ ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

benefícios a serem oferecidos à população por meio deste espaço estão relacionados a fatores como: a forma e o local onde foram construídos, os elementos que os compõem e os cuidados com a sua preservação e manutenção permanente, seja por parte do poder público ou pela comunidade. Além disso, estes benefícios (psicológicos, de interação social etc.) dependem da forma como as pessoas utilizam estas praças e jardins.

Na entrevista com o senhor V.P 05 a respeito de sua percepção/relação sobre as praças da cidade, ele reforça a importância desse espaço público para a qualidade de vida e a sociabilidade entre as pessoas. A praça de sua predileção em Porto Firme é a *Praça Juquinha Moreira*. E reforçou dizendo: “A gente ia muito à Praça sábado e domingo, e a ela ficava cheia. Agora, dia de sábado e domingo, não tem ninguém lá na praça. Um passeiozinho, rever os amigos, tomar um sorvete, tomar um chopinho, uma cervejinha com os amigos (...). É um lugar muito agradável”²²⁸.

Este depoimento demonstra a importância que as praças têm na vida das pessoas, seja para socialização, para o lazer, seja para o descanso ou outras atividades. Ademais, as praças são espaços simbólicos e importantes para a memória coletiva dos moradores da cidade. Isto pode acontecer mesmo quando as pessoas não têm esta consciência. A história de uma cidade perpassa por seus diferentes espaços, especialmente em suas praças. Sua valorização tende a ocorrer ao longo dos tempos pelas sucessivas gerações.

A nossa memória possui uma função social. Ela nos permite recuperar, simbolicamente, os fatos e os acontecimentos passados. Além de ser uma necessidade humana, esta habilidade nos proporciona diferentes emoções e isto é extremamente importante para nossa vida em sociedade. Por isso, é necessário preservar e respeitar os espaços de excepcional valor histórico e afetivo para a população de uma cidade.

A importância das praças para os habitantes da cidade é inquestionável, assim como para ter uma vida plena o ser humano também precisa ter a memória. Nos casos de pessoas desmemoriadas, acometidas pelo mal de Alzheimer, fica evidenciado o quanto o ser humano se torna fragilizado com a ausência das lembranças de sua vida, de suas experiências, das pessoas etc. Da mesma forma, uma cidade que não preserva sua memória urbanística/coletiva também perde com isso. Por isso, é muito importante que todos os cidadãos residentes no perímetro urbano tenham o direito de ter e de usufruir de belas praças e jardins próximos de

²²⁸ Trechos da entrevista de V.P 05, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022. Como ainda estávamos na Pandemia do Covid-19, a fala dele ressalta a questão do isolamento social obrigatório naquele período.

suas casas. Felizmente, com as novas normatizações urbanas tem havido um maior cuidado de estabelecer estes parâmetros.

Ao discutirmos sobre o ordenamento do espaço urbano – sendo a praça um deles – percebemos uma oscilação de usos entre dois termos: espaço público e espaço de uso coletivo. Inicialmente, estes podem parecer sinônimos, mas não são. Existem três características básicas que definem o espaço público, a saber:

- 1- Exterioridade - em oposição ao espaço fechado/privado, tanto na dimensão física quanto na dimensão simbólica, onde é o espaço da liberdade;
- 2- Acessibilidade - ou seja, de livre acesso
- 3- Significado - possuem um valor simbólico, estão impregnados de memória e ultrapassam sua função visível ou convencional. As ruas e praças de uma cidade possuem histórias de importância individual e coletiva. Os fatos/acontecimentos urbanos são registrados nestes espaços privilegiados constituintes de uma cidade ²²⁹.

Já o espaço de uso coletivo se diferencia pelo fato de apresentarem algumas características, tais como: sua administração pode ser privada, com restrições de horários, de público a ser atendido, entre outras. Por exemplo, os shopping centers são de uso coletivo, mas são restritos, e possuem exigências específicas. Ou seja, o espaço de uso coletivo está sujeito a restrições de uso e de acesso e o espaço público não. Nesse sentido, a praça central de Porto Firme, conhecida como “Praça Juquinha Moreira”, é um espaço público que, além do seu valor histórico e simbólico, tem uma grande importância para os porto-firmenses.

No item a seguir destacamos o contexto histórico de quatro espaços públicos do novo núcleo urbano de Porto Firme: a Praça Juquinha Moreira e a Praça Padre Raimundo, Rua Dom Silvério e a Avenida 18 de Agosto.

3.2.1 Contexto histórico de quatro espaços públicos do novo núcleo urbano de Porto Firme

a) A Praça Juquinha Moreira

A Praça Juquinha Moreira, praça central da cidade, está localizada na margem direita do rio Piranga e fica a poucos metros de distância dele. Segundo o entrevistado, R.A.C 3, esta praça já foi identificada por diversos nomes, dentre eles, Rua 2, Rua da Praia e Praça Raul

²²⁹ Dossiê do Conselho Patrimonial de Porto Firme, IPAC, 2011, p. 22.

Soares. Este participante explicou os motivos das escolhas dos dois últimos nomes desta Praça. A identificação da Rua da Praia se deve ao fato de ela ser perto do rio, sendo à época bastante comum as pessoas convidarem umas às outras da seguinte maneira:

“Vamos lá na praia!”. É de pouco conhecimento do pessoal, mas tinha esses registros (...) as pessoas que moravam fora ainda tinha conhecimento como Rua da Praia. E ali em frente aos Correios, casa de Carlos Henrique Maia ali, era Praça Raul Soares. (...) Ela também fazia parte da Praia. Um membro da família Vidigal²³⁰ (...) já comentou que (...) passaram um carnaval numa cidade, e parece que acharam uma placa caída no chão (...) aí trouxeram ela. E pregou ali Raul Soares. Mas não tinha e não tem registro na prefeitura, não tem lei de criação (R.A.C 3)²³¹.

Por volta dos anos de 1969, pelo testemunho acima, a Praça Central foi denominada de Raul Soares simplesmente porque um habitante fixou uma placa com este nome no local próximo onde atualmente é a sede dos Correios em Porto Firme. A administração municipal e os habitantes não tomaram nenhuma medida contrária. Diante disso, tal nome prevaleceu até meados de dezembro de 1988, quando houve a renomeação da Praça Central, por meio da Lei Municipal 562/88, que a partir de então passou a ser chamada de Praça Juquinha Moreira²³².

O histórico de enchentes do rio Piranga e alagamentos nesta Praça em períodos de maior intensidade pluvial é bastante recorrente. Conforme Figura 20, em 1951 esta Praça Central teve a maior enchente de sua história, tendo causado muitos prejuízos aos moradores e comerciantes locais. As pessoas perderam suas casas, comércios e tiveram muitos prejuízos. De acordo com Edson Soares Fialho e seus colaboradores²³³, houve outra enchente em 2008 que também causou muitos prejuízos aos moradores, comerciantes e danos aos equipamentos urbanos desta praça. Tragédias como estas enchentes deixam marcas importantes nesta

²³⁰ Família tradicional da cidade de Porto Firme. A importância dela se deve principalmente pelas influências políticas exercidas por elas localmente, pelas ações e pela ocupação de cargos públicos em destaque na cidade. O maior destaque foi a do senhor Sebastião Vidigal Fernandes (conhecido como Tatão de Deco), ex-prefeito municipal de Piranga, entre os anos de 1951 a 1954. Ele foi um dos líderes políticos que esteve à frente de muitas das ações, que culminaram no êxito do processo emancipatório local. Dentre as ações lideradas por ele, estão: o início da obra da ponte José Antônio de Araújo Quintão e a construção do “Grupo Escolar Imaculada Conceição”, inaugurado entre 1952/1953. A primeira diretora deste mesmo Grupo Escolar foi a senhora Otília Maciel Vidigal. O primeiro presidente da Câmara Municipal de Porto Firme, também era membro desta família. Além disso, o Oficial de Registro Civil e Escrivão de Paz desta cidade, entre os anos de 1967 a 2006, também a integrava.

²³¹ Trechos da entrevista de R.A.C 3, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

²³² Este nome foi escolhido em homenagem a um alfaiate, morador desta região da Praça, até quando houve a trágica enchente, em 1951. Seu nome era José Moreira da Silva, conhecido como Juquinha Moreira. Anexos a esta dissertação encontram-se mais detalhes sobre a bibliografia dele.

²³³ FIALHO, Edson Soares; NASCIMENTO, Rosilene Aparecida do; SILVA, Claudinei Heleno da, SILVA; Leonardo Alves de Oliveira. **Compreendendo a Dinâmica das Enchentes e suas Repercussões no Médio e Baixo Vale da Bacia Hidrográfica do rio Piranga em dezembro de 2008**, Simpósio Brasileiro de Climatologia geográfica - Climatologia e Gestão do Território; Fortaleza, Ceará; set/2010.

paisagem e influenciaram em alguns deslocamentos comerciais e residenciais para outras regiões da cidade.

Figura 20 – Local onde atualmente é a Praça Central de Porto Firme, década de 1950



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9.

Como consequência desta tragédia, as pessoas afetadas foram indenizadas e muitas adquiriram terrenos nas proximidades da Nova Matriz. Os comerciantes e moradores próximos à Praça procuraram ocupar outros locais mais altos para construir novas habitações e comércios. Desde aquele período, tornou-se muito comum as construções serem mistas e terem estas duas funções: residência e comércio. Um dos comerciantes, que passou por este processo, foi o Senhor Juquinha Moreira, que era alfaiate, e sua família. Ele foi um dos que adquiriu um lote pertencente à Igreja Matriz de N.S. da Conceição, localizado na Av. 18 de Agosto.

A Praça Juquinha Moreira passou por diversas transformações, não só em consequência dos eventos climáticos, mas também por decisões políticas e administrativas, no sentido da inclusão, substituição e eliminação de elementos dessa paisagem. Uma delas foi a construção de um parque municipal infantil. De acordo com alguns entrevistados, dentre eles R.M.C.R 4, entre os anos de 1959 e 1966, aproximadamente, este parque ocupava quase todo o espaço da referida Praça e localizava-se onde atualmente é a praça de lazer. Ele era todo cercado e tinha uma placa luminosa escrita: “Parque Municipal”. Os brinquedos eram de madeira e ferro, tendo sido construídos pelo senhor Valdemar Moreira Guimarães. Havia escorregadores, gangorras, chapéus mexicanos, manjarras e outros. O parque foi deixando de

existir devido ao desgaste natural do tempo e das intempéries, bem como à ausência de manutenção e de preservação pela administração municipal.

Segundo registros do Conselho de Patrimônio de Porto Firme (2013) e relatos de R.M.C.R 4 e V.P 05²³⁴, por volta dos anos de 1959 havia outro elemento compondo esta paisagem urbana da área central na Praça Juquinha Moreira. Era uma edificação com um **telefone público**, fabricado nos Estados Unidos, onde atualmente é a residência do Senhor “Nadico”. Na época, o proprietário do imóvel era o Senhor Geraldo Bento. A comunicação era intermediada por duas telefonistas, sendo que uma ficava na cidade de Viçosa e a outra em Porto Firme, ambas responsáveis por realizar as ligações e fazer os agendamentos para que as pessoas pudessem se comunicar num horário específico. Algumas das telefonistas de Porto Firme foram as senhoras Ilza Maria Pierre e Terezinha Janote²³⁵.

Este sistema telefônico funcionou até 1962, aproximadamente. Era uma alternativa de comunicação pública precária, restrita, e só havia um aparelho na cidade. Nas residências também não havia telefones. Naquela época, era comum nas cidades de pequeno porte, como Porto Firme, que só as prefeituras possuíssem tal aparelho para executar os serviços públicos e, por isso, este telefone público foi um importante instrumento de comunicação para os porto-firmenses.

O referido aparelho foi inventariado pelo Conselho de Patrimônio local entre 2010-2012, em estado original. Na ocasião do registro, o bem foi avaliado como “muito ruim” em termos de estado de conservação, uma vez que já faltavam, inclusive, peças de sua composição. As partes construídas em madeiras estavam destruídas por cupins, e as partes metálicas enferrujadas, entre outras avarias. O local de guarda desse antigo instrumento de comunicação era uma sala da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, no edifício-sede da prefeitura²³⁶.

²³⁴ Declarações dos entrevistados R.M.C.R 4 e V.P 05, concedidas a esta pesquisadora no mês de março de 2022

²³⁵ Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, “ICMS Patrimônio Cultural, Quadro II-INV, educ. Patrimonial Municipal, ano de ação de preservação: 2011, ano base 2012, ano do exercício 2013”, p. 83-90.

²³⁶ Ibid., p. 87-88.

Figura 21 - Inauguração do telefone público na Praça Central



Fonte: Autor desconhecido. Data aproximada: 1959.

De acordo com a entrevistada M.D 02²³⁷, nesta mesma época a prefeitura municipal tinha também um radiograma (“telegrama falado”) e a comunicação era realizada em dois horários diários fixos (9:15 e 15:20), com uma atendente em Belo Horizonte, que recebia e dava encaminhamento das demandas que eram solicitadas por este mecanismo. Ela era a pessoa responsável por realizar este serviço de comunicação local, da administração municipal. Segundo a mesma testemunha, os moradores ficavam ansiosos por estes momentos, pois ouviam o diálogo da telefonista de Porto Firme com a de Belo Horizonte, e era como se inteirassem do noticiário local. A entrevistada apontou a existência de um protocolo de falas-padrão e que a comunicação só era realizada para tratar de assuntos importantes, como os relacionados à saúde e à educação local. A colaboradora da pesquisa afirmou, ainda, que em meados de 1970 esta aparelhagem desapareceu.

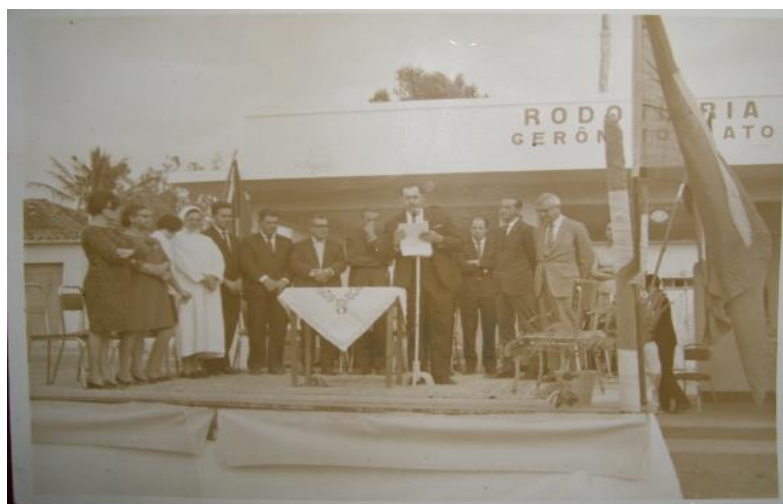
Estes relatos acima ilustram importante conquista para a cidade naquela época, na área da comunicação. Após a inserção de novas tecnologias, entrou em desuso e, infelizmente, não foi preservado. Em tempos mais remotos, o meio de comunicação mais comum e acessível à maioria da população eram as cartas e os telegramas. Posteriormente, com a implantação da telecomunicação e o aperfeiçoamento desta tecnologia, houve diminuição do tempo gasto nas resoluções das questões/problemas neste início da segunda metade do século XX. Entretanto, mesmo com esta conquista, ainda permaneceram algumas dificuldades na comunicação entre as pessoas por este mecanismo, principalmente na questão dos valores cobrados pelas

²³⁷ Informações obtidas a partir da entrevista de M.D 02, concedida a esta autora no mês de março de 2022.

operadoras e da qualidade do serviço prestado à população, seja da antiga telefonia fixa ou da atual telefonia móvel.

Em 1969 a administração municipal inaugurou a Estação Rodoviária denominada **Gerônimo Gato** (Figuras 22 e 23), na Praça Raul Soares (atual Praça Juquinha Moreira). Era um ponto de embarque e desembarque dos passageiros²³⁸.

Figura 22 – Inauguração da Rodoviária Gerônimo Gato, em 1969



Fonte: Autor desconhecido.

Figura 23 – Rodoviária Gerônimo Gato, década de 70



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9.

Na Figura 22, a imagem mostra o momento da inauguração do terminal rodoviário, com a presença de autoridades políticas e religiosas. É interessante perceber o cuidado nos trajés usados por estas lideranças. Os registros fotográficos acima demonstram um

²³⁸ Prefeitura Municipal de Porto Firme. Lei 293/ 1969.

comportamento recorrente dos políticos nos eventos públicos da cidade. Trata-se de uma divergência entre a elegância do vestuário utilizado (um distintivo social) e a realidade urbana rústica e precária. Naquele período, havia as personalidades das cidades consideradas, de acordo com Silveira²³⁹, como notáveis: “o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz”. Eles eram autoridades locais e se destacavam entre os demais habitantes, inclusive por este mecanismo visual. Desde aquela época já havia uma preocupação com a imagem diante da população, num período em que a praça e as demais vias públicas da cidade não eram sequer pavimentadas.

Por volta do ano de 1984, uma nova rodoviária foi construída pela administração municipal na Praça Deco Vidigal, na antiga saída para a cidade de Piranga, e recebeu outro nome: “Tatão de Deco”. Segundo testemunhos de moradores, depois de alguns anos, a empresa que faz a linha de ônibus de Porto Firme a outras cidades foi simplesmente deixando de ir a este terminal rodoviário e voltou a embarcar e desembarcar os passageiros dos ônibus na Praça Juquinha Moreira, ao lado de um bar, que também passou a ser o local de vendas de passagens. Assim, a edificação construída para ser um terminal rodoviário foi adaptada (precariamente) para abrigar outros serviços públicos. Desde então, os passageiros, motoristas e cobradores dos ônibus passaram a não ter nenhuma estrutura apropriada para acolher os viajantes.

Contrariando um dos *slogans* da cidade, “Porto Firme – cidade acolhedora”, a administração municipal ainda não priorizou até hoje a construção de um Terminal Rodoviário num local adequado e que atendesse às necessidades da empresa e dos passageiros das linhas de ônibus que circulam na cidade. Na opinião de R.M.C.R 4, “Não é todo mundo que quer ficar num bar, nem no banco de praça. Porto Firme precisa fazer uma rodoviária”²⁴⁰. A cidade possui diversos horários de ônibus, atendendo passageiros que estão em trânsito entre as cidades, como Piranga, Conselheiro Lafaiete, Belo Horizonte e Viçosa.

Durante muitos anos, o transporte interurbano de passageiros existente no trajeto entre as cidades de Porto Firme e Viçosa era constituído de apenas um ônibus. Era uma viagem demorada pelas péssimas condições da estrada, saía às sete horas e retornava por volta das dezessete horas. Com isso, os passageiros tinham que permanecer o dia todo em Viçosa, mesmo quando o motivo da viagem demandasse pouco tempo. Na imagem a seguir, temos as transformações dos ônibus que fizeram a linha Porto Firme a outras cidades próximas e para

²³⁹ SILVEIRA, Tamyres Virginia Lopes. **O papel das pequenas cidades na rede urbana:** um estudo acerca da microrregião de Viçosa. 2014. 98f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014, p. 57-58.

²⁴⁰ Trechos da entrevista de R.M.C.R 4, concedida a esta pesquisa no mês de março de 2022.

Belo Horizonte (capital de Minas Gerais), ao longo do tempo (o último continua fazendo).

Figura 24 – Transformações do transporte coletivo intermunicipal (entre as décadas de 1970 a 2010)



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9.

Entre os anos de 1967 e 1970, a Praça foi reformada, houve a construção de calçadas, jardins e plantio de árvores. No período natalino, as árvores eram enfeitadas com lâmpadas coloridas. À medida que a praça recebia novos melhoramentos, como calçadas e bancos, tornava-se um ponto de encontro da juventude, especialmente para os casais de namorados. Porém, nesta época, o chão da Praça ainda era de “terra batida”. Segundo relatos, havia um senhor chamado José Pedro que voluntariamente cuidava do jardim e fazia o possível para ninguém danificá-lo.

De acordo com o Conselho de Patrimônio de Porto Firme, somente entre os anos de 1971 e 1973 que a administração municipal implantou o calçamento de paralelepípedos nesta Praça. Na década de 80, ela foi reformada, o jardim passou a ser num nível mais elevado que o piso (Figura 25). Esta estratégia parece ter sido uma tentativa de evitar ou amenizar os prejuízos recorrentes das águas das enchentes neste local. Os recursos utilizados nesta obra foram da própria prefeitura municipal²⁴¹.

²⁴¹ Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme IPAC, 2011, p. 16.

Figura 25 – Jardim com piso elevado na Praça Juquinha Moreira



Fonte: Imagem retirada do vídeo no You Tube “O acaso nos uniu - I encontro de egressos da EICOM, 1º grau 1979. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=627Z7Z1c3yI>. Acesso em 10/10/2022.

De acordo com R.M.C.R 4, a Praça Juquinha Moreira passou por diversas modificações: o piso inicialmente era de “chão batido” e foi alterado para pedra fincada, com posterior instalação de bancos. Depois de um certo tempo, o canteiro central foi reformado, tornando-se um pouco mais elevado. Por ser um lugar tranquilo, as pessoas gostavam de passear lá. No entanto, alguns comerciantes informais começaram a instalar barracas, comprometendo seu embelezamento²⁴². Na avaliação de outro entrevistado R.A.C 3, “(...) parece que cada prefeito que entrou tentou deixar a história, a marca dele ali, fazendo intervenção e modificando (...)”²⁴³.

Estas alterações na Praça, bem como a mudança de ponto de embarque e desembarque de passageiros, demonstraram algumas posturas dos integrantes dos poderes legislativo e executivo municipal. Nesse sentido, cabe-nos refletir sobre as motivações para algumas omissões dos mesmos, por não se posicionarem ou não agirem contra iniciativas privadas sobre o não uso pela empresa de ônibus do terminal rodoviário e do uso inadequado do espaço público (instalações de barracas).

A praça central sempre foi um espaço bastante disputado e, ao longo do tempo, recebeu altos investimentos públicos. Vimos que os ex-gestores públicos a escolheram como sede de importantes equipamentos/edificações urbanas, como foi o caso do Parque Municipal, do telefone público e da construção da primeira rodoviária. No passado, tiveram ainda alguns

²⁴² Trecho da entrevista de R.M.C.R 4, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

²⁴³ Trecho da entrevista de R.A.C 3, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

clubes (pequenas danceterias) na referida praça, a saber: Clube Candelabro, Clube da Mangueira e Clube Beira Rio, que marcaram diversas gerações, por ter sido lugar de diversão, encontros e outros.

Na década de 1970, havia o Clube Candelabro, localizado onde atualmente é o bar do Senhor Joaquim. O local era o ponto de encontro da juventude e também um local para dançar e namorar. Ainda no passado houve também nesta Praça Central o Clube da Mangueira, voltado para aquelas pessoas que gostavam de música sertaneja e da sanfona. A denominação do nome deste clube está relacionada ao fato desta Praça já ter sido também um local de cultivo de uma grande quantidade de pés de manga, o qual era realizado pela administração municipal. Outro local de diversão existente no passado foi o Clube Beira Rio, cujo público e objetivos eram bem semelhantes ao do Clube Candelabro. No térreo, havia bares e o segundo piso funcionava como uma danceteria (Figura 26). Além disso, na Praça Juquinha Moreira já existiram também outros locais de diversão, inclusive para aqueles que gostavam de dançar forró.

Figura 26 – Clube Beira Rio (s/d)



Fonte: Acervo pessoal de V.O.P 1.

Outro elemento que também fez parte desta paisagem da área central de Porto Firme foi a Praça de Esportes/quadra poliesportiva “Chico Benjamim”, construída durante a gestão do prefeito Francisco José Moreira, entre os anos de 1983-1988. Para o entrevistado R.A.C 3:

(...) ali onde era o parque municipal depois foi criado a praça de esportes (...). Ela era uma associação, do estado, dentro do município. A praça de esporte era estadual, foi construída pela Selt - Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo. O prefeito cedeu o espaço e o estado veio e construiu a praça de

esportes. Essa praça de esporte foi cedida em comodato, o estado cedia para uma associação administrar, para zelar e cuidar. (...) Para manter uma piscina semiolímpica é caríssimo, como nós tínhamos (...). Tínhamos uma quadra poliesportiva. (...) E hoje nós temos uma praça de lazer boa. Onde hoje a família pode descer e ficar com seus filhos ali. Tem ali uma festa, um palco etc.²⁴⁴.

A referida praça de esportes localizava-se na Praça Central, era cercada por tela e hibiscos. Tinha uma piscina semiolímpica, uma quadra poliesportiva, banheiros e um espaço coberto, onde funcionava a parte administrativa. Era um local fechado, restrito aos que podiam colaborar, isto é, as pessoas pagavam uma taxa para poderem usufruir dele. Segundo um dos seus ex-presidentes, o entrevistado R.A.C 3²⁴⁵, os valores cobrados eram para cobrir as despesas da manutenção do espaço. Mas, ao longo do tempo, por dificuldades diversas, inclusive administrativas, e por decisão/ação da administração municipal, esta área da paisagem urbana foi transformada radicalmente.

Na atualidade, a Praça Juquinha Moreira não tem mais as “danceterias”, mas continua favorecendo momentos de encontros, lazer e diversão em outros espaços. Os momentos vivenciados nestes clubes marcaram gerações e deixaram saudades, como relatado por alguns entrevistados. O prédio onde funcionou o “Beira Rio” possui salas comerciais, uma academia e outras instalações. Assim, a paisagem da Praça tem sido marcada por um aumento crescente de bares com pequeno espaço interno e os clientes sendo atendidos em mesas colocadas em calçadas e nas vias públicas.

Uma transformação radical realizada pela administração municipal na Praça Juquinha Moreira ocorreu em 2005, com recursos próprios, tendo sido investido aproximadamente R\$108.000,00 na ocasião. Nesta intervenção, houve uma reconstrução, que modificou completamente o antigo desenho da Praça. O projeto considerado como moderno resultou na instalação de uma grande calçada em pedra portuguesa, com canteiros ao centro, dividindo o trânsito e a Praça em duas partes. Na primeira parte, foram instalados um relógio digital, um termômetro, e bancos em madeira e concreto, bem como foram plantadas algumas árvores. Conforme exposto em um artigo do Jornal Folha de Porto Firme, de 2005, é possível observar alguns detalhes do projeto. A reinauguração da Praça Central contou com a presença de várias pessoas, autoridades políticas, entre eles o Deputado Federal Jayme Martins, popularmente conhecido como Jayminho²⁴⁶.

²⁴⁴ Trechos da entrevista de R.A.C 3, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

²⁴⁵ Entrevista de R.A.C 3, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

²⁴⁶ Jornal Folha de Porto Firme, ano 14, ed. 127, nov. 2005.

Figura 27 – Projeto de reforma da Praça Juquinha executado e concluído em 2005



Fonte: Jornal Folha de Porto Firme, maio 2005.

Conforme Figura 27, entre os anos de 2005 e 2008, a antiga praça de esportes foi demolida e no seu lugar a administração municipal construiu uma praça de lazer aberta ao público em geral. Nela foram instalados bancos e aparelhos de ginástica (academia ao ar livre), ao passo em que foram construídos estacionamentos e plantadas árvores de pequeno porte. Alguns colaboradores da pesquisa ressaltaram a importância de se ter profissionais qualificados para orientar a prática dos exercícios físicos em alguns momentos do dia.

De acordo com o entrevistado R.A.C 3, um dos fatores que motivou a ação da demolição foram as dificuldades na gestão e na manutenção do espaço. Na percepção desse mesmo colaborador, é interessante para a população desta cidade ter uma nova piscina semiolímpica, semelhante à que foi demolida. Ele também lamenta esta substituição de uma praça de esporte por uma praça de lazer, argumentando que:

Nós perdemos uma piscina, o município perdeu a única piscina que ele tinha. Um dia quem sabe construirão uma nova piscina em outro lugar para o povo. Para o município é importante e é “quase nada” a manutenção de uma piscina dessas. Existe em outras cidades e funciona inclusive em Presidente Bernardes²⁴⁷.

²⁴⁷ Informações obtidas a partir da entrevista com R.A.C 3, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

Figura 28 - À esquerda, antiga praça de esportes e, à direita, a “atual” praça de lazer, localizada na Praça Juquinha Moreira (s/d)



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9.

A demolição de uma obra pública, como foi o caso da praça de esportes, a qual foi custeada com recursos públicos, é uma grande perda. Os investimentos públicos e os projetos de intervenções necessitam ter critérios bem definidos antes de serem iniciados, evitando assim interrupções, demolições de obras públicas e prejuízos aos cofres públicos. É importante que a administração municipal tenha o cuidado em ouvir a população da cidade como um todo, e não apenas os moradores do entorno da área onde será realizada a obra, como bem ressaltou o senhor R.A.C 3²⁴⁸.

O novo espaço construído é bem mais democrático e aberto. E na avaliação de R.M.C.R 4²⁴⁹, essas últimas intervenções na Praça Juquinha Moreira foram as melhores dentre as já realizadas. Novamente, ressaltamos a importância de uma política municipal de manutenção permanente dos aparelhos e deste espaço como um todo. Os investimentos públicos em projetos relativos aos esportes e às atividades físicas são extremamente importantes para a sociedade, mas precisam ser realizados com muita cautela, responsabilidade social e de forma democrática, afinal, os recursos investidos nessas obras públicas, na maioria dos casos, são oriundos dos impostos pagos por todos nós cidadãos. Administrar uma cidade envolve fazer escolhas, mediar interesses conflitantes e tomar decisões pautadas na justiça social.

O Conselho de Patrimônio de Porto Firme²⁵⁰ apresentou algumas avaliações sobre as condições físicas desta Praça. De acordo com ele, o calçamento em pedras portuguesas, de forma geral, apresentava boas condições, porém, havia acúmulo de água e terra nas vias, além

²⁴⁸ Informações obtidas a partir da entrevista com R.A.C 3, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

²⁴⁹ Informações obtidas a partir da entrevista com R.M.C.R 4, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

²⁵⁰ Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, IPAC, 2011, p. 18.

de lixo espalhado pelo piso. Foi apontada, ainda, a existência de alguns problemas na infraestrutura. Um deles se refere à drenagem pluvial inadequada para comportar um grande volume de água de chuvas vindo de outras áreas da cidade com maiores declividades. Outra questão é a inadequação do espaço para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A reforma na praça não respeitou as normas da NBR 9050: 2004²⁵¹ de acessibilidade universal. Não foi instalado o piso diferenciado, piso tátil, no entorno dos equipamentos urbanos, a fim de que as pessoas com deficiência visual pudessem identificar os locais com obstáculos, evitando assim possíveis acidentes. Ainda na questão da inadequação do piso em relação à referida norma, a acessibilidade através de rampas com inclinação superior a 8,33 é inadequada para cadeirantes. Outros aspectos que também exigem melhorias são as faixas de pedestres, as sinalizações e as sarjetas. Como podemos perceber na Figura 29, abaixo, não houve cuidado suficiente em construir as sarjetas com um acabamento adequado (colocando uma tampa ou grade) para escoamento das águas, deixando-as completamente desprotegidas, com risco de entupimentos e de acidentes.

Figura 29 – Praça Juquinha Moreira, décadas de 1980 e 2010



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9, com destaque realizado pela pesquisadora.

Na Figura acima, temos uma comparação de uma parte da Praça, com uma imagem da década de 1980 e outra do ano de 2013. Por meio delas podemos perceber modificações significativas, como a questão da pavimentação da via pública, o aumento do número de árvores (palmeiras) no local, o aumento da quantidade, do tamanho e da altura das novas edificações, a instalação de bancos, a expansão da área construída etc. O canteiro central

²⁵¹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

também foi rebaixado e ampliado, estendendo-se em toda a extensão da praça. Em tempos mais recuados, havia muitos espaços vazios e era possível visualizar as montanhas. Já no século XXI isto é um pouco comprometido pela existência das edificações de três e quatro pavimentos.

No tocante à questão da arborização e do sombreamento da Praça Juquinha Moreira, houve importantes alterações ao longo do tempo. Próximo à ponte, há uma árvore bem antiga, um *flamboyant*, inventariada pelo Conselho de Patrimônio. Na percepção de um dos colaboradores, F.M.B.W 9²⁵², atualmente a Praça está mais arborizada que no passado, mas outros discordam. No dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme²⁵³ a arborização é apontada como deficiente, interferindo na motivação das pessoas em permanecer nesse espaço nos momentos de maior radiação solar. Neste caso, o próprio Conselho sugere, sensatamente, a escolha de uma arborização de espécies com copas largas, promovendo, assim, mais espaços com sombras. O referido Conselho sugere ainda que os bancos sejam instalados próximos às árvores, estimulando a permanência das pessoas neste local, principalmente em dias ensolarados.

Segundo a pesquisadora Scifoni²⁵⁴, o patrimônio ambiental urbano é composto por monumentos históricos e artísticos e bens culturais típicos, normais da vida coletiva e do cotidiano das pessoas que habitam a cidade. Estes aspectos devem ser abordados dentro do planejamento urbano, prevendo as estratégias a serem adotadas para manutenção, preservação e reformas desses elementos da paisagem urbana, como as praças e jardins públicos. As ações/decisões da administração municipal devem respeitar/considerar vários aspectos, e não só o funcional, mas também as questões culturais (valores simbólicos) envolvidas com o espaço ou com o patrimônio público.

Uma das grandes preocupações dos estudiosos da atualidade é a questão da preservação do meio ambiente rural e urbano. A sobrevivência das espécies depende do uso responsável do espaço geográfico, dos recursos naturais, da preservação de áreas verdes, nativas e cultivadas, da proteção das matas, do solo, dos rios, das nascentes e dos animais etc. Portanto, ao tratarmos da paisagem urbana, devemos pensar nas relações e consequências das ações humanas sobre o meio, nos diferentes contextos históricos, políticos e culturais.

²⁵² Declaração do entrevistado F.M.B.W 9, concedida a esta pesquisadora no mês de abril de 2022.

²⁵³ Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, IPAC, 2011.

²⁵⁴ SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. **Diálogos**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

Conforme registros históricos e dos testemunhos, podemos perceber que as estruturas iniciais da Praça Juquinha Moreira, na década de 1980, eram bem simples e precárias. Ao longo do tempo, a administração municipal investiu e promoveu várias transformações nesta parte da paisagem urbana de Porto Firme. Logo, ela é uma das praças da cidade que mais recebeu intervenções da administração municipal. Além de ser o centro da cidade, esta Praça é o lugar que mais atrai as pessoas para o lazer e para os encontros. Além disso, ela foi um local de realização de festas cívicas, como a Festa de Aniversário da cidade, no mês de agosto, carnaval, *réveillon*, gincanas e celebrações religiosas. Algumas destas realizações ainda ocorrem neste espaço público.

b) A Praça Padre Raimundo

A Praça Padre Raimundo é conhecida também como Praça da Matriz, localizada entre a Avenida 18 de Agosto, a Travessa Joaquim Custódio e a Rua Dom Silvério. Ela está em frente à Igreja Matriz de N. S. da Conceição. Até os anos 60, aproximadamente, este local era apenas um grande largo de terra batida. Nela, há um Ipê amarelo plantado por alunos do antigo patronato, que visitaram este local. Além desta árvore, estes visitantes plantaram outras espécies ao longo da Avenida 18 de agosto. Desde o projeto inicial do ordenamento territorial desta região da Igreja Matriz é possível observar que o espaço para a construção desta Praça já estava previsto.

De acordo com informações constantes nos Dossiês do Conselho de Patrimônio de Porto Firme²⁵⁵, a escolha do nome da Praça Padre Raimundo foi uma homenagem, ainda em vida, ao Monsenhor Raimundo Gonçalo Ferreira, como uma forma de reconhecimento pela sua dedicação à comunidade local, por vinte anos de trabalho (1935 a 1955). No dia da inauguração, no ano de 1960, além das autoridades presentes e da população, o próprio homenageado também participou deste momento festivo e histórico.

Dantas aponta que nossas praças contemporâneas tornaram-se:

Um espaço fechado, confluência de quatro ruas e marcado pela simetria e proporcionalidade, assumindo papel significativo não somente por proporcionar encontros entre as pessoas, nela outras atividades são desenvolvidas – comércio, lazer, manifestações culturais e políticas; enfim,

²⁵⁵ Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, IPAC, 2011. Outras informações sobre a biografia do Monsenhor Raimundo encontram-se anexas a este trabalho.

refere-se à vida pública²⁵⁶.

No caso da Praça Padre Raimundo, sua estrutura física é similar ao descrito pela pesquisadora acima citada, marcada por traços simétricos. Conforme declarações da entrevistada M.D. 02²⁵⁷ e a Figura 30, abaixo, esta praça também tem sido o local escolhido para a realização de diversos eventos cívicos, encontros e atividades educacionais. Uma das realizações ocorreu em 1960, num encontro da comunidade escolar municipal da zona rural de Porto Firme. Neste evento houve apresentações culturais de dois mil alunos e professores das dezoito escolas rurais, coordenado pela inspetora escolar da época, com a participação de políticos, fazendeiros e outros componentes da administração municipal. Estes eventos ou utilizações tornam este espaço ainda mais especial.

Figura 30 – Local onde foi construída a Praça Padre Raimundo, década de 1960



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9, visitação dos alunos e professores das escolas rurais à cidade.

De acordo com as informações do Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme²⁵⁸, entre os anos de 1977 e 1982, a administração municipal, liderada pelo Prefeito Ciro Santana Maia, promoveu intervenções nesta Praça. Houve a construção de calçadas, piso de cimento grosso e canteiros; uma fonte ao centro do espaço (que foi eliminada em um curto espaço de tempo depois); plantações de árvores de maior porte e manutenção do Ipê amarelo. O mesmo documento afirma, ainda, que na administração municipal liderada pelo Prefeito Francisco José Moreira, entre os anos 2001 e 2003, o local foi reformado novamente,

²⁵⁶ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008, p. 167.

²⁵⁷ Declaração da entrevistada M.D. 02, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

²⁵⁸ Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, 2011, p. 248.

recebendo um novo revestimento. Tal intervenção foi coordenada pelo mestre de obras João José Quintão Paes e com recursos oriundos do município.

Figura 31 - Praça Padre Raimundo, década de 2010. Imagem anterior à última reforma



Fonte: autor desconhecido.

Nesta Figura acima podemos perceber um cuidado com a pintura dos elementos constituintes desta Praça, o qual, juntamente com a diversificação arbórea existente, tornou esta paisagem visualmente muito agradável, além de torná-la mais atrativa aos seus usuários. Segundo as avaliações realizadas pela equipe técnica do Conselho de Patrimônio, entre 2010-2011, a referida Praça necessitava passar por manutenções preventivas e corretivas, como a maioria dos espaços e edificações públicas normalmente requer, devido à própria ação do tempo.

Ao longo do tempo, a Praça Padre Raimundo e seu entorno passaram por algumas reformas e modificações. A partir dos anos 2000, as vias públicas nas proximidades desta Praça foram asfaltadas e sinalizadas. Entre 2010-2011, tínhamos, por exemplo, o telefone público em formato de “orelhão” como componente da passagem, mas, em meados de 2020 este equipamento urbano já não existia mais. Esta alteração provavelmente está relacionada ao fato de que, nos últimos anos, temos vivenciado uma revolução dos meios de comunicação, especialmente no aumento generalizado do uso do telefone celular. Isto tornou o telefone público algo obsoleto. Em 2011, o piso desta Praça era quadriculado, também em concreto, com alguns detalhes em granito. De acordo com a equipe técnica do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, o referido piso estava adequado em termos de acessibilidade aos deficientes físicos e visuais, embora não possuísse piso tátil e tivesse apenas duas rampas de acesso.

No mesmo período, a arborização deste espaço público era composta por arbustos (pingo de ouro), que formavam as expressões “harmonia” e “N. S. Conceição”. Havia, ainda, outras árvores de portes diversificados, assimétricos, como bromélias e o Ipê amarelo. Na avaliação do Conselho, a questão da proximidade dos assentos e o sombreamento da Praça Padre Raimundo eram inadequados. Porém, eles compararam-na com um bosque, um local tranquilo, propício à visitação, contemplação e à permanência.

Figura 32 – Imagem aérea da Praça Padre Raimundo, 2018



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9.

A Figura acima demonstra uma imagem da Praça Padre Raimundo após a última reforma (em 2017)²⁵⁹, realizada pela administração municipal, sob a liderança do Prefeito Reginaldo Barbosa, tendo sido uma das mais significativas. Essa alteração realmente representou importantes melhorias nos mobiliários urbanos presentes nela. Pelo que consta nos dossiês do Conselho de Patrimônio, esta intervenção foi viabilizada por meio dos recursos do ICMS, obtidos através dos trabalhos realizados por este Conselho junto ao IEPHA.

Há dois canteiros com gramíneas, numa parte mais elevada, nas laterais construídas antes dos demais espaços da praça. Possui uma escadaria numa cor avermelhada, que está entre ela e o adro da Igreja, alinhada com a torre e o portal frontal deste templo religioso. Sua área total é de 3.037,37m² e possui traçados em formato de uma cruz grega. No centro das cruzes há dezoito bancos de concreto, com assento e encosto integrados. Todas estas características demonstram que este espaço público foi construído a partir de um

²⁵⁹ Detalhes sobre as realizações efetivadas nesta praça em: <https://www.portofirme.mg.gov.br/noticias/reinauguracao-da-praca-padre-raimundo-praca-da-igreja>. Acesso em 04/08/2022.

planejamento, juntamente com os demais espaços do entorno da matriz.

Diferentemente da Praça Juquinha Moreira (praça central da cidade), pelas imagens acima podemos perceber que as intervenções realizadas nesta praça procuraram manter suas características básicas e promoveram poucas alterações ao longo do tempo. Seu formato em quadrilátero, em estilo simétrico, e com uma similaridade entre suas partes, foi conservado desde o projeto inicial. Numa entrevista com um ex-prefeito da cidade, G.B.R.4²⁶⁰, ele manifestou o cuidado de ouvir a opinião do pároco da cidade antes de realizar a última intervenção nesta praça. Desta forma, uma das possíveis explicações para uma certa conservação, com poucas alterações da Praça Padre Raimundo, é o fato de sua proximidade física com a Igreja Matriz e o poder de influência das lideranças religiosas nas decisões relativas a este espaço público, junto à administração municipal.

Ao refletirmos sobre as Praças Juquinha Moreira e Padre Raimundo, cabe-nos ressaltar a importância de um planejamento municipal que inclua as estratégias relativas às manutenções periódicas (preventiva e corretiva) dos equipamentos e mobiliários destes espaços, bem como dos demais espaços públicos da cidade. Ações preventivas, como pinturas, limpeza urbana e podas de árvores são fundamentais para o embelezamento urbano, para a redução de despesas públicas com substituições de equipamentos deteriorados por exposição a intempéries climáticas, bem como contribui na prevenção de acidentes. A colaboração da população no uso, na conservação dos patrimônios e dos espaços públicos é extremamente importante para que os mesmos permaneçam em boas condições de uso pelo maior tempo possível. É preciso haver investimentos públicos nos espaços periféricos da cidade, de modo que os moradores dessas áreas também sejam beneficiados com a construção e manutenção de praças, jardins e outros espaços de lazer e de interação social.

c) A Avenida 18 de Agosto e a Rua Dom Silvério

Assim como as Praças acima abordadas, estas duas vias públicas de Porto Firme, a Avenida 18 de Agosto e a Rua Dom Silvério, foram construídas no início do seu processo de urbanização, entre as décadas de 1940-1950 (aproximadamente). Elas figuram entre as primeiras vias públicas projetadas e construídas juntamente com a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, por iniciativa de lideranças políticas, religiosas e pela comunidade local.

²⁶⁰ Conforme declarações do entrevistado G.B.R.4, concedida a esta pesquisadora no mês de abril de 2022.

A Avenida 18 de Agosto

Figura 33 - Avenida 18 de Agosto, década de 1970



Fonte: Acervo pessoal de V.O.P 1.

Segundo dados do Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme²⁶¹, e conforme a Figura 33, acima, na década de 70, a Avenida 18 de Agosto era um local de importantes eventos cívicos, como os “desfiles das escolas em comemoração à Independência do Brasil”. Naquele período, ela ainda não era pavimentada.

Conforme declaração do entrevistado R.A.C 3, em 1978, o prefeito Ciro S. Maia foi convencido por membros da comunidade local a pavimentar parte desta Avenida, em frente ao atual prédio da Prefeitura Municipal. Para este feito, utilizaram cimento armado e ferragens. Esta intervenção objetivou atender às demandas da comunidade para construir uma quadra poliesportiva para a realização de uma olimpíada municipal. Esta iniciativa foi em prol da comemoração, pela primeira vez, dos vinte e cinco anos de emancipação política e administrativa. Até então esta comemoração se resumia em celebrações religiosas católicas, realizadas no dia 18 de agosto, com a participação da população e dos administradores municipais. O referido evento esportivo foi coordenado pelo Senhor Benevenuto de Paula Simões (conhecido como “Cabo Bené”). As modalidades praticadas foram: “voleibol, futebol, corrida rústica, corrida com um saco de areia de 60 kg nas costas, prova de equilíbrio” e corrida de bicicleta. O mesmo entrevistado ressaltou ainda:

²⁶¹ Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, IPAC, 2011, p. 316

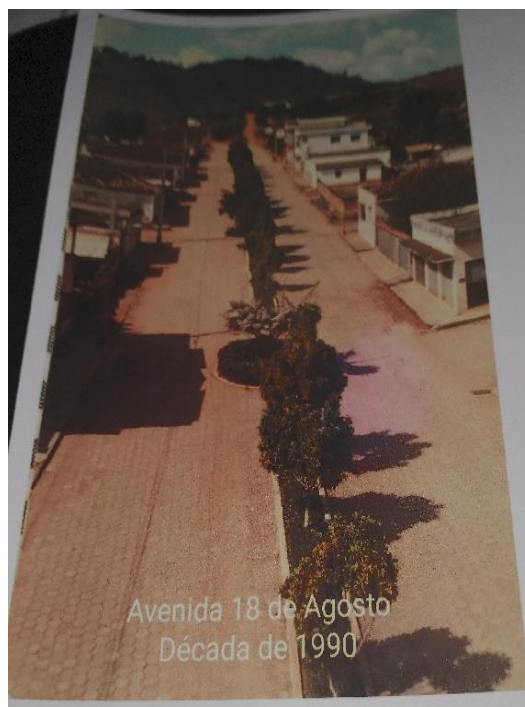
(...) nós procuramos o prefeito na época, (...) queríamos fazer uma olimpíada em Porto Firme e fizemos uma olimpíada muito bacana e concorrida. E como a gente não tinha uma praça de esportes ele optou por fazer a quadra em frente à prefeitura. Cimentou para fazer uma quadra. Colocou as traves de futebol de salão, colocou os furos para colocar as redes para vôlei, basquete e nós fizemos as Olimpíadas ali e foi maravilhoso. Foi um grande movimento na cidade. O povo todo veio: Vinte Alqueires, Varginha e todas as comunidades vieram participar. Treinaram lá e vieram²⁶².

Esta ação entre o poder público municipal e lideranças locais demonstra uma aliança em prol de um evento esportivo e, ao mesmo tempo, uma intervenção importante nesta via pública. É interessante refletirmos sobre a opção da administração municipal em realizar tal investimento público numa via de circulação, ao invés de realizá-lo num local específico, que pudesse permanecer como um espaço de esportes.

Ao longo do tempo, outras intervenções foram realizadas nesta Avenida 18 de Agosto. Conforme a Figura 34, adiante, na década de 1990 era possível perceber a existência de um calçamento de pedras hexagonais e a arborização no canteiro central, que contribuía com o embelezamento da Avenida. Naquele período, prevaleciam edificações de altimetria de um pavimento apenas. Mas, hoje, isto vem se alterando paulatinamente e algumas edificações desta via possuem quatro pavimentos. Ademais, uma característica comum do passado e do presente é a predominância de edificações de uso misto (residenciais e comerciais).

²⁶² Declarações do entrevistado de R.A.C 3, concedida a esta pesquisadora no mês de março de 2022.

Figura 34 – Avenida 18 de Agosto, década de 1990



Fonte: Acervo pessoal de V.O.P 1.

As transformações nesta paisagem prosseguiram na administração do prefeito Francisco José Moreira (conhecido como “Quito Benjamim”). Conforme Figura 35, adiante, em 2003 a cidade passou a ter um Monumento do Cinquentenário de Porto Firme, construído em comemoração aos cinquenta anos de emancipação política e administrativa da cidade. Este patrimônio foi edificado no mesmo local onde se festejou os 25 anos deste processo, na Avenida 18 de Agosto, em frente à Prefeitura Municipal, em formato circular, tendo o brasão da cidade fixado nele. O Brasão é um dos símbolos representativos da cidade de Porto Firme, assim como a Bandeira e o Hino da cidade²⁶³.

²⁶³ Foram criados durante a administração municipal do prefeito Ciro S. Maia, Lei 482/1981, livro 8, fl. 105.

Figura 35 - Avenida 18 de Agosto (com o Brasão), em frente à Prefeitura de Porto Firme, entre 2003 e 2004, aproximadamente



Fonte: Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, IPAC, 2011, p. 317. Acervo Flash.

Na Figura 35, acima, verifica-se o piso cimentado na Avenida 18 de Agosto, em frente à Prefeitura de Porto Firme, onde já funcionou como uma quadra poliesportiva. Como se pode notar, com o auxílio das Figuras 34, anteriormente, e 36, a seguir, esta Avenida passou por diversas transformações. Uma delas foi a eliminação do referido Monumento, pois em 2018 ele já não fazia parte desta paisagem urbana. Alguns entrevistados consideram lamentável esta atitude da administração municipal, já que o mesmo era um patrimônio público, inventariado pelo Conselho de Patrimônio local entre os anos de 2010-2011²⁶⁴. No local foi construída uma rotatória, com uma árvore no centro do canteiro. Segundo informações extraoficiais, o Brasão foi remanejado e fixado em um “muro de arrimo” na entrada da cidade, local conhecido como Trevo.

Esta ação conduz a algumas leituras sobre as possíveis motivações deste ato. Uma delas pode estar relacionada a questões de rivalidades políticas, numa tentativa de “apagamento” de lembranças que remetam ou levem a lembrar de ações do político opositor. Tal postura atinge os valores simbólicos representados neste bem patrimonial, e, além de ser um desrespeito com a população, constitui-se um desperdício de recursos públicos no município. Os atos administrativos dos gestores públicos não deveriam pautar-se em rivalidades políticas partidárias ou no uso do poder na tentativa de apagamento de memórias históricas de uma população.

A arborização da paisagem da Avenida 18 de Agosto, de acordo com dados do Dossiê

²⁶⁴ Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, IPAC, 2011, p. 317.

do Conselho de Patrimônio de Porto Firme²⁶⁵, era pouco significativa, com algumas palmeiras e arbustos, além de hibisco recoberto por cipó, predominando espécies de árvores de grande e médio porte. Nesse local está concentrada uma parte considerável das edificações públicas da cidade. Assim, além de abrigar a sede do poder local, o Prédio da Prefeitura, esta Avenida possui muitas edificações e praças: a Câmara Municipal, a EICON, a Praça Padre Raimundo, a Unidade Básica de Saúde Prefeito José Maciel, entre outras. O comércio existente nesta Avenida, em pequena escala, inclui lojas de roupas, açougue, papelaria, clínica odontológica, salão de beleza, entre outros. Estes comércios estão concentrados no primeiro piso das construções e os demais pavimentos são utilizados como residências. Estas edificações, tanto as públicas quanto as privadas, não possuem um estilo arquitetônico definido e foram construídas no alinhamento da via. Há edificações com telhados coloniais, sustentados por pilares de alvenaria, como também há coberturas feitas por uma estrutura metálica, conhecida como telhado paulista (Figura 36).

Figura 36 – Avenida 18 de Agosto, 2018



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9.

Na avaliação do entrevistado F.M.B.W 9²⁶⁶, na atualidade, esta via pública “está mais bonita porque as árvores cresceram”. Esta apreciação incluiu, ainda, outras modificações e investimentos realizados na mesma. No canteiro central desta Avenida foram substituídas as árvores existentes por outras de médio porte, assim como as gramíneas foram trocadas por piso de concreto. Além disso, houve asfaltamento em toda a sua extensão. Há, ainda, uma

²⁶⁵ Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, IPAC, 2011.

²⁶⁶ Conforme declarações do entrevistado de F.M.B.W 9, concedida a esta autora no mês de abril de 2022.

bougainville, em uma das rotatórias da Avenida, próxima da EICON, que embeleza a paisagem com suas lindas flores. Dessa forma a Avenida 18 de Agosto é uma das vias que mais passou por transformações/intervenções, com grandes investimentos voltados para seu embelezamento, incluindo arborizações na sua infraestrutura.

Para efeito de complementação desta abordagem, cumpre ressaltarmos que o uso dos registros fotográficos permite-nos algumas leituras para além do que comumente mostra uma imagem. De acordo com Dantas, “[a]o congelar um fragmento da realidade, nele estão expressas as percepções de uma época, os discursos de seus autores e dos grupos envolvidos (...)”²⁶⁷. Assim, esta forma de expressão de uma realidade delimitada (ou fragmentada) manifesta nas “entrelinhas da imagem” o seu contexto sócio-histórico, incluindo questões estéticas e ideológicas. Nesse sentido, é interessante perceber nestes registros a ênfase do fotógrafo na busca pelo melhor ângulo a ser focalizado. Por exemplo, ao retratar uma imagem como da citada Avenida (como na Figura 36), o profissional procurou produzir uma imagem e uma mensagem sobre a realidade local, representando toda a cidade como sendo bem administrada, com uma boa infraestrutura, arborizada, bela etc. No entanto, é preciso não perder de vista que imagens como esta exigem uma leitura crítica sobre a realidade e a mensagem produzida.

A Rua Dom Silvério

Localizada no centro da cidade, a Rua Dom Silvério tem sua formação e expansão relacionada, no final da década de 1940, à edificação da Igreja Matriz N. S. da Conceição. Dois diferenciais desta Rua, desde o seu início, são a sua largura e a sua extensão. Na referida década, a maioria das edificações desta via pública foram construídas no alinhamento da via, possuíam uma estrutura bem simples, telhado colonial, um pavimento e sem um estilo arquitetônico definido. Algumas destas características ainda estão presentes até os dias atuais, como podemos perceber no registro fotográfico de 2012 da Figura 37, a seguir, com poucas alterações.

²⁶⁷ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008, p. 158.

Figura 37 - Rua Dom Silvério, à esquerda, na década de 80 e, à direita, no ano 2012



Fonte: Acervo pessoal de F.M.B.W 9

Nesta Figura 37, o destaque maior está na transformação significativa de uma paisagem rústica para uma aparentemente mais moderna, com ênfase para o asfaltamento e a arborização do canteiro central, entre os anos de 1980 e 2012. Percebemos que, na década de 80, diferentemente dos alinhamentos das casas às calçadas, os responsáveis pela edificação da E. E. Solon Ildefonso tiveram um cuidado em deixá-la com um maior afastamento da margem da Rua. Neste período ainda não havia calçamento e nem o canteiro central. Por outro lado, já havia energia elétrica e iluminação pública. Desde o ano de 2012, esta Rua já era pavimentada com asfalto, exceto em frente à Igreja Matriz, que continua sendo pavimentada por pedras retangulares. Além disso, ela possuía, desde então, travessia de pedestre devidamente sinalizada, um canteiro central com árvores de porte médio e com gramíneas. Contudo, recentemente, estes elementos foram substituídos por palmeiras e por pedras de concreto avermelhadas.

Contrapondo a projeção de vias largas, predominantes nesta região da Igreja Matriz, há uma parte da Rua Dom Silvério que é bastante estreita. Esta via dá acesso não só ao templo religioso como também à Escola Estadual Solon Ildefonso e a outras edificações, entre residências, pequenos comércios e espaços públicos: Corporação Musical São Pedro, APAE, Praça Padre Raimundo, entre outras. Com isso, possui um trânsito bastante intenso e este trecho muito estreito da via causa muitos transtornos aos próprios moradores, comerciantes e demais transeuntes. Até recentemente havia ali, inclusive, uma agência bancária, a qual foi transferida para a Avenida Vicente Afonso Paes, que conta com uma melhor infraestrutura de circulação e de estacionamento.

No período da formação inicial da urbanização da margem direita do rio Piranga, provavelmente os proprietários dos terrenos/lotes deste local prezaram por manter a extensão da área de sua propriedade em detrimento de uma via pública mais larga, como nas demais partes dela. Conforme já mencionado, o ordenamento urbano é resultado de negociações, disputas e decisões realizadas no passado entre poder público e iniciativa privada, que reflete no cotidiano da cidade. Desta forma, todos estão sujeitos a serem afetados pelas posturas e decisões tomadas no passado. Situações como esta em nossas cidades causam transtornos, especialmente os relativos à circulação de pessoas, veículos e mercadorias. Até os dias atuais ainda é complicado vislumbrar uma solução viável e definitiva na superação dos problemas causados pela existência de uma rua muito estreita no centro da cidade.

Tanto a Avenida 18 de Agosto quanto a Rua Dom Silvério são áreas que, historicamente, tiveram atenção diferenciada das administrações municipais e dos líderes religiosos em relação à paisagem e ao embelezamento das mesmas. Segundo depoimentos dos colaboradores da pesquisa, o fato de estas duas vias serem com uma maior largura (exceto num pequeno trecho da Rua Dom Silvério) se deveu graças ao empenho do Padre Raimundo e de seus apoiadores, desde o projeto inicial do ordenamento territorial desta região da cidade. A construção dos canteiros centrais arborizados nelas instalados após a década de 80, como pode ser observado nas imagens, impactou positivamente a paisagem.

Estes processos de intervenções urbanas no lado direito da cidade, nos espaços públicos mencionados, ruas, avenidas e praças, constituem-se tentativas de modernizar a cidade. Todavia, as pesquisas não demonstraram a existência de um planejamento municipal permanente para estas reformas. Não se percebe política de transição em pequenas cidades, como Porto Firme. São ações pontuais e circunstanciais de cada gestão, condicionadas principalmente na articulação política (troca de favores/votos) entre prefeitos e deputados na busca de apoio financeiros, ou seja, emendas parlamentares destinadas a investimentos na cidade. À vista disso, uma administração municipal precisa pautar-se num planejamento a curto, médio e longo prazo. Isto possibilita a execução de projetos mais adequados à realidade e necessidades locais.

3.3 O Marketing Municipal e a realidade local

Ao analisarmos as políticas urbanas, temos que considerar que nossas cidades estão inseridas num sistema capitalista, mercadológico e empresarial. De acordo com o pesquisador

Carlos Vainer²⁶⁸, o atual projeto de cidade é conduzido por interesses empresariais globalizados, apoiam-se numa política que tenta eliminar os conflitos e prega, aparentemente, o exercício da cidadania. Tal projeto é uma estratégia de reestruturação do capitalismo, que procura tratar a cidade como mercadoria a ser vendida ou como objeto de luxo. E como todo mercado competitivo, as cidades são administradas para atrair investimentos e tecnologias. Ele critica a postura de prefeitos e agentes políticos que agem como vendedores ambulantes ao tentarem moldar as cidades e, conseqüentemente, suas paisagens, dentro do perfil de seus compradores/investidores.

Uma característica deste perfil urbano, apontada pelo mesmo autor²⁶⁹, é a estratégia de *marketing* utilizada de verificação das necessidades e anseios dos grandes grupos que compõem a cidade, referente a espaços e mercadorias a serem vendidas para os mesmos. Por exemplo, aos idosos, estima-se a demanda por serviços de saúde, para os jovens, entretenimento e lazer, para os religiosos, espaços para retiro e orações etc. No caso da cidade de Porto Firme, percebemos uma ênfase dos últimos gestores nesta parte do entretenimento, tendo inclusive a seguinte afirmação no *site* da prefeitura: “Porto Firme é conhecida nas redondezas por sua tradicional festa de aniversário do município que ocorre em 18 de Agosto”²⁷⁰. Ou seja, há uma valorização do poder público municipal nesta comemoração, porque provavelmente resulta em benefícios, especialmente para a própria administração e para os comerciantes locais, conforme ressaltado pelo entrevistado F.M.B.W 9²⁷¹. As despesas anuais com esta festa são custeadas com recursos públicos e não têm sido discutidas ou publicizadas.

Em Porto Firme, quando da referida festa, tais gestores sempre utilizaram este momento não só para entretenimento, mas também enquanto estratégia de *marketing* e de autopromoção. Por muitos anos consecutivos, a estrutura do palco, som, telão (e toda a estrutura montada para a realização dos shows artísticos) foi utilizada como espaço de *marketing* pelos ex-prefeitos, não só para discursarem, enaltecendo “suas obras” (em execução ou concluídas) no município, como também para exporem as mesmas por meio de produções audiovisuais e impressas (resta saber a fonte dos recursos utilizados para custear

²⁶⁸ VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 75-103. Carlos Vainer é professor/pesquisador do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, e coordenador da Rede de Observatórios de Conflitos Urbanos e do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual.

²⁶⁹ Id.

²⁷⁰ Disponível em: <https://www.portofirme.mg.gov.br/a-cidade/municipio>. Acesso em: 24/11/2021.

²⁷¹ Conforme declaração do entrevistado F.M.B.W 9, concedida a esta pesquisadora no mês de abril de 2022.

também estas produções). No entanto, quando a fonte dos recursos empregados em obras públicas era oriunda de emenda parlamentar, o nome do político era extremamente evidenciado.

Segundo Vainer, “o urbanismo modernista teve como modelo ideal a fábrica taylorista, com sua racionalidade, funcionalidade, regularidade e produtos estandardizados”²⁷². Além de seguir tal modelo empresarial e ser submetido às leis do mercado, há grande interferência nas decisões dos agentes econômicos na atratividade da cidade e uma preocupação dos gestores municipais com a imagem da cidade. Assim, a população mais pobre e suas construções precárias ou improvisadas são consideradas como um obstáculo a esta “imagem pretendida” ou problema paisagístico. Nesta lógica, suas necessidades tendem a ser desconsideradas e, em termos de visão de política urbana, tais habitantes da cidade não são bem-vindos, especialmente nas regiões mais visíveis ou mais centrais, planejadas estrategicamente para outro tipo de público.

Outra pesquisadora que aborda o papel preponderante da gestão cultural em um novo modelo de planificação urbana ostensivamente empresarial, onde tudo se negocia, de imagens a outros itens menos simbólicos é Otília Arantes²⁷³. Segundo ela, há uma “animação urbana” manifestada na convergência entre governantes, burocratas e urbanistas, na qual é defendida uma tese de que as cidades, para se tornarem protagonistas privilegiadas, devem ser conduzidas por um planejamento estratégico. Este é definido como “um empreendimento de comunicação e promoção”, “produto inédito”, “mercadorização integral de um valor de uso civilizatório como a cidade” e “cidade empresa”. Ou seja, há uma crítica da autora pelas estratégias de *marketing* e capitalistas utilizadas pelos gestores das cidades, quando as consideram como mercadorias que estão à venda.

A autora aponta alguns aspectos das cidades em diferentes períodos históricos. Por volta dos anos de 1970, a cultura já era um recurso estratégico de governabilidade e dominação. A partir dos anos de 1980, com as influências do capitalismo flexível, as cidades apresentaram um novo panorama, de valorização das áreas intersticiais, vazias ou degradadas, no sentido de promover o adensamento urbano, sendo tais áreas requalificadas em termos de uso e de seus atributos ambientais. Houve, então, revisão do expansionismo periférico, desprovido de serviços e sem qualidade. E, por fim, Arantes menciona as cidades dos anos 90,

²⁷² VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 82.

²⁷³ ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 13 e 17.

marcadas pelo regime imobiliário concentrado nas transformações mais vistosas, como as que disporão de maiores investimentos públicos e privados. Essas transformações objetivam, principalmente, serem utilizadas como estratégias de *marketing* para enaltecer o próprio gestor municipal ou a cidade.

Algumas das principais políticas urbanas contemporâneas formadoras da cidade e da sua paisagem apontadas por Arantes são: o “orgulho cívico” dos habitantes do lugar e o “patriotismo de massas”; o valor de uso e de troca que o lugar representa; colisões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados; possibilidades econômicas/comerciais dos lugares; a fabricação de consensos em torno do crescimento a qualquer preço; e “simbiose de imagem e produto”²⁷⁴.

Nesta mesma perspectiva, Rolnik afirma que “o próprio espaço urbano é uma mercadoria cujo preço é estabelecido em função de atributos físicos”²⁷⁵. Assim, as áreas valorizadas tendem a ser aquelas com menor declividade, assim como aquelas que recebem maiores investimentos públicos e privados em infraestrutura, como rede de água, de esgotos e pluviais, energia elétrica, asfaltamento, telefonia etc. Outros aspectos que também valorizam determinadas áreas urbanas são a existência de equipamentos urbanos, como escolas, hospitais, creches, parques, praças e outros. Dessa forma, os administradores municipais priorizam a realização de obras públicas (construção ou reformas) em algumas regiões urbanas, tornando-as territórios reconquistados para o capital imobiliário, privilegiando alguns grupos sociais, negligenciando outros e utilizando-as como estratégias de *marketing*.

Todas estas engrenagens capitalistas e culturais (marqueteiras) “entranhadas” em nossas cidades impactam diretamente nas suas paisagens. Nesse ínterim, a produção da paisagem de Porto Firme também segue esta mesma lógica de cidade-empresa. A cultura do consumo de bens e serviços é manipuladora e sedutora e as estratégias de *marketing* utilizadas conseguem maquiagem e dificultar a capacidade de análise das pessoas. Nossa cultura capitalista, baseada na lucratividade, no imediatismo e no conforto são entraves que, muitas vezes, nos imobilizam e nos tornam coniventes com a manutenção de um sistema administrativo municipal que privilegia a elite dominante da cidade. E se desejamos ter uma cidade melhor de se viver, essas nossas posturas também precisam mudar.

No caso da cidade de Porto Firme, desde a sua emancipação em dezembro de 1953, as inevitáveis disputas e conflitos entre os grupos políticos pela manutenção do poder sempre

²⁷⁴ ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 11-74.

²⁷⁵ ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.63-64.

estiveram presentes. Suas narrativas e o *marketing* municipal se ancoravam numa tentativa de transmitir uma mensagem na qual estariam trabalhando em prol da população e do “engrandecimento da cidade”, expressão utilizada de forma muito recorrente nos discursos públicos, inclusive nas cerimônias de posse do poder legislativo e executivo municipal²⁷⁶. E suas iniciativas não necessariamente eram coerentes com tais discursos. Na atualidade, muitos planejadores urbanos e gestores continuam com uma política das aparências – como, por exemplo, a pavimentação de vias públicas sem critérios – da teatralidade, constroem-se grandes edificações e monumentos públicos com o objetivo de vender uma imagem positiva/perfeita da cidade, omitindo questões essenciais precárias ainda existentes, especialmente nos arredores das cidades, que impedem uma boa qualidade de vida urbana.

Conforme Figura 38 e relatos de um dos entrevistados, G.B.D 3²⁷⁷, uma das consequências do asfaltamento das vias públicas sem critérios pode ser exemplificada na ocorrência de uma enchente em 2020, próximo à Praça Antônio Camargos, no cruzamento entre as Ruas Coração de Jesus e Santo Antônio. A provável causa do ocorrido é a inadequação do sistema de drenagem diante do aumento do volume de chuvas, provocando vários transtornos e prejuízos para os moradores.

Figura 38 – Enchente próximo à Praça Antônio Camargos, em 2020, aproximadamente



Fonte: Acervo pessoal de G.B.D 3.

²⁷⁶ Conforme registros nas atas da Câmara Municipal de Porto Firme, nas cerimônias de posses.

²⁷⁷ Conforme declaração do entrevistado G.B.D 3, concedida a esta pesquisadora entre os meses de abril e maio de 2022.

Dessa forma, a questão do ordenamento urbano e a execução dos investimentos em infraestrutura, como no caso das pavimentações das vias públicas, necessitam ser cuidadosamente avaliadas quanto aos benefícios, riscos e as especificidades de cada área da cidade. O gestor público precisa ter cautela na questão da supervalorização cultural do asfaltamento das vias públicas e do embelezamento da paisagem urbana em detrimento de outros fatores impactantes na qualidade de vida dos cidadãos. Outrossim, precisa ter atenção, ainda, quanto às realizações das obras públicas diante das variações climáticas (excesso ou ausências de chuvas, alterações de temperatura e umidade etc.), que impactam neste cotidiano dos habitantes das cidades.

Além do exemplo acima, que demonstra as contradições entre narrativas e as deficiências existentes na infraestrutura urbana de Porto Firme, o *marketing* municipal busca, ainda, desviar a atenção para uma questão bastante delicada: o inadequado destino do esgoto que persiste nesta cidade. Grande parte dele continua não tendo tratamento e é direcionado ao rio Piranga, que corta a cidade. Curiosamente, os símbolos oficiais, representativos da cidade (brasão, a bandeira, hino) enaltecem a existência e a importância do mesmo. Entretanto, desde os tempos mais recuados, as práticas mantidas pela administração municipal e por uma parcela da população têm sido de exploração e como despejo do esgoto urbano. A existência de construções irregulares no centro da cidade, como uma residência particular construída às margens do rio, interligada com a ponte, também demonstra as contradições e omissões do poder público municipal em diferentes períodos.

Nas últimas décadas têm se destacado em Porto Firme o aumento expressivo de projetos de requalificação dos seus espaços centrais, como praças e avenidas, tornando-as cada vez mais valorizadas. Estes e outros investimentos públicos realizados nesta região ao longo do tempo, com praças e jardins bem cuidados, ruas largas e pavimentadas, favorecem a valorização dos imóveis. Todos esses elementos e investimentos na paisagem urbana nesta região privilegiada são utilizados como estratégias de *marketing* pela administração municipal e também pelos investidores imobiliários. Para Vainer, ações dessa natureza (investimentos em melhorias dos espaços públicos) são importantes e devem ser valorizadas. No entanto, as ações dos técnicos e dos planejadores urbanos precisam contemplar os anseios da população

em geral, priorizando a manutenção da qualidade do solo urbano e da vida de todos os seus habitantes²⁷⁸.

*** **

Além das transformações da paisagem urbana de Porto Firme realizadas pela administração municipal por meio de reformas/intervenções nos espaços públicos, esta paisagem tem se modificado intensamente devido à expansão da área urbana da cidade, ocupada pelos novos loteamentos e construções. Além disso, a ampliação do número de pavimentos das edificações promoveu alterações significativas nesta paisagem urbana e foram determinadas dentro do jogo político local. Todos esses aspectos impactam no ordenamento territorial, exigindo novas adaptações da infraestrutura urbana de Porto Firme.

Apresentamos algumas breves considerações sobre a expansão urbana de Porto Firme, a partir da década de 1990, dos novos loteamentos regularizados. Assim, os dois bairros, Chiquinho da Ilha e Coronel Totó I, criados no final da década de 1990 e meados da década de 2010, respectivamente, são exemplos dessa expansão local. Outros detalhes sobre eles são:

- Bairro Chiquinho da Ilha, localizado próximo do rio Piranga, à margem direita. Nele, encontra-se: o espaço de eventos, Ginásio Poliesportivo Francisco Xavier Paes, Escola Municipal de Educação Infantil Sossego da Mamãe, Estádio de futebol - Toneco Marota e Unidades de saúde. Além disso, há outras edificações públicas, comerciais e residenciais;
- Bairro Coronel Totó I - localizado próximo à Rua Bom Destino, à margem esquerda do rio Piranga, numa região com bastante declividade. Neste espaço, foram construídas casas populares do programa “Minha Casa Minha Vida”, uma parceria da Caixa Econômica Federal com Governo Federal, estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos.

O município de Porto Firme possui um número extenso de legislações e outros instrumentos jurídicos voltados para questões administrativas relacionadas aos serviços públicos, regulatórias do uso, parcelamento e da ocupação do solo urbano. Entre os anos de 2011 e 2020, por exemplo, foram promulgadas sete leis de criação de novos loteamentos na cidade, conforme detalhamento abaixo:

²⁷⁸ VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 75-103.

Quadro 2 – Detalhes sobre os novos loteamentos em Porto Firme, a partir de 2011

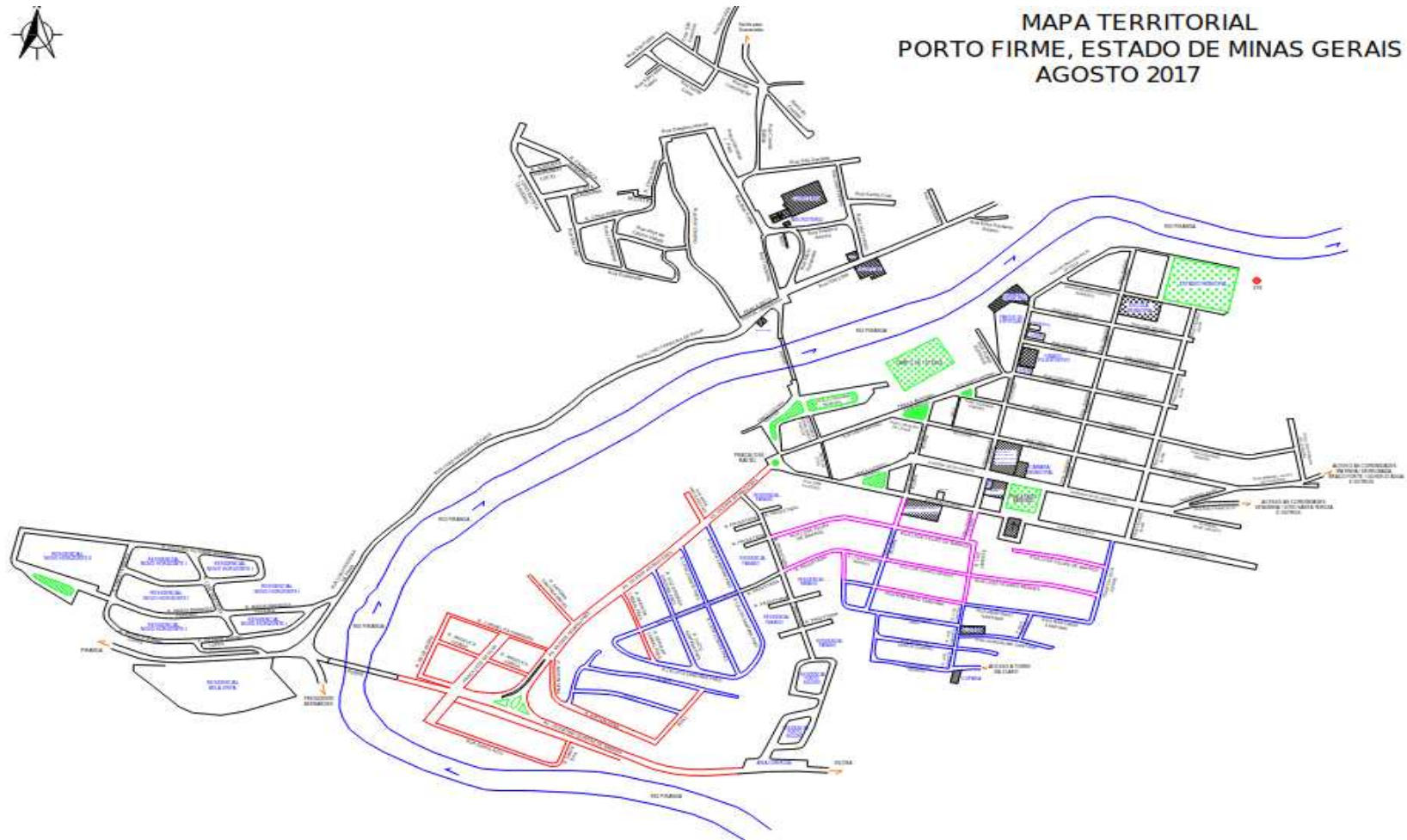
Nome do loteamento	Lei de aprovação do loteamento	Propriedade
Residencial Novo Horizonte I	Lei nº 1.034/2011	Helton Carlos Pereira.
Residencial Vovô Chico	Lei nº 1.087/2014	Clarinda de Oliveira Valente Campos.
Residencial Paraíso I	Lei nº 1.107/2015	Paulo Santana Paes e outros
Residencial Novo Horizonte II	Lei nº 1.114/2015	H e C Construtora e Incorporadora LTDA-ME (Helton Carlos Pereira)
Residencial Nossa Senhora do Porto Seguro	Lei nº 1.128/2016	Suely Pereira de Paula.
Loteamento Bela Vista	Lei nº 1.152/2018	H e C Construtora e Incorporadora LTDA-ME (Helton Carlos Pereira)
Residencial Recanto dos Pássaros	Lei nº 1.193/2020	Cacau empreendimentos imobiliários LTDA.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Nestes novos empreendimentos em Porto Firme, relativos aos loteamentos, destacados no mapa da Figura 39, adiante, especialmente a partir da promulgação da Lei Municipal 1.189/2020 de 23/06/2020²⁷⁹, as obras de infraestrutura básica passaram a ser de responsabilidade dos investidores imobiliários.

²⁷⁹ Prefeitura Municipal de Porto Firme. **Lei n. 1.189/2020**. Institui normas para o parcelamento do solo no Município de Porto Firme e dá outras providências.

Figura 39 – Mapa da malha urbana de Porto Firme com os novos loteamentos



Fonte: Nelson Avelar Guimarães (Engenheiro agrimensor residente em Porto Firme).

4 PRODUTO FINAL - CONSTRUÇÃO DO SITE - “PORTO FIRME/MG - HISTÓRIA E PAISAGEM URBANA”

Este último capítulo apresenta uma proposta e a realização de intervenção/prática social denominada de Produto Final. O cumprimento dessa intervenção constitui-se uma exigência do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV e da Portaria CAPES 80/1998, referente à regulamentação de Mestrados Profissionais no propósito de promover o treinamento, a capacitação profissional e a articulação entre a universidade e a sociedade. Este trabalho está em consonância com um dos objetivos do curso de mestrado, no tocante à contribuição com “a identificação, conservação e ampliação do acesso público a fontes relativas à História e Geografia dos municípios brasileiros, sobretudo aqueles situados na Zona da Mata mineira”²⁸⁰. Desta forma, este Produto Final – criação do *website* <https://www.pfhistoriaepaisagem.com.br/> – é um mecanismo que possibilitará um retorno social do conhecimento produzido a partir de uma dedicação individual e de muitos atores sociais.

A proposta surgiu a partir da percepção da inexistência em Porto Firme/MG de um espaço público memorialístico ou de valorização da sua história. Diante desta lacuna e das circunstâncias de um curso de mestrado, das possibilidades e das limitações financeiras e sociais, optamos pela criação do *site*, tornando-o um espaço de publicização da história local e dos aspectos relativos às transformações da paisagem urbana. Este espaço virtual é uma alternativa de valorização deste processo de formação desta cidade, de reconstrução do seu passado e um espaço de troca de informações históricas e científicas a todos os interessados nesta temática. Em conformidade com as discussões realizadas ao longo desta pesquisa e dos resultados obtidos, acreditamos que poderemos contribuir com a sociedade para o aprofundamento e a valorização desta história local. Este instrumento poderá ser aperfeiçoado posteriormente, com novas contribuições.

Além do exposto acima, a construção do *site* foi inspirada em outros projetos similares. Um deles foi a partir da entrevista com um senhor que, neste trabalho, foi identificado com o código V.O.P 1.²⁸¹ Ele nos entregou uma cópia de um projeto intitulado

²⁸⁰ Disponível em: <https://poshistoria.ufv.br/objetivos/>. Acesso em 03/04/2023.

²⁸¹ Tivemos várias reuniões com o senhor V.O.P 1 muito gratificantes nos dias 10, 15, 16 e 20 do mês de março de 2022. No primeiro encontro, ele apresentou uma vasta coleção de fotografias antigas relativas à história de Porto Firme e também de seus familiares. Neste primeiro dia, estivemos reunidos por três horas, aproximadamente, e nos demais, por volta de duas horas. Foi maravilhoso perceber o amor deste senhor pela

“Tirando Porto Firme da gaveta”, de sua autoria juntamente com outros dois colaboradores em 2018. Trata-se de uma proposta de realização de uma exposição fotográfica sobre a história local. Segundo ele, o projeto foi apresentado à administração municipal, mas infelizmente não foi acolhido. Outra inspiração foi o trabalho do pesquisador Fábio Cabral Durso²⁸², intitulado “Projeto Cultura Itabirito”, no qual foi criado um *site* por meio da plataforma Wix, que publiciza o resultado da pesquisa do curso de mestrado desenvolvida por ele sobre os aspectos do Patrimônio Cultural, as ações do “Conselho Municipal de Políticas Culturais” (CMPC) de Itabirito e o planejamento das ações nesta área deste município. Ressaltamos que estas fontes de inspirações são diferentes do objeto de estudo da pesquisa sobre o processo de modernização do território e as transformações da paisagem da cidade de Porto Firme/MG (1953-2020) e que as semelhanças estão nos aspectos relativos às tentativas e estratégias de divulgação de um importante conhecimento histórico reconstruído.

O *site* foi construído e intitulado “Porto Firme/MG - História e paisagem urbana”, cuja finalidade principal é a publicização do resultado da pesquisa desenvolvida durante o curso do mestrado, das principais informações sobre o processo de modernização, de urbanização e das transformações da paisagem desta cidade (área central), de forma gratuita. O período deste estudo está concentrado entre as décadas de 1950 e 2020, especialmente a partir da emancipação de Porto Firme em 1953 até o ano de 2020, com algumas adaptações para o público em geral.

Assim como na dissertação, neste *site*, as discussões enfatizam o processo histórico de modernização do território e ordenamento urbano de alguns elementos da paisagem (edificações e vias públicas, o rio Piranga) na área central da cidade de Porto Firme. Dentre elas estão: as transformações na região da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a construção deste Templo, as instituições de Ensino Básico, a importância do rio Piranga e da Ponte José Antônio de Araújo Quintão, a Prefeitura Municipal de Porto Firme, a Praça Juquinha Moreira (Praça Central), a Praça Padre Raimundo (Praça da Matriz), a Avenida 18 de Agosto e a Rua Dom Silvério.

A paisagem urbana de Porto Firme, Minas Gerais, assim como de outras cidades, transforma-se continuamente, a partir de ações, disputas, conflitos e negociações entre atores sociais, motivados por diferentes interesses. Na contemporaneidade, esta cidade é marcada por uma política que prioriza os investimentos em embelezamento urbano, principalmente na

história de Porto Firme e o prazer que ele possui em tentar contribuir com a sociedade para o não apagamento desta memória histórica.

²⁸² DURSO, Fábio Cabral. **Projeto Cultura Itabirito**. Disponível em: <https://projetculturaitab.wixsite.com/website>. Acesso em 26/04/2023.

área central, com reformas de praças e vias públicas, incluindo um aumento expressivo de asfaltamentos de ruas em muitas áreas da cidade.

O processo histórico da formação de uma cidade não ocorre de uma forma linear, como alguns acreditam ou narram. As realizações são marcadas por avanços e retrocessos. O passado, o presente e o futuro de uma cidade são tempos entrelaçados por continuidade e descontinuidades. De acordo com Santos²⁸³, cada tempo histórico de uma cidade tem sua especificidade, sua importância, materialidade e devem ser valorizados e respeitados dentro de uma política pública urbana. As ações e obras relativas a reformas, construções e melhoramentos da infraestrutura urbana que foram realizadas pelo poder público municipal não deveriam priorizar apenas o embelezamento da paisagem. Elas devem ser realizadas de forma coordenada e planejada, visando efetivamente à melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos, incluído os serviços de infraestrutura subterrâneos (rede de esgoto, drenagem de águas pluviais etc.).

Conforme defendido pelos estudiosos e urbanistas, entre eles o pesquisador Rodrigo Faria²⁸⁴, o planejamento urbano é algo fundamental para uma gestão bem-sucedida. As iniciativas da administração municipal relativas ao embelezamento e as obras públicas precisam ser realizadas de forma democrática e com responsabilidade socioambiental. Sonhamos com uma cidade onde todas as regiões recebam investimentos públicos de qualidade e com justiça social. A tomada de consciência individual e coletiva sobre direitos e deveres do cidadão e a aquisição de conhecimentos somados à capacidade de lutar/manifestar são aspectos essenciais para se ter uma melhor qualidade de vida no espaço público urbano, independentemente da área em que se reside ou da classe social a que se pertença. Além disso, é fundamental que membros da comunidade se capacitem e se interessem em participar da administração municipal de forma comprometida com o bem-estar social.

Diante das diferentes forças políticas e dos diferentes interesses que permeiam os processos decisórios numa administração municipal, a efetivação dos direitos de todos os cidadãos previstos na Constituição Federal de 1988²⁸⁵ está estritamente relacionada à existência de uma sociedade civil organizada, mobilizada e esclarecida. É nesse sentido que

²⁸³ SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 21-22, 2002.

²⁸⁴ FARIA, R. S. de. O município como unidade política primária entre o planejamento urbano e o planejamento regional – o pensamento urbanístico do eng. José de Oliveira Reis na década de 50. *In*: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. 2006, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: PPGAU-FAU-USP, PPGAU-EESC-USP, PPGU-PUC-Campinas, PPGAU-Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006. Tema: As disciplinas da cidade e o urbanismo.

²⁸⁵ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

esta página eletrônica deseja contribuir.

4.1 Viabilidade do projeto de construção do *site*

A construção deste *site* tornou-se viável a partir dos resultados obtidos durante a pesquisa sobre “O processo de modernização do território e as transformações da paisagem urbana de Porto Firme, MG” desenvolvida durante o curso de Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. A disponibilização do resultado deste trabalho científico contribuirá com a valorização da memória/história local, enquanto um mecanismo de conservação das lembranças dos habitantes relativas às transformações urbanas de Porto Firme, fatos e vivências dos mesmos. Este projeto de utilidade pública vislumbra poder contribuir, ainda, com outras investigações científicas relacionadas a esta temática, bem como um aperfeiçoamento do exercício pleno da cidadania.

Uma das limitações tratadas foi referente ao custeio do domínio e hospedagem de um *website* no qual o público pudesse ter acesso livremente por meio de pesquisas aleatórias na internet. Diante da dificuldade financeira e da limitação de tempo para recorrer a possíveis financiadores, bem como para concluir a dissertação do mestrado, decidimos por utilizar a plataforma do Google²⁸⁶ num contrato do domínio por um ano, o qual será custeado pela autora da pesquisa, entre os meses setembro de 2023 a agosto de 2024. Durante este período, a proposta de continuidade do *site* será apresentada ao poder público municipal de Porto Firme e esperamos que percebam a importância deste trabalho para os porto-firmenses e se disponham em arcar com as despesas e dar continuidade à sua manutenção, com as devidas formalizações²⁸⁷. Realizaremos, ainda, uma ampla divulgação deste trabalho e do *link* de acesso ao *site*, especialmente por meio de um grupo no Facebook “Filhos e amigos de Porto Firme - MG”²⁸⁸. O referido grupo possui mais de três mil integrantes. Durante o desenvolvimento deste projeto poderão ser incorporadas novas ideias que surgirem e, assim, a proposta poderá sofrer algumas alterações.

Uma das inquietações vivenciadas nesta proposta de construção do *site* são as incertezas quanto à continuidade, à manutenção e ao seu financiamento. Estes fatores são fundamentais para que os objetivos deste Produto Final sejam alcançados de forma plena,

²⁸⁶ Disponível em: <https://www.pfhistoriaepaisagem.com.br/>

²⁸⁷ Em caso de aceite desta proposta, no momento oportuno será elaborado um termo de compromisso ou outro documento que formalize as questões necessárias para a continuidade do trabalho/site.

²⁸⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/185607315503369/>, Acesso em 26/04/2023

contribuindo com a população porto-firmense e demais interessados, com informações, discussões sobre o processo de modernização e as transformações da paisagem urbana de Porto Firme. A expectativa é de que este trabalho possa repercutir positivamente, influenciando na mudança de posturas tanto daqueles que integram a administração municipal quanto da sociedade. Os primeiros, para que se sensibilizem e avaliem de forma responsável e democrática as possibilidades e as consequências das suas decisões na vida dos moradores e, estes por sua vez, para que compreendam a importância da mobilização social para a melhoria da qualidade de vida na cidade para todos.

A conscientização sobre impactos das ações (individuais e coletivas) nas transformações da paisagem urbana, nas intervenções na infraestrutura, no uso, na ocupação e no ordenamento do espaço público é fundamental para o bem-estar do coletivo, no presente e no futuro. Somos todos co-responsáveis pela cidade construída, conforme afirma Joseph Rykwert:

A cidade atual é uma cidade de contradições; ela abriga muitas etnias, muitas culturas e classes, muitas religiões. Essa cidade moderna é fragmentária demais, está cheia demais de contrastes e conflitos: consequentemente, ela tem muitas faces, não uma única apenas (...) Devemos partir do princípio de que nossas cidades são maleáveis e de que nós – cidadãos, administradores, arquitetos e urbanistas – podemos fazer algo para tornar claras nossas preferências e só podemos culpar a nós mesmos caso as coisas piorem em vez de melhorarem²⁸⁹.

As decisões administrativas do poder público e as iniciativas individuais relativas ao espaço urbano precisam ser ancoradas em alternativas sustentáveis (ambientalmente, socialmente e economicamente) e comprometidas com a qualidade de vida de todos. É válido ressaltar um dos pressupostos defendidos pelo filósofo inglês Francis Bacon, citado por Maria Celina Furtado Bezerra e Costa²⁹⁰, de que “conhecimento é poder”, pois, ao permitir à sociedade o acesso e a apropriação de determinados conhecimento científico, como no caso desta pesquisa, que trata sobre o processo de modernização do território, do ordenamento espaço urbano, bem como as transformações realizadas nesta paisagem de Porto Firme realizadas pela administração municipal, podemos favorecer e motivar a comunidade a lutar por melhorias das condições de vida no espaço urbano e no exercício de uma cidadania plena.

²⁸⁹ RYKWERT, Joseph. **A SEDUÇÃO DO LUGAR: A História e o Futuro da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.8 e 9

²⁹⁰ COSTA, Maria Celina Furtado Bezerra e. "Saber é poder". In: VASCONCELOS, José Gerardo; MAGALHÃES JÚNIOR, Antonio Germano; FONTELES FILHO, José Mendes (orgs.). *Ditos (mau)ditos*. Fortaleza: Editora Gráfica LCR, 2001. p. 13-22.v. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/46887/1/2001_capliv_mcfbcosta.pdf. Acesso em 04/04/2023

Porém, cumpre esclarecermos que não basta adquirir conhecimento: é preciso querer e agir em prol das mudanças sociais necessárias. Isto inclui participação em reuniões da câmara municipal, o acompanhamento dos trabalhos do poder executivo e do legislativo, num diálogo permanente para que as ações dos mesmos sejam coerentes com os princípios (cidadania, justiça social, dignidade da pessoa humana) constantes na Constituição Federal de 1988²⁹¹, no Estatuto da cidade ou em outras legislações relativas às questões da ocupação, organização e intervenção no espaço urbano.

Na contemporaneidade, vivenciamos muitas transformações urbanas, mas poucas políticas públicas efetivas e de grandes impactos voltadas para a manutenção e preservação dos elementos das paisagens, da memória urbana e para a qualidade de vida da população. Estes processos sempre foram permeados por conflitos entre diferentes grupos sociais, que disputam a legitimação de seus interesses econômicos e culturais. A paisagem urbana faz parte de nossas memórias e merece ser preservada. E, para sua efetivação, é preciso que homens e mulheres estejam dispostos a agir, a participar, a resistir e a lutar por seus direitos dentro da política urbana.

4.2 Justificativa, recursos metodológicos, objetivos do *site*

A criação do *site* intitulado “Porto Firme/MG - História e Paisagem Urbana” e sua disponibilização ao público em geral, será uma fonte de conhecimento produzido ao longo de mais de dois anos de estudos sobre formação histórica da cidade de Porto Firme e as transformações da sua paisagem urbana da área central, ao longo dos anos de 1953 a 2020, bem como os fundamentos teóricos sobre esta temática. Esta iniciativa possibilitará, ainda, novos olhares, revisões e análises sobre este processo de formação urbana, os desafios, as conquistas, os avanços, os retrocessos das ações do poder público e da comunidade que impactaram nas transformações da paisagem e no ordenamento urbano.

Além disso, permitirá retribuir à comunidade porto-firmense e ao público em geral os conhecimentos adquiridos durante a pesquisa do mestrado, dentre eles, o de que uma cidade é o resultado de um processo político-administrativo, envolvendo disputas e negociações de interesses divergentes. Ela não é fundada por heróis. Uma cidade é construída ao longo do tempo, por homens que trabalham dentro das condições de cada época, tanto pelos que foram

²⁹¹BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

enaltecidos no percurso histórico quanto por aqueles que permaneceram no anonimato. A formação de uma cidade e da sua paisagem é um processo contínuo de transformações, permeado pelo jogo de poder entre lideranças e apoiadores, por ações e omissões dos seus habitantes.

Este trabalho tem o intuito de despertar uma maior conscientização da população sobre este processo histórico e sobre a importância do estabelecimento de políticas públicas de valorização da história e da paisagem local. À medida que se conhece mais profundamente sobre algo – neste caso é a história local e as transformações da cidade de Porto Firme –, estimula-se uma maior valorização desse passado e dessa memória, numa perspectiva crítica e construtiva. Ao refletir sobre esta temática, esperamos ainda despertar a administração municipal para um maior comprometimento das suas ações e dos investimentos públicos em prol da coletividade e não apenas de um pequeno grupo de apoiadores ou pertencentes à classe dominante.

O objetivo geral é, portanto, construir o *site* e divulgar, por meio dele, o resultado da pesquisa realizada durante o curso de Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania sobre o processo de modernização do território e as transformações da paisagem urbana de Porto Firme, Minas Gerais, desde o período da emancipação do município no início da década de 1950 até o ano de 2020, na região central da cidade, margem direita do rio Piranga. Esta será uma oportunidade de dar voz e de compartilhar conhecimento histórico produzido sobre a cidade entre pesquisadores e a sociedade.

Assim, aqueles que tiverem alguma produção acadêmica (tese, dissertação, monografia, TCC, iniciação científica, artigos publicados, cartilhas, capítulos de livros, projetos e relatórios de extensão, dentre outros), bem como registros históricos contextualizados, relacionados ao processo de urbanização e à formação da paisagem de Porto Firme, poderão compartilhar com a sociedade tais conhecimentos por meio deste sítio eletrônico.

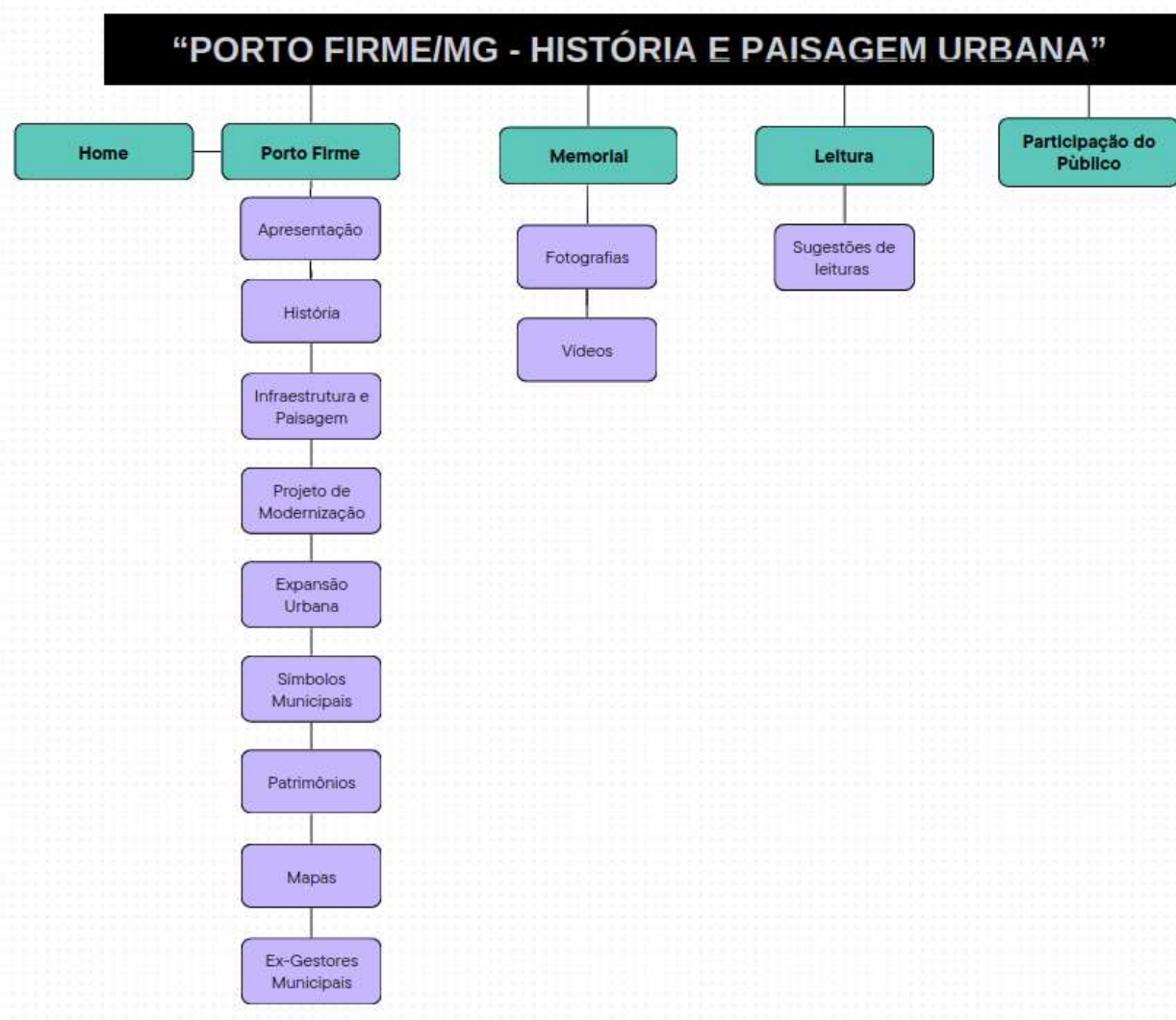
Alguns dos critérios previstos para o recebimento e a disponibilização do conteúdo enviado pelo público: ter afinidade com os objetivos do site exposto na apresentação inicial do mesmo; responsabilização pelo conteúdo enviado, entre outros. No caso de registro fotográfico, ele deverá estar contextualizado, no mínimo, com os seguintes dados: período do registro, assunto/tema, local, etc.

Para alcançar nossos propósitos, elaboramos um esboço manual e apresentamos ao colaborador Edivaldo da Silva Souza (Servidor técnico administrativo da UFV) para verificação da viabilidade de construção do *site*. Após dialogarmos sobre as possibilidades e

limitações da construção do *site* intitulado “Porto Firme/MG - História e Paisagem Urbana”, decidimos por construí-lo conjuntamente, entre os meses de abril e setembro de 2023. Ele se comprometeu em criar a identidade visual e a autora da pesquisa se responsabilizou pelas demais partes.

A partir do conteúdo da dissertação, procuramos construir o *site* num formato simples, com uma linguagem adaptada ao público em geral. O título escolhido para o projeto foi “Porto Firme/ MG - História e Paisagem Urbana”. Este título foi definido em função de contemplar o conteúdo desenvolvido nesta pesquisa. Apresentamos, a seguir, o organograma básico da composição da página eletrônica.

Figura 40 - Organograma do *site*

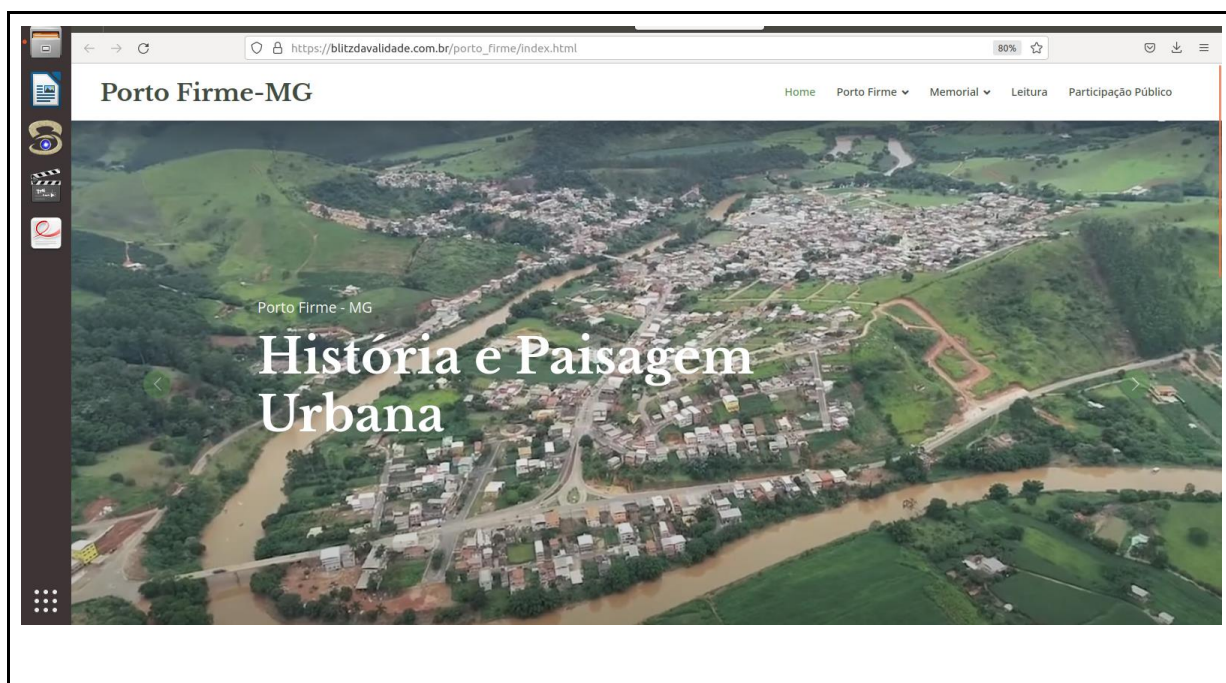


Neste sentido, o modo de distribuição do conteúdo e a estrutura básica seguiram o mesmo parâmetro do sumário até o terceiro capítulo do trabalho. Foram acrescentados alguns aspectos complementares que tratam da temática desta cidade e que poderão ser úteis ao público em geral:

- Ex-Prefeitos, Ex-Vice-Prefeitos e Algumas Obras
- Símbolos Municipais
- Relação dos Bens Inventariados
- Participação do Público
- Memorial Fotográfico e em Vídeo
- Sugestões de Leituras

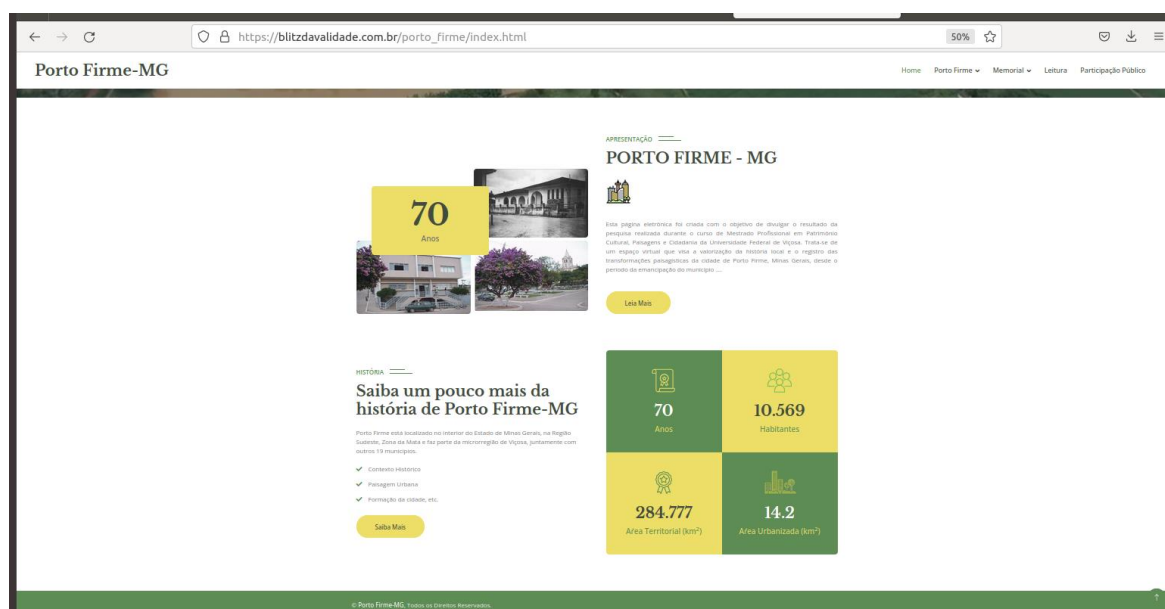
Seguem, adiante, algumas “ilustrações” das páginas iniciais. Na parte superior, da primeira imagem, à direita, estão: as abas do *site*, ao centro uma imagem da malha urbana de Porto firme, com o título do *site*.

Figura 41 - Imagem ilustrativa - primeira página do *site*



Fonte: Imagem adaptada por Edivaldo da Silva Souza, com a colaboração da pesquisadora. Disponível em: <https://www.pfhistoriaepaisagem.com.br/>.

Figura 42 - Imagem ilustrativa - apresentação inicial do *site*



Ficha técnica do projeto do *site*

Orientadora: Patrícia Vargas Lopes de Araújo,

Autora: Lenice Santana de Souza

Identidade visual criada por: Edivaldo da Silva Souza

O conteúdo completo deste trabalho está disponível em:
<https://www.pfhistoriaepaisagem.com.br/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto histórico local neste processo de ordenamento e de urbanização, percebemos que a paisagem urbana de Porto Firme, passou por diversas transformações. Porém, permaneceu com alguns desafios, precariedades e traços típicos de zona rural, tanto em termos físicos quanto em termos comportamentais, mesmo depois da emancipação política em 1953. No período ora tratado, havia grande incidência de insetos, como formigas, vias públicas sem pavimentação, ausência de rede esgoto e pessoas tendo que conviver com poeira ou barro. A paisagem era rústica, havia construções bastante simples, pastos e muitos espaços vazios. Os serviços públicos básicos existentes eram precários e as pessoas tinham hábitos de criar animais ou de utilizá-los como meio de transporte, inclusive na própria limpeza pública. Esta pesquisa demonstrou uma forte relação entre a área rural e urbana de Porto Firme e isto é um aspecto que marca a sua paisagem desde os tempos mais recuados até a atualidade. Muitos moradores, tanto os que têm melhores condições financeiras quanto os que não as têm, possuem vínculos ou propriedades rurais.

Durante este período de modernização do território e de transformação desta paisagem urbana (1953-2020), os desafios enfrentados pela administração municipal e que se destacaram foram: precariedade da infraestrutura urbana, escassez de recursos, administração dos impostos, a construção da rodovia que liga Porto Firme a Viçosa. O resultado da pesquisa confirmou as hipóteses iniciais, uma vez que estas transformações foram mesmo influenciadas pelas características geográficas da região, tendo como referencial a nova Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a partir de onde é possível perceber um conjunto de elementos estruturantes da paisagem urbana e do desenvolvimento da cidade. No entanto, a pesquisa demonstrou que os aspectos determinantes nestas transformações foram as decisões políticas administrativas, por meio da utilização de técnicas e dos investimentos. Ou seja, a constituição deste novo núcleo urbano é resultado de ações planejadas, atendendo aos diferentes interesses dos grupos dominantes. Dentre estas ações estão: delineamento das ruas, das praças, das edificações, a canalização da água da comunidade rural denominada “Laranjal” para a cidade, a construção da usina elétrica de Sete Curvas, posteriormente renomeada para Usina Elétrica de Santo Antônio e a ligação da rede elétrica aos domicílios. Estas foram importantes iniciativas da administração municipal. Outras ações que também promoveram transformações e melhorias para a população foram: as construções das duas escolas estaduais (Imaculada Conceição e Solon Ildefonso, do Ginásio *Mater Et Magistra*), as construções do Paço Municipal e da Ponte José Antônio de Araújo Quintão. Esse cenário

desvela que uma parte significativa destes elementos/ações é extremamente essencial para a qualidade de vida da população urbana e ainda necessita de investimentos públicos.

A ampliação da ocupação do solo urbano de forma horizontal e vertical, com edificações públicas, residenciais e comerciais ocorreu gradualmente. Mesmo diante das adversidades políticas e financeiras, muitas conquistas foram alcançadas, melhorando a qualidade de vida dos moradores e visitantes de Porto Firme. Segundo os relatos orais e as pesquisas documentais, a efetivação da canalização de água potável e a instalação da iluminação elétrica para os moradores da cidade foram as conquistas mais desafiantes. Para estas realizações, a administração municipal promoveu diversas ações, como, por exemplo, a formulação de leis e decretos municipais. Estas medidas foram consideradas necessárias para o desenvolvimento local. Outras conquistas obtidas a partir da emancipação municipal também podem ser mencionadas: um maior estímulo na produção agrícola e comercial, mais ações e maior empenho dos habitantes e administradores públicos em contribuir com o desenvolvimento local.

Desde o início dos anos de 1950, os registros escritos apresentam as narrativas dos representantes políticos porto-firmenses pregando o desejo de trabalhar em prol do engrandecimento da cidade, ou seja, do que eles consideram desenvolvimento e progresso. Cabe refletirmos se as vozes e os projetos dos menos influentes política e socialmente foram consideradas, uma vez que, em geral, as políticas urbanas implementadas representam apenas os anseios dos grupos sociais dominantes. Vale lembrar que, para as efetivações das conquistas e melhorias de uma cidade, muitos homens e mulheres, anônimos, também trabalharam e persistiram neste propósito de construir uma cidade melhor para se viver e merecem ser valorizados.

Ao longo do tempo, as pessoas estão sujeitas ao esquecimento de algumas memórias relativas ao passado de uma cidade e suas transformações. Esta característica humana pode ser um processo espontâneo ou induzido. Nesse segundo caso, pode ocorrer devido a fatos passados que podem comprometer a reputação de um sujeito e dos seus descendentes, ou devido à intenção de (re)construir e fazer permanecer na história a sua figura política. Em Porto Firme é possível percebermos um movimento de valorização e de enaltecimento das grandes obras públicas realizadas pelos ex-administradores municipais. Por outro lado, há uma tentativa de apagamento/obscurecimento das lembranças referentes às disputas, aos interesses divergentes, aos retrocessos e às perdas.

As pesquisas indicaram ainda a existência, desde os tempos mais recuados, de uma política urbana marcada por tentativas de modernização do território, por meio de ações

pouco significativas relativas à conservação da memória histórica da cidade; demolições e substituições de edificações mais antigas, por novas construções/pequenos prédios; priorização de investimentos públicos de qualidade em áreas nobres/centrais da cidade, em detrimento dos demais espaços do município; como as reformas das duas praças centrais da cidade (Praça Juquinha Moreira e Praça Padre Raimundo), as pavimentações das vias públicas, como na Rua Dom Silvério e na Avenida 18 de Agosto, e um crescimento generalizado das ações de substituição das pavimentações existentes de alvenaria poliédrica (conhecida como pedras fincadas) e outras por asfaltamento; desvalorização dos recursos naturais e a valorização do embelezamento urbano. Todas estas iniciativas foram permeadas por diferentes interesses no jogo político e determinantes para as transformações desta paisagem urbana. Estas iniciativas são importantes, porém, devem ser realizadas também nas regiões periféricas com a mesma qualidade. São estas regiões em Porto Firme que mais se expandem na contemporaneidade.

Esses processos de intervenções urbanas no lado direito desta cidade, nos espaços públicos, ruas, avenidas e praças são tentativas de modernizar a cidade, lideradas pelos grupos dominantes. Porém, as pesquisas não demonstraram a existência de um planejamento municipal permanente para estas reformas e nem iniciativas voltadas para manutenções de caráter preventivo e corretivo, em danos nos mobiliários urbanos causados especialmente por ação de intempéries. Esses cuidados são necessários para a conservação da integridade física e estética dos mesmos.

Nota-se uma certa despreocupação, por parte dos poderes legislativo e executivo municipal, quanto às consequências do aumento expressivo da impermeabilização do solo urbano, ocasionadas por estas realizações sem critérios ou planejamento. Tal postura aumenta as possibilidades de enchentes e da temperatura local. Ter vias públicas pavimentadas e sem buracos é algo muito desejado pelos porto-firmenses, porém, é necessário que se construa um sistema eficiente de drenagem de águas pluviais. Desta forma, a questão do ordenamento urbano e a execução dos investimentos em infraestrutura, como no caso das pavimentações das vias públicas, necessitam ser cuidadosamente avaliadas quanto às vantagens e desvantagens, riscos e as especificidades de cada área da cidade. Esta iniciativa, assim como as demais obras de infraestrutura, precisa ser realizada com planejamento, com critérios, com qualidade e respeitando as legislações vigentes. Além disso, as variações climáticas que impactam no cotidiano dos habitantes das cidades também precisam ser consideradas nos projetos e nas obras públicas. O gestor público precisa ter cautela na questão da supervalorização cultural do asfaltamento das vias públicas e do embelezamento da paisagem

urbana em detrimento de outros fatores impactantes na qualidade de vida dos cidadãos.

Neste exercício de reconstrução histórica da cidade de Porto Firme e da sua paisagem, percebemos que ela estará sempre num processo inacabado e de continuidade. O espaço urbano é ordenado e construído ao longo do tempo por moradores, visitantes, investidores e administradores públicos. Consequentemente, a paisagem acompanha este processo, num movimento contínuo de construção e reconstrução. Conforme comprovações ao longo deste trabalho, ao longo dos anos de 1953 a 2020, a cidade passou por significativas transformações de sua paisagem, em virtude do contexto das políticas locais, regionais e nacionais.

Outro aspecto também evidenciado neste estudo é a importância do rio Piranga para esta cidade e, ao mesmo tempo, a recorrência de enchentes e os problemas gerados pelo seu transbordamento nos momentos de maior volume de chuvas, principalmente aos moradores e comerciantes da região central, na Praça Juquinha Moreira. Isto impulsionou uma nova organização da cidade à margem direita deste rio, próxima da Igreja Matriz, num local um pouco afastado dele e ligeiramente mais elevado. Porém, esta região da praça continuou sendo um importante espaço público da cidade, tendo uma grande concentração comercial, residencial e recebendo inúmeros investimentos públicos. Nesse cenário, a priorização dos investimentos pelos gestores municipais ao longo dos anos de 1953 a 2020 se concentrou não só nesta praça, mas também neste novo núcleo urbano, próximo da matriz.

Estas ações realizadas pelo poder público de forma diferenciada nos espaços urbanos contribuem para que os mesmos tenham lugares segregados: as áreas centrais onde a elite trabalha, reside ou investe, sejam devidamente estruturadas, com os melhores investimentos públicos (como os já mencionados), favorecendo uma maior circulação de pessoas, mercadorias e veículos, e com imóveis com melhores padrões de qualidade, enquanto que as áreas periféricas ou arredores da cidade, geralmente povoados pela população pobre, permanecem atendidas precariamente pelos serviços públicos e carecem de infraestrutura urbana de qualidade.

Historicamente, as sociedades foram educadas para valorizar aquilo que elas visualizam. Isto influencia nas decisões dos administradores municipais das cidades em realizar maiores investimentos públicos em obras que podem ser visualizadas. Desta forma, atendem às expectativas de alguns aliados políticos, se auto beneficiam e se mantêm no poder. Nesse sentido, ao longo deste processo de modernização do território, alguns gestores municipais tiveram uma menor preocupação com a “cidade subterrânea”, ou seja, deixaram de investir adequadamente em serviços e na infraestrutura urbana, relacionados à canalização e tratamento da rede de esgoto (uma parte significativa dele é destinada ao rio Piranga),

drenagem da água das chuvas e a gestão dos resíduos sólidos gerados. Neste sentido, as determinações jurídicas vigentes, como a Lei Federal nº 11.445/2007²⁹², não são cumpridas devidamente. Para evitar os transtornos oriundos de um maior volume de chuvas e dos danos causados pelo esgoto na contaminação das águas e do solo, é necessário que haja compatibilidade entre crescimento urbano e investimentos em infraestrutura. Estes aspectos precisam ser melhorados pela administração municipal de Porto Firme, pois são essenciais para a qualidade de vida da população.

O estudo evidenciou ainda que cada grupo político que esteve à frente da administração municipal procurou implementar seus projetos idealizados para a cidade. Portanto, não se percebe um projeto de cidade de maior amplitude e que seja desenvolvido independentemente do grupo dirigente. Assim, concordamos com a Dantas na seguinte afirmação: “a transitoriedade é uma das marcas mais relevantes da cidade moderna, onde a vida e as experiências acontecem em ritmo frenético”²⁹³. Por outro lado, a forma tradicional do jogo político e o perfil dos representantes do povo mantêm-se quase inalterados, o que significa que tem havido uma “falsa tranquilidade” neste ambiente urbano, uma longa permanência de determinados grupos políticos (por meio de reeleição) e seus familiares no poder de decisão e no comando da cidade. Suas narrativas nem sempre foram coerentes com suas ações e as deficiências administrativas dificilmente foram evidenciadas.

A obtenção de recursos financeiros para realizar investimentos tem sido um grande desafio para o administrador municipal, assim como a decisão do que será priorizado. Os projetos executados, como algumas edificações e reformas de praças, estiveram, de certa forma, atrelados ao apoio de deputados e suas emendas parlamentares, bem como de empréstimos junto a bancos, como a Caixa Econômica. Com isso, o poder de influência desses políticos na destinação dos recursos repassados, como também nas transformações desta paisagem urbana, foram significativos e não necessariamente corresponderam às necessidades mais urgentes da população. Uma administração municipal precisa pautar-se num planejamento a curto, médio e longo prazo. Isto possibilita a execução de projetos mais adequados à realidade e às necessidades locais.

O equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas requer capacidade de gestão administrativa. Conforme documentação e livros de leis municipais de Porto Firme, as

²⁹² BRASIL. Lei nº 11.445/2007, **Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico (...)**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm. Acesso em: 02/02/2023.

²⁹³ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008, p. 190.

despesas fixas com pessoal e outras necessárias para a prestação dos serviços e a arrecadação de impostos nem sempre foram suficientes para custear os gastos e realizar investimentos. No entanto, segundo informações disponíveis no *site* “Meu município”²⁹⁴, entre os anos de 2013 a 2020, houve um certo equilíbrio entre receitas e despesas deste município. Sendo que, neste período, as despesas foram inferiores às receitas, exceto em 2017. Estes dados mostram que os últimos administradores têm adotado estratégias que permitiram tal equilíbrio.

O planejamento urbano é um mecanismo de tentar assegurar uma estabilidade social, pois, além de ser uma estratégia importante no processo de modernização do território e no aperfeiçoamento da administração local, ele é essencial na obtenção de melhores resultados para a coletividade. O mesmo deve ser construído de forma democrática, pautado na justiça social. Uma importante estratégia que pode ser adotada pelos gestores municipais são ações articuladas, de forma intermunicipal, indo além das questões jurídicas e espaciais. Neste caso, deve-se ter uma atenção e respeito quanto às especificidades, potencialidades e as necessidades de cada município. Um exemplo dessa estratégia é a existência de um Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa (CISMIV), do qual Porto Firme é um dos integrantes.

Por outro lado, a pesquisa apontou para um aspecto delicado nesta relação entre cidades de pequeno porte, como Porto Firme, e outra de porte médio, como Viçosa, considerada como cidade pólo. Esta, por sua vez, atrai um fluxo considerável de pessoas em busca de melhores oportunidades na área da saúde, educação, emprego e do comércio, favorecendo sua economia, em detrimento das cidades vizinhas menores. Estas têm sido fornecedoras de mão de obra para o mercado de trabalho externo.

Faz parte desta trajetória de modernização do território e das transformações da paisagem urbana, as tentativas de moldar comportamentos por meio de legislações, orientações, sanções, discursos e narrativas. No entanto, o resultado deste processo dependerá das escolhas, das decisões e das ações humanas realizadas neste espaço. A cidade é um artefato humano. Se compararmos uma casa a uma cidade (não desconsiderando as complexidades de cada uma), será possível percebermos que o processo de construção, de montagem, de organização, adaptações e de manutenção exige cuidados desde o projeto inicial, como também ao longo da obra. Além do mais, são os comportamentos e as decisões dos seus moradores que irão determinar o ambiente do imóvel. Nesta perspectiva, a cidade também apresenta estas características e vai sendo (re)desenhada, cotidianamente, com

²⁹⁴ Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/perfil-municipio/3152303-porto-firme-mg>. Acesso em 10/05/2023.

avanços e retrocessos. Nesse sentido, para que haja uma paisagem urbana com a mesma qualidade em todas as regiões da cidade, faz-se necessário que os agentes públicos e os cidadãos trabalhem conjuntamente, respeitem a legislação vigente e apliquem os investimentos públicos de forma justa e igualitária.

O aperfeiçoamento desta realidade urbana está estritamente ligado à mudança de posturas administrativas municipais e numa participação popular mais ativa nas decisões do poder legislativo e executivo. Outro aspecto também relevante neste processo é a existência de uma fiscalização rigorosa por parte dos órgãos competentes (como a Câmara Municipal) e pela própria população. Ancorada na legislação vigente, tal fiscalização deve primeiramente ser um mecanismo de orientação/advertência ao cidadão sobre seus direitos e deveres no uso e na ocupação do espaço urbano e, em caso de descumprimento, que as ações legais cabíveis sejam devidamente aplicadas. Esta postura também deve ser a mesma diante das ações do próprio poder executivo local. Além disso, outro fator que pode contribuir com as mudanças de posturas é a formação ou a transformação de consciências, que perpassa pela compreensão de que, apesar de sermos uma sociedade capitalista, os interesses financeiros não podem comprometer a vida coletiva ou do planeta. Nesse âmbito, a instituição escolar tem um papel fundamental nesse processo formativo.

Na realidade cotidiana dos porto-firmenses, a política de fiscalização oficial urbana costuma ser bem deficitária: são raros os casos de punições aos infratores, no uso e na ocupação do espaço urbano de forma irregular. A própria população raramente protesta ou denuncia as irregularidades. As divergências, os conflitos e as disputas relacionadas a este assunto, quando não ocorrem de forma dialógica entre os envolvidos são tratadas em sua comarca, na cidade de Piranga.

Não se percebe uma estrutura administrativa adequada voltada para uma fiscalização eficiente, provavelmente isto é uma opção política adotada intencionalmente. Nos últimos anos, o próprio secretário de obras é quem responde aparentemente por isso, mas não há nenhuma estrutura física e de recursos humanos/tecnológicos para o desempenho desta função de forma plena. Com isso, a existência de construções irregulares no espaço urbano e o descumprimento da legislação municipal, bem como a postura de eximir-se das responsabilidades de fiscalização, por parte da administração municipal de Porto Firme, das obras e ações dos moradores no uso e na ocupação do solo urbano, é algo bastante recorrente.

Ter uma paisagem urbana com qualidade e que atenda os anseios da população exige esforços, enfrentamentos e destreza administrativa. Administrar é fazer escolhas, gerenciar recursos e mediar interesses conflitantes. Isto exige habilidade do gestor público e

comprometimento com a coletividade. Alguns fatores podem contribuir com o aperfeiçoamento nas posturas desses gestores e com um maior comprometimento com as necessidades da comunidade em geral: mobilização social; meios de comunicação sem censura e imparcial, gestão participativa e democrática; legislação aliada há uma fiscalização eficiente e educação popular de qualidade. Ter uma cidade adequada para todos os cidadãos, depende da união de forças, respeito às diferenças, de ações planejadas e pautadas na justiça social. Assim, a comunidade, juntamente com os poderes executivo e legislativo são co-responsáveis pelos resultados conquistados/obtidos ao longo do processo das transformações da paisagem urbana.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

Jornal Folha de Porto Firme, várias edições (criado em outubro de 1995)

Livro/ literatura memorialista - OLIVEIRA, Joaquim Quintão de. **Historiografia de Porto Firme**, Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.

Livros de tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Porto Firme (2 livros)

Registros das atas da Câmara Municipal da cidade - arquivos digitalizados.

Registros fotográficos de fontes diversas

Placas metálicas de inauguração ou reformas de obras públicas

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME. Dossiês do Conselho de Patrimônio de Porto Firme/Inventário de Proteção ao Acervo Cultural (IPAC), entre os anos de 2009 a 2014.

Leis Federais

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 06/04/2023.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 8.529, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06/04/2023.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 09 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 13/03/2023;

BRASIL. **Lei 10.257/2001**. Estatuto da Cidade. Presidente da República em 10 de julho de 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.445/2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico (...) Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm Acesso em 02/02/2023

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resultados do censo escolar (2008, 2011, 2018, 2022)**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 21/03/2023

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/porto-firme.html>. Acesso em: 6/11/2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/porto-firme/panorama>. Acesso em: 15/11/2022.

Leis Estaduais

MINAS GERAIS. **Decreto-Lei nº 1058, de 31 de dezembro de 1943**, Fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado de Minas Gerais, que vigorará, sem alteração, de 1º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEL/1058/1943/>. Acesso em: 06/04/2023.

MINAS GERAIS. **Lei Nº 1039 de 12 de dezembro de 1953**. Estabelece a divisão administrativa e judiciária do estado, a vigorar de 1º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958 e dá outras providências. Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 12/12/1953. Disponível em: <https://bitly.com/XQEZHXT>. Acesso em: 16/11/2022.

Legislações Municipais de Porto Firme

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME. **Lei Orgânica do Município de Porto Firme**, 2010. Disponível em: <https://portofirme.mg.gov.br/a-prefeitura/lei-organica>. Acesso em 16 out. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME. **Lei 1.189/2020 de 23/06/2020**.
Normatização do parcelamento do solo no Município de Porto Firme.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FIRME. **Lei 900/2005 - Código de Posturas do Município de Porto Firme**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1SZsQ7A-ne9PGTRcjwOE6G19cb1rQUdnS/view?usp=sharing>. Acesso em 16/10/2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2004.

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral: a ação da memória. *In*: ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 33-42.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino? *In*: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas,

SP: Autores Associados, 2006,

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 11 – 74.

ARAÚJO, Patrícia Vargas L. **Vila de Campanha da Princesa**. Urbanidade e civilidade em Minas Gerais no século XIX (1798 – 1840). 2008. 334f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Campinas, Campinas, SP, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte: Ed. Saterb, 1971.

BARROS, José d' Assunção. A delimitação do tema na pesquisa em ciências humanas. **Akrópolis**, Umuarama, v. 19, n. 3, p. 155-164, jul. /set. 2011.

BESSE, Jean-Marc. **O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem**. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014, p.11-66.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e História. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002, p. 16-35.

CABRAL, Giovanna Rodrigues; LEITE, Lígia Silva A. **Uso de sites educativos na Prática docente**. 6º encontro de educação e tecnologias de informação e comunicação. S.d. Universidade Estácio de Sá. Mestrado em Educação e Cultura Contemporânea. 17, 18 e 19/11/2008. Disponível em: <https://etic2008.files.wordpress.com/2008/11/ucpgiovanna.pdf>. Acesso em: 10/07/2023.

CABRAL, Luiz Otávio. A paisagem enquanto fenômeno vivido. **Geosul**, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 34-45, jul. /dez., 2000.

CAMISASSA, Maria Marta dos Santos *et al.* A opção governamental em Minas Gerais por uma padronização de edifícios escolares nos anos 1960-70, **X Seminário Docomomo Brasil Arquitetura Moderna E Internacional: conexões brutalistas 1955-75**. Curitiba. 15-18.out.2013 - PUCPR, Disponível em: https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/08/CON_42.pdf. Acesso em 15/03/2023.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. 2008. 295f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belo Horizonte, UFMG, 2008.

CARNEIRO, Patrício, FONTES, Rosa. Desigualdades na região da Zona da Mata Mineira. *In*: FONTES, Rosa, FONTES, Maurício (Edit.). **Crescimento e Desigualdade Regional em Minas Gerais**. Editora Folha de Viçosa: Viçosa, 2005, p. 36-49.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução e Conclusão. *In*: **Cidadania no Brasil - o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato Corrêa (Org.) **Geografia cultural: uma antologia**. Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da UNESP, 2006.

DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008.

DIAS, Danielly Meireles. **Patrimônio cultural e identidade: os processos de patrimonialização dos bens piranguenses e os desafios da preservação e da conscientização**. 2022. 207f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2022.

DICIONÁRIO, Dicionário Online de Português. **Paisagem**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/trabalho/>. Acesso em: 12/05/2021.

DICIONÁRIO, Dicionário Online. **Infraestrutura**. Porto: 7Graus, Disponível em: <https://www.significados.com.br/infraestrutura/>. Acesso em 14/11/2022.

FARIA, R. S. de. O debate regional no Municipalismo Brasileiro - (im) possibilidade da cooperação intermunicipal como instrumento de desenvolvimento. *In*: FARIA, Rodrigo de; SCHVARSBURG, Benny (Org.). **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2011, p. 195 -237.

FARIA, R. S. de. O município como unidade política primária entre o planejamento urbano e o planejamento regional – o pensamento urbanístico do eng. José de Oliveira Reis na década de 50. *In*: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 9, 2006, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: PPGAU-FAU-USP, PPGAU-EESC-USP, PPGU-PUC-Campinas, PPGAU-Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.

FARIA, Rodrigo S. O município em face do planejamento regional: ideias interamericanas na década de 1950. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Brasília, DF, v. 22, p. 13-14, 2020. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6406>. Acesso em: 16/11/2022

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos & abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

FIALHO, Edson Soares; NASCIMENTO, Rosilene Aparecida do; SILVA, Claudinei Heleno da, SILVA; Leonardo Alves de Oliveira. Compreendendo a Dinâmica das Enchentes e suas Repercussões no Médio e Baixo Vale da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga em dezembro de 2008. Simpósio Brasileiro de Climatologia geográfica - Climatologia e Gestão do Território. **Anais [...]**. Fortaleza, Ceará; set/2010.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. O Patrimônio e as Paisagens: novos conceitos para velhas concepções? **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n. 32, p. 83-118, 2013.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

GARCIA, Paulo Sérgio. **A Internet como nova mídia na educação**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/NOVAMIDI A.PDF. Acesso em: 10/07/2023.

GUIMARÃES, Elvandır Guedes; FRUET, Fabiane Sarmento Oliveira. **Websites educacionais: uma possibilidade para o ensino-aprendizagem de língua inglesa**. Artigo apresentado ao Curso Mídias na Educação da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Mídias na Educação. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2039/Guimaraes_Elvandır_Guedes.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y Acesso em: 10/07/2023.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. *In: A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, p. 25-52.

HOUAISS, AURÉLIO. **Aurélio Eletrônico**. Versão 3.0. Lexikon informática, Rio de Janeiro, 1999.

KRENAK, Ailton. Genocídio e resgate dos “Botocudo.” Entrevista concedida a Marco Antônio Tavares Coelho. **Temas indígenas - Revista estudos avançados**, Belo Horizonte, v. 23, n. 65, 2009. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000100014>.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. Natureza e Participação social: Uma nova estética para o desenho urbano. *In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.)* **Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p. 239-247.

LEITE, Valéria de J.; SILVA, Rosane M. da; LIMA, Cíntia F. Experiências de pesquisa com trabalhadoras e trabalhadores por meio de fontes orais na História Social: caminhos e possibilidades. **História Oral**, v. 23, n. 2, p. 243-258, jul./dez. 2020

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123. 2008.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. *In: REVEL, Jacques.(org.)* **O jogo de Escalas: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 77-102.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 63-201, nov., 1998.

LUIZ, Juliana Ramos; TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. Alguns desafios na organização de acervos de fontes orais: o caso do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (CPDA/UFRRJ). **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 73-99, 2013.

MARSHALL, Berman. **Tudo que é sólido desmancha no ar, a aventura da modernidade.** Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) **Turismo e paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002

MIRAYA, Júlio; SIGNORI, Leandro. A importância da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) para o Desenvolvimento Sustentável Brasileiro, *In*: FARIA, Rodrigo de; SCHVARSBURG, Benny (Org.). **Políticas urbanas e regionais no Brasil.** Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2011, p. 137 - 167.

PIMENTEL, Patrícia de Cássia Gomes. **A toponímia da Região Central Mineira /** [manuscrito] 2015, p. 243, Disponível em: encurtador.com.br/uLUVX, Acesso em 06/04/2023.

PIRES, Alice Regina Pinto *et al.* Sonhos Ucrônicos: Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 41-58, dez. 1993.

PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. Tradução Lila Cristina Xavier Luz. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 7, n. 13, jul-dez, 2017.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 21-22, 2002.

SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 7, dec. 2003. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3353/2689>>. Acesso em: 16 nov. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v7i0.3353>.

SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. **Diálogos**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

SENNET, Richard. Alicerces instáveis. *In*: SENNET, Richard. **Construir e habitar.** Ética para uma cidade aberta. Tradução de Clóvis Marques, 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2018, p. 33-78.

SENNET, Richard. O corpo se liberta. Capítulo Nove. *In*: SENNET, Richard. **Carne e Pedra**. Tradução: Marcos Aarão Reis. 3ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 235-258.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “História das paisagens”. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 203-216.

SILVA, Geraldo Ângelo A; DOS SANTOS, Roberto E. Um Capítulo na História da Arquitetura e da Construção Escolar Pública no Brasil: A Experiência da CARPE. **Culturas Partilhadas**. 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, UFMG, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/42092>; acesso em 15/03/2023.

SILVA, Juliana Ottoni da. **Normalização de trabalhos acadêmicos**: atualizada conforme NBR 14724/2011 e NBR 6023/2018. Viçosa, MG, UFV, BBT, 2021. Manual eletrônico (114 p.). Disponível em: <http://www.bbt.ufv.br/wp-content/uploads/ManualtrabalhosAcademicos.pdf>. Acesso em: 10/07/2023.

SILVA, Júlio César Paes. **Sustentabilidade municipal**: uma análise da alocação dos recursos públicos do município de Porto Firme/MG, nas dimensões do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS. 2020. 211f. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro Universitário Unihorizontes, Belo Horizonte, 2020.

SILVEIRA, Tamyres Virginia Lopes. **O papel das pequenas cidades na rede urbana**: um estudo acerca da microrregião de Viçosa. 2014. 98f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da Escola Primária. *In*: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

THOMPSON, P. **A voz do passado** – História Oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8 ed. Petrópolis, Vozes, 2013, p. 75-103.

ANEXOS

ANEXO A - SÍMBOLOS MUNICIPAIS DE PORTO FIRME - HINO, A BANDEIRA E O BRASÃO

Hino Oficial da Cidade de Porto Firme MG

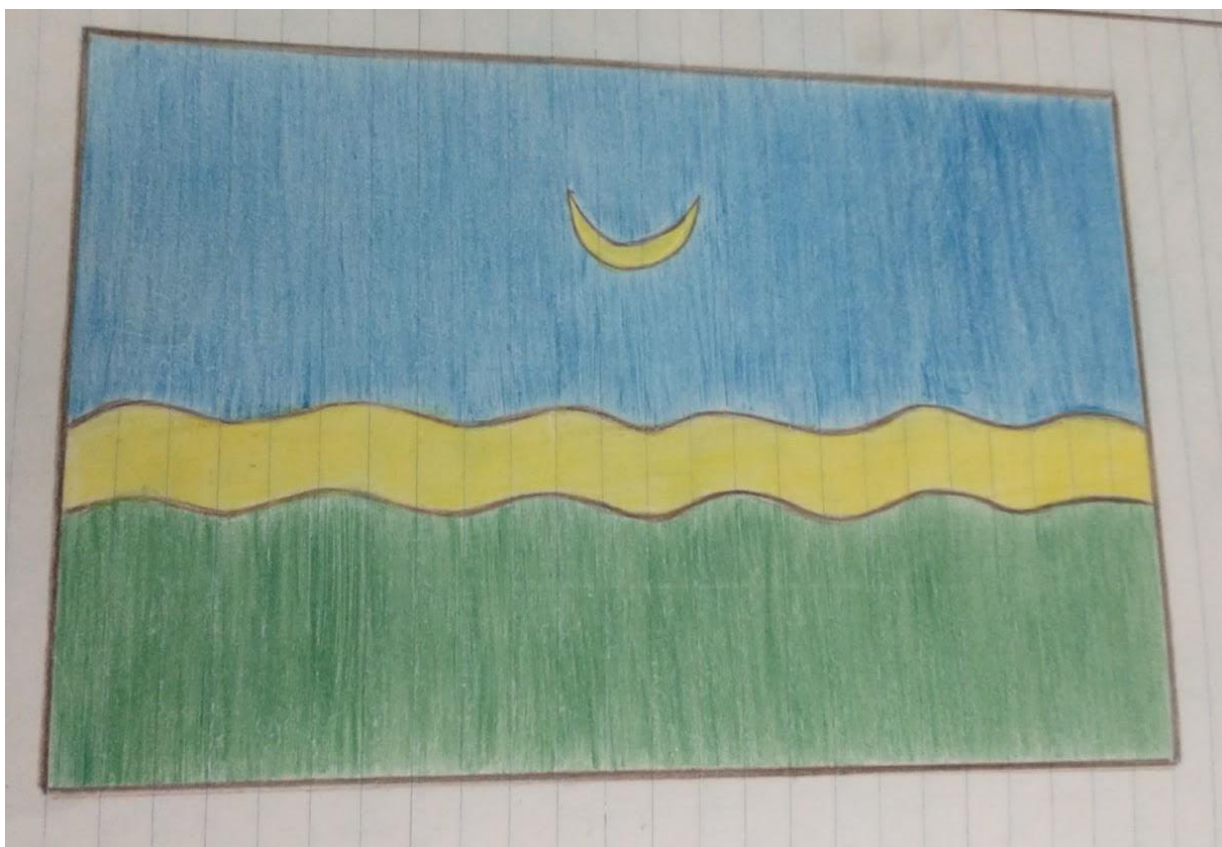
Porto Firme, ao luar de prata
Da Zona da Mata é plena de unção...
Tem as bênçãos da Imaculada,
A mãe amada da Conceição.

Tem firmeza na fé, na esperança
E tudo alcança com caridade!...
O seu guia ó o timoneiro,
É o pioneiro desta verdade.

Sua gleba privilegiada
É cultivada com muito amor...
Sua gente com ufania
Tem alegria em Nosso Senhor!...

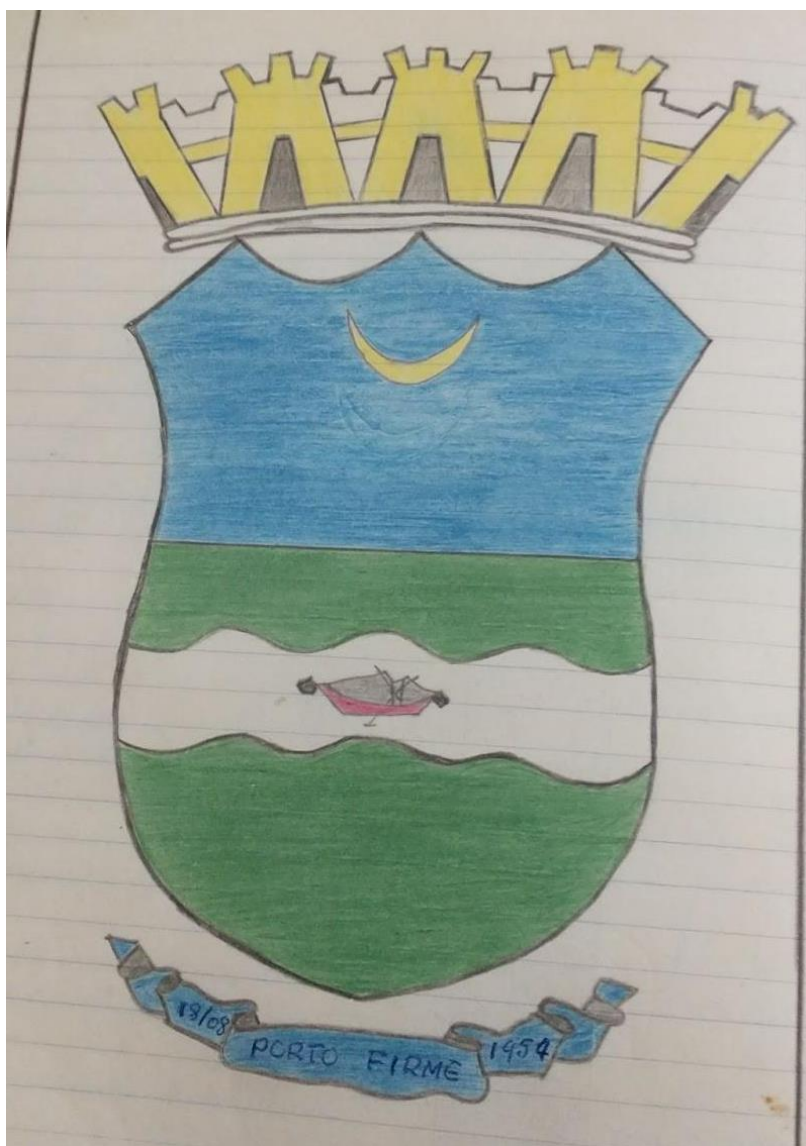
O Piranga, rio ubertoso,
Sempre formoso, desce a cantar,
Serpeando as suas terras,
Ao pé das serras, em busca do mar!

A Bandeira



Fonte: livro de leis da Prefeitura Municipal de Porto Firme p. 106, 107; criação: Cônego Joaquim Quintão de Oliveira

O Brasão



Fonte: Livro de leis da P.M.P.F., p. 106, 107. Criação: Cônego Joaquim Quintão de Oliveira.

**ANEXO B - BIBLIOGRAFIA DO SENHOR JOSÉ MOREIRA DA SILVA
(JUQUINHA MOREIRA)²⁹⁵**

José Moreira da Silva - “Juquinha Moreira”

Nasceu aos 26 de julho de 1984, em Dores do Turvo, M. G. Filho de Salustiano Moreira e Rita Laurentina da Costa.

Aos 18 anos veio para Guaraciaba com seu irmão e lá conheceu Maria Cecília de Castro, filha de Domingos Assis Castro e Maria da Conceição Lana Castro. Casou-se aos 16 de julho de 1916.

Tiveram 14 filhos: 8 mulheres e 6 homens.

Vieram residir em Porto Seguro, hoje Porto Firme. Edificaram sua casa nesta praça onde trabalhavam como alfaiate. Administrou a sua alfaiataria e ensinou aos seus filhos esse ofício. Educou-os e ensinou a todos os filhos a procederem com honestidade, caráter e responsabilidade.

Vivia em paz com a vida sendo um ótimo chefe de família e cumpridor dos seus deveres como esposo e pai dedicado que era.

Esta praça belíssima que tem o seu nome, bem merecido, pois ele sempre cuidou da limpeza deste local onde residiu.

Faleceu aos seis de junho de 1969 (59?) deixando o exemplo de um homem trabalhador, honesto e de caráter, feliz por ter cumprido a sua missão e em paz com todos os conterrâneos.

Queremos deixar aqui os nossos agradecimentos sinceros ao senhor Prefeito Renato Sessete, aos Senhores vereadores, Presidente da Câmara; ao secretário de Cultura Reginaldo Barbosa Gonçalves pela homenagem prestada, conservando com carinho o nome do humilde Porto-firmense “Juquinha Moreira” que tanto amava essa terra e que nos deixou muito cedo.

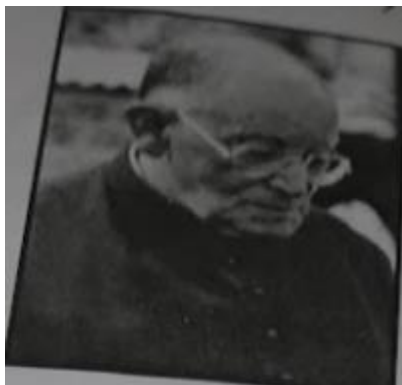
Muito obrigada.

Diva Moreira em nome da família de Juquinha Moreira e seus descendentes.

O homem é eterno quando a sua memória permanece!

²⁹⁵Texto transcrito do Jornal Folha de Porto Firme, ano 14, ed. 127, nov. 2005. Esses dados foram verificados também na certidão de casamento do mesmo. Nela, não consta a data de nascimento do Senhor José Moreira da Silva. Houve um equívoco do referido jornal, que constou como ele tendo nascido no ano 1984. Na certidão de casamento do mesmo, consta que ele casou em 22/07/1916, com 22 anos de idade. Logo, a data provável de nascimento dele é 26/07/1894.

ANEXO C - BIBLIOGRAFIA DO MONSENHOR RAIMUNDO GONÇALO FERREIRA



Nascido em São José do Barroso (hoje Paula Cândido) a 11 de fevereiro de 1910, no Sítio Canteiro, comunidade do Arruda, filho primogênito do Sr. Antônio Julião Ferreira e de Dona Maria Petrina Ferreira, e falecido em Viçosa a 22 de março de 2002, o Monsenhor Raimundo Gonçalo Ferreira foi um homem realmente célebre e que nunca deixará de ser louvado pelas comunidades nas quais conviveu.

Iniciou os estudos eclesiásticos em 1924, com os padres barnabitas, no Rio de Janeiro, prosseguindo-os de 1925 a 1933 no Seminário de Mariana, com os lazaristas. Foi ordenado sacerdote a 08 de dezembro de 1933, vivendo desde então uma vida inteiramente dedicada ao sacerdócio. De 1934 a 1935 foi coadjutor do Cônego Felício de Abreu Lopes, em Piranga. De 1935 a 1941 foi Cura do Curato de Nossa Senhora Conceição, em Porto Firme, tendo sido o primeiro Pároco quando o Curato se tornou Paróquia em 1941. De Porto Firme saiu em 1955, quando foi para Jequeri, onde ficou como Pároco até 1964. Em seguida mudou-se para Viçosa. Nomeado capelão de Sua Santidade em 1983, recebeu o Monsenhorato por Dom Oscar de Oliveira, em outubro daquele ano, no Santuário de Santa Rita de Cássia, em Viçosa.

Verdadeiramente justo é o fato de, em Porto Firme, ser ele Cidadão Honorário e, mais que isto, ter o seu nome a praça principal, já que ali construiu a nova e belíssima Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, entre 1945 e 1950, graças à boa-vontade do povo portofirmense, além da casa paroquial e as primeiras capelas e cemitérios das comunidades rurais, além de ter sido “o veículo de que Deus se serviu para dar impulso” ao progresso deste município. Monsenhor Raimundo foi capelão do Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo até 1971, do Hospital São Sebastião e do Lar dos Velinhos até seu falecimento.

Grande devoto de São José, celebrava piedosas missas e rezava o terço diariamente, às 16 horas, com os internos do Lar dos Velinhos, em Viçosa, e fazendo a bela oração invocatória do patrocínio ao Padroiro de sua terra natal e Patrono da Igreja Católica.

Fonte: Texto fotografado de uma placa interna da Igreja Matriz de N.S. da Conceição.

ANEXO D - CONSTRUÇÃO DA IGREJA MATRIZ DE N.S. DA CONCEIÇÃO

As principais etapas da obra desta Matriz foram:

- a) 29/06/1945 – Benção da pedra fundamental realizada por Dom Daniel Tavares B. Neves, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Mariana;
- b) 26/05/1947 – Início da obra,
- c) Outubro/1951- Término da obra;
- d) 21/09/1952 – Benção, dedicação, inauguração e celebrações realizadas por Dom Helvécio (juntamente com a Igreja, inaugurou-se também a Casa Paroquial). Além do bispo, outros padres e membros da comunidade também participaram deste momento solene/festivo²⁹⁶.

As comemorações da conclusão e a inauguração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, ocorreram por vários momentos, entre os dias 11 a 21 de setembro de 1952.

Vários construtores (ou mestre de obras) estiveram à frente dos trabalhos da Nova Matriz e tiveram certa dificuldade de entendimentos com a Comissão responsável por ela, ou por outros motivos, não permaneceram até a sua conclusão, entre os quais estão:

- ✓ Joaquim Alves Carvalho, de Rio Casca (por empreitada, por duzentos mil cruzeiros, recebendo os materiais da construção e com o compromisso de entregar a igreja coberta, torre pronta e portas no lugar) - em menos de três meses de construção, ele desistiu da empreitada;
- ✓ Francisco Machado, da cidade de São Geraldo; exigiu uma rede de água canalizada para prosseguir com a construção da igreja, a ligação da rede ficou também sobre seus cuidados (e da igreja) e o material foi fornecido pela prefeitura de Piranga, pois neste período Porto Firme era um distrito do referido município. Em 1949, ele também deixou a obra;
- ✓ Raimundo da Paixão, de Viçosa, cidade vizinha, assumiu a continuidade até a conclusão da construção do templo;

²⁹⁶ Fontes: placas fixadas no interior da Igreja Matriz e também no mural interno.

Alguns dos fiéis colaboradores formaram uma comissão responsável por esta construção²⁹⁷, presidida pelo referido Padre, cujos nomes constantes nos registros históricos estão: Agostinho Bezerra Júnior, Tote de Olaria, Pedro Martins, Francisco Claudino dos Santos (Chico Claudino), José Vicente de Barros, José Antônio de Araújo Quintão (*Juca Quintão*), José de Castro Vidigal (*Juquinha Totó*), Juquinha do Caeté, João Viveiro, Chiquinho Ferreira, Acílio Maciel, Josefino Sena Campos, Zeca Paes, Joaquim Baltazar, Sebastião Vidigal Fernandes (*Tatão de Deco*), Carlos Antunes, Francisco Xavier Chaves Paes (*Neném Pais*), Geraldo Carlos, Nôque, entre outros²⁹⁸. O engenheiro responsável pelo projeto de construção da igreja foi o prof. Dr. Alfredo Belchior, da UFV, aprovado em 12/01/1947, por Dom Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana²⁹⁹.

²⁹⁷ Não temos os nomes completos dos colaboradores desta obra, ou seja, de alguns só temos seus apelidos. Certamente houve a participação de muitos anônimos que ajudaram nas atividades mais brutas/pesadas da construção e que não tiveram seus nomes registrados e que merecem ser reconhecidos e valorizados, mesmo que de forma indireta. Isto no passado e ainda nos dias atuais, ainda permanece esta prática de enaltecer apenas os nomes das lideranças, infelizmente.

²⁹⁸ OLIVEIRA, Joaquim Quintão de. **Historiografia de Porto Firme**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001, p. 43.

²⁹⁹ Livro de tomo 1, pág. 57- IPAC, 2011, p. 79-80.

ANEXO E - JOSÉ ANTÔNIO DE ARAÚJO QUINTÃO – UM GRANDE LÍDER



Juca Quintão

DA ANTIGA PORTO SEGURO

É com muito orgulho que prestamos aqui a mais honrosa homenagem a um ilustre porto-firmense (naturalizado) do passado: José Antônio de Araújo Quintão — o senhor Juca Quintão.

Oriundo de Calambau, Minas Gerais, em cujo distrito nasceu na segunda metade do século XIX, era filho de Brás Antônio de Araújo Quintão e Maria Cipriano.

Juca Quintão era homem de estatura comum, de caráter inflexível, invergável, de muita fé. Possuía vontade férrea, bondade extrema; não era rico, mas trabalhador e cultivava ares de nobreza, firmeza a toda prova; mantinha a palavra, custasse o que lhe custasse. Sabia o que queria. Quando almejava uma coisa, era obstinado em consegui-la.

Vindo de Calambau, Juca Quintão enamorou-se de Tereza de Santana, filha de João José de Santana e Maria Antônia de Jesus, descendente, portanto, de antigos moradores da Fazenda do Porto, na antiga "Tapera" (como era chamada a cidade de Porto Firme no passado). A Fazenda ficava à margem direita do rio Piranga — que naquele tempo não possuía ponte. Casou-se com Tereza e teve muitos filhos que lhes deram mais de setenta netos, o dobro de bisnetos e grande número de trinets, tetranets e penta netos.

Dissemos da sua teimosia em conseguir o que entendesse. Prova disso é que, por duas vezes enfrentou a construção de duas pontes sobre o rio Piranga.

Contam-nos os antigos que em 1920, parece que Deus quis testar a fibra de Juca Quintão, permitindo que terrível enchente levasse grande ponte de braúna por ele feita, com imensas dificuldades.

Ante a desolação do inesperado, bem ao contrário de cruzar os braços desanimado, ele arregaçou as mangas e partiu para nova construção.

É fácil concluir-se sobre a quantidade de obstáculos que ele teve de superar para atingir o objetivo da segunda ponte. A primeira tinha esgotado todo o material existente na redondeza. Daí a necessidade de ir até o Espírito Santo, com carretões e carros de bois buscar madeira. Sua tenacidade venceu e, em 1922, estava pronta a segunda ponte, tão boa quanto à primeira.

Em termos financeiros consta que a primeira ponte orçou em 25 mil réis e a segunda, mais ou menos em 40 mil réis (moeda corrente da época). Pelo fato da primeira não ter sido entregue, o Governo deixou de pagá-la.

A segunda ponte serviu ao povo por oito anos apenas, pois em 1930 guerrilheiros malfadados cometeram a covardia de dinamitá-la.

José Antônio de Araújo Quintão construiu estas pontes, auxiliado pelo seu mestre-de-obras José Cabral Ribeiro.

Hoje, no local, existe ótima ponte de cimento armado, obra iniciada quando Sebastião Vidigal Fernandes — vulgo Tatão de Deco — foi Prefeito de Piranga, continuada na gestão de Neném Paes e terminada e inaugurada quando um neto de Juca Quintão, João José de Barros, foi Prefeito de Porto Firme.

Com todo o merecimento, a ponte atual leva o nome de JOSÉ ANTÔNIO DE ARAÚJO QUINTÃO, a quem prestamos, com carinho, nossa homenagem.

Texto: João José Lopes (trineto de Juca Quintão).

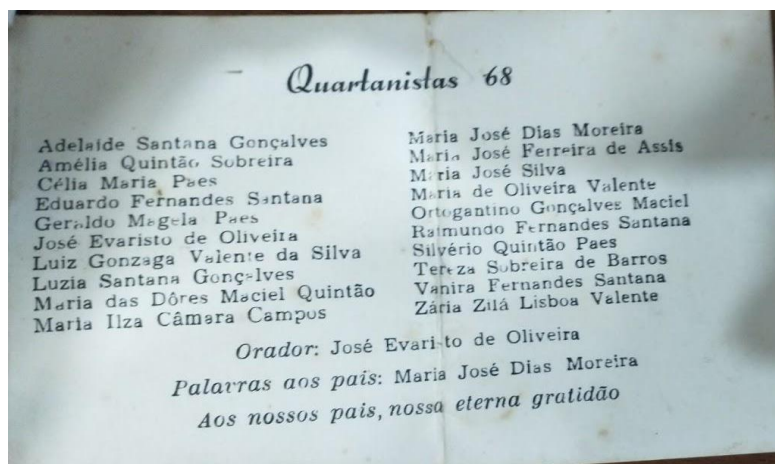


Ponte de Braúna dinamitada em 1932

ANEXO F - ANTIGO TELEFONE PÚBLICO DE PORTO FIRME

Fonte: Imagem retirada Dossiê do Conselho de Patrimônio de Porto Firme, apostila “ICMS Patrimônio Cultural, Quadro II-INV, educ. Patrimonial Municipal, ano de ação de preservação: 2011, ano base 2012, ano do exercício 2013”, p. 84, registro fotográfico de Helena d’Agosto Miguel Fonseca.

ANEXO G - CONCLUINTES DO CURSO GINASIAL DO GINÁSIO MATER ET MAGISTRA, EM 1968



Fonte: Colaborador da pesquisa, identificado como V.O.P 1.